

Tese de doutorado

Escola Parque

Apontamentos sobre
Anísio Teixeira e o
Ensino de Arte no Brasil

Cleber Cardoso Xavier

Brasília, dezembro de 2017



Há uma força motriz mais poderosa que o vapor, a eletricidade e a energia atômica: **a vontade.**

Albert Einstein

Tese de doutorado

Escola Parque

Apontamentos sobre
Anísio Teixeira e o
Ensino de Arte no Brasil

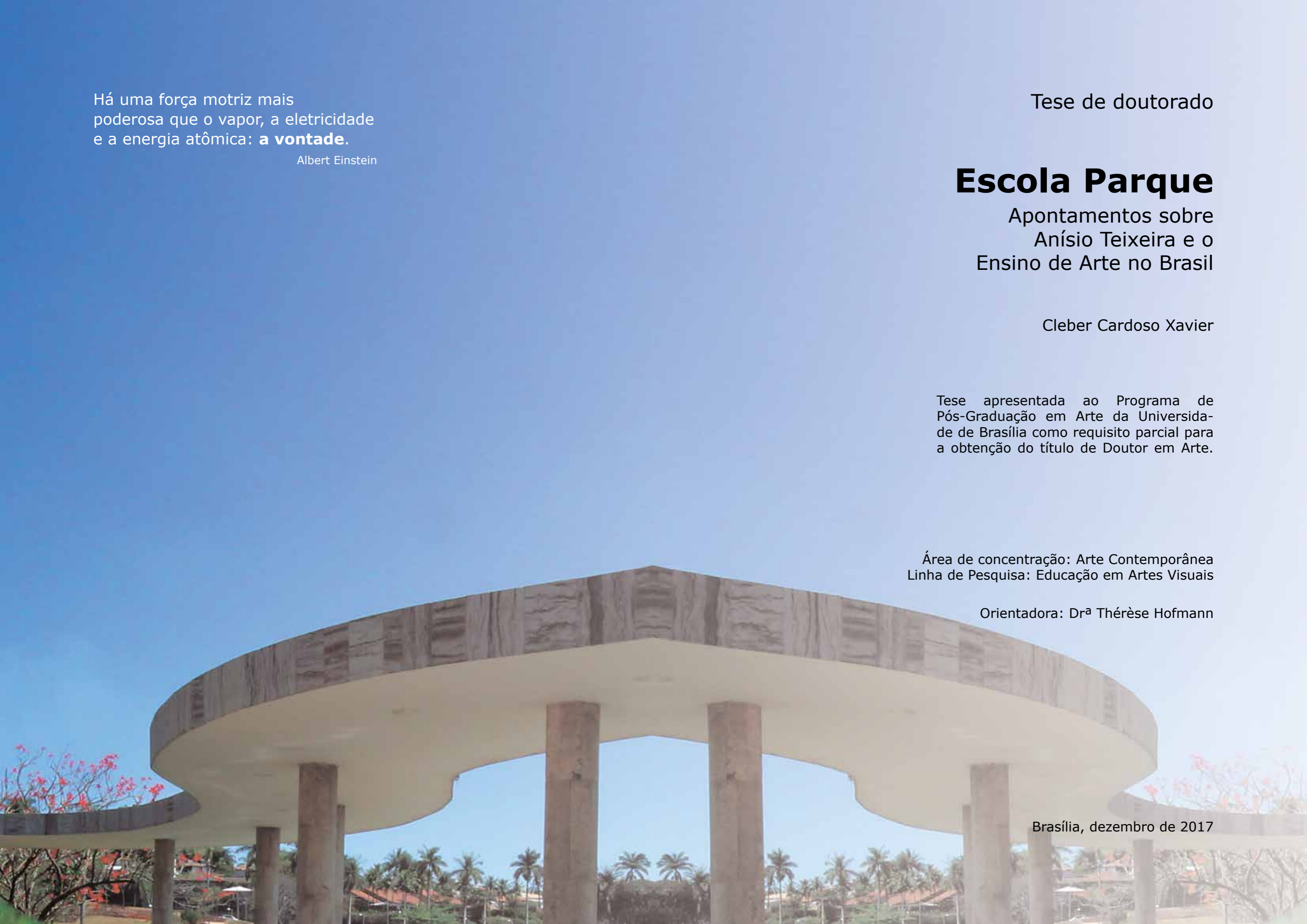
Cleber Cardoso Xavier

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arte da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Arte.

Área de concentração: Arte Contemporânea
Linha de Pesquisa: Educação em Artes Visuais


Orientadora: Dr^a Thérèse Hofmann

Brasília, dezembro de 2017



TESE DE DOUTORADO EM ARTE APRESENTADA AOS PROFESSORES:


Professor (a) Dr. (a). Thérèse Hofmann Gatti Rodrigues da Costa (VIS/UnB)
ORIENTADOR (A)


Professor (a) Dr. (a). Luisa Gunther Rosa (VIS/UnB)
MEMBRO INTERNO


Professor (a) Dr. (a). Leda Maria de Barros Guimarães (UFG)
MEMBRO EXTERNO


Professor (a) Dr. (a). Maria Paula Vasconcelos D'Escragnole Taunay
(SEEDF)
MEMBRO EXTERNO

Vista e permitida a impressão
Brasília-DF, segunda-feira, dezembro 18, 2017

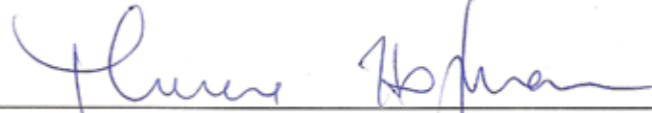
Coordenação de Pós-Graduação do Departamento de Artes Visuais do
Instituto de Artes / UnB.


IdA - Instituto de Artes - Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Telefone: 31071174
arteppg@unb.br - www.ppgarte.unb.br

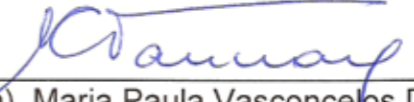
ATA DA DEFESA DE TESE
CURSO DE DOUTORADO EM ARTE /UNB-2018.

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, às quatorze horas, realizou-se na Escola Parque 308 sul a Sessão Pública de Defesa de Tese do (a) aluno(a) **Cleber Cardoso Xavier**, matrícula nº 14/0077391, intitulada: "Escola Parque: Apontamentos sobre Anísio Teixeira e o ensino de Arte no Brasil". A comissão examinadora composta pelos professores: Thérèse Hofmann Gatti Rodrigues da Costa (VIS/UnB) - Luisa Gunther Rosa (VIS/UnB) - Membro Interno, Maria Paula Vasconcelos D'Escragnole Taunay (SEEDF) - Membro Externo, Leda Maria de Barros Guimarães (UFG) - Membro externo. Luiz Carlos Pinheiro Ferreira (VIS/UnB)- Suplente. Após arguir a banca deliberou pela **aprovação** e indicação de Publicação.

ASSINATURAS:


Professor (a) Dr. (a). Thérèse Hofmann Gatti Rodrigues da Costa

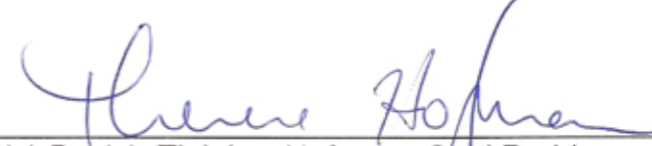

Professor (a) Dr. (a). Luisa Gunther Rosa


Professor (a) Dr. (a). Maria Paula Vasconcelos D'Escragnole Taunay


Professor (a) Dr. (a). Leda Maria de Barros Guimarães

Proclamados os resultados pelo (a) Professor (a) Dr. (a). Thérèse Hofmann Gatti Rodrigues da Costa, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos, e para constar eu, Thérèse Hofmann Gatti Rodrigues da Costa, lavrei a presente ata, que assino.

Brasília-DF, segunda-feira, dezembro 18, 2017


Professor (a) Dr. (a). Thérèse Hofmann Gatti Rodrigues da Costa
PRESIDENTE DA BANCA EXAMINADORA

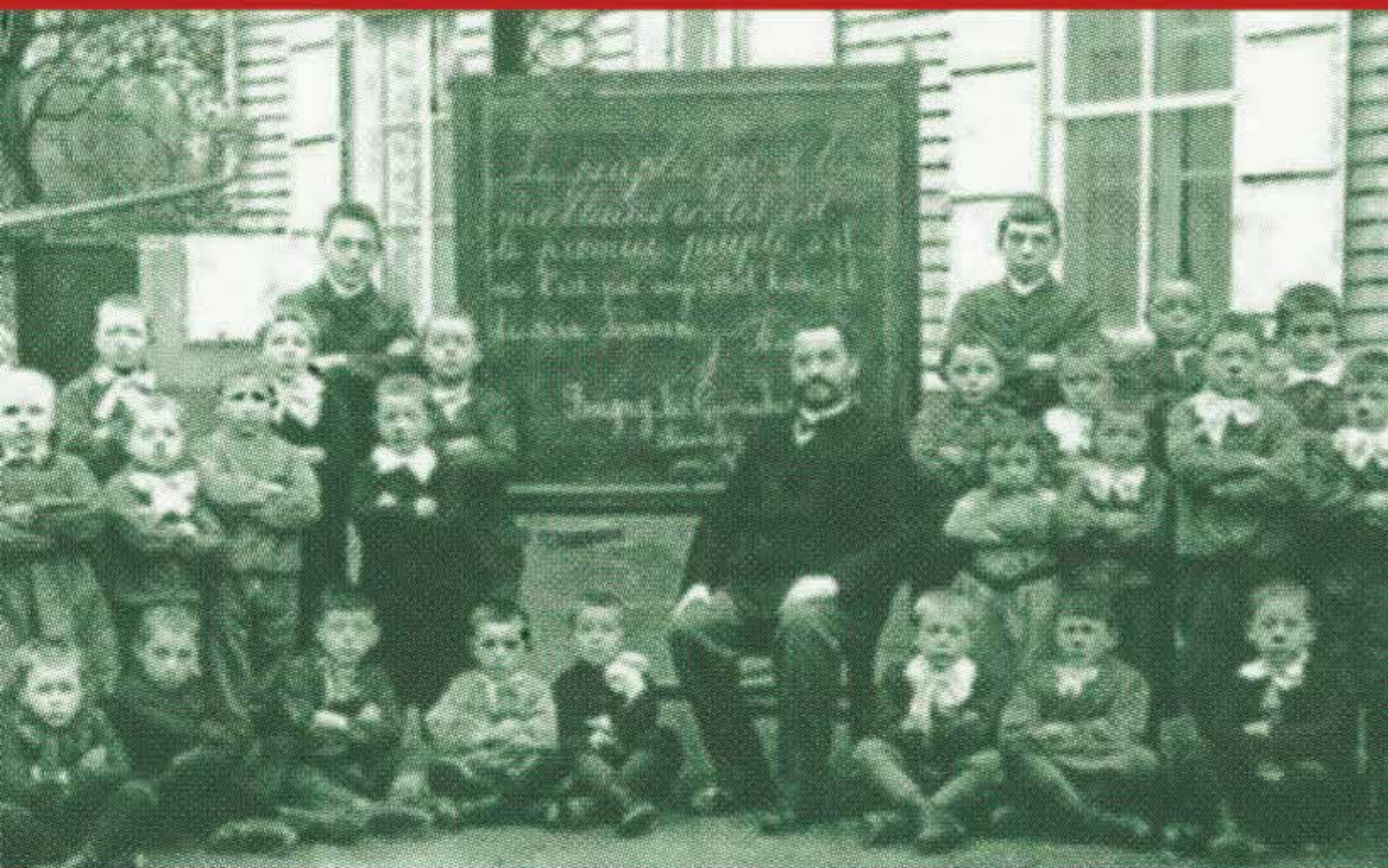
É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos.
Ao autor reserva-se outros direitos de publicação.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

XX3e Xavier, Cleber Cardoso
Escola Parque: apontamentos sobre Anísio Teixeira e o ensino de Arte no Brasil / Cleber Cardoso Xavier; orientador Thérèse Hofmann. -- Brasília, 2017. 290 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Arte) -- Universidade de Brasília, 2017.

1. Escola Parque. 2. Anísio Teixeira. 3. Ensino de Arte. 4. Belo Horizonte. 5. Campina Grande. I. Hofmann, Thérèse, orient. II. Título.



O povo que possui as melhores escolas é o primeiro entre todos os povos, se não o é hoje, sê-lo-a amanhã.

Frase no quadro negro de uma escola, no início do século XX, Somme/França.

Dedico este trabalho aos professores brasileiros que transformam a realidade de uma nação, tronando-a próspera e digna à vida comum. Para mim, este profissional da educação tem sua síntese na figura da educadora **Darci Silva Xavier**, que com seus atos possibilitou melhores amanheceres a muitas pessoas ao longo de sua existência terrena.

Nosso caráter é o resultado
da nossa conduta

Aristóteles



Àquele que compartilhou o amor comigo nesta existência.

Com tempo pra respirar
Com tempo pra ser bem mais que dois

...

Dez mil coisas por segundo
Pelos dias que a gente aprendeu
Dez milhões de coisas que a gente é
Pelo nosso amor em movimento
Pode ser e é

Trecho da música **É** de Tulipa Ruiz.

Agradecimentos

Uma tese não é uma construção estritamente individual. Faz-se necessário um período longo de pesquisas, leituras, reflexões, discussões, seleções e descartes de escritos, e envolve muitas pessoas e instituições. Manifesto aqui a minha gratidão àqueles que direta ou indiretamente, tornaram possível a realização deste trabalho. Em especial, agradeço:

a Deus e aos meus pais, Darci e Ivan, por me permitirem conjugar verbos nesta existência terrena, e aos meus amigos espirituais e ao auxílio que nunca me faltou, seja em forma de bons pensamentos, seja em intuição como também em autoconfiança e em prece;

à professora Dra. Thérèse Hofmann pela gentileza, graciosidade, disponibilidade, amabilidade e confiança em me orientar, conversar, aconselhar, cuidar e instruir durante esta pesquisa/investigação;

à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que me possibilitou o necessário afastamento remunerado das minhas atividades profissionais para realização deste estudo, em especial à gerencia dos Afastamentos para estudo (Raquel e Wanda);

aos professores, funcionários, servidores e prestadores de serviço da Universidade de Brasília, em especial aos que atuaram no Programa de Pós-Graduação em Arte do Departamento de Artes Visuais (Leonardo, Andréia, Deusdeth, Bruno e Sabrina);

aos funcionários das instituições que visitei durante estes anos de pesquisa, portanto as relaciono por cidade, pois foram muitas viagens,

em Belo Horizonte – Arquivo Público Mineiro, Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, Biblioteca Pública Luiz de Bessa, Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - (*Campi* I, II e VI), Escola Estadual Leon Renault, Fundação João Pinheiro, Imprensa Oficial do Governo de Minas Gerais, Magistra - Casa do Professor, Museu da Escola de Minas Gerais, Secretaria de

Esta tese foi escrita ouvindo muita música.
Para homenagear os artistas que tanto povoam o meu
universo particular, aqui vai uma música para alegrar.

You Learn – Alanis Morissette

I recommend getting your heart trampled on to anyone
I recommend walking around naked in your living room
Swallow it down, what a jagged little pill, it feels so good
Swimming in your stomach, wait until the dust settles
You live, you learn
You love, you learn
You cry, you learn
You lose, you learn
You bleed, you learn
You scream, you learn
I recommend biting off more than you can chew to anyone, I certainly do
I recommend sticking your foot in your mouth, at any time feel free
Throw it down, the caution blocks you from the wind
Hold it up, to the rays, you wait and see when the smoke clears
(...)
Wear it out, the way a three-year-old would do
Melt it down, you're gonna have to eventually, anyway
The fire trucks are coming up around the bend
You live, you learn
You love, you learn
You cry, you learn
You lose, you learn
You bleed, you learn
You scream, you learn
You grieve, you learn
You choke, you learn
You laugh, you learn
You choose, you learn
You pray, you learn
You ask, you learn
You live, you learn

Estado de Educação de Minas Gerais – Metropolitana B, Secretaria
Municipal de Educação de Belo Horizonte;

em Brasília – Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal
– Terracap, Arquivo Público do Distrito Federal, Biblioteca Central da
Universidade de Brasília, Biblioteca 308 Sul, Biblioteca da Faculdade
de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (ao Rodrigo
Lobato da coordenação da FAU/UNB), Companhia de Planejamento
do Distrito Federal – Codeplan, Companhia Urbanizadora da Nova
Capital – Novacap, Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais
da Educação, Escola Classe 407 Norte, Escola Classe 304 Norte,
Escola Classe 316 Sul, Escola Parque 307/308 Sul (Maria da Glória
(Glorinha) Bomfim Yung, Margareth Lobato, Rosana Silva, Helton,
Andreia, Paulo César), Escola Parque 313/314 Sul (Regina, Célia,
Romel), Escola Parque 303/304 Norte (Everaldo), Escola Parque
210/211 Norte (Luiz), Escola Parque 210/211 Sul (Roni), Escola
Parque Anísio Teixeira de Ceilândia (Neide e Líliam), Escola Parque
da Natureza de Brazlândia (Simone Rosa), Instituto Nacional de
Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Luiza Maria Amaral
e Orlene – obrigado!), Museu da Educação do Distrito Federal (Eva
Waisros, Maria Paula, Martita Icó, Luciana Maia), Museu Vivo da
Memória Candanga (Rosana, Tony), Núcleo de Documentação da
Universidade de Brasília;

em Campina Grande – Arquivo Público Municipal, Biblioteca
Átila Almeida da Universidade Estadual da Paraíba, Escola Municipal
de Ensino Fundamental Anísio Teixeira, Museu de Artes Assis
Chateaubriand – Furne, Museu Histórico e Geográfico de Campina
Grande, Museu Vivo da Ciência e Tecnologia Lynaldo Cavalcanti,
Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Educação de
Campina Grande, Secretaria Municipal de Planejamento (Irapuene e
Maria Verônica), Teatro Municipal Severino Cabral, em especial pela
entrevista concedida por Geraldino Duda – arquiteto que participou
da construção do Teatro Municipal Severino Cabral;

em João Pessoa – Biblioteca Juarez da Gama Batista – Centro
Cultural José Lins do Rego, Centro Estadual de Ensino-Aprendizagem
Sesquicentenário; Escola Estadual Padre Hildon Bandeira, Escola
Municipal de Ensino Fundamental Professora Antônia Rangel de

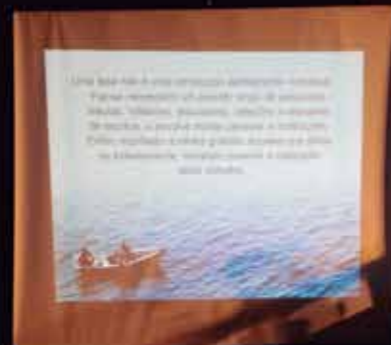


Farias, Fundação Casa de José Américo (Chico Lins), Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, Instituto do Patrimônio Artístico Nacional-PB, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, Secretaria de Estado de Educação da Paraíba, Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa, em especial ao amigo Me. Fernando Morais pela companhia, auxílio e incentivo;

no Rio de Janeiro – Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Biblioteca Central da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Biblioteca Central da Universidade Federal Fluminense, Biblioteca Nacional, Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas, Colégio Pedro II, Empresa Municipal de Urbanização, Escola Estadual Senador Alencastro Guimarães, Escola Municipal Dom Aquino Corrêa, Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro;

em Salvador – Arquivo Histórico Municipal de Salvador, Arquivo Público do Estado da Bahia, Biblioteca Anísio Teixeira, Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (Dr. Nivaldo Andrade), Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa da Universidade Federal da Bahia (Alda e Shirlei), Centro Educacional Carneiro Ribeiro composto pela Escola Parque de Salvador e suas quatro Escolas Classe (às amigas Darci Xavier e Maiana Rose da Escola Parque), Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (ao amigo Helder Florentino), Instituto do Patrimônio Artístico Nacional/BA, Secretaria de Estado de Educação da Bahia, Secretaria Municipal de Educação de Salvador;

em São Paulo – Biblioteca George Alexander da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Campus Perdizes, Faculdade de Arquitetura da Universidade Estadual de São Paulo – Campus Maranhão, Universidade Estadual de São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;



em Recife – Fundação Joaquim Nabuco – Antigo Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco (CRPE-PE) e sua Escola Experimental, Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, Instituto do Patrimônio Artístico Nacional/BA, Museu do Homem do Nordeste, Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco, Secretaria Municipal de Educação de Recife;

aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Arte, dentre eles: Andiará, André, Anelise, Cris, Fábio, Gabriel, Lourdinha, Marco Antônio, Margarida, Mônica, Renata, Samara, Thaís, e Pedro Ernesto;

aos amigos que apoiaram, comemoraram e incentivaram de uma forma ou de outra, e sempre que possível, estiveram ao meu lado durante esta trajetória: Simone e Jorge Carlos e Benjamin, Alex e Rafael, Anderson, Cássio, Marcos Irondes, Daniel Arruda, Osvaldo, Leonardo Arruda, às meninas dos encontros mensais: Regina, Sandra, Wanessa, Clarissa, Aline e Si, ao Cléber Júnior e Loyane, Wesley Thiago, ao grupo Largados(*ou quase*) que me proporcionou a devida desopilação quando necessário, à Lisânia, aos novos amigos que surgiram a partir dos cursos da EAPE ao longo destes anos de pesquisa (Tony, Glorinha, Luzia, Magna, Maísa, Taís e Arthur), além da oportunidade de descobrir e aprender mais sobre Brasília e sobre mim, sobre a educação em Brasília;

aos amigos da Comunhão Espírita de Brasília pelo devido apoio emocional e espiritual sempre que foi necessário, e principalmente aos dirigentes dos grupos de estudo e à coordenação de trabalho voluntário, obrigado pela oportunidade de servir;

à Vanessa Paixão e à Simone Santos de Oliveira pela leitura e comentários sobre o texto (gatas, valeu demais!);

ao Sinpro-df pelo apoio sempre que necessário, pelas informações e prestatividade em promover o avanço na luta de classe e as conquistas merecidas dos professores (Rosilene Corrêa, Gilza, Berenice, Joelma, Wilson, Cleber e meu amado amigo Cássio Campos (*in memoriam*));

aos meus familiares que tanto me apoiaram, e que também se viram distantes de mim por tanto tempo, mas que ao



final deste processo acredito eu, sentem-se recompensados pela minha conquista (o natal este ano será mais divertido ;-), né!?), Thiago, Mauricélia, Henrique, Luane, Laura, Gley Fabiano, Sheila, Carolina, Ivana Cristina, William, Arthur, Victor;

ao Flávio Ayres pelo interesse, apoio, conversas edificantes, comentários reestruturantes, pela companhia e amor mútuo, e também por sua família (dona Antônia, Tereza, Adriano, Alessandra, Humberto, Heloísa) que me acolheu, cuidou e amou, meu mais intenso e verdadeiro agradecimento, tanto pelos dias passados na companhia de vocês, quanto pelos dias futuros, enfim pela vivência conjunta, obrigado;

à banca de qualificação composta pelos professores: Dr^a Eva Waisros Pereira (UNB/Museu da Educação do DF), Dr^a Maria Paula Vasconcelos Taunay (SEEDF/Museu da Educação do DF), Dr Luiz Carlos Pinheiro (UNB), Dr^a Luisa Günther Rosa (UNB), meu muito obrigado pela disposição em ler e contribuir com este trabalho. Foi a partir dos comentários de vocês que obtive um novo ponto de vista e redesenho do material agora apresentado como tese, sinceramente o meu muito, muito obrigado;

à banca de defesa Dr^a Lêda Maria Guimarães (UFG) , Dr^a Maria Paula Vasconcelos Taunay (SEEDF/Museu da Educação do DF), Dr^a Luisa Günther Rosa (UNB), Dr Luiz Carlos Pinheiro (UNB), a vocês o meu muito obrigado pela disponibilidade em ler, avaliar e tecer as devidas considerações e arguições neste momento crucial da minha vida profissional;

ao Fumaça e à Raja Gabaglia pela companhia essencial e o carinho que só vocês sabem me dar;

à todxs aquelxs que embora não citados aqui me deram suporte, apoio e colaboração;

e principalmente a você leitor que se disponibilizou a ler/ fazer uso desta tese.

Xavier, Cleber Cardoso. ESCOLA PARQUE: apontamentos sobre Anísio Teixeira e o ensino de arte no Brasil. Tese de doutorado (Instituto de Artes), Universidade de Brasília. 2017.

Resumo

Esta tese se propõe a traçar apontamentos acerca das Escolas Parque de Campina Grande e Belo Horizonte, abordadas em documento oficial na década de 1960 a partir de dados recuperados por meio de pesquisa documental histórica em arquivos brasileiros, distribuídos em sete unidades federativas. Estes dados estão articulados com a biografia de Anísio Teixeira, com destaque para o seu relatório de 1960 que aborda a criação destas duas escolas. Ainda são abordadas as construções de Pavilhões de Artes Industriais durante o final da década de 1950 e o início da década de 1960. A partir destes dados, instiga-se a problematização acerca do papel de Anísio Teixeira quanto a história da arte/educação no Brasil.

Palavras-chave: Escola Parque; Anísio Teixeira; Belo Horizonte; Campina Grande; Arte educação; Pavilhões de Artes Industriais.

Xavier, Cleber Cardoso. PARK SCHOOL: notes about Anísio Teixeira and the art teaching in Brasil. Thesis (Arts Institut), University of Brasília. 2017.

Abstract

This thesis proposes to draw up notes about Campina Grande and Belo Horizonte Park Schools, which were mentioned in an official document 1960's based on data recovered through historical documentary research in Brazilian archives, distributed in seven federative units. These data are articulated with the biography of Anísio Teixeira, with emphasis on his report of 1960 that addresses the creation of these two schools. It discusses the construction of Pavilions of Industrial Arts during the late 1950s and the early 1960s. From these data, the problematization of the role of Anísio Teixeira in the history of art / education in Brazil is instigated.

Keywords: School Park; Anísio Teixeira; Belo Horizonte; Campina Grande; Art/Education; Industrial Arts Pavilions.


Primeiro Estranha-se, depois entranha-se.

Fernando Pessoa

Ao longo da vida, como de uma pesquisa, percebe-se que para alcançar a plena compreensão, faz-se necessário desvelar dados. Entretanto, é ao longo dos processos, das vidas, das pesquisas que isto ocorre. Ou seja, por mais que uma pesquisa seja clarificadora, a próxima pesquisa irá complementar a anterior, possibilitando uma outra compreensão, possivelmente melhor, mais clara, mais inteligível, ao desvelar outro dado, outra percepção, outra leitura do objeto ora clarificado, desvelado, analisado, exibido. Portanto, vida longa ao desapego, à curiosidade, à vontade e à garra em buscar novas possibilidades. Que cada pesquisador aceite seu momento, sua etapa, sua pesquisa, como também sua valorosa participação na construção do conhecimento. A obra ao lado visa esta mensagem.

SUMÁRIO

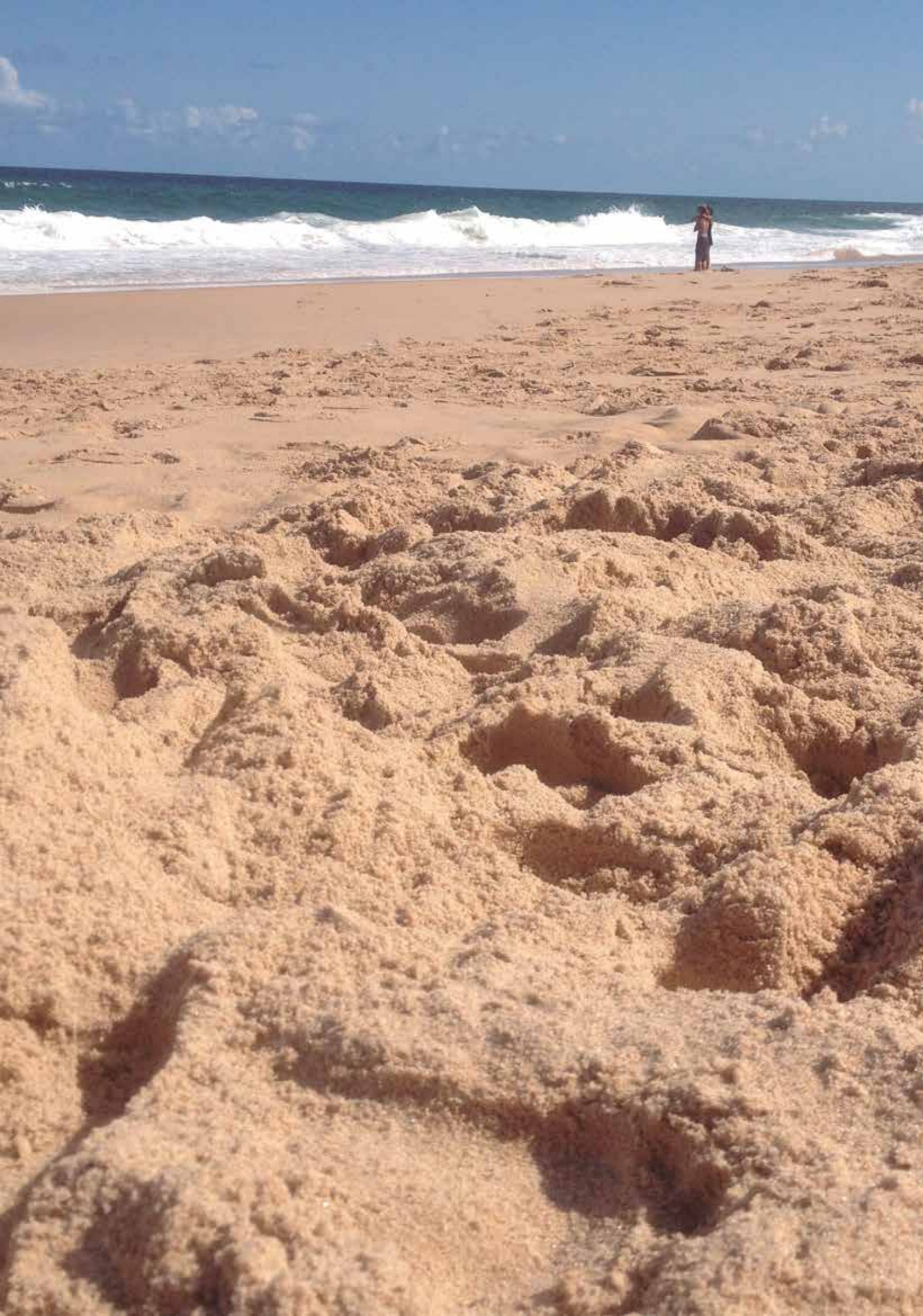
Dedicatória	v
Agradecimentos	vii
Resumo	xiv
Abstract	xv
Prefácio	19
Em busca das pegadas / Introdução	21
O autor	23
A pesquisa	29
Objetivos, metodologia e locais da pesquisa	31
Justificativa	39
A educação brasileira	49
Arte/Educação brasileira	63
Arquitetura Escolar	77
Unidade de vizinhança	95
Anísio Teixeira	101
Escola Playground	118
Pavilhões de Artes Industriais	121
Formação de professores	127
Centro Educacional Elementar	135
As Escolas Parque conhecidas	139
Centro Educacional Carneiro Ribeiro	141
Escolas Parque para Brasília, o Plano Educacional	151
Centro Educacional Nº 01 e a primeira Escola Parque de Brasília	161
As Escolas Parque criadas no período da ditadura	177
militar brasileira: EP 313/314S e EP 303/304N	
EP 210/211 N	185
Um posto de saúde que virou escola: EP 210/211 S	187
Escolas Fora do Plano	190
Escola Parque Anísio Teixeira	191
Escola Parque da Natureza de Brazlândia	193
A busca por outras Escolas Parque	199
Escola Parque de Campina Grande	199
Dumerval Trigueiro	201
Teatro Municipal Severino Cabral	219
Escola Parque de Belo Horizonte	133
Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais (CRPEMG)	228
Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar	231
Escola Estadual Leon Renault	237
Publicações do CRPEMG/Pabaee	243
Descrição Situacional	263
Considerações finais	265
Referências Bibliográficas	267
Bibliografia Consultada	282
Referências das Figuras	285
Lista de Figuras	286
Lista de Imagens	287
Lista de Quadros	288
Lista de Siglas / Abreviações	289



Navegar no oceano do conhecimento é uma arte, um desafio, uma necessidade àqueles que tem sede de respostas, enfim, sede de crescimento. Crescimento no sentido lato do verbete, não só crescimento intelectual, mas cultural e ainda moral. Quando dizem que o ser humano nasce cresce e morre, é o intervalo entre o chegar e o partir que me interessa, é o percurso, o caminho trilhado, o passo dado sem questionar o passo que não se deu. Entretanto, por vezes é solitário esse caminhar. Mas lembrando do filósofo quando disse Omnia Mea Mecum Porto, sigo meu caminho na certeza de que trago comigo o que é importante: meu mundo, meu existir. Agora você já faz parte do meu caminho, já começou a conhecer um pouquinho do que foi até então, esta minha existência. Continue e venha conhecer um pouco mais sobre o ensino de arte no Brasil, mas não crie expectativas, vá aos poucos, receba as informações e teça as suas conclusões, além das minhas, pois o conhecimento traz consigo a provocação do debate e o despertar de novos interesses. Seja bem-vindo(a) a este recorte do meu universo particular, da pesquisa ora apresentada, do resultado de dias solitários, mas recheados de lindos pores-do-sol e nostálgicos luares. À frente encontrarás a Introdução desta tese que pretende, de maneira científica, trazer à tona as perguntas e respostas que envolvem esta pesquisa.

Boa leitura.

Ahhhhh, em tempo, caso queira compartilhar sua percepção, meu e-mail é ccxavier@hotmail.com



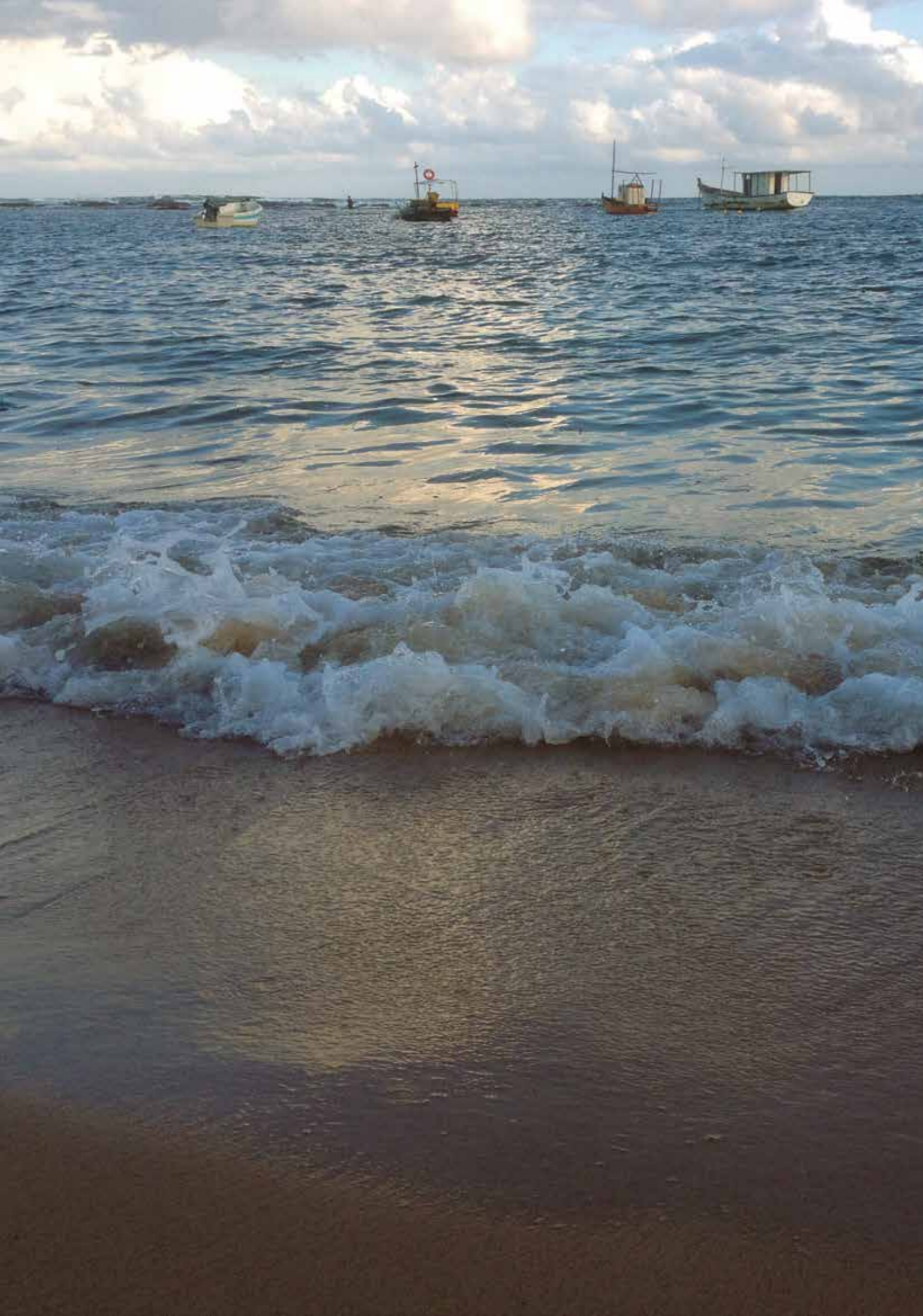
Em busca das pegadas

Introdução

Introduzir algo ou alguém é possibilitar a entrada deste em algum lugar. Mas para esta tese aborda-se o lugar no sentido lato do termo, abrangendo não só a localização geográfica, mas temporal, situacional, e até mesmo emocional, para não dizer pessoal. Então, no intuito de introduzir o leitor ao relato desta pesquisa, informa-se que serão expostos dados que visam, ao fim, fazer sentido. Comunica-se que há um modo, um tanto particular na escrita e apresentação desta tese. Portanto, espera-se que a fruição exista.

Toda tese é fruto de um percurso. E se há um percurso, faz-se necessário algumas vezes rever os passos dados e os objetivos esperados ao final deste caminho. Se for inevitável o caminhar, o ponto de chegada é futuro presente, mas às pegadas deixadas são possibilidades de reflexão. Refiro-me as pegadas que provocaram esta pesquisa, deixadas ao longo do tempo e que são perceptíveis ou não no momento atual. Pegadas tanto de outros como do próprio autor desta tese, sendo as instituições feitas de pessoas. Daí a importância do humano na construção da história, seja na escrita, seja na interpretação e também no armazenamento, na construção do acervo que em algum momento será requisitado em prol de recuperação e/ou atualização de dados e informações.

Interessado em contextualizar o leitor quanto ao texto que está posto nas páginas a seguir, introduz-se a pesquisa com os dados do autor, no intuito de situar o ponto de partida, o lugar inicial da pesquisa – o autor. Entende-se necessário esclarecer que será do ponto de vista do autor, que serão apresentados os dados, informações, reflexões e possíveis conclusões. Mesmo considerando hermética a metodologia científica, é premente considerar a contaminação dos dados, das percepções e do texto resultante, uma vez que foi produto de uma vivência humana. Foi um humano



que observou, leu, interpretou, pensou, futricou dados de e sobre pessoas e instituições. Portanto, nada mais plausível do que conhecer previamente este olhar, o olhar que possibilitou a escrita vindoura.

O autor

Oi, eu sou o Cleber Cardoso Xavier. Em 2009 ingressei na carreira do magistério público do Distrito Federal e fui lecionar na Escola Parque 210/211 Norte (EP210N). O universo daquela escola era totalmente diferente de tudo o que eu já conhecera. Havia atuado em escolas de ensino fundamental e médio e também em centros de educação profissional no Estado de Goiás, em algumas instituições de ensino superior, em Programas e Projetos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e por último na Secretaria Executiva do Ministério da Educação (MEC). Meu arcabouço de experiências na área da educação era, a meu ver, até extenso. Ledo engano.

Deparei-me, naquele momento, com uma escola totalmente diferente de tudo o que havia encontrado no meu percurso, tanto pessoal quanto profissional. Primeira coisa que me espantou foi que a escola não era uma escola como as que eu conhecera, ou estudara. Nela não ocorriam aulas de português ou matemática, eram aulas de artes e de educação física. Mas, tudo bem, pensei eu, vou encarar este desafio e aprender algo novo, sendo está uma oportunidade de aprendizado. Sem fazer julgamento se seria bom ou ruim, comecei a trabalhar.

Fui lotado no laboratório de informática desta escola, e começamos, eu e a equipe atuante na escola, a desempenhar aulas interdisciplinares para os componentes curriculares lá ministrados. Comecei a conhecer a escola. Aprendi que havia sido concebida por Anísio Spínola Teixeira e que existiam outras iguais no Plano Piloto de Brasília. Em tempo é necessário informar que não sou nativo desta cidade, sou mineiro de Araguari/MG e fui criado em Corumbaíba, no interior de Goiás – numa cidade com menos de 10 mil habitantes, onde freqüentei escolas públicas durante o ensino fundamental, não



sei se por opção ou por falta de alternativas – uma vez que na cidade não havia escolas privadas.

Por ser filho de uma professora, vivenciei o ambiente escolar não só como aluno, mas também, participando na elaboração e confecção de materiais didáticos e paradidáticos, pois minha mãe lecionava no curso magistério, no único colégio da cidade. Ela também era diretora de um grupo escolar (que leva até hoje o nome do meu avô), e desenvolveu o seu melhor nas 60 horas de trabalho semanal. Acompanhando-a, quando eu era criança, conheci editoras de livros didáticos, freqüentei cursos de capacitação da área educacional em algumas cidades, recortei muita figura para cartazes que eram utilizados em suas aulas, já que era o recurso visual disponível.

O hábito de freqüentar bibliotecas e o despertar da curiosidade e vontade de aprender deu-se na oportunidade de acessar estes ambientes, por estar em sua companhia. Em casa, tínhamos uma considerável biblioteca, da qual ainda possuo parte do acervo, por herança e apego. Foram inúmeras as tardes vendo, lendo e revendo figuras e textos sobre os mais diversos assuntos, já que éramos abastecidos com enciclopédias e coleções as mais distintas.

Dos livros que tínhamos acesso, destaco a “Coleção Trópico – enciclopédia ilustrada em côres”, assim mesmo, com acento e tudo o mais que eu podia ter. Junto as páginas ilustradas a imaginação não tinha limites, pois eu “viajava na maionese” e esquecia do tempo mexendo nos livros. Visando esclarecer assuntos abordados em conversas ou em sala de aula, éramos, eu e meus irmãos, instruídos a consultar dois materiais básicos de nossa casa – a “Enciclopédia Objetiva Universal” e o “Dicionário”. Sempre ouvíamos: “não sabe, vai lá e consulta, depois retorna aqui para conversarmos”. Incentivo à busca do que se deseja saber, era a estratégia adotada por ela nos quentes dias goianos, que agora adulto, compreendo que era necessária para alcançar seu objetivo: educar-nos.

Era perceptível o desejo de transmitir conhecimento, expresso nas conversas familiares. A literatura nos foi introduzida por meio das coleções inteiras de José de Alencar, Jorge Amado, Monteiro Lobato, Eça de Queiroz, Alexandre Dumas, sem contar a

Coleção Série Vagalume, dentre outras. Parte deste acervo foi fonte educativa, para não dizer formativa – já que tudo o que se tem experiência possibilita a mudança do ser, já citando informalmente John Dewey. Cito aqui alguns dos itens que me couberam no espólio e ainda habitam o meu universo físico: Tesouro para a Juventude, Coleção Tesouro Científico, a Coleção Figurama com seus efeitos holográficos e ilustrações fotográficas de bonecos que sempre eram revisitadas. Entretanto, neste universo de conhecimento também vivenciávamos a situação oposta. Sem reclamar, mas no intuito de contextualizar, informo que meu pai somente tinha a segunda série primária e um tino aventureiro.

O ambiente familiar característico da década de 1970 até meados de 1990, no interior do Brasil, é base da minha formação enquanto cidadão. Nele estava presente: o machismo, vivenciado e aplicado até mesmo pelas mulheres; crises financeiras, pois foram muitos os planos econômicos e cálculos matemáticos visando a sobrevivência; caridade e empatia, foram exemplos práticos da vivência religiosa que não só era confessada em nosso lar, mas efetivamente aplicada cotidianamente; presença política, uma vez que minha família importava e participava com a política local, até mesmo pela questão financeira além da social; educação como herança, uma vez que meus pais não pretendiam deixar herança material, fazendas e gado como meus tios, a educação consistiu em seu maior investimento, sendo o objetivo alcançado: ter toda a prole com pelo menos um curso superior¹.

Assim, nada mais claro, do que pesquisar algo relacionado à educação, com dedicação e afinco, com desejo pessoal e profissional, uma vez que sou filho de professora, professor e muito curioso². Citando Levindo Lambert, quando assumiu a pasta de educação no governo mineiro de Juscelino Kubitschek, relatou: “Filho de professor, trazia no meu destino o pendor atávico do magistério. Era razoável, portanto, que sentisse entusiasmo, dedicação e fé” (LAMBERT, 1957, p.15), persisti nesta busca por informações sobre

1 Minha mãe é fruto da segunda união do meu avô, da qual resultou 8 filhos, e somente ela, a caçula, cursou o ensino superior. Posteriormente, cursou pós-graduação *latu sensu* em Pedagogia. Daí talvez sua escolha em investir na educação dos filhos ao invés de somente acumular riqueza material. Digo sua escolha pois meu pai faleceu quando eu tinha 14 anos, e a persistência em formar os filhos foi dela, apesar de desde a infância ter conhecimento desta meta traçada por uma capricorniana.

2 Quem estudou comigo sabe que sempre tenho uma pergunta a ser feita.

a carreira que eu então passei a integrar: magistério público do Distrito Federal.

Sobre minha formação, informo que minha primeira graduação é em tecnologia (bacharelado em 1994 e licenciatura em 2010), com especialização em informática em educação (2005). Entretanto a sede de participar do universo da arte sempre esteve presente³. Paralelo ao curso de Mestrado em Arte (2013), licencieme em dança (2013), o que me possibilitou um pouco mais de conhecimento quanto à arte. Trabalhar em uma Escola Parque, uma escola que promove o ensino de Arte, instigou a pesquisa e o aprofundamento do conhecimento a respeito da arte. Porém, a atual pesquisa é literalmente um curso para a minha formação. Uma vez que “da experiência antecedente, dos anteriores saberes vistos como insuficientes e limitadores nasce o desejo de conhecer mais e melhor a partir de um foco concentrado de atenções” (MARQUES, 1998 p. 92), promovendo assim um crescimento e a possibilidade da investigação ora presente.

Esta pesquisa me possibilitou acesso a diferentes conteúdos e informações que eram desconhecidas por mim. Aprender sobre a história da educação, possibilitou rever e analisar minha própria história, a história da cidade onde cresci, a prática profissional da minha mãe, os hábitos e as referências que existiam e ainda existem nesse universo. A história da arte/educação dialogou diretamente com as aulas de educação artística que freqüentei, e a valoração da arte que me foi repassada. Enfim, esta pesquisa promoveu uma atualização, um verdadeiro “F5⁴”, no meu existir.

Isto posto, esclareço que conhecer a EP210N provocou em mim algumas inquietações. Uma destas inquietações desencadeou a pesquisa de mestrado em Arte que resultou em uma dissertação intitulada “Escolas Parque de Brasília: uso do laboratório de informática pelos professores de arte⁵” (XAVIER, 2013). Foi assim que sanei algumas dúvidas sobre esta tipologia escolar, bem como

3 Iniciei a licenciatura em Educação Artística na Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás em 1996, mas acabei abandonando o curso após alguns semestres pela necessidade de trabalhar.

4 F5 é uma tecla de atalho, utilizada para atualizar uma página de navegador, ou seja, ao navegar na internet se pressionada esta tecla, as informações serão atualizadas, renovadas, recarregadas. Nota do autor.

5 Disponível em http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14857/1/2013_CleberCardosoXavier.pdf.



quem tinha sido Anísio Teixeira. Mas surgiu o desejo de continuar esta investigação, esclarecer pontos obscuros na história dessa tipologia escolar, como por exemplo: **qual a relação entre a escola da tipologia *Playground* no Rio de Janeiro e a Escola Parque de Salvador? Existiram ou não as Escolas Parque de Campina Grande e Belo Horizonte?** Assim surgiu esta pesquisa de doutorado, numa proposta de aprofundamento vertical da dissertação de mestrado.

A pesquisa

A história da arte/educação brasileira possui algumas lacunas. Seja em relação às práticas desenvolvidas ao longo dos anos, como também ao histórico dos locais de desenvolvimento destas práticas. No Brasil, a relação com a memória, criação/manutenção/atualização de acervos e arquivos, ainda necessita de avanços e conquistas. Talvez essa relação seja assim devido o desejo de velar fatos, como por exemplo, o período da última ditadura militar brasileira; ou a juventude da identidade do Brasil enquanto Estado se comparado aos países asiáticos ou europeus; ou ainda pelo desejo do novo em detrimento do que é considerado velho e ultrapassado, e para exemplificar esta última possibilidade, recorda-se o fato de cobrir com demãos de tinta acrílica, pinturas barrocas em igrejas mineiras no intuito de tornar o templo contemporâneo à comunidade⁶.

Enfim, é neste lugar de apagamento da memória, de esquecimento do que ocorreu que se propôs a pesquisa ora apresentada. Com foco específico em sanar alguns questionamentos quanto à existência, construção e desenvolvimento das Escolas Parque de Campina Grande e de Belo Horizonte, deu-se início a esta investigação, que é um aprofundamento das informações contidas na dissertação de mestrado, concluída em 2013.

Teixeira (BRASIL, 1960) informa no relatório do Ministério da Educação sobre o ensino complementar que já estava sendo construída a Escola Parque de Belo Horizonte/MG e com previsão

⁶ Enquanto fotógrafo e pesquisador vivenciei e registrei o fato relatado durante a década de 2000 no estado de Minas Gerais.

de início de construção da Escola Parque de Campina Grande/PB. Informa ainda a previsão de construção de outras Escolas Parque nas cidades de São Paulo, Porto Alegre, Guanabara e Recife.

Assim, o problema que possibilitou a estruturação desta investigação é: **existiram as tais Escolas Parque informadas no relatório de Anísio Teixeira (TEIXEIRA, 1960)? Se estas escolas existiram, como elas são? Qual o seu projeto pedagógico, formas de atendimento e público atendido? Qual sua localização, arquitetura, distribuição espacial? Qual a relação destas escolas com as demais Escolas Parque brasileiras?**

Entretanto, Anísio Teixeira reporta a possível criação de diversas Escolas Parque em distintas unidades federativas brasileiras. Como enfatiza em sua fala as obras iniciadas da Escola Parque de Belo Horizonte e o breve início da construção da Escola Parque de Campina Grande, optou-se por estabelecer nestas duas unidades o recorte da pesquisa, deixando de fora as demais indicações de construções. Sendo o tempo e o recurso financeiro escasso para sanar dúvidas sobre todas as possibilidades de construções apontadas por Teixeira, delimitou-se este recorte deixando aberto o interesse de desenvolver uma outra pesquisa, a posteriori sobre as outras unidades citadas.

Neste mesmo relatório (BRASIL, 1960) Teixeira se refere à construção de Pavilhões de Artes Industriais, o que não era, mas tornou-se, um objetivo desta investigação. Por ser um dos itens que compõe a estrutura da Escola Parque de Salvador, este pavilhão é então item categórico de pesquisa, e foi assim despertada a atenção para coleta de informações sobre este assunto. O que aconteceu e gerou uma hipótese: **a área de arte/educação se consolidou na década de 1970 no Brasil a partir do campo de trabalho criado em decorrência das ações de Anísio Teixeira**, sendo as suas construções de Escolas Parque, Pavilhões de Artes Industriais e salas especiais o gatilho para a necessidade de um profissional do magistério com habilidades e competências específicas para o ensino de arte, ou seja, um professor de artes ou um arte/educador.

As ações anisianas são desde a proposta de criação de salas de aula especiais, projetadas com as especificidades necessárias

ao ensino de arte nos idos de 1930 na cidade do Rio de Janeiro, perpassando a construção dos Centros Educacionais Elementares com suas Escolas Classe e Escolas Parque a partir do final da década de 1940 até a década de 1970; bem como a construção de Pavilhões de Artes Industriais, a partir do final da década de 1950 até meados da década de 1960, nas escolas já existentes e em funcionamento, pelo Brasil afora, incentivando uma educação integral à população.

Mesmo com a reviravolta política que aconteceu no Brasil em meados da década de 1960, com a instalação da Ditadura Militar, Anísio Teixeira já havia modificado a realidade brasileira em relação ao ensino de arte. Com a construção de espaços diferenciados para este ensino, a demanda já se fazia presente e até então era suprida por professores advindos dos cursos Normais ou das faculdades de Pedagogia. Entretanto, desde a década de 1950, já havia a formação polivalente de professores na área de artes nas capacitações promovidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Há que se pontuar o início das formações de professores de arte de maneira polivalente nas universidades brasileiras a partir da década de 1970, tendo como base o curso de Educação Artística. Esta situação culmina na Lei 5.692/71, em seu Artigo 7º "Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-Lei n. 369, de 12 de setembro de 1969" (BRASIL, 1971).

Objetivos, metodologia e locais da pesquisa

Com o problema definido, conforme exposto anteriormente, passou-se à definição dos objetivos, que assim foram dispostos:

- Investigar a partir de acervos e arquivos brasileiros a existência das Escolas Parque de Belo Horizonte/MG e de Campina Grande/PB;
- Desvelar as informações acerca de suas formas de funcionamento, metodologia de ensino, arquitetura escolar, formas

ESCOLA PARQUE - BAHIA



33

ESCOLA PARQUE - BAHIA



97



99



BAIRRO DA LIBERDADE - SALVADOR



1



2



3

ASPECTOS DE BRASÍLIA - D.F.



2 685



2 686



2 688



2 687

de atendimento, público atendido, enfim, discorrer por meio dos dados levantados como funcionavam ou funcionam estas escolas, caso tenham existido;

- Expor a relação entre a tipologia *Playground* e a Escola Parque;

- Coletar ao longo da pesquisa dados e informações acerca dos Pavilhões de Artes Industriais, visando contexto para dissertar sobre a hipótese apresentada anteriormente sobre a relevância de Anísio Teixeira na consolidação da formação superior na área de artes no Brasil.

Assim, o primeiro passo metodológico consistiu no levantamento dos possíveis locais de pesquisa documental nas cidades onde já havia relatos de possível existência de Escola Parque, que são: Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, Belo Horizonte e Campina Grande. Esta última por não ser uma capital, optou-se por fazer também o levantamento da cidade de João Pessoa, capital do estado e sede do governo e da Secretaria de Estado de Educação, além de arquivos documentais de relevância que poderiam conter algum dado relevante para a pesquisa.

De posse da listagem inicial dos locais de pesquisa, procedeu-se o efetivo início da investigação. Primeiramente utilizando os recursos digitais, uma vez que na atualidade, alguns dos acervos e repositórios disponibilizam os materiais em formato digital. Posteriormente, foram efetuadas as visitas *in loco* aos locais listados previamente. Alguns acervos foram adicionados na listagem com o passar dos meses, uma vez que a pesquisa se mostrou orgânica e maleável a isso. Ao passo que as informações eram coletadas, foi sendo desenhado o contexto e o cenário que possibilitou a escrita desta tese.

Adotou-se a metodologia de pesquisa documental e histórica para localizar documentos e possíveis dados que corroborassem para a resolução das questões apresentadas. Levando-se em consideração alguns conceitos da Escola dos Annales em relação à escrita da história, do que é importante e por quem foi contada ou escrita. Compreendendo também esta Escola como um caminho metodológico possível a ser trilhado. Uma vez que a Escola dos

Annales permite que a história seja contada a partir de escolhas, recortes e diferentes pontos de vista, não sendo somente o grande herói o contador ou referencial histórico. Uma vez que a história das Escolas Parque parece estar posta e acabada, tanto pelo Inep quanto pelos governos locais e suas secretarias educacionais, há o interesse em rever tal história por novos pontos de vista baseados em documentos oficiais já deixados de lado ou esquecidos, mas ainda latentes e potentes.

Dentre estas escolhas e fontes, trabalhou-se ao longo da pesquisa com fontes primárias de dados em diferentes instituições, nas cinco unidades federativas brasileiras onde ocorre ou provavelmente ocorreu a construção de Escolas Parque (RJ, BA, DF, MG, PB), bem como visitas a acervos referenciais ao assunto abordado situados nas cidades de São Paulo (SP) e Recife (PE). Além dos dois pontos cruciais de pesquisa – as duas escolas até então nunca investigadas (BH e CG) – definiu-se uma busca por informações acerca dos Centros Educacionais Elementares, das escolas anisianas do Rio de Janeiro, com destaque para as tipologias Nuclear, *Platoon* e *Playground* (RJ); do Centro Educacional Carneiro Ribeiro e suas escolas (BA); do Plano Educacional de Brasília e seu Centro Educacional Elementar Nº 01 e as demais escolas da cidade, com destaque para as Escolas Parque tanto do Plano Piloto quanto fora dele (DF).

Desta forma, o período temporal do recorte desta pesquisa, de acordo com os objetivos ora apresentados, está estabelecido em cerca de dez anos, compreendido entre o final da década de 1950 ao final da década de 1960, de acordo com a data de publicação do relatório do Ministério da Educação (BRASIL, 1960), que dá origem à esta pesquisa. Entretanto, informo que foram recuperadas informações de um período maior (1920 a 2017), de quase um século, visando cooperar à devida contextualização dos conceitos aqui apresentados e abordagem da primeira escola da tipologia *Playground* no Rio de Janeiro sob influência dos conceitos adquiridos por Anísio Teixeira no final da década de 1920, até o desenvolvimento contemporâneo das Escolas Parque de Brasília, no Distrito Federal em 2017.

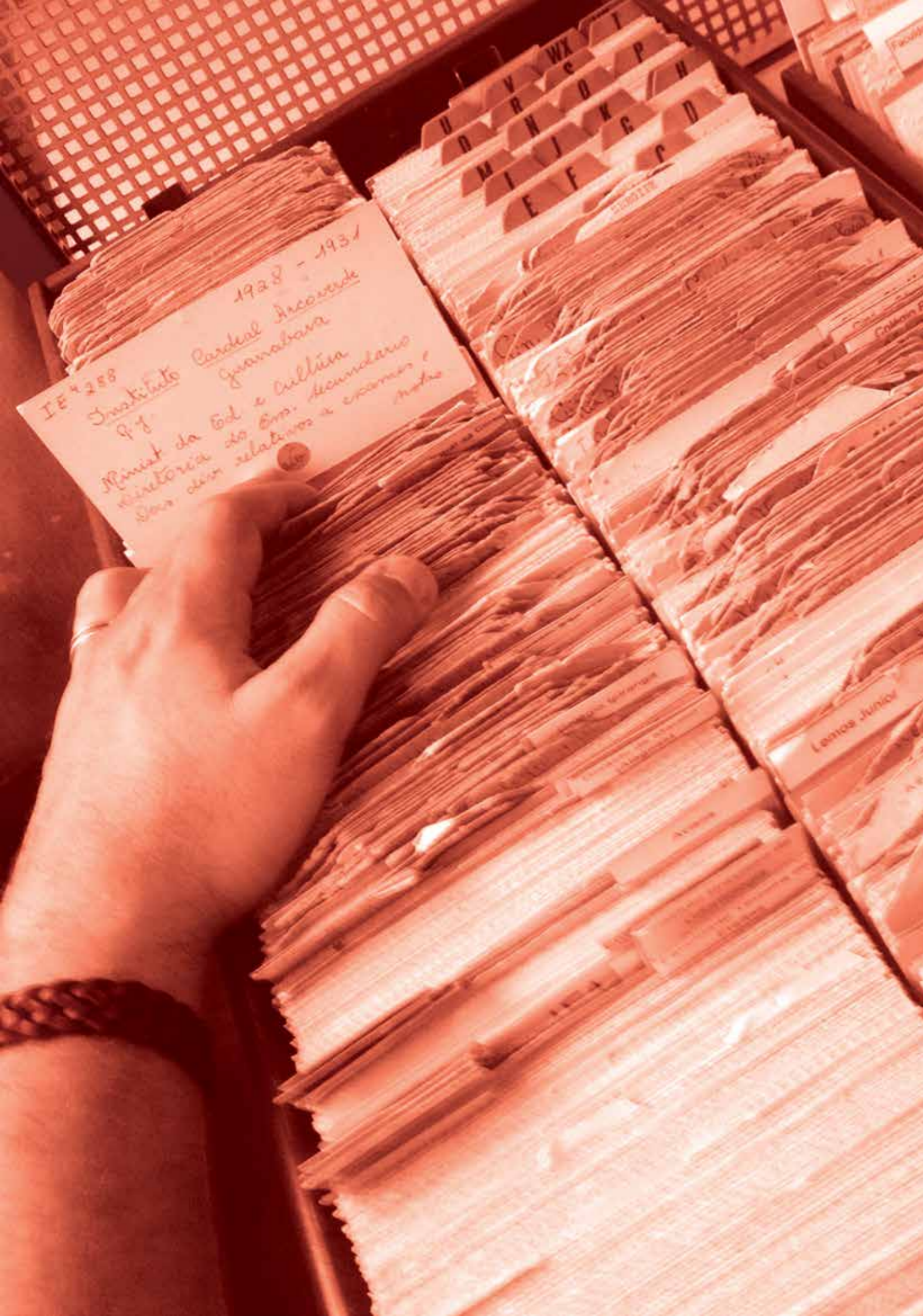
Quanto aos locais de pesquisa, foram definidas cinco unidades federativas (UF) relevantes para o recorte inicial. São elas: Rio de Janeiro⁷ – por possuir as escolas de tipologias Nuclear, *Platoon* e *Playground* edificadas sob a batuta de Enéas Silva, arquiteto e chefe da Divisão de Prédios e Aparelhamentos Escolares, sob gestão de Anísio Teixeira; Bahia (Salvador) – local de conceituação do Centro Educacional Elementar, por possuir o Centro Educacional Carneiro Ribeiro e suas Escolas Classe e Escola Parque; Distrito Federal (Brasília) – por possuir o Plano Educacional pensado por Anísio Teixeira e as suas atuais sete Escolas Parque; Minas Gerais (Belo Horizonte) e Paraíba (Campina Grande) – por serem objeto específico de investigação desta pesquisa, por haver a possibilidade de existência de pelo menos uma Escola Parque nestas cidades. Além destas UFs, foram adicionadas mais duas outras: São Paulo (São Paulo) e Pernambuco (Recife) – por conter nestas cidades um número significativo de dados tanto em forma de teses, dissertações, bibliografia, dentre outras referências, como acervos diferenciados, como por exemplo dados dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPEs) do Inep.

Os locais de pesquisa foram assim elencados:

Minas Gerais / Belo Horizonte – Arquivo Público Mineiro, Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, Biblioteca Pública Luiz de Bessa, Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais - (*Campi* I, II e VI), Escola Estadual Leon Renault, Fundação João Pinheiro, Imprensa Oficial do Governo de Minas Gerais, Magistra - Casa do Professor, Museu da Escola de Minas Gerais, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – Metropolitana B, Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte;

Distrito Federal / Brasília – Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – Terracap, Arquivo Público do Distrito Federal, Biblioteca Central da Universidade de Brasília, Biblioteca 308 Sul, Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan, Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap, Entrevista

⁷ Na dissertação de mestrado (XAVIER, 2013) foi apontada a necessidade de investigar melhor a Escola Municipal Dom Aquino Corrêa, da tipologia *Playground*, possível origem da tipologia Parque.



a Isolda Günther, Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação, Escola Parque 307/308 Sul, Escola Parque 313/314 Sul, Escola Parque 303/304 Norte, Escola Parque 210/211 Norte, Escola Parque 210/211 Sul, Escola Parque Anísio Teixeira de Ceilândia, Escola Parque da Natureza de Brazlândia, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Museu da Educação do Distrito Federal, Museu Vivo da Memória Candanga, Núcleo de Documentação da Universidade de Brasília;

Paraíba / Campina Grande – Arquivo Público Municipal, Biblioteca Átila Almeida da Universidade Estadual da Paraíba, Escola Municipal de Ensino Fundamental Anísio Teixeira, Museu de Artes Assis Chateaubriand – Furne, Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande, Museu Vivo da Ciência e Tecnologia Lynaldo Cavalcanti, Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Planejamento, Teatro Municipal Severino Cabral, entrevista concedida por Geraldino Duda – arquiteto do Teatro Municipal Severino Cabral;

Paraíba / João Pessoa – Biblioteca Juarez da Gama Batista – Centro Cultural José Lins do Rego, Centro Estadual de Ensino-Aprendizagem Sesquicentenário, Escola Estadual Padre Hildon Bandeira, Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Antônia Rangel de Farias, Fundação Casa de José Américo, Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, Instituto do Patrimônio Artístico Nacional–PB, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, Secretaria de Estado de Educação da Paraíba, Secretaria Municipal de Educação;

Rio de Janeiro / Rio de Janeiro – Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Biblioteca Central da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Biblioteca Central da Universidade Federal Fluminense, Biblioteca Nacional, Centro de Pesquisa e Documentação História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas, Colégio Pedro II, Empresa Municipal de Urbanização, Escola Estadual Senador

Alencastro Guimarães, Escola Municipal Dom Aquino Corrêa, Secretaria de Estado de Educação, Secretaria Municipal de Educação;

Bahia / Salvador – Arquivo Histórico Municipal de Salvador, Arquivo Público do Estado da Bahia, Biblioteca Anísio Teixeira, Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa da Universidade Federal da Bahia, Centro Educacional Carneiro Ribeiro composto pela Escola Parque de Salvador e suas quatro Escolas Classe, Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, Instituto do Patrimônio Artístico Nacional/BA, Secretaria de Estado de Educação da Bahia, Secretaria Municipal de Educação;

São Paulo / São Paulo – Biblioteca George Alexander da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Campus Perdizes, Faculdade de Arquitetura da Universidade Estadual de São Paulo – Campus Maranhão, Universidade Estadual de São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;

Pernambuco / Recife – Fundação Joaquim Nabuco – Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco (CRPEPE) e sua Escola Experimental, Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, Instituto do Patrimônio Artístico Nacional/PE, Museu do Homem do Nordeste, Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco, Secretaria Municipal de Educação.

Como os locais de pesquisa, em sua maioria ficavam distantes do meu domicílio, foram efetuadas diversas viagens para visita e consulta a estas instituições e seus acervos. O quadro a seguir, informa o número de viagens efetuadas durante estes quatro anos de pesquisa e o montante de dias em cada UF, exceto o Distrito Federal e suas instituições, por se tratar do domicílio do autor. Informo que não contei com bolsa de pesquisa, portanto todos os gastos com viagens, pesquisa, alimentação, deslocamento e permanência nestas localidades, correram por minha conta.

Quadro 1 – Número de viagens e dias de permanência por municípios, organizado por unidade federativa brasileira Fonte: Cleber Cardoso Xavier, 2017.			
Unidade Federativa	Cidade	Quantidade de viagens	Quantidade de dias permanecidos nesta localidade
Bahia	Salvador	5	83
Minas Gerais	Belo Horizonte	3	42
Paraíba	Campina Grande	3	20
	João Pessoa	3	13
Pernambuco	Recife	1	8
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	4	36
São Paulo	São Paulo	2	13
Total	07 municípios	21 viagens	215 dias

Justificativa

Um texto sempre conta uma história. Mesmo que dissertativo, há uma história por trás dos dados apresentados. Contar então uma história é trazer à luz alguns pensamentos, hipóteses, conclusões e, por vezes, até mesmo criar uma ficção. Ler um texto é conseguir depreender do mesmo os dados intrínsecos e subliminares, interpretando e compreendendo o que ali está posto. Partindo desta premissa, me propus a escrever um texto que conte a história das Escolas Parque brasileiras. Não só as Escolas Parque que já conhecemos, situadas nas cidades de Salvador e Brasília, mas sim a história das “Escolas Parque”, desde sua concepção, as fontes iniciais desta tipologia até o que se tem no presente, enquanto passado próximo, pois há um recorte em toda tese.

Nos diversos arquivos espalhados por nosso país existem informações em estado latente, esperando o momento de serem desveladas e assim problematizadas. Ora são detalhes históricos que trazem consigo sutilezas do ensino de arte no Brasil, ora são informações que foram compreendidas ou interpretadas por um viés em detrimento de outro. Mas, informações podem ser interpretadas por distintos pontos de vista e a expressão destas interpretações pode possibilitar um perpetuamento de opiniões que se cristalizam



e tornam-se “verdades”. Ao longo desta tese, são apresentados dados diferentes dos que se encontram postos e encarados como “verdades” estabelecidas ao longo dos anos.

Estas meio verdades são muitas. Sobre a Escola Parque pode se dizer, no entendimento comum, que ela surgiu em Salvador, como num passe de mágica⁸. Ao ouvir professores da rede pública de ensino do Distrito Federal, comumente é expresso que a Escola Parque surgiu em Salvador e há também Escolas Parque em Brasília⁹, quando não dizem que só existe uma destas escolas em Brasília – a Escola Parque 308 Sul¹⁰. Há professor(a) que atua numa escola desta tipologia e nem estas informações conhece, o que já foi percebido em reuniões coletivas, das quais tive oportunidade de participar. Todavia, nem sempre, durante uma discussão ou reunião, contextualizam-se os dados. Vivemos no ritmo acelerado da sociedade do conhecimento¹¹, alguns dos meus pares, professores, não se detêm nas devidas análises, e simplesmente consomem a informação que lhes é repassada. Afinal, nem sempre se quer saber de tudo a toda hora, isso demanda tempo e interesse. Mais fácil é consumir algo pronto. Este pensamento está bem presente no cotidiano escolar.

Compreender o passado, revisitando-o em seus documentos ou pegadas deixadas ao longo do caminho, é uma das formas de se reconstruir os passos dados em uma época não tão remota. Desvelar e refazer parte do percurso das ideias e ideais de um educador, tão importante e caro ao Brasil – Anísio Teixeira – foi um dos caminhos que escolhi percorrer nesta pesquisa. Desde o início de sua vida profissional, Teixeira despontou com iniciativas e percepções aguçadas e, por que não dizer, ousadas. Obstinado em modificar e melhorar a realidade educacional brasileira, visando à

- 8 Mesmo para professores que atuam no ambiente escolar desta tipologia é comum não conhecerem a origem ou o desdobramento deste conceito, tampouco a relação entre as tipologias Parque e Classe, bem como a contaminação sofrida por Anísio Teixeira de diversos autores e experiências educacionais estrangeiras ao longo de sua vida.
- 9 Coloquialmente, a compreensão da cidade Brasília é a área onde se situa o Plano Piloto de Brasília. Entretanto, a extensão territorial de Brasília é a mesma do Distrito Federal. Sendo que o Distrito Federal não possui municípios. Maiores informações consulte a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Distrito Federal.
- 10 A Escola Parque 307/308 Sul é a primeira escola da tipologia Parque construída em Brasília. É comumente conhecida pela derivação de seu nome, como: Escola Parque 308 Sul. Maiores informações serão fornecidas a partir da página 165 desta tese.
- 11 Adotou-se nesta pesquisa o termo sociedade do conhecimento como sociedade contemporânea a partir da interpretação de SENE (2008) (2009).

emancipação da população mais carente de quase tudo. Teixeira não mediu esforços, tampouco renúncias, ao longo de sua vida. Além de ser o criador da tipologia Escola Parque, foco principal desta pesquisa, Teixeira promoveu mudanças significativas quanto à formação de professores e demais profissionais da área da educação, provocando alterações no cenário educacional, não só nos níveis básicos, mas inclusive no ensino superior.

Durante o meu curso de mestrado, havia me aproximado da biografia de Anísio, mas coube à opinião de Ana Mae Barbosa intensificar esta curiosidade. Barbosa disse que “certamente Teixeira não foi um criador original, mas um recriador contextual” (BARBOSA, 2002, p.64). Se ele foi um recriador, partiu de algum ponto anterior para a sua concepção. Assim, fez-se necessário percorrer os caminhos trilhados por Teixeira, aprofundar o conhecimento quanto aos seus feitos, encarando este percurso como o fio condutor que alinhava as informações coletadas ao longo dessa investigação.

Com inserções, quando necessárias, de dados anteriores e posteriores a este recorte, no intuito de corroborar ao entendimento dos debates ou contextualizações abordadas. O recorte temporal tem como início a década que Anísio Teixeira começou sua carreira profissional e como limite final a criação das últimas escolas denominadas¹² como Escolas Parque no Distrito Federal: Escola Parque Anísio Teixeira em Ceilândia e a Escola Parque da Natureza em Brazlândia.

Nos primórdios da atuação profissional, Anísio Teixeira concebeu algumas tipologias escolares que são: Escola Nuclear (somente salas comuns), Escola *Playground* (salas especiais), Escola *Platoon* (salas comuns e salas especiais). Entende-se salas comuns como ambientes educacionais destinados ao ensino de componentes como matemática, português, história, geografia, contendo basicamente quadro negro e carteiras escolares. Salas especiais são salas destinadas a atividades e componentes curriculares como: ciências, trabalhos manuais, artes industriais, desenho, música e canto; além de educação física, saúde e alimentação. O intuito de

¹² Entre as décadas de 1960 e 1990 foram edificadas no Plano Piloto de Brasília cinco escolas. Na década de 2010 foram inauguradas duas escolas fora do Plano Piloto de Brasília, uma em um prédio que funcionava uma escola do SESI em Ceilândia e outra em um imóvel alugado em Brazlândia.

Anísio era implementar a educação integral na cidade do Rio de Janeiro, ainda na década de 1930.

Entre as duas primeiras tipologias listadas, Nuclear e *Playground*, há uma relação de complementaridade, onde os alunos estudariam nas duas escolas (instituições) em turnos contrários. Tem-se aqui o gérmen das escolas que serão implementadas em Salvador e Brasília, a relação Escola Classe – Escola Parque. A terceira tipologia citada, *Platoon*, possuía em seu prédio escolar as duas modalidades de salas de aula, ocorrendo então o atendimento do alunado no mesmo edifício, em horários distintos. Nesta tipologia, os alunos trocavam de sala, ou seja, deslocavam-se pelo edifício escolar, enquanto o professor mantinha-se na sala, a espera dos educandos.

Este movimento é chamado de **pelotão**, por ser a tradução direta do nome da tipologia. Encontra-se nesta tipologia a origem dos muitos desdobramentos escolares que foram implementados ao longo das décadas no Brasil: Centro Integrado de Educação Pública (CIEP), Centro Integrado de Atenção à Criança e ao Adolescente¹³ (CIAC), Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC), Centro Educacional Unificado (CEU). Contrário a maioria dos autores que interpretam estas últimas instituições como releitura da Escola Parque, acredita-se que a real origem se dá na releitura da tipologia *Platoon*.

Anísio Teixeira planejou a instalação de oito Centros Educacionais em Salvador, mas somente um foi construído (ÉBOLI, 1983). O custo e a implementação de uma estrutura deste porte em uma região urbana já ocupada causava grande transtorno. Implementar mudanças em um sistema de ensino já existente, com edifícios escolares já construídos e propostas inovadoras é um desafio que nem todos querem aceitar. Entretanto, em relação à Brasília a história foi diferente. A cidade estava sendo construída, podia-se instalar o sistema de ensino planejado, sem ter que desapropriar terreno, adaptar planejamento à realidade existente. Tudo era novo e possível, cenário ideal para uma experiência inovadora. Mas para o cenário educacional das cidades já existentes, com suas escolas,

¹³ Os CIACs foram projetados pelo arquiteto João Filgueiras Lima (Lelé) na década de 1990, por meio do Projeto “Minha Gente” durante a gestão de Fernando Collor.

grupos escolares, ginásios, todos já construídos e em funcionamento, inseridos na organicidade urbana, para estes edifícios e instituições surgiu uma solução anisiana, os chamados Pavilhões de Artes Industriais. Visando complementar o ensino já ofertado, propôs-se por meio de convênios estabelecidos entre estados e municípios com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), a instalação de Cursos de Artes Industriais em instituições educacionais já existentes. O Inep possibilitou a construção dos Pavilhões, bem como a capacitação de professores para as aulas ministradas nestes ambientes. Durante a coleta de dados no município de João Pessoa/PB, foram encontrados dados sobre este tipo de edifício escolar.

Entre 1958 e 1960 foram celebrados 129 convênios com o Inep. Parte deles era relacionada a construções escolares, que contemplava: Escolas Parque, Centros de Demonstração e Pavilhões de Artes Industriais. Esta ação era parte da Campanha de Educação Complementar, que pretendia ocupar os educandos, pelo menos parcialmente, aumentando em dois anos o ensino médio, que hoje corresponderia aos 6º e 7º anos aproximadamente, e inicia-los para o trabalho, o que é perceptível na fala de Teixeira:

as duas conseqüências mais imediatas e consideráveis da atual estrutura social são a exigência de uma escolarização mais intensa e a necessidade de harmonizar a formação geral com a preparação para o trabalho. A primeira se exprime pelo prolongamento da escolaridade obrigatória com a gradativa incorporação do curso secundário: a Educação Complementar acrescenta à primária dois anos equivalentes às duas primeiras séries dos cursos médios. À outra responde o nosso programa com a iniciação das atividades de trabalho (BRASIL, 1960, p.3).

Os Cursos de Artes Industriais ministrados tanto nos Pavilhões de Artes Industriais, quanto nas escolas que não possuíam estes ambientes¹⁴, visavam à capacitação inicial para o trabalho. Capacitando assim o educando de forma cidadã, proporcionando a formação de um trabalhador-cidadão, pois segundo SENE (2009) estas duas dimensões da pessoa são inseparáveis. Todo homem necessita estar preparado para a sua manutenção vital por meio de

¹⁴ Foram realizadas três visitas *in loco* a Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Antônia Rangel de Farias, onde a partir de informações fornecidas pela secretária desta instituição, as aulas de trabalhos manuais eram ministradas na área hoje ocupada pelo refeitório da escola, e as aulas de marcenaria, metal e cerâmica eram ministrada onde hoje funciona o depósito de livros e materiais educacionais. Há dados relativos a esta escola e seu pavilhão de artes industriais veiculados nos jornais da época.

sua força produtiva, intelectual ou não. Com a construção destes Pavilhões e das Escolas Parques, bem como a difusão dos cursos de Artes Industriais a nível nacional, tem-se a criação da demanda por professores capacitados para a prática deste tipo de ensino, ensino de artes em suas mais diferentes linguagens e aplicações. Este público, professores de arte, quase que inexistente no cenário brasileiro comum, quando havia era proveniente de uma prática - professor leigo, ou proveniente de uma capacitação ministrada pelo Inep, geralmente aos professores do magistério público (pedagogos ou provenientes do curso Normal). Portanto, a demanda criada por Teixeira desencadeou a necessidade de um curso superior para formação de professores de arte, que num primeiro momento foi generalista. Mais a frente, serão apresentados os argumentos para esta discussão.

As informações até agora listadas, visam esclarecer os objetivos desta pesquisa: investigar e relacionar as tipologias escolares: *Playground* e Parque; investigar e relatar sobre as Escolas Parques de Campina Grande e Belo Horizonte; investigar e problematizar o conceito de Escola Parque em relação ao conceito de Centro Educacional, visando compreender o Plano Educacional de Brasília; investigar a existência direta ou indireta de influência de Anísio Teixeira no ensino de artes no Brasil, seja por meio de criação de escolas que proporcionaram este ensino, seja por ações que tenham desencadeado a abertura de cursos superiores na área de Artes.

Sobre a estrutura deste trabalho, recorre-se a estrutura musical, como metáfora, para a construção do texto e exposição dos dados. Como a música esteve presente em todas as etapas desta pesquisa, a tese esta dividida em uma estrutura de fuga musical, apresentando em cada sessão uma parte do tema e ao final, uma chamada de todas as vozes, visando compor o ápice do trabalho, com a discussão dos dados. Portanto, sugere-se paciência ao desfrutar de cada acorde durante as páginas a seguir. Elas visam construir a trama textual e imagética para as considerações finais.

Tendo como ponto de partida, esta introdução, a próxima seção prevê uma contextualização sobre a história da educação

brasileira. Por meio de apontamentos, recupera alguns dados desde os primórdios jesuíticos até a década de 1970, que visam contextualizar o leitor para as análises que serão apresentadas. O recorte se dá em tão anterior período, visando contemplar o cenário da formação de Teixeira que se deu no ambiente jesuíta, bem como o embate da Igreja contra as inovações de Teixeira. Esta última informação é referente à subvenção de verba pública às entidades confessionais de ensino.

Entre os dados históricos, estão dispostos apontamentos sobre a arte, como por exemplo: o desenho e o canto, solicitando a atenção do leitor à devida percepção. Há uma revisão de literatura que visa informar sobre arte/educação brasileira. Espera-se incentivar uma percepção mais arguta do presente a partir de uma reflexão do passado. Pelo viés da história da arte/educação, mantendo como foco principal a investigação sobre a Escola Parque, assumem-se alguns conceitos caros da Escola dos Annales em relação à escrita da história, do que é importante e por quem foi contada ou escrita.

Esta abordagem se dá por meio de um olhar investigativo dos documentos disponíveis nos diversos acervos visitados, além das próprias experiências do autor. Pois, compreende-se que a escrita da história já é questionada a algum tempo no campo de pesquisa. Portanto, assume-se a corrente da Escola dos Annales como caminho a ser trilhado nesta escrita. Há uma breve contextualização acerca da arquitetura escolar, sendo este um ponto relevante na compreensão do edifício escolar. Uma vez que as tipologias anisianas diferem dos modelos de ensino e edificação existentes no Brasil. Compreender o espaço escolar diferenciado, proposto por Teixeira é a base para compreender as reformas por ele implantadas.

A segunda seção apresenta dados relativos ao criador da Escola Parque, Anísio Spínola Teixeira. Seu percurso profissional e algumas de suas criações são apresentadas em seguida, dentre elas o conceito de Centro Educacional Elementar e suas implementações. A quarta seção é denominada A busca pelas Escolas Parque, sendo esta seção voltada à resposta dos objetivos propostos para esta pesquisa, abordando as duas escolas investigadas: Escola Parque de Campina Grande e de Belo Horizonte.

Por fim, são apresentadas as discussões sobre os dados dispostos ao longo do texto, bem como as considerações finais. Informa-se que a presença das imagens, ao longo do texto, visa ilustrar e complementar os dados disponibilizados, uma vez que se acredita que uma imagem fala mais do que mil palavras. O projeto gráfico da tese é todo composto em cores, propõe nas páginas pares a presença de imagens, em sua maioria, construídas durante o percurso investigativo, num diálogo subjetivo com o texto, onde quase nunca são referenciadas diretamente, mas que efetivamente complementam e dão visualidade ao que ali está exposto. Quanto às referências são inclusas de forma alfabética, não separadas pela origem ou classificação, somente são divididas em referenciadas e consultadas. Enfim, boa leitura, e se possível entre em contato para conversarmos mais e assim, trocarmos impressões. Escola Parque é um assunto muito interessante.

A Educação Brasileira

Pretende-se contextualizar o leitor acerca do cenário educacional brasileiro, por meio de apontamentos históricos nesta revisão de literatura. Portanto, no Brasil, a história da educação formal inicia-se em 1549, com a chegada do primeiro governador-geral, Tomé de Souza, acompanhado dos primeiros jesuítas, dentre eles o Padre Manoel da Nóbrega. Assim, os jesuítas dominaram a educação brasileira por cerca de 210 anos, até serem expulsos em 1759 pelo primeiro-ministro, Marquês de Pombal, por meio do Alvará de 28 de julho de 1759, publicado em Portugal. Durante a permanência dos jesuítas no Brasil, eles

dedicaram-se fundamentalmente à catequese e à instrução do gentio, criando escolas de primeiras letras e instalando colégios destinados a formar sacerdotes para a obra missionária na nova terra (...) também preparavam para os estudos superiores, em universidades européias, os jovens que não buscavam a vida sacerdotal (HAIDAR; TANURI, 1998, p.59).

Assim, com a saída dos jesuítas do cenário educacional brasileiro, a responsabilidade pela instrução pública passou ao Estado, quando ocorreram fechamentos de diversas escolas primárias e colégios que ministravam o ensino secundário, o que seria comparado hoje ao ensino médio. Tem-se a Reforma Pombalina, com pretensões de tornar laica a educação. Entretanto o sistema de ensino ficou deficiente, não conseguindo ofertar a quantidade necessária de aulas à demanda existente, sendo um dos fatores a falta ou a não permanência de professores nos estabelecimentos.

Essa situação perdurou por quase um século, até a instalação da corte portuguesa no Brasil em 1808, quando ocorreram mudanças no sistema educacional, visando formar mão-de-obra especializada para servir aos interesses do Reino Unido a Portugal (MILITÃO, 2007). Dentre as ações determinadas por D. João VI, destacamos: na Bahia – curso de Cirurgia, curso de Comércio e Desenho Técnico; no Rio de Janeiro – curso de Agricultura e a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, que daria origem à Real Academia



Figura 1: O ensino nas Missões jesuítas no Brasil.
Fonte: De cima para baixo (POVOS INDÍGENAS, 2017) e (CABECEIRAS, 2017) -
montagem fotográfica Cleber Cardoso Xavier, 2017.

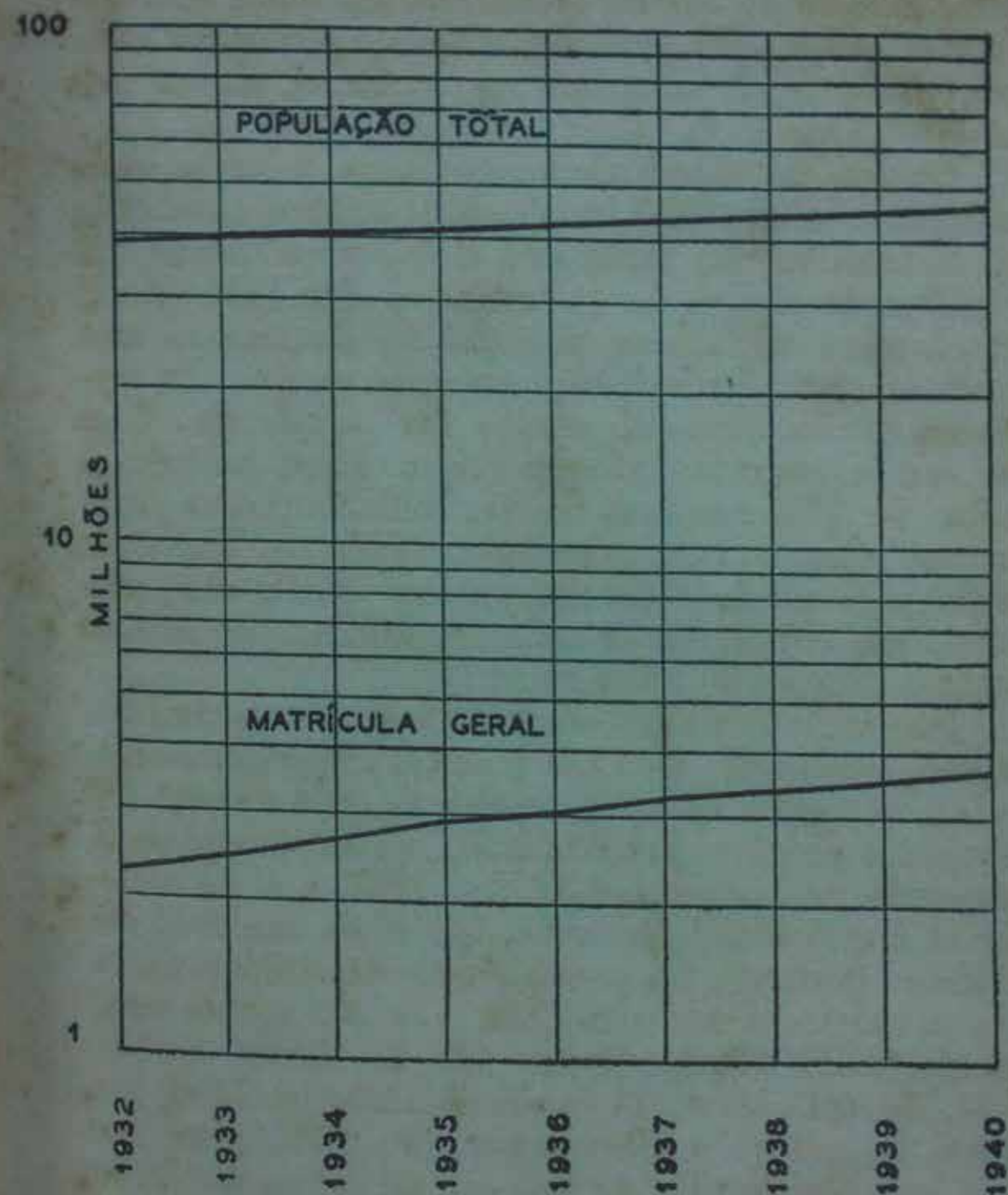


de Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, logo depois reorganizada como Academia de Artes (HAIDAR; TANURI, 1998).

Sobre a situação da instrução elementar, no período que sucedeu à Independência era lastimável, quase que não existia em algumas províncias. Nesta configuração, no ano de 1823 deu-se a criação de uma Escola de Ensino Mútuo no Rio de Janeiro, por meio do Decreto de 1º de março de 1823, havendo uma ordem ministerial de 22 de agosto de 1825 que visava à propagação do ensino mútuo nas províncias brasileiras, visando atender à demanda existente.

O método de ensino mútuo, proposto inicialmente pelos ingleses Andrew Bell e Joseph Lancaster, estava sendo divulgado no país desde 1808, mas tornou-se oficial no ano de 1827 com a Lei das Escolas de Primeiras Letras datada de 15 de outubro. Esse método fundamentava-se na seleção dos alunos mais adiantados para, como monitores, auxiliar os professores. Os alunos desempenhavam a atividade de ensino. O método representou a possibilidade de instruir várias pessoas ao mesmo tempo com um custo baixo, almejaram-se suprir a falta de professores existente (MELO & MACHADO, 2013, p.8).

A partir da implementação e divulgação desse método por todas as províncias, bem como da aplicação da Lei de 15 de outubro de 1827, houve ampliação da educação primária e tentativa de sua organização, sendo isto um esforço do estado. Ressalta-se que naquele tempo ainda não havia uma duração específica em anos ou ciclos definidos como se tem a seriação hoje em dia, ou seja, como se tem os dois anos da educação infantil, o ensino fundamental de nove anos e os três anos do ensino médio compreendidos como Educação Básica. Este esforço estatal é entendido como um importante momento para a constituição das etapas da educação básica (compreensão atual). Naquele momento o número de crianças que frequentavam a escola era muito baixo, situação que persistiu ao longo das décadas. A oferta de vagas de acesso à educação realmente só foi crescer significativamente em nível nacional, a partir da década de 1970, sendo ainda um objetivo a ser alcançado: a presença e permanência da criança na escola. Voltando a 1827, aquela Lei informava a responsabilidade dos presidentes das províncias em determinar o número e a localidade onde seriam estabelecidas as novas escolas de primeiras letras, visando atender



Tendências de crescimento da população total do país, e da matrícula geral nas escolas de todos os ramos e graus de ensino. Os valores dos anos de 1938 a 40 são calculados.

Figura 2: Comparação entre tendências de crescimento da população brasileira e matrículas gerais em todos os níveis escolares - 1932 a 1940. Fonte: (LOURENÇO FILHO, 1938 p.45).

suficientemente à demanda existente (MELO & MACHADO, 2013). A Lei de 15 de outubro de 1827 ainda estabelecia que

nessas escolas os professores ensinariam a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica e apostólica romana proporcionadas à compreensão dos meninos (SAVIANI, 2003, p.189).

A situação educacional do país não se modificou com a proclamação da República. A Constituição de 1891 promoveu a descentralização do ensino, e instaurou um sistema dual por meio de seu artigo 35, itens 3º e 4º, onde

reservou à União o direito de 'criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados' e 'prover a instrução secundária no Distrito Federal', o que, conseqüentemente, delegava aos Estados competência para prover e legislar sobre educação primária. A prática, porém, acabou gerando o seguinte sistema: à União cabia criar e controlar a instrução superior em toda a Nação, bem como criar e controlar o ensino secundário acadêmico e a instrução em todos os níveis do Distrito Federal, e aos Estados cabia criar e controlar o ensino primário e o ensino profissional, que, na época, compreendia principalmente escolas normais (de nível médio) para moças e escolas técnicas para rapazes (ROMANELLI, 1987, p.41).

Um marco importante para a escola primária neste período é a criação do grupo escolar, em 1893, tendo como pioneiro o estado de São Paulo. O modelo não foi generalizado para todas as crianças, sendo difundido ao longo dos anos. Tudo isto acontece num momento quando o país passa por grandes transformações, como a industrialização, o surgimento dos grandes centros urbanos, a abolição da escravatura.

Sobre este último item, Maurício de Almeida Abreu (ABREU, 1988) nos informa que um dos fatores do surgimento e proliferação das favelas no Brasil, em especial na cidade do Rio de Janeiro, foi a total abolição da escravatura (1871 - ventre livre, 1885 - sexagenários, 1888 - áurea). A grande concentração de pessoas nos principais centros urbanos, como o Rio de Janeiro, será um dos fatores de crescimento da demanda por escolas, sendo assim um dos fatores de preocupação para os gestores. Portanto, se o número de escolas é baixo, o número de alunos em comparação à população

geral é menor ainda. Lourenço Filho (1938) explicita tendências da educação brasileira em diversos segmentos, sendo significativo o crescimento das matrículas em todos os graus de ensino no Brasil, a partir da década de 1930 em comparação à população geral.

Com a Revolução de 1930, que deu início à Era Vargas, tem-se início a regulamentação nacional da educação pública como também do ideário pedagógico renovador (SAVIANI, 2004). Segundo Artigas “a revolução fez da ‘instrução pública’, Educação; mais: deu à União o direito exclusivo de fixar as bases da educação física e intelectual dos brasileiros” (ARTIGAS, 1970, p.12). Sendo este um “período de expansão industrial e de urbanização, apresentaram inúmeras regulamentações, que deram um caráter orgânico à educação do país” (ANDREOTTI, 2006, p.102). Ainda na Era Vargas, tem-se o Ensino Médio seletivo, constituído em ramos que incluíam a formação profissional e o ensino secundário – o que permitia o acesso ao ensino superior. Um dos marcos deste período é a Reforma Francisco Campos de 1931, que organizou esse nível de ensino estabelecendo o registro dos professores junto ao Ministério da Educação, e permitiu a equiparação de instituições secundárias ao Colégio Pedro II (criado em 1837). E em 1942 – aconteceu a reorganização do ensino secundário em dois ciclos: o ginásial de 4 anos; o clássico e o científico de 3 anos (BRASIL, 1942).

No artigo 10º desta lei encontramos a disciplina de Artes subdividida em: Trabalhos manuais, Desenho e Canto orfeônico, a ser ministrada nos quatro anos do curso ginásial. Entretanto os cursos clássico e científico a disciplina Artes só contempla Desenho; não sendo ministrada no curso Clássico e somente nos dois últimos anos do curso Científico.

Mais a frente, em 1961, tem-se a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) a partir da qual temos a disseminação do termo ginásio, e há um núcleo de disciplinas comum a todos os ramos. A segunda LDB é datada de 1971 – e promove a escolaridade obrigatória de 8 anos, e incorpora os antigos ensino primário e secundário. Denominando o Primeiro Grau, o Segundo grau constituído por parte do ensino médio. Visa imprimir um caráter técnico ao Segundo Grau. A última LDB promulgada (1996), altera a

denominação de Primeiro Grau para Ensino Fundamental, Segundo Grau passa a ser chamado Ensino Médio, sendo, os dois, etapas da educação básica, incluindo ainda a educação infantil.

Ana Mae Barbosa (2002) informa que por meio da educação, aspirações e valores já alcançadas por nações independentes ou desenvolvidas, são transmitidos a outras nações. A estas nações, identificadas como dependentes ou em desenvolvimento, é impedida, ou pelo menos dificultada, a formação de seus próprios valores, parâmetros e aspirações educacionais. Visava-se com este procedimento a criação de “necessidades e demandas artificiais para garantir o mercado de produtos estrangeiros e distantes *ways of life*” (BARBOSA, 2002, p.37), perpetuando a hegemonia da nação dominante.

Entretanto, compreender e vivenciar os sistemas educacionais, ou parte deles, *in loco*, pode ser um referencial transformador e incentivador para a concepção de novos parâmetros e paradigmas a serem vivenciados quando de volta à nação materna. Até mesmo para traçar e planejar possibilidades educacionais distintas, ou não, mas que sejam resoluções a problemas reais e locais. A percepção de sistemas de ensino e modelos de prédios escolares faz parte dos primórdios da história da educação, como por exemplos as observações traçadas por ALMEIDA, em seu livro (1989).

Raciocinando assim, entende-se como ímpar e de relevante valor a oportunidade que Anísio Teixeira teve de conhecer os sistemas, equipamentos e estratégias de ensino européias e norte americanas. Foi a partir de tais dados e parâmetros que ele pôde pautar seus pensamentos e ações quando ao Brasil retornou. Destaca-se, dentre seus feitos, a concepção e construção de modelos de edifícios escolares na década de 1930, no Rio de Janeiro. Deixando clara a influência estadunidense na adoção do termo “*playground*” para uma tipologia de escola lá implantada.

Que seja feita aqui uma referência à contaminação que se tem entre nações quanto ao modelo e sistema de ensino. Desde a Prússia (um dos inícios dos sistemas de ensino) até o Brasil, passando por alguns países europeus e norte-americanos. Sobre a



contaminação, Dewey expressa em “Individuality and Experience”, que “não há germinação espontânea na vida mental” (1964, p.154), sempre estamos contaminados por opiniões, impressões, vivências, exemplos, sejam de coisas ou de pessoas, mas sempre estamos interligados com o arcabouço de nossas experiências.

Desde o primeiro nível de ensino estabelecido pelo estado brasileiro – o ensino primário, com a criação das escolas de primeiras letras, o número de crianças que freqüentavam a escola era muito baixo, e vai persistir assim até meados da década de 1970. Neste momento que é ampliada a oferta, sendo ainda uma premissa a ser conquistada pelo Estado: *a presença e permanência da criança na escola*. Até os dias atuais, este é um dos objetivos do Ministério da Educação (MEC), mas agora com o escopo um pouco mais ampliado, tendo como foco não só crianças, mas também jovens e adultos, por fim o cidadão.

Desde o princípio da estruturação educacional brasileira já se tinha a problemática da não generalização do modelo, e sim uma prática do regionalismo no cotidiano escolar. A diferença entre os sistemas de ensino nas unidades federativas brasileiras, desde o Ato Adicional de 1834, devido à regionalização, é até hoje ponto crucial de discussão, sendo o assunto um dos motes principais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que se encontra em tramitação/execução. Atualmente o ensino fundamental está ainda mais descentralizado, por estar a cargo dos municípios.

Se no princípio existiram as classes isoladas, em seguida tiveram-se as escolas reunidas, ou seja, o agrupamento das classes isoladas ou escolas isoladas no município, dando origem assim aos Grupos Escolares. A criação do grupo escolar, em 1893, tendo como pioneiro o estado de São Paulo, é um marco na estruturação da escola primária brasileira, mesmo que o modelo não tenha sido generalizado para todas as crianças, foi difundido ao longo dos anos.

No início da década de 1930, concretiza-se um movimento no país, com a assinatura do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que também foi conhecido com outros nomes, devido a forma de referenciamento local. A designação da nova pedagogia variava entre: Escola Nova, Escola Ativa e Escola do Trabalho. A

Escola Nova estava centrada em sete temas básicos, segundo Cíntia Veiga: “puercentrismo¹⁵; ênfase na aprendizagem pela atividade; motivação; estudo a partir do ambiente circundante; socialização; antiautoritarismo e antiintelectualismo” (2007, p.217). A escola nova tem origem na Inglaterra, a partir do estabelecimento de ensino chamado The New School, fundado em 1889 por Cecil Reddie, tem-se a primeira expressão de “*escola nova*”. Este acontecimento é contemporâneo à Adolfo Ferrière que criou em Genebra o Bureau International des Écoles Nouvelles.

Um ponto interessante quanto à nomenclatura utilizada para esta nova pedagogia, é o termo *escola do trabalho*, cunhado por Kerschensteiner. Este termo agrega à escola o sentido social de comunidade, por meio do trabalho, promovendo a elevação moral do indivíduo e respeitando suas verdadeiras inclinações profissionais, enlaçando a atividade educadora com as individualidades dos alunos. Seu principal intuito é desenvolver em todas as direções possíveis as inclinações e interesses do alunado, mediante atividades nos campos de trabalho. Foi muito difundida na Alemanha, na década de 1920, onde várias escolas foram fundadas, e possuíam “salas de aula, oficinas de carpintaria, laboratórios de física e salas para trabalhos manuais, além de enfatizar a cultura física (ginástica, jogos, esportes, dança) e a educação artística e musical” (VEIGA, 2002, p.217).

Assim, a escola do trabalho dialoga diretamente com o pensamento de que “só se aprende o que se pratica”, de John Dewey (1978, p.32), tendo-se em conta o interesse do aluno em aprender, propiciando a ele as necessárias condições para o aprendizado. Portanto, é crucial que a escola possibilite um meio social vivo, proporcionando um universo que dialogue com as situações reais fora da escola. Na escola o aluno pode reconstruir conscientemente a experiência. Tem-se “a atitude, o propósito, a intenção de quem vai aprender” (DEWEY, 1978, p.35) e a tomada de decisão sobre o que vai ser aprendido, já que nunca se aprende uma coisa só, pois “à medida que aprendemos uma coisa, várias outras são simultaneamente aprendidas”, já que “toda aprendizagem deve ser integrada à vida, isto é, adquirida em uma experiência real de

15 Procedimentos didáticos centrados na criança.

vida, onde o que for aprendido tenha o mesmo lugar e função que tem na vida” (ibidem p.36). Assim, a escola possibilita situações reais, onde a participação do aluno com o arcabouço que traz do seu cotidiano¹⁶ (dentro e fora da escola, suas origens, habitat, etc) aconteça visando a sua real participação no processo de ensino aprendizagem (DEWEY, 1959).

Sobre a criança e o programa escolar, Dewey nos enfatiza a necessidade de compreendermos o mundo infantil, observando que “a criança vive em um mundo em que tudo é contato pessoal” (1978, p.43). Onde será difícil ter significância qualquer experiência que não interesse diretamente com sua realidade, “seu bem-estar ou o de sua família e amigos” (ibidem), uma vez seu universo é composto de pessoas e de interesses pessoais. Sendo assim, “tudo é afeição e simpatia” (ibidem). Em contrapartida o programa escolar geralmente se estende no tempo e no espaço em diferentes direções, arrancando a criança “do seu pequeno meio físico familiar” (ibidem). Percebe-se aqui a necessidade de um olhar apurado para o ambiente escolar, para o espaço de ensino, para a arquitetura voltada à educação.

A educação infantil na história da educação brasileira começa a despertar real interesse a partir do século XX. Mas no início da República houve uma instituição no estado de São Paulo – o Jardim de Infância, anexa à escola Normal – Caetano de Campos – na praça da república. Era uma instituição voltada para a educação infantil, única no estado com estas características, e funcionava como um laboratório prático¹⁷ para as normalistas.

Na década de 1930, também em São Paulo, Mário de Andrade foi responsável pela pasta da Cultura na cidade. Nesta gestão, criou os chamados Parques Infantis, que tinham como característica prédios localizados em terrenos amplos, arborizados, focados em possibilitar que a criança tirasse proveito de sua infância com atividades físicas. Destacamos a influência de Mario de Andrade e Anita Malfati no “deixar fazer¹⁸”, método de ensino de arte que se

16 A pesquisa de Simone Santos (Oliveira, 2014) atualiza sobre parte deste assunto no âmbito do Distrito Federal.

17 Uma escola de demonstração, estratégia utilizada por Dewey e também por Teixeira ao longo de suas experimentações profissionais.

18 *Laissez-faire*, em francês, como foi difundido mundialmente.



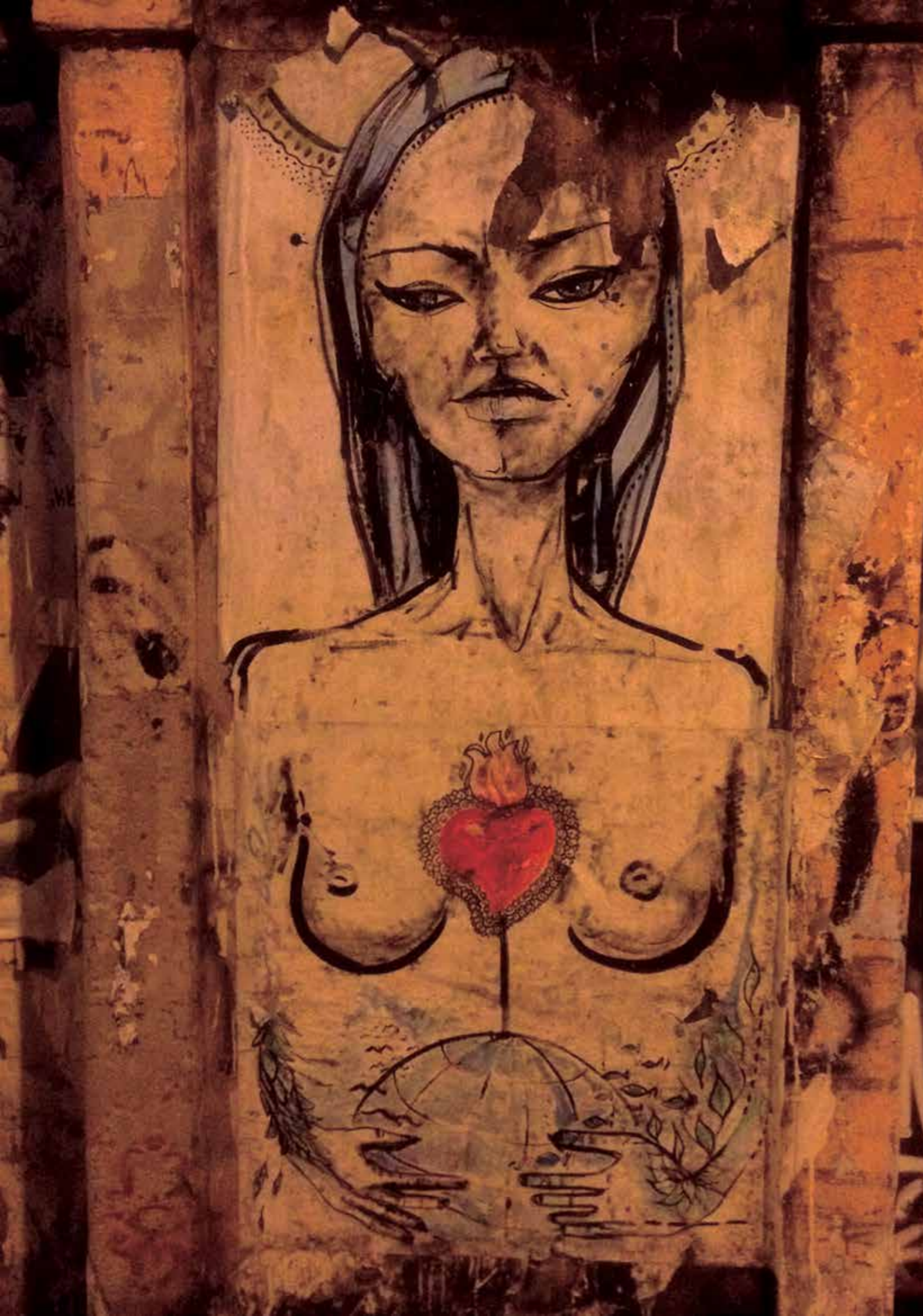
baseava no expressionismo e na espontaneidade da criança. Esta influência possibilitou a divulgação do método, já que o estado de São Paulo foi uma referência para outros estados brasileiros.

A partir de 1970 este cenário se modifica com a expansão de creches e escolas de educação infantil, denominadas de pré-escola, que com a LDB de 1996 este tipo de escolarização ganha significado e importância na formação das crianças brasileiras. Entretanto vale a pena informar que a classe social a qual as crianças pertenciam, por tempos foi o impeditivo de acesso à educação. Na França, foram feitas reformas pelo primeiro-ministro Jules Ferry (1832-1893) que tornaram de maneira definitiva o ensino primário gratuito (1881) e obrigatório (1882), a todos. Naquele momento já se tinha o entendimento de que “ser pobre não mais correspondia a ser ignorante” (VEIGA, 2007, p.99).

Entretanto, no Brasil, até a década de 1930 não era assim. Anísio Teixeira, quando a frente da gestão educacional da antiga capital, ao propor a construção e reforma de prédios escolares voltados para a comunidade mais pobre do Rio de Janeiro, deparou-se com pensamentos que ainda não ratificavam os mesmos do século anterior na França. E ao longo das décadas e com a expansão do capitalismo, a capacidade de o espaço urbano – a cidade, atender e também orientar as necessidades humanas fundamentais, como: habitação, locomoção, **educação** e trabalho; tornaram-se o índice de desenvolvimento urbano, ou seja, a variável para classificar os melhores espaços urbanos (VEIGA, 2007).

Alinhado a esta visão de possibilitar a educação à classe pobre da sociedade, necessário se faz ressaltar a defesa que José Ricardo Pires de Almeida fez em meados do século XIX, quanto à gratuidade nas escolas públicas de ensino primário e no externato de ensino secundário às “classes mais desprovidas de recursos que sem um enérgico esforço da comunidade não sairiam jamais da abjeção em que se encontram” (ALMEIDA, 1989, p.93). Almeida é uma das fontes importantes sobre a história da educação brasileira.

Seu livro intitulado Instrução Pública no Brasil (1500 – 1889), publicado pela primeira vez em 1889, em francês (PIRES DE ALMEIDA, 1889), traz em si referências de estabelecimentos



e sistemas educacionais de outros países, como por exemplo, Inglaterra e França. É considerada atualmente (após sua tradução para o português que se deu em 1989) como uma obra básica, portanto, importante fonte sobre a educação no período colonial e imperial, por relatar e descrever informações sobre fontes oficiais e leis, possibilitando também emitir sua opinião e posicionamento, nem sempre alinhado ao momento político e demonstrando certo viés liberal. A seguir, continua-se a explorar a história educacional brasileira, mas por outro viés, o da arte educação, ou arte/educação.

Arte/Educação Brasileira

Como foi recuperada brevemente, por meio de apontamentos, a história da educação no Brasil no item anterior, agora contextualiza-se a história da arte/educação, no período de 1500 até a década de 1970, devido ao recorte temporal da promulgação da LDB de 1971. O ensino de arte também teve início com os jesuítas, por meio de técnicas artísticas como: a música, a dança, o teatro e os trabalhos artesanais. Estas técnicas visavam promover a conversão e a catequese dos nativos (ORAZEM, 2006).

O ensino formal de artes no Brasil inicia-se efetivamente com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, a partir da determinação de D. João VI em criar na Bahia o curso de Desenho Técnico e a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, que daria origem à Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, logo depois reorganizada como Academia de Artes (HAIDAR; TANURI, 1998).

D. Pedro I, Em 1827, oficializou por meio de decreto que todas as regiões populosas do império deveriam ter escolas de primeiras letras (primário), as quais já contavam com atividades de desenho ou canto. Com a proclamação da república, o ensino de arte concentra-se no canto e no desenho, este último como linguagem técnica. Ressaltamos aqui a proximidade com a abolição da escravatura e a capacitação por meio do desenho correspondia a uma redenção econômica aos que a alcançaram. Em Minas Gerais, meado do século XIX, as escolas primárias localizavam-se em locais

de menor concentração populacional e as escolas de segundo grau em cidades e vilas (maiores), não cabendo a abertura das duas na mesma localidade.

Neste período os horários dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas era bastante definido, conforme visualizamos no quadro a seguir. Percebe-se a presença do canto e de exercícios físicos. Estes são pensados como momentos de repouso e descanso da mente, segundo o pensamento pedagógico da época, que se apropriou de teorias higienistas. A rigidez dos horários tornou necessária a presença de sirenes e relógios para o efetivo cumprimento dos horários estabelecidos. Vale ainda ressaltar que com a inexistência de um intervalo ou recreio entre as aulas, o horário destinado aos exercícios físicos era utilizado como forma de recreação. A reforma ocorrida em 1906 incluiu para o ensino primário algumas disciplinas, dentre elas: geometria, desenho, trabalhos manuais, física e higiene, e exercícios físicos. (FARIA FILHO & VAGO, 2001).

Quadro 2 – Horário dos Grupos Escolares – adaptado do Regimento Interno de Grupos e Escolas Isoladas. (FARIA FILHO & VAGO, 2001 p.124)

10h00 – 1ª Aula
10h25 – 2ª Aula
10h50 – Canto
11h00 – 3ª Aula
10h25 – 4ª Aula
11h50 – Exercícios Físicos
12h15 – 5ª Aula
12h40 – 6ª Aula
13h05 – Canto
13h15 – 7ª Aula
14h00 – Encerramento dos Trabalhos

No final do século XIX, Rui Barbosa expõe sua proposta de Reforma do Ensino Primário, já apontando a questão da salubridade no ambiente escolar, bem como visava uma educação que preparasse para a vida. Privilegiou conteúdos como: ginástica, desenho, música, canto e, principalmente, o ensino de ciências, sendo que estes conteúdos associados aos conteúdos tradicionais, visavam uma formação mais cidadã. Pois acreditava ser a educação a base

para uma prosperidade pública. Quanto ao ensino do desenho, Rui Barbosa evidenciou a necessidade deste componente curricular (BARBOSA, 1947). Sendo a forma como é compreendida a arte fora do contexto escolar um diferencial na e para a formação do educando (FERRAZ & FUSARI, 1993).

A Reforma de Rui Barbosa nunca foi efetivamente implementada. Porém até a década de 1980, tem-se o ensino do desenho referenciado nos livros didáticos, como por exemplo, a prática de desenhar rosáceas, construções de formas tridimensionais geométricas, a prática de desenhos técnicos nas aulas de educação artística¹⁹, sendo este conteúdo baseado na Reforma de Rui Barbosa (BARBOSA, 2015).

O ensino do desenho, proposto nessa Reforma, tinha o objetivo de proporcionar o exercício e o domínio do olhar e da mão (BARBOSA, 1947). Já que a arte é um ferramental ou instrumental para o desenvolvimento cognitivo do ser humano (BARBOSA, 1975). Ferramental que possibilita capacitar o estudante para atividades industriais, adequando a arte ao trabalho mecânico e fabril, visando assim contribuir para o progresso do país (BARBOSA, 1947).

É no contexto industrial que se fortalece a valorização do desenho, quando se tem a expansão dos Liceus de artes e ofícios, escolas com objetivos de formação de mão-de-obra qualificada para a indústria. Em meados do século XIX, a Sociedade Propagadora das Belas Artes (SBPA) criou²⁰ o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, agregando assim à educação elementar a formação artística técnico-profissional, que logo em seguida foi disseminada por outras cidades e regiões brasileiras²¹.

Um dos objetivos da SPBA era quebrar a dicotomia: bacharelismo versus analfabetismo, implantando um segmento intermediário de estudo, permitindo assim o exercício profícuo e

¹⁹ Nota do autor: Enquanto aluno, tanto no interior quanto na capital de Goiás, vivenciei estes processos

²⁰ A Sociedade Propagadora das Belas Artes idealizada e organizada por Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, foi fundada em novembro de 1856, nas dependências do Museu Nacional. Mas efetivamente o Liceu somente teve início às suas atividades em 1858, nas dependências da Irmandade da Matriz do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé (BIELINSKI, 2003).

²¹ Datas de início das atividades de alguns Liceus de Artes e Ofícios brasileiros: Salvador (1872), São Paulo (1873), Uberaba (1880), Recife (1881), Juiz de Fora (1882), Manaus (1884), Petrópolis (1892), Fortaleza (1894) (BIELINSKI, 2003).

Sólidos, os quaes teem formas próprias e definidas, estaveis pela grande cohesão de suas moleculas;
Líquidos, os quaes, por causa da mobilidade ou pouca cohesão das suas moleculas, não teem formas próprias ou estaveis, e tomam sempre as dos vasos que os contêm;

Gazosos, os quaes, em virtude da mobilidade extrema de suas moleculas não teem formas próprias, e tendem sempre a occupar maior espaço, quando livres ou abandonados a si mesmos (1).

Superfície é o exterior de um corpo, ou o limite entre o corpo e o espaço indefinido que o cerca.

As **superfícies** só teem duas das dimensões da extensão; isto é, **comprimento e largura**.

Assim dizemos a superfície de uma taboa, de uma bóia, de uma garrafa, etc.

As superfícies podem ser **planas, curvas, quebradas e mixtas**.

Planas, si se lhes póde applicar uma linha recta em qualquer sentido e em toda a sua extensão.

Curvas, si não se lhes póde applicar uma recta em todos os sentidos e em toda a sua extensão.

Quebradas, quando são compostas de duas ou mais planas.

Mixtas, quando compostas de uma ou mais planas, e uma ou mais curvas.

Todas as superfícies são limitadas por linhas.

O **espaço**, a **superfície** e a **linha** podem ser considerados ou estudados sob dous pontos de vista diferentes:

(1) O desenho linear só se occupa do estudo dos solidos. gos serem os que apresentam figuras ou formas.

Em relação á **forma** ou **aspecto** que apresentam, isto é, em relação á **figura**; e
 Em relação á sua **grandeza real** ou **valor effectivo**, isto é, em relação á sua **extensão**.

Figura, portanto, é a **forma** que affectam ou apresentam o **espaço**, a **superfície** e a **linha**.

Para se designar a **extensão** do espaço emprega-se o nome de **volume**.

Para se designar a **extensão** da superfície emprega-se o nome de **area**.

Para se designar a **extensão** da linha emprega-se o nome de **comprimento**.

A geometria é a parte das mathematicas que estuda a medida indirecta da extensão, isto é, dos **comprimentos das linhas**, das **areas das superficies**, e dos **volumes dos espaços**.

Os instrumentos que communmente se empregam no **desenho linear** são — a **regoa**, o **té**, a **curva franceza**, o **esquadro**, o **tira-linhas**, o **compasso**, e o **transferidor**.



digno de uma profissão, no segmento denominado artes industriais ou artes menores, ao incentivar as habilidades e o talento dos alunos-operários por meio do ensino artístico aplicado às artes e ofícios, que logo seria denominado como desenho industrial. Outro objetivo da SPBA, num escopo maior, era a propagação das artes, e, conseqüentemente, uma nova estética nos produtos brasileiros, que por fim acabaria alavancando a indústria brasileira, tornando-a competitiva no mercado geral (BIELINSKI, 2003). Destaca-se dos nomes dos alunos deste Liceu, a formação de Eliseu Visconti e Rodolfo Amoedo, artistas brasileiros premiados. É neste Liceu que Rui Barbosa discursa "O Desenho e a arte industrial" (BARBOSA, 1949) onde evidencia os benefícios do desenho para uma educação integral. Deste discurso, destaco:

De ora avante, se quiserdes determinar a estatura aos estadistas nacionais, tendes aqui a medida: aferi-os pelo zelo com que tratarem esta casa, - permiti-me dizer-vos: este templo. Por quê? Porque o Liceu encerra em si a fórmula mais precisa da educação popular, e a educação real do povo é a educação da nação. Essa fórmula tem dois termos capitais: a educação pela arte e a educação pela mulher (BARBOSA, 1949, p.3).

Além de ressaltar a educação pela arte, como a questão de gênero no ensino da mesma, Barbosa em seu discurso ainda evidencia a evolução do ensino ao permitir que vulgos e comuns cidadãos tenham acesso à arte que "era ainda um culto mal humanizado, que o ciúme dos levitas vedava à profundidade do trato vulgar" (ibdem), pois que "a inteligência e a educação constituem o mais alto de todos os valores comerciais, a nascente mais caudalosa da riqueza, a condição fundamental de toda a prosperidade" (BARBOSA, 1949, p.6).

A pesquisa de Alba Bielinski (2003) ainda informa que não havia preconceito ou distinções raciais ou sociais para o ingresso dos alunos, tampouco de gênero, já que em 1881 foi criado o curso "Profissional Feminino"²². O Liceu tornou-se referência no ensino técnico-profissional, comparado aos existentes na Europa ou Estados Unidos.

Neste momento histórico, o Brasil ainda era forte como exportador de matérias-primas e gêneros alimentares, como por

²² Aos pesquisadores interessados quanto ao acesso feminino as escolas, favor consultar esta experiência educacional carioca.

exemplo, o café. Enquanto países europeus e os Estados Unidos da América estavam em ascensão na sua industrialização e nível de vida, bem como do aperfeiçoamento técnico e organizacional (PRADO JÚNIOR, 1976). No Estado de São Paulo, um dos grandes produtores brasileiros de café, o número de fábricas obteve um crescimento vertiginoso no início do século XX. Em 1910 o número de fábricas era de 3.258, enquanto que em 1920 o total foi de 13.336. É para atender a esta demanda industrial que foram formados parte dos alunos do Liceu paulista. Destacam-se nomes de alguns dos alunos do Liceu de São Paulo: Victor Brecheret, Adoniran Barbosa, Alberto Santos Dumont.

Os Liceus tem como base o movimento estético *arts and crafts*, já adotado na América do Norte e Europa. Este movimento, segundo Tomás Maldonado (2015), um dos fundadores da doutrina que influencia até os dias atuais o design industrial: o “Modelo de Ulm”, deu origem a grande parte da cultura artístico-técnico-profissional implantada nos Liceus, e também é a origem do design.

As artes industriais ensinadas nos Liceus, está presente na estratégia anisiana de Pavilhões de Artes Industriais que serão construídos a partir do final da década de 1940, com maior expressão na década de 1950 e 1960 por meio dos convênios do Inep. Como exemplo destes Pavilhões que foram construídos em diversas localidades brasileiras, destaca-se para esta pesquisa, os da Escola Parque de Salvador, da Escola Parque 307/308 Sul de Brasília, e os Pavilhões construídos nas cidades paraibanas de João Pessoa e Campina Grande e da cidade do Rio de Janeiro, itens que serão abordados mais a frente.

Em tempo, vale informar que Rui Barbosa era a favor do uso de conhecimento estrangeiro visando o progresso do país. Para ele era uma condenação ao país não acompanhar o processo civilizatório global, com a recusa de profissionais estrangeiros qualificados, afirmando que era falso o “nacionalismo” que recusa auxílio externo para o desenvolvimento do país. Todavia, não há barreiras na circulação das idéias, e citou como exemplo a abertura dos Estados Unidos em recrutar professores de desenho às grandes

escolas da Europa, e a Alemanha em utilizar fontes intelectuais de outros países para enriquecer-se.

Afirmava ainda que o Brasil não deveria ter falso pudor em recorrer ao estrangeiro para aprender o que lhe faltava, sendo necessário comungar do conhecimento produzido universalmente (BARBOSA, 1947). Este apontamento se faz importante, pois tempos depois o Brasil estabeleceu uma parceria com os Estados Unidos, que, dentre outros desdobramentos, acarretou o surgimento do primeiro curso superior de arte/educação brasileiro, mas isto ainda é assunto para abordarmos à frente. Voltando à contextualização histórica...

Na década de 1920 tem-se o marco da Semana de Arte Moderna e a repercussão que isso causou na sociedade brasileira. Dentre os participantes da Semana, recupera-se a informação sobre a marcante influência de Mario de Andrade e Anita Malfati no “deixar fazer” ou *laissez-faire*, método de ensino de arte que se baseava no expressionismo e na espontaneidade da criança, difundido por todo o país. Nas décadas seguintes foi mantido o ensino do desenho e inserido o ensino do canto orfeônico, com destaque para a presença do maestro Heitor Villa-Lobos a frente deste componente curricular na capital federal. Isto provocou a criação da cadeira de Música e Canto Orfeônico no Instituto de Educação do Distrito Federal (Rio de Janeiro), que era ministrada pela professora Ceição de Barros Barreto (JANNIBELLI, 1971).

No Rio de Janeiro, aconteceu a Reforma Fernando de Azevedo, quando este se encontrava à frente da Diretoria de Instrução do Distrito Federal. Baseada na pedagogia nova, esta Reforma possibilitou a conscientização da necessidade de instalações próprias e adequadas às escolas públicas, bem como a realização de conferências pedagógicas com o intuito de instruir o professorado em assuntos como: o ensino profissional, a escola nova e trabalhos manuais. Azevedo possibilitou uma congregação da sociedade a partir do espaço escolar, tratando de assuntos como: higiene, família e trabalho.

Outro marco relativo à valorização da arte, foi a modificação, em 1928, das regras para ingresso na Escola Normal do Rio de

Janeiro, incluindo a prova de Desenho, acarretando assim uma mudança no programa e duração do curso de magistério. Mesmo com a inserção de Desenho, foi mantida a disciplina Trabalhos de Agulha, além das disciplinas de História das Artes, Música e Canto, Música Instrumental, Desenho de Estilização. Tem-se a

introdução do cinema como recurso pedagógico, a revalorização do livro para a construção do conhecimento escolar, a insistência na utilização de laboratórios como meio didático bem como a ênfase no desenvolvimento de centros de interesse como método de ensino (USP, 2000, p.11),

sendo estes itens, exemplos das alterações ocorridas nas práticas internas da escola. As alterações advindas da Reforma visavam à experimentação como forma de aquisição dos saberes pelos alunos, para além da observação, máxima do ensino intuitivo, demonstrando sintonia aos preceitos da educação ativa. Em agosto de 1929 ocorreu a Primeira Exposição de Cinematografia Educativa como intuito de divulgar os benefícios do cinema para a prática educativa.

No período que Fernando de Azevedo esteve à frente da instrução no Distrito Federal, detectou-se o número insuficiente de escolas primárias, sendo que as existentes funcionavam em edifícios alugados ou em edifícios sem condições higiênicas e não adaptados à prática do ensino. Visando resolver esta questão, terrenos e casas foram desapropriados para construção/ampliação de edifícios escolares, totalizando nove obras (construção ou adaptação) durante sua gestão.

Escolanovista que era, divulgou os princípios da pedagogia nova, dentre os quais destacamos, que

o ponto de partida, na escola nova, é sempre a observação. É um princípio essencial. O professor começará por ensinar o aluno a 'observar', pondo-lhe em contato constante com as coisas e os fatos, despertando-lhe o sentido e desenvolvendo-lhe a capacidade de observação. As excursões escolares (a fabricas, a oficinas, aos jardins botânicos, à lavoura, etc.), os museus e o cinema educativo, constituem outros tantos meios de abrir à atividade inquieta do aluno novos campos de observação. Aprender a ver, observar, é a arte de mais difícil aprendizagem e condição essencial a atividades inteligentemente orientadas (AZEVEDO, 1930, p.15).

Assim, "o conhecimento deixava de ser percebido como erudição para assumir o caráter de vivência" (VIDAL, 1994, p. 25). Na fala de Azevedo, podemos perceber a relação direta com as premissas de Anísio Teixeira para a Escola Parque, dentre elas a presença de museu e cinema dentro desta instituição. Mas sigamos em frente apresentando os dados, o momento de discutí-los não tarda a chegar.

O intercâmbio entre pensadores e professores de outros países esteve presente dentre as atividades incentivadas por Azevedo. Portanto, destacamos a "Exposição de desenhos escolares japoneses" promovida por iniciativa da Embaixada do Japão em junho de 1928. Esta exposição demonstrou que o intercâmbio não se dava somente no âmbito dos adultos, mas afetava inclusive as crianças, o alunado, algo que pode ser comparado, nos dias atuais, à visita de alunos às exposições de museus e centros culturais. Os desenhos feitos por alunos de diferentes escolas japonesas, foram expostos acompanhados da seguinte mensagem:

Os desenhos que vão ser expostos (...) são oferecidos às crianças das escolas brasileiras e vêm acompanhados de uma mensagem de amizade, de carinho, de fraternidade! 'Meninas e meninos do Brasil - Nós, os alunos das escolas do Japão, temos a honra e o prazer de enviar aos estimados colegas da vossa terra esses pobres desenhos, como prova de amizade fraternal. Sendo a figura uma linguagem internacional, não dispomos de nenhum meio melhor do que as imagens para interpretar os nossos pensamentos e exprimir o que sentimos. Parece-nos que, embora sendo diferentes dos nossos, os hábitos e o idioma do vosso país, haveis de ter grande interesse nestes desenhos e estamos certos de que ao vê-los haveis de apreciar melhor as nossas saudações afetuosas, do que se as manifestássemos por meras palavras' (O JORNAL, 1928).

Dentre as estratégias de formação de professores, existiram as conferências proferidas em abril de 1928, durante sua gestão. Destaca-se, devido o escopo desta pesquisa, a conferência ministrada pelo professor Edgar Sussekind Mendonça, que abordou: a) O desenho espontâneo, b) Regionalismo como método e como finalidade, c) Lição de fatos e não lição de coisas; que foi divulgada no jornal O Globo (1928a). Estas conferências promoveram modelos pedagógicos baseados na "escola nova" ao professorado municipal, durante alguns dias em várias semanas (O GLOBO, 1928b). Além das conferências, ocorreu também o movimento denominado

Cruzada pela Escola Nova, promovido por professores com o apoio da Associação Brasileira de Educadores. Deste último, destacamos o tema 'O desenho e os trabalhos manuais' (BOLETIM DE EDUCAÇÃO PÚBLICA, 1930). Os movimentos e ações que aconteceram neste período promoveram uma nova compreensão da educação, alinhada a teoria de Dewey, expressa em Educação é Vida, onde

educação não é preparação, nem conformidade. Educação é vida, e viver é desenvolver-se, é crescer. (...) O processo educativo, portanto, não tendo nenhum fim além de si mesmo, é o processo de contínua reorganização, reconstrução e transformação da vida (DEWEY, 1978, p.31).

Enfim, a Reforma Fernando de Azevedo, segundo Ana Mae Barbosa, foi a "reforma educacional considerada a mais radical já realizada no Brasil" constando o ensino do Desenho como Arte e Design "um dos valores centrais desta reforma" (2013, p.19). Em relação aos conteúdos abordados nas aulas de desenho, ainda é relatado por Ana Mae Barbosa, como por outros autores que se debruçaram sobre este assunto como Rejane Coutinho da Unesp, que os livros²³ de Abílio César Pereira Borges eram a referência, tendo como base o modelo de Walter Smith²⁴. Os livros de Borges predominaram nos sistemas de ensino até meados da década de 1950, com resquícios do mesmo ainda encontrados nos materiais didáticos da década de 1990.

A educação não formal, no sentido de "educação através da arte" - termo cunhado por Herbert Read, e baseada nos argumentos de que a arte é uma forma de liberação emocional e do *laissez-faire*, tem seu expoente no Rio de Janeiro, no final da década de 1940, com a criação da Escolinha de Arte do Brasil, por Augusto Rodrigues, bem como aulas em ateliês dirigidos por artistas, como: Guido Viaro (Curitiba/PR), Lula Cardoso Ayres (Recife/PE) e Suzana Rodrigues (São Paulo/SP). Estabelece-se a livre-expressão, enquanto possibilidade metodológica para o ensino da arte. No ensino formal, ou seja, nas escolas, ainda não há o que se chamará a posteriori de Educação Artística. Em tempo vale informar que Anísio Teixeira contribuiu com a Escolinha de Arte do Brasil, como

²³ Desenho linear ou elementos de geometria popular (1882), e Geometria prática popular (1950).

²⁴ SMITH, Walter. Art education: scholastic and industrial. Boston. 1872. SMITH, Walter. Teachers's manual of freehand drawing. Boston. 1874.

participe na coordenação de Noemia Varela do Curso Intensivo de Arte na Educação, que também contou com o auxílio de Helena Antipoff. Este curso era voltado para o professorado, permitindo assim uma formação de professores, advindos em sua maioria de escolas normais. Uma vez que não havia neste momento, cursos específicos de professores de artes em escolas formais. Sobre esse Curso, Noemia Varela diz que era

um curso provocador do que chamamos prontidão para mudanças, muitas vezes bem sensíveis (seja no próprio professor-aluno, seja em escolas e outras instituições) alargando, estrategicamente, dimensões da personalidade e estendendo as fronteiras da experiência nas Escolinhas de Arte (...). Por muitos anos, no Brasil, o único curso destinado a professores de todos os graus de ensino, o que nos permitiu, de certa forma, incentivar e descobrir a criatividade do educador brasileiro (VARELA, 1986, p. 17/18).

O movimento Escolinha de Arte do Brasil é disseminado para outras cidades, como a Escolinha de Arte de Cachoeiro do Itapemirim, fundada por Isabel Rocha Braga, e a Escolinha de Arte do Recife, criada pela mesma Noemia Varela que atuou no Rio de Janeiro, juntamente com Ulisses Pernambucano. É nesta escola do Recife que Ana Mae Barbosa estagiou, e onde apaixonou-se pelo ensino de Arte (SCHÜTZ-FOERSTE, 1996). Imersa nas ideias do movimento Escolinhas de Arte, Ana Mae Barbosa fundou em Brasília, juntamente com Alcides da Rocha Miranda e apoio de Augusto Rodrigues a Escolinha de Arte de Brasília, em 1965. Sobre esta experiência, Ana Mae Barbosa expõe que um dos elementos de ligação entre a população local e a comunidade universitária era a escolinha de arte.

A escolinha estava ligada ao departamento de extensão. Eu trabalhava com o Dr. Alcides Rocha Miranda do Instituto Central de Artes, chamado ICA. Mas a escolinha estava funcionalmente ligada ao departamento de extensão. E na lei de Pompeu de Sousa constava a criação do vínculo da Universidade com o público, que achava ser uma estratégia para a Universidade ser mais bem aceita. E a escolinha seria um dos primeiros (...). Já havia uma escolinha de Arte, que era a da Aliança Francesa. Imaginou-se que a Escolinha de Arte atrairia muita gente da população, Isso foi verdade. Eu cheguei a fazer as matrículas. A escolinha era muito bem pensada: os móveis foram todos desenhados por um arquiteto, como tese de seu mestrado; o próprio Dr. Alcides tratou de fazer uma adaptação do espaço da escolinha toda em vidro. Proporcionando à criança ver

todo o meio ambiente, não se isolando dele. Estávamos dentro de uma caixa de vidro praticamente. Era uma ideia muito interessante. Mas acontece que a (escola) é invadida pelo exército (SCHÜTZ-FOERSTE, 1996, p. 07).

Barbosa ao fim de sua fala, refere-se à invasão da Universidade de Brasília pelo exército, durante o período da ditadura. “A ditadura e a censura dificultaram muito o progresso no campo artístico, impossibilitando algumas expressões. Apesar disso, a cidade lutou” (OLIVEIRA & XAVIER, 2011, p.46), e persistiu promovendo aos poucos o fortalecimento das instituições voltadas à Arte. Entretanto a Escolinha de Arte de Brasília fechou. Neste momento político, vários acordos e convênios foram estabelecidos por meio do Ministério da Educação.

O acordo estabelecido entre o Brasil (Ministério da Educação – MEC) e os Estados Unidos (United States Agency for International Development – USAID) permitiu uma reformulação no ensino brasileiro, a partir da Lei de Diretrizes e Bases de 1971. Não só afetou o ensino como um todo, com a instituição do Ensino Fundamental, antes compreendido pelo ensino primário e o ensino ginásial, como também a instituição do Ensino Médio com a fusão dos antigos cursos clássico e científico, anteriormente abordados. Com estas alterações o ensino fundamental passou a contar com 8 anos, o que foi alterado com a Lei Nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006 que estabeleceu em seu artigo 32 “O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, tendo por objetivo a formação básica do cidadão” (BRASIL, 2006).

É neste mesmo ano, 1971, por meio da Lei Nº 5692/71, que três disciplinas existentes no currículo e específicas: Desenho, Música e Trabalhos Manuais, foram extintas e seus professores remanejados para as aulas de Educação Artística. Bem como é criado o primeiro curso de arte/educação brasileiro.

A segunda mostra da série “Arte e Sociedade no Brasil”, exposta no Museu de Arte do Rio de Janeiro, e proposta pelos curadores: Janaina Melo e Paulo Herkenhoff, trouxe à tona questionamentos de como a arte se envolve com a educação no Brasil. Esta exposição lançou reflexões sobre os “desafios enfrentados

pela educação, pela arte e pelo museu” a partir das obras artísticas, visando “modelos para pensar o potencial da educação” (MUSEU DE ARTE DO RIO, 2014). Foram expostas obras de Anna Bella Geiger – que foi aluna de Anísio Teixeira. Geiger discute, há décadas, “dispositivos como cartilhas, atlas e métodos de leitura a partir das relações transculturais”, que juntamente com outros artistas, estavam expostas numa das alas do museu. A mostra era dividida em quatro núcleos:

Teoria, com foco em Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire; Processos, que documenta experiências da prática educacional; Dispositivos, que discute as dimensões de poder das estruturas educacionais; e Linguagem, que explora a relação entre fazer artístico, fala e escrita como campo de reconhecimento das diferenças (MUSEU DE ARTE DO RIO, 2014).

Esta exposição contou ainda com a exposição de trabalhos teóricos de Anísio Teixeira, o qual era listado dentre os artistas expositores. Foi uma experiência ímpar poder percorrer todas as grandes salas, abarrotadas de obras relativas à educação. Como experiência para Dewey corresponde a ação e a reação de um corpo sobre outro e vice-versa, ou seja, a todo instante tudo está interferindo e sendo interferido pelo outro. Toda esta ação e reação visam o “equilíbrio de adaptação” (DEWEY, 1978, p.13), percebendo no aluno que há, nesta vivência, a “capacidade mútua e atividade mútua de reação” (ibidem p.16). Assim, “simultaneamente vivemos, experimentamos e aprendemos” (ibidem p.16). Eu enquanto aluno, expectador, professor, pesquisador, estou também vivenciando experiências, ao interagir com o meio durante minha existência, minhas ações investigativas.

Assim, não estamos em um dado momento investigando, pesquisando e no outro vivendo, faz-se tudo de maneira interligada, sem interrupções ou marcações cronológicas, proposição esta corroborada pela fala de Lourenço Filho, ao afirmar que “as crianças não estão, num dado momento, sendo preparadas para a vida e, em outro, vivendo. Vida, em condições integrais, e educação são o mesmo.” (LOURENÇO FILHO, 1978, p.7). A educação para que seja uma experiência a ser vivenciada constantemente solicita que a escola seja uma comunidade social em miniatura, possibilitando ao



Figura 4: De cima para baixo, temos a vista da maquete, e uma vista aérea da escola de Richard Neutra construída em Lemoore – Califórnia, 1965. Fonte: (NEUTRA SCHOOL, 2016) e (Collectors Weelky, 2017), montagem fotográfica de Cleber Cardoso Xavier, 2016.



educando, ou a criança, uma experiência cidadã (LOURENÇO FILHO, 1978, p.7).

Portanto, nada mais necessário a uma experiência cidadã que o acesso a uma educação integral, que proporcione mais do que a alfabetização, o conhecimento da matemática ou da língua materna, mas a expressão por meio da linguagem como um todo, inserindo aí a expressão artística em suas mais diferentes possibilidades, do movimento ao desenho, da música à cena. Falar em uma educação cidadã no Brasil provoca a necessidade de se falar de Anísio Spínola Teixeira, assunto que veremos logo a frente.

Arquitetura Escolar

“O espaço não é neutro. Sempre educa.”

(FRAGO; ESCOLANO, 1998, p. 75)

A compreensão da importância do edifício escolar para a educação e a qualidade do ensino ministrado nesse espaço é necessária, pois se descortina assim uma nova área de estudos e conhecimentos a partir da intersecção entre a Educação e a Arquitetura. Por vezes o prédio escolar é uma referência para os indivíduos da localidade onde ele encontra-se instalado. Traz em si simbologias e condições que possibilitam alterar a compreensão do serviço ali prestado.

Aborda-se a arquitetura escolar nesta tese, pois há na história profissional de Anísio Teixeira a preocupação com este tópico, bem como a promoção de diferentes prédios escolares, voltado para a qualidade do ensino e melhores condições da prática pedagógica, como é o caso das salas especiais implementadas desde a década de 1930 e os pavilhões de artes industriais nas décadas de 1950 e 1960. Visando proporcionar ao leitor informações quanto a este contexto histórico e educacional, recuperam-se algumas informações a seguir.

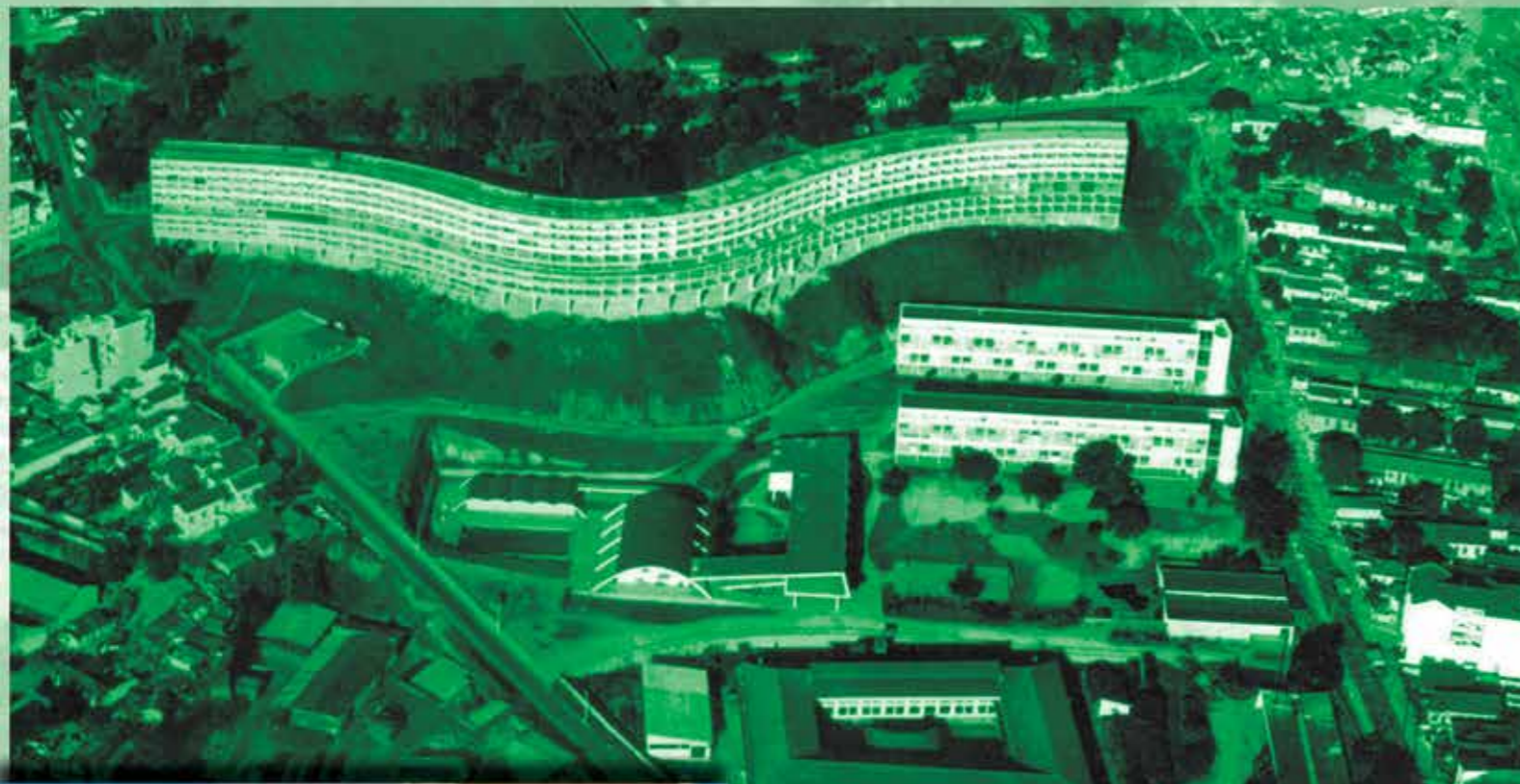


Figura 5: No sentido anti-horário: Vista aérea da escola do conjunto residencial Prefeito Mendes de Moraes ou Pedregulho, bairro São Cristóvão/Rio de Janeiro; Mural de Cândido Portinari; Mural de Burle Marx
Fonte: (ARCH DAILY, 2011), (MONUMENTOS DO RIO, 2017), (MOSAICOS DO BRASIL, 2017) - montagem fotográfica Cleber Cardoso Xavier, 2017.



Até o início do século XX a educação formal era ofertada majoritariamente por meio de instituições vocacionais, para uma população abastada ou com relações diretas com grupos sociais da esfera de poder. Este conjunto populacional se restringia a minoria do montante existente não só nas regiões urbanas, mas em todo o país.

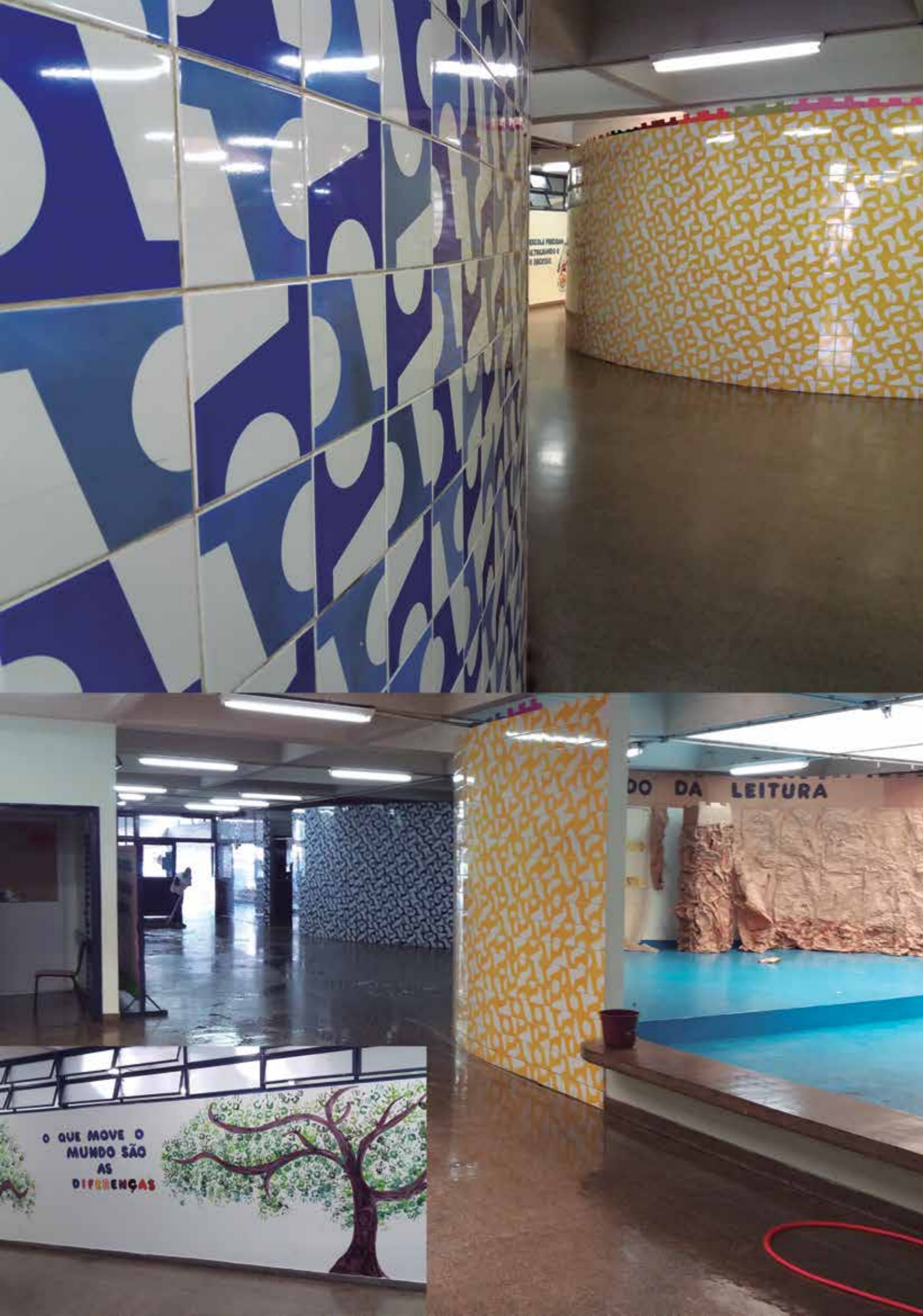
Com o advento da universalização da educação, ou seja, o surgimento da possibilidade de todos terem acesso à educação pública fez-se necessário a adaptação e/ou construção de prédios escolares e um maior número de professores ou pessoas minimamente habilitadas para o exercício do magistério.

No início da expansão educacional a necessidade de se ter professores foi solucionada por meio da contratação de profissionais de diversas áreas para ministrar aulas com base em suas formações, como por exemplo, um engenheiro poderia dar aulas de desenho ou matemática, um advogado teria condições de atuar na cadeira de português ou língua materna, estes são exemplos de profissionais que atuaram no magistério público. Mas estes arranjos também se deram no campo da arquitetura escolar. Foram utilizados, no primeiro momento, casas e edifícios comerciais, adaptados para que acontecesse nestes espaços o processo educacional.

Entretanto, compreender o edifício escolar é compreender que a escola possui um lugar e um espaço, o que na visão de VIÑAO FRAGO & ESCOLANO (2001), o lugar é aquele que construímos a partir do fluir da vida e o espaço é o que se imagina ou se projeta, sendo jamais neutro, pois traz em si, signos, símbolos e vestígios das relações sociais e das condições dos seres que ali habitam, mesmo que temporariamente. O que é corroborado pela fala de Gaston Bachelard, ao dizer:

Acreditamos, às vezes, que nos conhecemos no tempo, quando na realidade só se conhece uma série de fixações em espaços da estabilidade do ser, de um ser que não quer acabar; que no próprio passado vai em busca do tempo perdido, que quer 'suspender' o vôo do tempo. Em seus mil alvéolos, o espaço conserva tempo comprimido (BACHELARD, 1998, p.62).

O tempo comprimido conservado no espaço, enquanto marcas, signos e símbolos de uma vivência ali ocorrida, possibilita



recuperar informações sobre estes momentos. No âmbito do espaço educacional, é possível desvelar muito do que se pratica e praticava nas escolas, como também das relações estabelecidas entre professores e alunos, a escola e a sociedade, alunos entre si, bem como a relação e importância dos componentes curriculares e das prioridades das políticas públicas vigentes.

Ao longo dos anos, na configuração de um espaço educacional, a escola e sua arquitetura passam a combinar higiene física e moral, qualificando-a para sua função primordial: educar. Os elementos deste espaço urbano²⁵ e escolar, composto de salas de aula, pátios internos e externos, mobiliário, etc, ao longo dos anos tornaram-se tema de estudos, visando melhorias e efetiva execução de seu propósito. Passando a contar a partir destas preocupações com dispositivos de salubridade ao ambiente escolar, agora interpretado como um equipamento urbano, social e de pertencimento da comunidade, já que

o prédio escolar se confunde com o próprio serviço escolar e com o direito à educação. Embora colocado no rol dos itens secundários dos programas educativos, é o prédio da escola que estabelece concretamente os limites e as características do atendimento. E é ainda esse objetivo concreto que a população identifica e dá significado (LIMA, 1995, p.75).

Portanto, compreender o edifício escolar como parte integrante do processo é válido, senão necessário, para atingir os objetivos educacionais propostos nos sistemas de ensino. Diversas pesquisas já apontam que o traçado arquitetônico dos prédios escolares influencia o comportamento, o aprendizado, o desempenho e a saúde do educando, como é possível perceber nas produções²⁶ de VIÑAO FRAGO & ESCOLANO (2001), TARALLI (2004), KOWALTOWSKI (2011), BARRETT et al (2015).

Assim, creio que foi acertada a preocupação que ocorreu a partir da década de 1930 (principalmente em São Paulo, Rio

²⁵ Promove-se aqui um recorte do universo educacional, tomando como objeto a escola inserida no espaço urbano, na cidade. Não serão abordadas as escolas rurais ou do campo, tampouco escolas indígenas, quilombolas, dentre outras, mantendo o foco nos objetivos da tese.

²⁶ Especificamente sobre o cenário brasileiro, Rubem Barros (BARROS, 2007) faz uma contextualização rápida e de fácil entendimento sobre a arquitetura escolar, abordando não só edificações nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, abordando também construções em Brasília e São José dos Campos, e de diferentes tipologias escolares, dentre elas: Escola Parque e o Centro Educacional Unificado (CEU).



de Janeiro e Minas Gerais), quanto ao planejamento dos prédios escolares e sua localização espacial, passando a obedecer critérios: técnicos (infra-estrutura), econômicos (racionalidade de custos) e políticos (a imagem da escola como monumento da civilização).

Com a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), deu-se início a oferta de planejamentos pré-preparados pela equipe do Instituto e ofertados aos estados e municípios para a construção de prédios escolares, por meio de convênios. Por vezes, seguir o planejamento do Inep era fator condicionante na implementação do convênio. Nas últimas décadas, este assunto faz parte da alçada do FNDE/MEC²⁷. Um dos interesses de se ter um bom ambiente educacional é despertar nos estudantes um sentimento de pertencimento à escola, seja por meio de socialização e confraternizações entre os membros da comunidade escolar, seja por meio de práticas pedagógicas inovadoras (VEIGA, 2007), ou por meio da atuação da educação patrimonial²⁸.

O Brasil enquanto um país continental e de perfis regionais tão distintos, possui uma gama de realidades educacionais distintas. A partir da contextualização da história da educação apresentada na sessão anterior desta tese, há um reflexo de cada momento vivido no Brasil e as políticas adotadas, tudo isso gravado na estrutura do prédio escolar, sendo pontual a afirmação de Vilanova Artigas:

em cada fase da luta pela educação nacional, controem-se escolas cuja arquitetura reflete talvez melhor do que qualquer outra categoria de edifícios, as passagens mais empolgantes de nossa cultura artística; os recursos técnicos que tivemos à disposição; as idéias culturais e estéticas dominantes; tudo condicionado a um projeto nacional de desenvolvimento (ARTIGAS, 1970, p.12).

27 Informe que participei do Programa Fundescola/FNDE, onde se desenvolveram algumas atividades relacionadas ao Levantamento da Situação Escolar (LSE) de municípios das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, onde foram promovidas palestras e treinamentos sobre o sistema informatizado (aplicativo) que auxiliiei o desenvolvimento (2005/2006). Os parâmetros utilizados pelo FNDE eram mensurados após coleta dos dados por meio de visita às escolas, visando auxiliar na destinação de recursos públicos, tomada de decisão, planejamento escolar municipal e geração de políticas públicas nas diferentes esferas governamentais.

28 Vale destacar a experiência de educação patrimonial que acontece desde o ano de 2010 na Escola Parque 307/308 Sul. Maria da Glória Bomfim Yung, ou Glorinha como é comumente conhecida, promove o projeto educacional PRESERVARTEPATRIMÔNIO com parte dos alunos atendidos nessa unidade educacional. Sua ação pedagógica "De Volpi a Galeno" desenvolvida em 2010, foi agraciada com o III Prêmio José Aparecido de Oliveira da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal. Para mais informações consulte o seu mais recente artigo: PRESERVARTEPATRIMÔNIO: AÇÕES PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL (YUNG e SILVA, 2017).

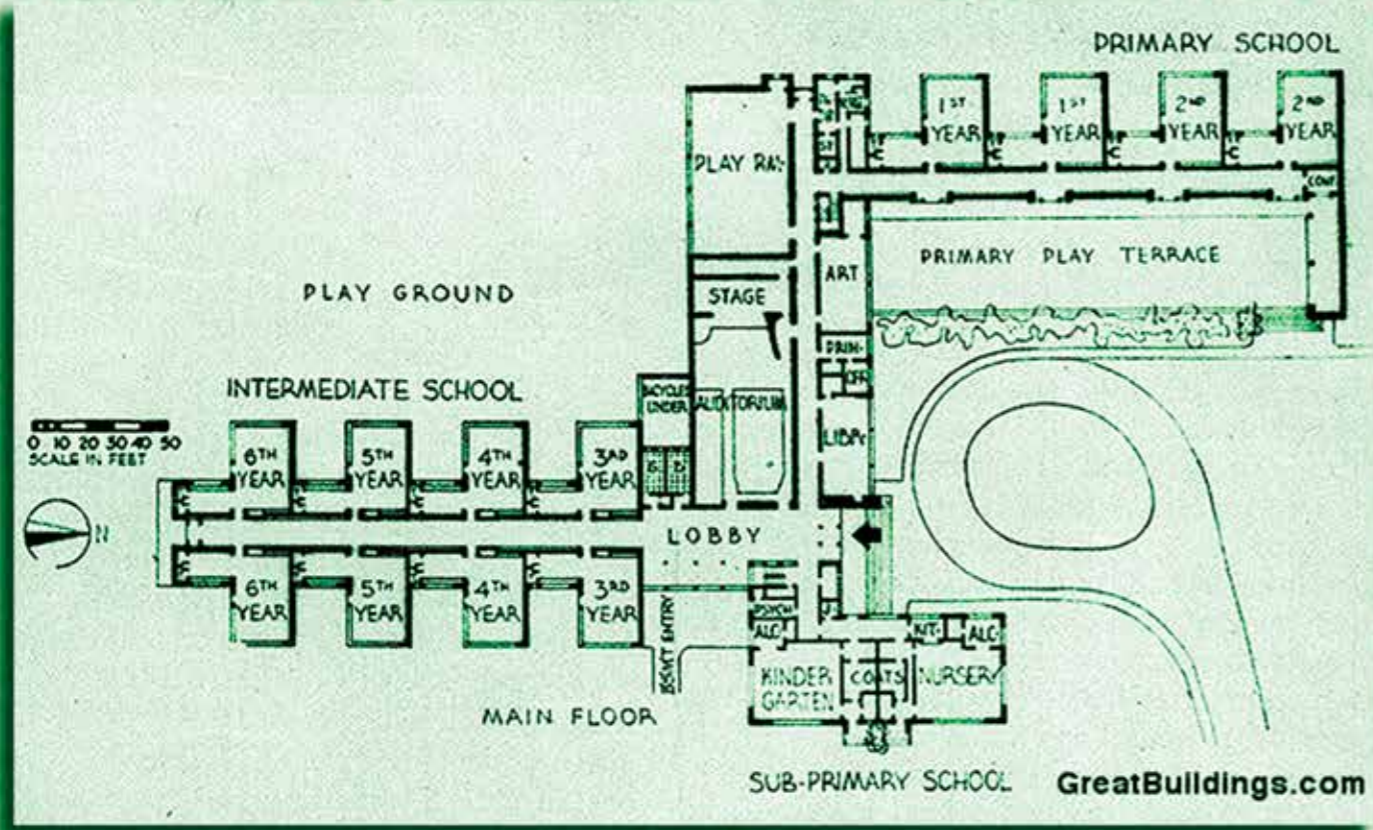


Figura 7: Planta baixa da escola Crow Island School, em Winnetka - Illinois.
 Fonte: Great Buildings (2017) - montagem fotográfica Cleber Cardoso Xavier, 2017.

Com a República (1889), deu-se que cada estado orientaria a sua "instrução pública" ou sistema de ensino, já que havia uma discrepância quanto às condições econômicas e sociais em cada unidade federativa, cabendo à União, "sem exclusividade, criar instituições de ensino secundário e superior nos Estados" (ARTIGAS, 1970, p.11). Sendo, a escola um equipamento social diretamente ligado ao espaço urbano.

Sobre a configuração do espaço urbano, a realidade escolar e a preocupação com a higiene, ilustram este contexto a partir do Código de Posturas do Município de São Paulo de 1886, que contava com 318 artigos, onde o Artigo 118 informa sobre quem pode ser admitido em uma escola pública:

"Art. 118 - Nas escolas públicas não serão admitidos alunos se no ato da inscrição da matrícula não apresentarem guia de estarem vacinados; sob pena de 10\$ de multa imposta aos professores ou professoras que os admitirem. § 1º - A disposição deste artigo estende-se aos professores particulares, diretores de colégios de ambos os sexos e aos estabelecimentos públicos de educação. § 2º O Procurador da Câmara haverá mensalmente do Secretário da repartição da vacina uma relação dos infratores, a fim de promover a cobrança das multas (PMPS, 1886, Art.118).

No período compreendido entre 1885 a 1920, tem-se o início do destaque dos grandes centros urbanos brasileiros, sendo a escola uma consequência da vida urbana e um "equipamento da cidade industrial" (ARTIGAS, 1970, p.10). Ainda no início do Século XX, tem-se a configuração da escola pública não confessional, voltada ao público menos abastado, para não dizer pobre, com uma estrutura física precária e quase sempre adaptada de uma construção não voltada ao que se conhece hoje como escola. Enfim, uma edificação não condizente com as necessidades prementes ao exercício do magistério.

Segundo Alfred Roth (1957) a evolução pedagógica não foi acompanhada pelo progresso da arquitetura dos prédios escolares. Este descompasso é um dos fatores para a divergência entre as duas áreas de conhecimento, devido a ausência de uma "doutrina urbanística clara, com bases legais e plenamente consciente da importância das escolas no organismo urbano" (MELLO, 1970, p.30).

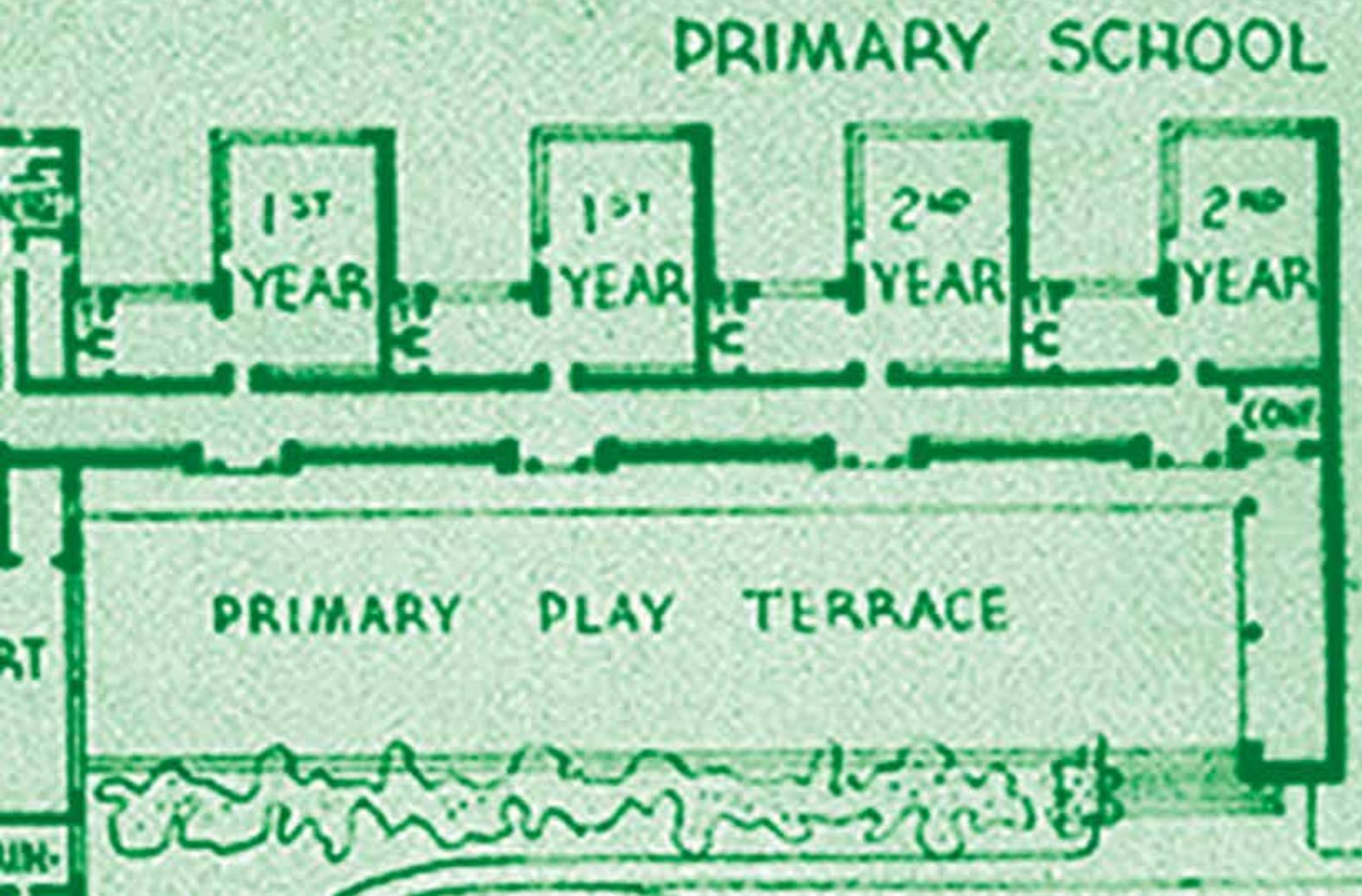
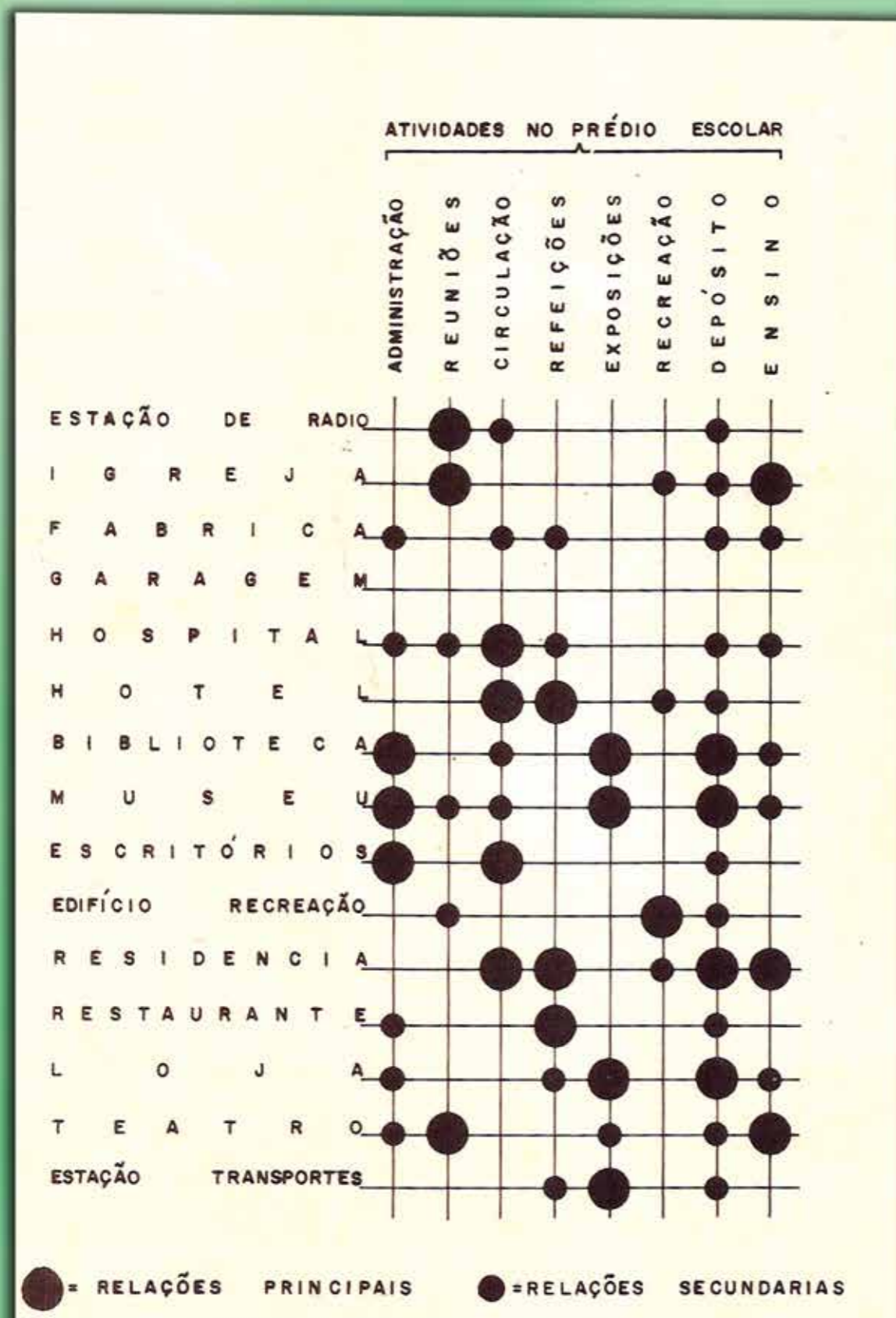


Figura 7: Relação do edifício escolar com outros edifícios da comunidade
 Fonte: MELLO, p.117.



Ao se ter as escolas agrupadas, geralmente de origem oficial, elas eram vistas como conjunto de salas de aulas, geralmente de aspecto monumental. Estes ambientes não apresentavam por parte do projeto arquitetônico soluções práticas e racionais, mantendo a ausência de atenção para a funcionalidade e bem-estar, preocupando-se estritamente com aspectos como ventilação, iluminação e insolação, em detrimento das especificidades de ambientes voltados para disciplinas como educação física e artes. Para estes componentes curriculares há a necessidade de espaços específicos, planejados a contento para o efetivo processo de ensino aprendizagem. Pois, "a escola desconhecia qualquer ampliação de seu significado social além de ensinar primeiras letras e taboada" (ARTIGAS, 1970, p.11).

Arquitetonicamente não havia a preocupação se quer de um espaço destinado à administração escolar. O foco era centrado somente no espaço de ensino, tudo era ensino, principalmente nas construções escolares de 1911 em São Paulo. Tanto no cenário urbano quanto rural, dá-se a configuração do espaço de ensino como uma sala destinada à "instrução".

Suzy de Mello (1970) afirma que prédios construídos inicialmente com finalidades diferentes à educacional, além de não satisfazerem aos requisitos de higiene e pedagogia, são na maioria das vezes de custo de construção e de manutenção mais elevados que os de destinação direta e planejada à educação. Afirma ainda que os edifícios escolares devam ser de possível e fácil adaptação a novas condições, sejam elas técnicas, didáticas ou demográficas.

Este último item visa contemplar a possibilidade de ampliação da escola para atender a demanda local. Uma tipologia de edifício escolar que possibilite ampliação de acordo com a densidade demográfica foi implementada por Anísio Teixeira no Rio de Janeiro na década de 1930, é a Escolas do Tipo Mínimo, com possibilidade de ampliar a escola, visando atender a população futura.

Neste período, ocorreram embates no Rio de Janeiro, durante a construção de novos prédios escolares, com uma arquitetura diferente da então predominante arquitetura neocolonial. Foram construídos 28 novos prédios, dentre eles a Escola Dom

Aquino Corrêa, em Copacabana (CASTRO, 2009). Estes prédios são conhecidos como escolas de Anísio Teixeira, projetados por Enéas Silva, e foram catalogados em um Guia lançado em 2006 no seminário que ocorreu no Centro de Referência da Escola Pública, no Rio de Janeiro (XAVIER & HIRSCHFELD, 2006).

As escolas projetadas por Enéas Trigueiro Silva, foram divididas em cinco tipos de prédios: Mínima, Nuclear, *Platoon*, Especial e *Playground*. Entretanto os modelos mais difundidos foram: Tipo Mínimo, com 3 salas de aula, um ateliê e oficina (construídas em regiões de reduzida população escolar); Tipo Nuclear, com 12 salas de aula, salas para administração, secretaria e professores; Tipo *Platoon*, com 12, 16 e 25 salas de aula, sendo salas de aula comuns e especiais.

A tipologia *Platoon* se constituía de salas de aula comuns e salas especiais para auditório, biblioteca, recreação, jogos, música, ciências, desenho e artes industriais. Estas escolas eram consideradas de baixo custo, concebidas em estrutura de concreto armado e fechamento em alvenaria, cobertura formada por terraço jardim e circulação com padronização de acabamentos entre os diversos prédios construídos (PMRJ, 2015).

A incipiente preocupação com a arquitetura escolar é percebida em São Paulo, a partir de 1911 até 1936, onde foram construídos 16 prédios escolares com projetos arquitetônicos relacionados com o programa de ensino e condições de higiene e bem estar dos ocupantes destes prédios. Esta preocupação também existiu durante a gestão de Anísio Teixeira frente à Diretoria de Instrução Pública no Distrito Federal, então Rio de Janeiro na década de 1930.

A problemática do espaço arquitetônico escolar volta com as soluções provisórias e emergenciais em meados do século XX, com as escolas galpão e o aumento dos períodos de funcionamento das escolas já existentes, nos diferentes turnos, visando atender às demandas, sem fazer aportes quanto à construção de prédios escolares. Neste período têm-se os turnos de duas horas e meia ou três horas, ao invés de turnos de quatro horas de aula. As escolas construídas neste período, salvo exceções, não possuem áreas

ajardinadas, geralmente foram construídas em terrenos pequenos e quase nunca atendiam aos programas de educação física. Cenário que é próximo ao vivenciado por Anísio Teixeira frente à Secretaria de Educação da Bahia, quando então idealiza os Centros Educacionais, assunto que será desenvolvido logo a frente nesta tese.

Suzy de Mello (1970) apresenta em sua tese de doutorado características da arquitetura escolar do século XIX, que estão disponibilizadas no Quadro 1, a seguir. A autora ressalta a diferença entre as dimensões do edifício escolar e a escala humana, evidenciando a não preocupação ergonômica com a criança, além de não existir a funcionalidade dos espaços destinados ao ensino e à recreação, mantendo uma arquitetura que valorizava a fachada da escola em detrimento da funcionalidade, do seu objetivo que era educar.

Quadro 3 – aspectos dos edifícios escolares brasileiros do século XIX.
Fonte: MELLO (1970, p.33).

- Dimensões exageradas do edifício, em evidente e completo desacordo com a escala infantil;
- Planta sem funcionalidade, disposição ilógica e anti-natural das peças;
- Arquitetura formalista e convencional, preocupação de fachadismo em detrimento das finalidades do prédio.

Pensar a arquitetura escolar no início do século XX não foi uma ação brasileira, pois aconteceu obviamente em outros países. Nos Estados Unidos, Richard Neutra propôs a criação de salas de aula ao ar livre, por meio do projeto de uma escola com salas de aula que se abrem para pequenos pátios destinados a atividades escolares, sendo a planta da escola em formato elíptico. Este projeto foi planejado em 1928, mas somente foi executado em 1960 em uma Estação Aéreo Naval em *Lemoore – Califórnia* e é denominada como *Richard J. Neutra Elementary School*.

Em seus projetos seguintes, Neutra resignificou pátios e corredores, antes considerados como espaços externos, em espaços integrados às salas de aula, tornando-os assim, espaços



pedagógicos (NEUTRA, 1948). Ainda fez uso da estrutura de salas ao ar livre em construções voltadas para países quentes, como projetos implementados em escolas rurais de Porto Rico (NEUTRA, 1944). Sua influência é considerável nos planejamentos escolares brasileiros, o que tem sido motivo de pesquisa para alguns autores, dentre eles NASCIMENTO (2012), LOUREIRO & AMORIM (2002), LOUREIRO (2000).

Para Mello (1970) a escola pode ser também um agente de conscientização estética presente na educação dos alunos por meio de esculturas, murais e demais obras a eles ofertadas. Como também na ação de formação de platéia, e público consumidor e crítico. O que é corroborado por Alfred Roth (1957) ao dizer que se a arte promovida e consumida pelos adultos não for uma arte alegre, abstrata, imaginativa e de cores puras, deixará as crianças indiferentes à fruição.

Visando ilustrar os apontamentos de Mello e Roth, acima descritos quanto a relação entre arquitetura e arte no prédio escolar, cita-se dentre as muitas escolas possíveis, alguns exemplos:

- Escola do conjunto residencial Prefeito Mendes de Moraes ou Pedregulho, no bairro de São Cristóvão/Benfica, Rio de Janeiro, à época de sua construção ainda era Distrito Federal (década de 1950). O projeto desta escola é assinado por Affonso Eduardo Reidy e conta com murais de Cândido Portinari, feitos em azulejo (revestimento) na parte externa do ginásio de esportes, e de Burle Marx, retratando as brincadeiras infantis como roda, gangorra e escorrega.

- O Centro Educacional Carneiro Ribeiro composto pelas Escolas Classe I, II, III, IV e a Escola Parque, situado no bairro da Liberdade em Salvador, Bahia. Construídas entre o final da década de 1940 e início da década de 1950, estas escolas contam com painéis murais assinados por artistas baianos como: Mário Cravo Júnior, Carybé e Jenner Augusto.

- EC 407 Norte e a EC 316 Sul do Plano Piloto de Brasília. A EC 407N localizada na asa norte da cidade possui em sua fachada frontal uma painel mural composto de azulejos de Athos Bulcão. O que também ocorre na EC 316S com painéis de Athos Bulcão presente tanto na fachada frontal, quanto no interior do edifício.

Outro exemplo diferencial de arquitetura escolar é a solução encontrada pelos arquitetos Perkins, Wheeler, Will e Eliel Saarinen, em 1940 para a escola *Crow Island School*, em *Winnetka – Illinois/EUA*. Os projetistas contaram com a colaboração de pedagogos e crianças para chegar à solução de unidades educacionais independentes, sendo uma sala de aula com instalações sanitárias próprias. Solução esta que foi percebida, durante a pesquisa, em escolas do período anisiano, como por exemplo, o edifício novo da Escola Parque de Belo Horizonte, a atual Escola Estadual Leon Renault, e em Brasília o edifício da antiga Escola Normal de Brasília, onde atualmente funciona a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação da SEEDF (EAPE).

As soluções arquitetônicas apresentadas anteriormente, visam ilustrar o diálogo entre as áreas do conhecimento e a presença, em diferentes unidades federativas das implementações dos conhecimentos adquiridos ao longo dos anos. Além das relações entre as escolas e o vanguardismo das soluções presentes, até mesmo nos aspectos arquitetônicos das construções influenciadas direta ou indiretamente pela gestão anisiana.

Sobre o vanguardismo e a atualidade dos conceitos presentes nas construções escolares sob influência de Anísio Teixeira, destaca-se a proposição do arquiteto estadunidense William W. Caudill (1954, p.31), uma das referências nos estudos de arquitetura escolar do século XX nos Estados Unidos. Caudill propôs o agrupamento das necessidades básicas de uma criança quanto a aspectos escolares em dois segmentos – necessidades físicas e necessidades psicológicas (quadro 2).

Quadro 4 – necessidades infantis básicas quanto a aspectos escolares Fonte: Caudill, 1954 (p.31)	
Necessidades físicas atendidas pelo arquiteto por meio de:	<ul style="list-style-type: none"> - estruturas sólidas - higiene adequada - boa iluminação - ventilação - amplos espaços para as atividades escolares
Necessidades psicológicas atendidas pelo arquiteto por meio de:	<ul style="list-style-type: none"> - ambientes agradáveis, inspiradores e de acordo com a escala infantil - atmosfera amigável, tranquilidade e repousante - áreas coloridas e não confinadas

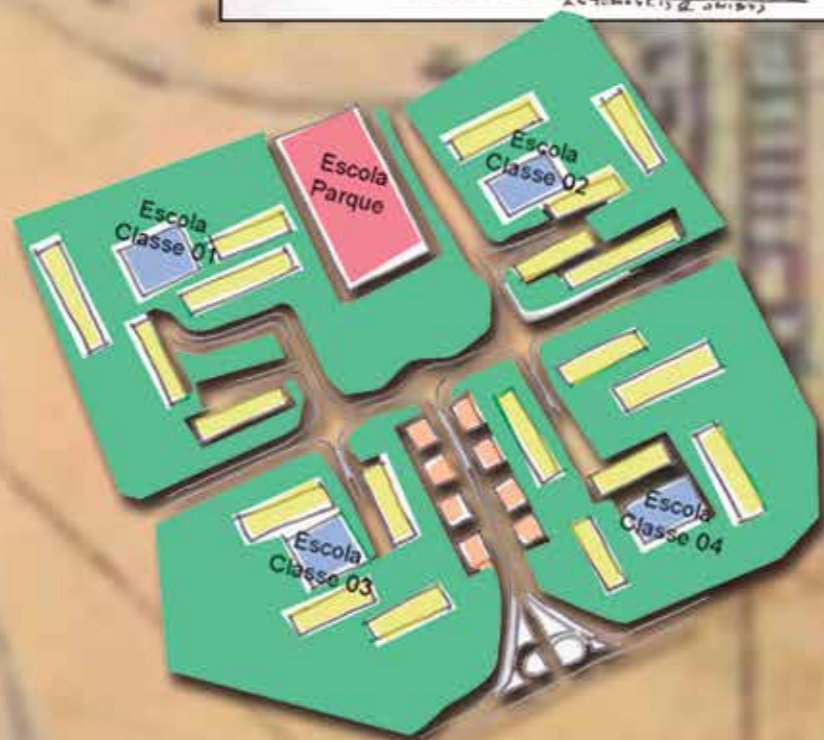
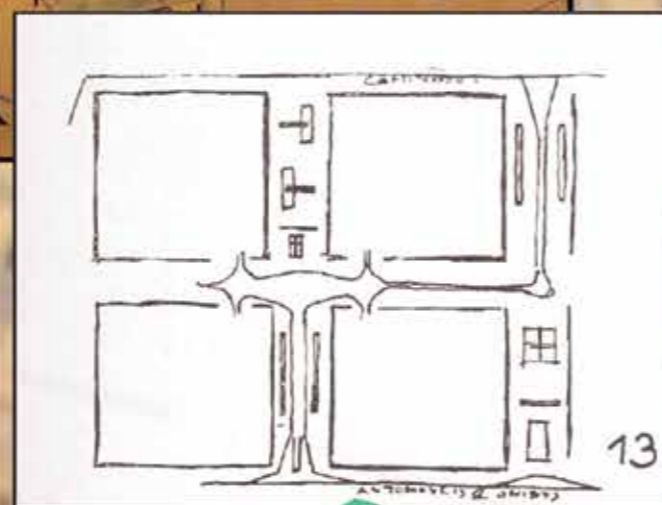
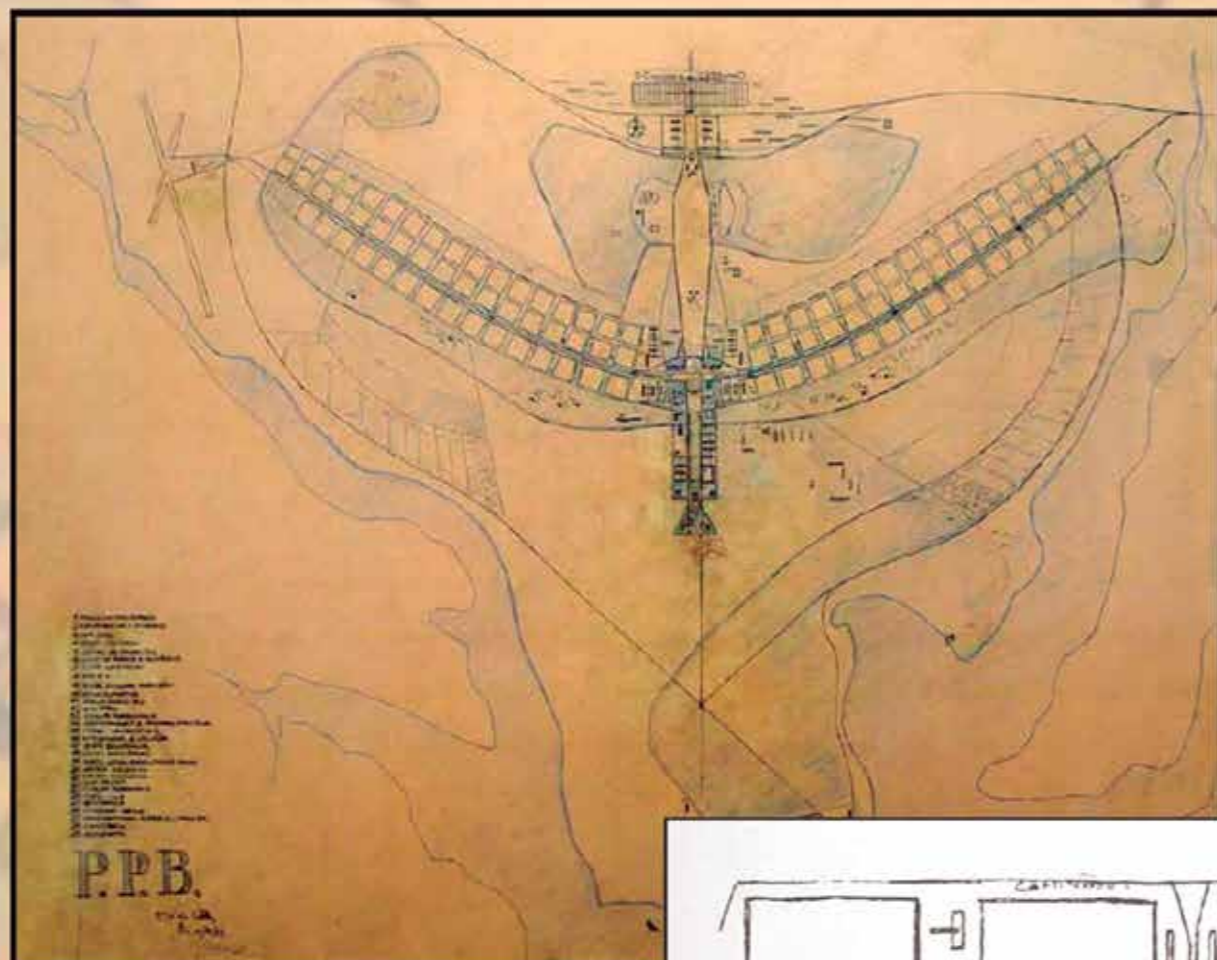
Estas informações corroboram para a análise e compreensão dos edifícios escolares construídos durante as gestões de Anísio Teixeira. Estes prédios trouxeram diferenciais que foram multiplicados em outros estados. Como os pavilhões de artes industriais, o uso de elementos vazados, a presença da área verde e o diálogo desta área com a área interna das salas de aula, dentre outros.

As solicitações e as premissas solicitadas por Anísio Teixeira aos arquitetos que com ele trabalharam foram diferenciais para a carreira destes mesmos arquitetos, dentre eles Diógenes Rebouças e Hélio Duarte. No caso de Hélio Duarte²⁹ após trabalhar com Anísio Teixeira em Salvador na construção do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, atuou no estado de São Paulo no Convênio Escolar, ganhando destaque quanto a sua trajetória na arquitetura escolar paulista.

A relevância do CECR é considerada tanto na questão educacional quanto arquitetônica, como pode ser percebido na fala de Maria Alice Junqueira:

Arquitetonicamente, é curioso observar que características do desenho moderno dos anos 40 e 50 no Brasil, que geraram as soluções formais da escola-parque em Salvador e do Convênio Escolar em São Paulo, persistem tanto nos CIEPs dos anos 80, quanto nos CEUs que seguem sendo construídos em São Paulo. Naturalmente, a escala

²⁹ Entretanto, há possibilidade de que Hélio Duarte já morava em São Paulo quando foi convidado a trabalhar com Anísio Teixeira no projeto CECR. Para maiores informações consulte ANDRADE JÚNIOR (2012).



é outra, os tempos são outros, nos CIEPs e nos CEUs os projetos são padronizados com uso de elementos pré-moldados de concreto. No entanto, permanecem a divisão funcional dos volumes, o emprego de blocos alongados para as salas de aula e o contraponto de um volume que foge da ortogonalidade: nos CIEPs a biblioteca, nos CEUs a creche, nas escolas do Convênio as formas trapezoidais dos anfiteatros e na Escola-Parque Carneiro Ribeiro, em Salvador, a biblioteca de planta circular e cobertura de concreto radialmente dobrada em pregas. (BASTOS, 2010 p.3)

Unidade de vizinhança

A compreensão do conceito de Unidade de Vizinhança se faz necessário para melhor compreender a disposição da Escola Parque em Brasília, quiçá em Salvador. Para tanto, faz-se agora a abordagem deste conceito, sendo a melhor organização pensada, logo após a abordagem da arquitetura escolar.

A partir do surgimento das megalópoles, tem-se tomado o indivíduo como unidade de medida (MELLO, 1970), e segundo Arthur Gallion (1950) o indivíduo é tomado como unidade de medida espacial na sociedade urbana, sendo a família assim o denominador comum para os possíveis arranjos ou configurações urbanas. Continuando nesta linha de raciocínio de Gallion, tem-se uma nova conceituação do espaço urbano: a unidade de vizinhança, onde a vida familiar pode acontecer de maneira favorável e cômoda. É a partir desta concepção de espaço urbano que se tem o olhar direcionado à criança, entidade de interesse familiar (MONTESSORI, 1988), que após o desenvolvimento caótico das cidades, tem seus direitos valorizados pelos planejadores urbanos.

Compreendendo assim o conceito adotado de unidade de vizinhança em concordância com Gallion, ressalta-se que existem diferentes critérios para se definir unidade de vizinhança, sendo um deles e o mais básico, aquele que descreve uma unidade de vizinhança como sendo uma "área habitada que requer e mantém uma escola elementar com 1.000 a 1.200 alunos matriculados" (PERRY, 1929, p.280), perfazendo uma população local nesta mesma

unidade de vizinhança entre 5.000 e 6.000 habitantes por unidade de vizinhança.

Ainda como critério básico para uma unidade de vizinhança há a necessidade de existir estabelecimentos comerciais, equipamentos sociais e públicos como: biblioteca, templo religioso ou igreja, centro comunitário, correio ou posto de comunicação, áreas de recreação ampla; devendo existir uma malha de tráfego situado preferencialmente na periferia, visando manter a segurança e a calma na área residencial. Há alguns modelos propostos na obra de Frederick Gibberd (1953, p.209) que permitem compreender algumas das possibilidades urbanísticas de uma unidade de vizinhança.

Entretanto, a forma urbanística adotada para a unidade de vizinhança será adequada ao local, mas devem permitir segundo André Gutton (1959, p.29), um "acesso direto, seguro e agradável à escola elementar". A recomendação da distância máxima a ser percorrida pela criança no trajeto residência-escola varia entre 500 metros (GUTTON, 1959) e 1.200 metros (ROTH, 1957) para escolas elementares e no caso de jardins de infância o valor é de 200 metros.

A presença da escola elementar no caso de Brasília, proposta por Anísio Teixeira é representada e pensada enquanto Centro de Educação Elementar, sendo composta por duas instituições distintas e complementares: Escola Classe e Escola Parque e ambas situadas dentro do planejamento urbanístico que se utiliza das unidades de vizinhanças proposto por Lúcio Costa. Entretanto será esmiuçada ainda mais esta questão do Centro de Educação Elementar aqui proposto e a estrutura de unidade de vizinhança, para que o leitor tenha o melhor e mais claro entendimento desta questão.

Se em uma unidade de vizinhança deve conter uma escola elementar com capacidade para aproximadamente entre 1.000 e 1.200 alunos, este quantitativo no planejamento brasileiro corresponde ao Centro de Educação Elementar, sendo que cada Escola Classe, com 8 salas de aula com 30 alunos previstos por turma, tem capacidade para 240 alunos por turno, totalizando em dois turnos um montante de 480 alunos que também seriam atendidos na Escola Parque respectivamente em seus contraturnos.

Percebamos então que a escola elementar elencada por Gallion como critério de unidade de vizinhança. Em Brasília esta idéia é compreendida como Centro Educacional Elementar, composto de cinco instituições distintas e complementares e relacionadas, são: quatro Escolas Classe e uma Escola Parque.

"[...] pode-se bem compreender que modificações não deverão ser introduzidas na arquitetura escolar para atender a programa dessa natureza. Já não se trata de escolas e salas de aula, mas de todo um conjunto de locais em que as crianças se distribuem, entregues às atividades de "estudo", de "trabalho", de "recreação", de "reunião", de "administração", de "decisão" e de vida e convívio no mais amplo sentido desse termo. A arquitetura escolar deve assim combinar aspectos da "escola tradicional" com os da "oficina", do "clube" de esportes e de recreio, da "casa", do "comércio", do "restaurante", do "teatro", compreendendo, talvez, o programa mais complexo e mais diversificado de todas as arquiteturas especiais" (TEIXEIRA, 1962, p. 30).

Da fala de Anísio Teixeira percebe-se a importância da arquitetura escolar para o projeto pedagógico, onde o pensar a escola perpassa o pensar o edifício escolar e quando se trata de um Centro Educacional Elementar, trata-se então de pensar os edifícios escolares, uma vez que este mesmo Centro é composto de cinco distintas instituições escolares interligadas não só quanto ao currículo escolar, mas também geograficamente. É com base nesta interligação que Anísio Teixeira, visando assegurar a possibilidade de deslocamento e o trânsito dos alunos entre estas escolas, delimita que a distância entre as mesmas deveria estar compreendida entre um e dois quilômetros.

O Distrito Federal, sua história de ocupação e organização espacial, é bem peculiar para aquele que não o conhece ou não mora por aqui. Brasília³⁰, sua única cidade, foi construída a partir de um projeto eleito, em um concurso, como o melhor para tal função. Entretanto o surgimento da cidade é anterior à implementação deste projeto. Uma vez que os acampamentos de trabalhadores, as vias de acesso ao campo de obras, o comércio e a diversão, além de uma estrutura mínima e básica, tudo isso foi consolidado para o surgimento posterior da cidade planejada.

30 Para compreender melhor a história e as diversas denominações de Brasília, como por exemplo: Plano Piloto e Região Administrativa, vale a pena conferir as publicações: LASSANCE(2002), PERPÉTUO(2015), IPHAN(2015).

Assim, o que comumente se chama de Brasília, nada mais é que o Plano Piloto de Brasília (PPB). Mas, Brasília é muito mais do que esta pequena área do Distrito Federal ocupada pelo PPB. Brasília ocupa literalmente toda a área compreendida pela unidade federativa brasileira denominada Distrito Federal. Não sendo esta cidade um município, não há prefeito ou uma câmara de vereadores, mas é gerida analogamente a uma unidade federativa, ou seja, por um governo local no executivo e uma câmara legislativa composta de deputados distritais. Enfim, todas as aglomerações urbanas e rurais compreendidas no perímetro do Distrito Federal fazem parte desta cidade, capital federal, denominada Brasília.

Visando contextualizar o leitor que não está habituado a esta localidade, apresento algumas informações. O PPB foi pensado por Lúcio Costa em três escalas básicas³¹: monumental (Esplanada dos Ministérios), gregária (Setor Comercial Sul) e residencial (Superquadra 308 Sul). Incorpora-se a estas três a escala bucólica (Lago Paranoá). A escala residencial do PPB está dividida, no projeto, em duas áreas denominadas de Asa Sul e Asa Norte composta de áreas de vizinhança (AV), assim denominadas por Lúcio Costa, mas tecnicamente conhecidas como Unidades de Vizinhança (UV). É nestas asas que estão distribuídas as UVs e suas superquadras compostas de edifícios³² residenciais e equipamentos sociais como escolas, postos de saúde, comércio, postos de correio, postos policiais, dentre outros. No Plano Piloto de Brasília as Unidades de Vizinhança são módulos de quatro superquadras compostas de aproximadamente 280 metros por 280 metros cada uma.

A dissertação de Giselle Mascarenhas (2013) recupera e atualiza informações pertinentes a essa pesquisa. As imagens relativas às unidades de vizinhança e suas superquadras, permitem uma melhor compreensão do que se havia planejado para o PPB. Nas imagens dispostas ao longo das páginas é possível compreender o esquema geral das áreas não residenciais previstas no PPB. Em uma das composições, percebe-se um fotograma de baixa qualidade

31 É apresentado entre parênteses uma localidade da cidade como exemplo pontual de cada escala.

32 No projeto inicial, não constavam no PPB a presença de residências individuais (casas) e sim residências multifamiliares (edifícios). Posteriormente foi inserida a faixa de residências denominada de quadras 700. Para mais informações vide FERREIRA & GOROVITZ (2007), IPHAN (2015).

visual seguido de um redesenho da primeira imagem. Em ambas é possível perceber onde estão previstas as unidades comerciais, escolares, religiosas, de saúde e de esporte na asa sul.

Mello (1970, p.117) exemplifica a relação entre o edifício escolar e outros edifícios da comunidade, elencando critérios principais e secundários para este gráfico. O uso do prédio escolar pela comunidade é uma premissa existente no pensamento anisiano, possibilitando uma maior integração comunidade-escola-comunidade, bem como o despertar do sentimento de pertencimento e assim o cuidado com o patrimônio público material e imaterial. O uso do prédio de Escolas Parque em Brasília é quase irrisório em algumas escolas, com exceção da EP 308 Sul que possui um teatro altamente utilizado, as demais permitem bem poucas atividades. Em relação às Escolas Classe, o número de atividades comunitárias desenvolvidas é quase nulo. Já em Salvador, a Escola Parque do CECR tem mais atividades comunitárias em relação às EPs de Brasília, dentre as quais destaca-se o uso da biblioteca e do teatro. Mais a frente, serão abordados, com mais detalhes, os aspectos destas escolas. Dando continuidade ao contexto histórico que visa proporcionar ao leitor a ambientação da discussão que logo a frente ocorrerá, adentra-se agora no histórico do ensino da arte no Brasil.



Anísio Teixeira

Começemos pelas escolas, se alguma coisa deve ser feita para
'reformular' os homens, a primeira coisa é 'formá-los'.

Lina Bo Bardi, 1951

Muito já foi escrito sobre Anísio Spínola Teixeira, mas Clarice Nunes³³ (2010) consegue, de uma maneira poética, estruturar os dados biográficos desta personalidade ímpar no cenário educacional brasileiro. Sem o intuito de recuperar todas as informações biográficas já faladas sobre Anísio, destaca-se os itens necessários para a construção dos raciocínios propostos na introdução desta tese e diálogo possível com os dados que ora foram apresentados, já que um dos motes desta pesquisa é o conceito de Escola Parque proposto por Anísio, perpassando a proposta de Centro Educacional, a contaminação ocorrida em Teixeira a partir de suas leituras e vivências estrangeiras, o amor externado pela sua origem (nação e cidadania), bem como a persistência em fazer o melhor ao seu alcance. Assim, concorda-se com Ana Mae Barbosa ao opinar que "certamente Teixeira não foi um criador original, mas um recriador contextual" (BARBOSA, 2002, p.64), pois Teixeira respeitou as idéias principais de seus inspiradores, dos locais observados e dos conteúdos apreendidos, sem apropriação indébita, mantendo "controle sobre as influências que o construíram" (ibdem). Como bom bahiano, Teixeira foi arretado e respeitoso, crê-se que esta postura é fruto de sua criação.

Teixeira foi educado em colégio religioso da congregação jesuítica, promovendo então um contato muito próximo com formadores de opinião que derivaram do primeiro sistema educacional brasileiro, nos primeiros séculos desta nação. O período que esteve em contato com a Companhia de Jesus marcou-lhe profundamente, deixando marcas em seu modo de agir cotidianamente.

³³ A obra ANÍSIO TEIXEIRA, de domínio público, que integra a Coleção Educadores – MEC, está disponível na internet e traz em sua abertura, um texto que me impressionou. Para saber mais, consulte Clarice Nunes (2010).

Advogado, com formação na capital federal, então Rio de Janeiro, retorna à Bahia, sua terra de natal, e assume o cargo de Inspetor Geral do Ensino na cidade de Salvador-BA, quando recebeu das mãos do governador Góes Calmon o livro "Métodos Americanos de Ensino", de Omer Buyse, visando informar-lhe sobre assuntos de sua nova empreitada (ROCHA, 2014). Aqui se faz necessário apontar uma questão: há a informação de que Teixeira publicou a tradução deste livro (ROCHA, 2014), entretanto há um relatório de viagem burocrática com o viés pedagógico aos Estados Unidos, que segundo NUNES (2010, p.121) e CARDOSO (2011, p.11) é impresso sob o nome de "Aspectos Americanos de Educação" em 1928. Portanto, ressalta-se a diferença entre as duas publicações. Além do relatório, Teixeira também produziu um diário de viagem com 52 folhas que se encontra no acervo pessoal de Teixeira no CPDOC/FGV (CARDOSO, 2011).

Dentre suas primeiras ações, percebe-se uma postura alinhada ao que é proposto pelo governo baiano, por isso, no primeiro momento, apoiou um sistema educacional elitista ao assinar o artigo "A propósito de uma escola única" (Revista do Ensino da Bahia, 1924, p.12) em 1924 (BARBOSA, 2002). Em que Teixeira argumenta a favor da escola particular em detrimento da escola pública, onde a educação do povo visava fornecer o mínimo necessário para a realização do trabalho não especializado, tendo como público alvo a classe baixa ou menos favorecida economicamente e por conseguinte sociocultural também (Ibdem). A postura de Teixeira será muito diferente logo em seguida e assim prevalecerá ao longo de sua vida, numa postura voltada a possibilitar o acesso e a permanência de todos na escola, numa escola de qualidade e que possibilite uma educação integral.

Portanto, tomou conhecimento de um sistema de ensino público onde "observou também a dispersão e a desarticulação dos serviços educativos, o despreparo do professor, a imoralidade, a corrupção e a acomodação dos poderes públicos, alimentando a ineficiência da máquina estatal" (NUNES, 2010, p.16), que não tinha interesse maior que "criar algumas poucas escolas para alguns e não para todos" (ibdem p.17). Da mesma forma que Fernando de Azevedo percebeu no Rio de Janeiro as condições inadequadas

da educação pública, Teixeira deparou-se com a análoga realidade em Salvador, cidade que concentrava as poucas escolas do estado, que estavam em funcionamento, geralmente em edifícios inadequados para esta função, sem a devida consideração por parte do Estado, e "chegou a presenciar que era comum os estudantes escreverem no chão, estirados de bruços sobre papéis de jornal ou, então, fazerem seus exercícios de joelhos, ao redor de bancos ou à volta das cadeiras" (NUNES, 2010, p.17), numa completa falta de material didático, estando o processo educativo reduzido "à alfabetização rudimentar e à subvenção a escolas particulares feita pelas prefeituras municipais" (ibdem). Pode-se dizer que em 1925 ele se conscientiza da escolha de possuir uma vida secular em detrimento de seguir uma vida religiosa e já desponta o seu interesse pela educação que se afirmou em 1929. Este ano é um marco na mudança do "bacharel" em "educador", segundo o estudo de Barbosa, pois é perceptível a mudança em sua escrita e expressão dos pensamentos, se comparados à Dewey (BARBOSA, 2002, p.59).

Após receber convite de Dom Augusto, primaz arcebispo da Bahia, e obter permissão do governador baiano Francisco Marques de Góes Calmon, Teixeira se ausenta das suas atividades para acompanhar o arcebispo em uma viagem à Europa, para as comemorações do Ano Santo, em Roma. Durante esta viagem produziu um diário³⁴ (TEIXEIRA, 1925) e conheceu os sistemas de ensino da França, Itália, Espanha, Bélgica (CARDOSO, 2011).

Em 1927 fez uma viagem aos Estados Unidos de caráter oficial designado pelo então governador, com o objetivo de "observar os métodos de ensino e as instituições de educação que poderiam vir a ser implantadas de um modo parecido no estado baiano" (CARDOSO, 2011, p.11). Tanto na primeira viagem que se deu por motivo pessoal (Europa), quanto na segunda (Estados Unidos) por viés pedagógico/burocrático, ambas proporcionaram o crescimento do seu acervo bibliográfico pessoal, fornecendo informações e possibilitando a geração de novas idéias, como é possível perceber em seus diários ou no relatório sobre a última viagem, publicado posteriormente.

³⁴ Este diário possui 56 folhas e encontra-se no CPDOC/FGV para consulta.



Em relação aos Estados Unidos, Teixeira retorna para lá para cursar o mestrado (Master of Arts) com ênfase em Educação no Teacher's College da Columbia University de Nova York, sob orientação de John Dewey. Nesta estada aproxima-se de Gilberto Freyre, também orientando de Dewey, e de Monteiro Lobato. Anísio se aproxima muito do pensamento deweyano e assimila pontos que ficarão claros quando da sua participação no movimento da Escola Nova, sendo um dos pioneiros signatários. Para Clarice Nunes, Dewey foi "um pensador que denunciava, nos Estados Unidos, que a ameaça da democracia não estava fora do país, mas dentro dele: nas atitudes pessoais e nas instituições" (NUNES, 2010, p.19), este é um pensamento que estará presente nas ações de Teixeira, bem como a luta pela democracia, tendo como base a educação.

Quando retorna ao Brasil, Teixeira já não se encontra alinhado as propostas governamentais existentes na Bahia, exonera-se do cargo de Diretor Geral de Instrução da Bahia³⁵. Publica o livro "Vida e educação" de John Dewey, trazendo no prefácio um estudo de sua autoria "A pedagogia de Dewey: esboço da Teoria da Educação de John Dewey", afirmando assim sua contaminação. Muda-se para o Rio de Janeiro e assume a Direção Geral do Departamento de Educação do Distrito Federal, permanecendo até 1935.

Na década de 1930, tanto na cidade do Rio de Janeiro quanto em São Paulo, era discutida a realidade das edificações escolares brasileiras o que está presente no amplo estudo de Luciano Mendes Filho e Diana Vidal (FILHO & VIDAL, 2000) sobre os espaços escolares da escola primária no Brasil. Corresponde a este período a atuação de Anísio Teixeira a frente da Direção Geral do Departamento de Educação do Distrito Federal (1931-1935).

Durante sua permanência na capital federal, provoca mudanças significativas quanto ao atendimento escolar,

³⁵ Ainda em Salvador, instituiu a Festa da Árvore no dia 13 de maio de 1924, mesmo dia da assinatura da abolição da escravatura. Este ato possibilita interpretações diferenciadas, sendo: uma data comemorativa para se esquecer ou encobrir uma data tida como vergonhosa que remete a escravidão do ser humano; ou uma data comemorativa que visa recuperar, de maneira integrada a ecologia e o negro, almejando o não esquecimento da abolição e trazendo a tona um tema a ser lembrado e discutido. O que se pode afirmar é que o dia da árvore tornou-se muito presente no calendário escolar brasileiro, mas comemorado no dia da primavera, e na atualidade o marco significativo quanto à abolição da escravatura é atribuído a 20 de novembro, dia da consciência negra, numa postura muito diferente do que a tratada no dia 13 de maio.

principalmente quanto ao público atendido e os objetivos da instituição escolar. Célia Dórea (2003) avalia que durante sua permanência no Rio de Janeiro, Teixeira desenvolveu um sistema escolar inovador, que visava à transformação da sociedade por meio da educação, tendo como foco a Educação Primária disponível a todos os cidadãos, principalmente às crianças denominadas “do povo”, visando uma sociedade intelectual e técnica. Tanto no início da sua gestão, quanto no final, Teixeira deixou documentado em relatórios suas premissas e ações.

Ao fim de seu primeiro ano como gestor destaca em seu relatório problemas da educação pública no Distrito Federal (RJ), dentre eles o número insuficiente de escolas para atender a população em idade escolar, não proporcionando assim, no mínimo, o direito à educação primária; bem como a destinação de recursos públicos para a educação majoritariamente voltada às instituições privadas, mantidas geralmente por entidades vocacionais (religiosas) (TEIXEIRA, 1932). A alteração quanto a destinação das verbas públicas educacionais tornou-se um grande problema para Anísio, pois os ataques midiáticos da Igreja Católica foram intensos durante sua trajetória.

Em sua proposta de um novo sistema de ensino para a Capital, propõe a Reforma da Instrução Pública do Estado. O plano contemplava a construção de 74 escolas entre o período de 1934 e 1938, além da ampliação de 16 prédios municipais já existentes, e o aproveitamento de 25 outros prédios. O programa escolar era focado em alfabetizar e não em educar. Mas não foi totalmente implementado por Teixeira.

Na visão de Teixeira, era necessário proporcionar ao aluno a possibilidade de “viver melhor”, construir suas ambições e percepção do mundo, promovendo o progresso e acesso a padrões melhores de vida familiar. Tendo como foco, principalmente alunos populares, denominados por Teixeira como “criança do povo³⁶”, provenientes de classes menos abastadas (pobres). Anísio Teixeira deixou claro que a escola deve possibilitar ao aluno a construção de seu caráter, hábitos

³⁶ O Rio de Janeiro encontrava-se num cenário de inchamento urbano, após a abolição da escravatura, chegada de imigrantes, remanescentes da Guerra de Canudos, uma gama diferenciada de pessoas que passaram a ocupar regiões próximas aos centros comerciais que possibilitavam trabalho/emprego e geração de renda.

salutares e positivos em fazer bem feito tudo que lhe fosse ofertado, despertando assim a ambição de prosperidade e cooperação. Seu intuito para tal, era que na instituição Escola a criança encontrasse

um ambiente civilizado, sugestões de progresso e desenvolvimento, oportunidades para praticar nada menos do que uma vida melhor, com mais cooperação humana, mais eficiência individual, mais clareza de percepção e mais tenacidade de propósitos orientados (Teixeira, 1932, p.310).

Alcançar este objetivo sem modificar o pensamento e a formação do professor não era possível. Assim, o professor que antes se preocupava em ensinar a ler e a contar, deveria ser modificado, deveria trazer consigo o desejo de ensinar o aluno a viver melhor.

Assim, o sistema de ensino ora implantado no Rio de Janeiro foi inspirado nos sistemas educacionais que Anísio Teixeira conheceu em suas viagens ao exterior. Dentre os modelos visitados, destaca-se o modelo *Platoon* implementado em Detroit, nos Estados Unidos da América, do qual surge a inspiração para a defesa de uma “educação artística da criança [...] contra o tradicionalismo em que havia mergulhado a educação estreitamente utilitária” do passado, buscando ofertar à criança uma educação baseada em lazer, recreação e hábitos inteligentes (TEIXEIRA, 1935 p.115).

No intuito de alcançar este objetivo, foram criadas no Departamento de Educação, algumas superintendências compostas por com professores especialistas em cada uma das seguintes áreas: Educação Física, Recreação e Jogos; Música e Artes; Desenho e Artes Industriais, conforme podemos perceber na fala de Teixeira:

A educação musical das crianças do Rio de Janeiro, os seus novos hábitos de recreação e jogos, a inclusão da dança regional e popular no programa primário e o ensino de desenho e artes industriais, não só enriqueceram o modo da escola elementar, como estão, mais do que qualquer outra coisa, facilitando a sua transformação em verdadeiras casas de educação e de formação de hábitos saudáveis, inteligentes e bellos. A ação da escola, por esses três ensinamentos, não se restringirá ao âmbito da sua sede, mas se irradiará até a sociedade, concorrendo para a expansão e talvez a elevação de sua cultura social e artística. A educação de hábitos de recreação e jogos vai, igualmente, influir nos hábitos da comunidade e, com a introdução de danças originais e populares, enriquecer o gosto público e desenvolver interesse mais profundo pelas fontes naturais da arte popular brasileira. A obra de arte na escola primária



está, assim, a oferecer a primeira legítima oportunidade para associar-a profundamente à cultura nacional. Graças a esses aspectos do seu programma, a escola vae deixando de ser a instituição isolada e medíocre de outros tempos, para se tornar um centro de caracter proprio, com perfeita individuação cultural e artística. (TEIXEIRA, 1935, p. 115-116)

Porém, ainda existiam as escolas, os edifícios escolares que não estavam habilitados, em sua quase maioria, à prática do ensino. Promoveu-se então a criação de uma Divisão de Prédios e Aparelhamentos Escolares, coordenada pelo arquiteto Enéas Trigueiro Silva, “a cujo cargo se acha toda a parte material do systema de educação e os estudos, projectos e execuções necessarias ao seu desenvolvimento gradual” (TEIXEIRA, 1935, p. 71).

Alguns prédios foram condenados, de alguns espaços, ora chamados de escolas sendo destinados a outras atividades. Dentre os resultados desta análise, foram encontradas “escolas-pardieiros”, ou seja, ambientes escolares que repeliam tanto professores quanto alunos (TEIXEIRA, 1935). E o número de escolas existentes não atendia nem a metade da população em idade escolar (TEIXEIRA, 1932).

Aconteceu, a reforma, ampliação e adequação de alguns edifícios onde já funcionavam escolas, como também a edificação de 28 novos prédios escolares (CASTRO, 2009). As escolas edificadas por Anísio Teixeira encontram-se catalogadas em um Guia impresso e digital das escolas anisianas deste período (XAVIER & HIRSCHFELD, 2006). Estes edifícios se diferenciavam dos padrões até então implantados na rede pública. A estruturação da parte física e logística do sistema educacional pensado por Teixeira, contemplava quatro tipologias básicas de edifícios escolares: Mínimo, Nuclear, *Platoon* (de 12, 16 e 25 salas) e *Playground* (DÓREA, 2004).

A **tipologia Nuclear** é o principal³⁷ gérmen da Escola Classe que será implementado na década seguinte na Bahia. É uma edificação escolar simples, adequada às necessidades e configurações locais com custo econômico reduzido, uma vez que possui somente salas de aula padrões, com quadro e carteiras para alunos, sem ambientes diferenciados ou salas especiais, nem mesmo ambiente

³⁷ Entretanto, Luciano Filho e Diana Vidal (2000) compreendem que tanto a tipologia Mínima quanto a Nuclear são o gérmen da Escola Classe.

para ginástica ou educação física. Destinada ao ensino de alguns componentes curriculares, ou segundo Teixeira “voltadas ao ensino propriamente dito” (TEIXEIRA, 1935, p.199), o ensino acadêmico.

Esta escola é voltada para o ensino de alguns componentes curriculares, como matemática, português, ciência, história e geografia, sendo necessária a complementação por meio de uma outra tipologia escolar voltada para o ensino dos demais componentes curriculares: artes e educação física. Assim, a lógica desta tipologia escolar é que funcionasse à época em sistema de complementaridade com um parque escolar ou uma escola de tipologia *Playground*, sendo a frequência e permanência do aluno regular em contraturnos nas duas instituições, visando uma educação integral.

A escola de **tipologia *Playground***, por sua vez, é o gérmen³⁸ da Escola Parque, que também será implementada na Bahia, por Anísio Teixeira. O edifício desta tipologia foi projetado à educação social do aluno, devidamente aparelhado com vistas a possibilitar “a educação física, a educação musical, a educação sanitária e a assistência alimentar” (TEIXEIRA, 1935, p.199). O único exemplo que se tem de construção deste tipo (*Escola Playground*) está situado na cidade do Rio de Janeiro, é a Escola Dom Aquino Corrêa, que será detalhada logo mais a frente.

A **tipologia Mínima** é proveniente de um misto de Escola *Platoon* e Escola Nuclear. Contemplava salas de aula comum e salas de aula especial, porém em número reduzido, visando atender a comunidade local. Tem-se a problemática de instalação de escolas em uma cidade já constituída, com um histórico de ocupação urbana já estabelecido, apresentando necessidade de utilizar a malha já edificada, coordenando a ocupação e desapropriação de terrenos e a articulação política. Enfim, eram escolas menores, mais simples, que visavam atender quase que emergencialmente o contingente existente.

A **tipologia *Platoon***, que deriva do termo **pelotão** na língua inglesa, possuía como proposta metodológica, o deslocamento dos alunos em pelotões por seus ambientes de ensino, ou seja, os

³⁸ Vários são os autores que compreendem a tipologia *Playground* como um exemplo da tipologia Escola Parque, dentre eles: (OLIVEIRA, 1991), (FILHO & VIDAL, 2000), (DÓREA, 2004), (BARRADAS-FERNANDES, 2006), (XAVIER, 2013).

alunos transitavam de tempos em tempos do ambiente comum de ensino, mesma sala de aula existente na Escola Nuclear ou Escola Classe, para o ambiente diferenciado das salas especiais, análogas aos ambientes de artes (em suas mais diversas modalidades/linguagens/expressões) e educação física.

Tem-se na estrutura do edifício escolar desta tipologia a união no mesmo prédio das duas instituições antes apresentadas, agora numa versão de maior atendimento, ou seja, mais salas de aula. Nota-se que a sala de aula é atribuída a um componente curricular específico, então os alunos se deslocavam pela escola, ao contrário do professor mudar de sala, nos horários estabelecidos. Este edifício escolar ainda contava com áreas destinadas à administração, alimentação escolar, auditório e ginásio para prática esportiva.

Esta tipologia visava tornar a escola mais atraente ao alunado, possibilitando a socialização das atividades escolares. Foi desenvolvida a partir de sete premissas básicas: fundamentos (salas de aula comuns para os conteúdos já existentes no sistema de ensino em voga), uso das horas de lazer (salas de música e estúdio), saúde (ginásio e pavilhão ou espaço para o recreio), socialização das atividades escolares (auditório), atividades vocacionais (salas de trabalho manual), ciências e atividades especiais (refeitório e clínica).

Tanto na tipologia *Platoon* como na tipologia *Playground*, conceituadas por Teixeira, fica explícita a influência das observações e vivências ocorridas em outros países, durante suas viagens e pesquisas dos sistemas educacionais. Obviamente os termos em inglês para denominação das tipologias é resultado de sua vivência relativamente recente nos Estados Unidos. Entretanto, a *Platoon* tem fonte definida, pois Anísio fez uma visita à escola *Brady* em *Detroit*. Além desta escola, Teixeira visitou outros sete estabelecimentos de ensino, a Associação Nacional de Educação, o Departamento Estadual de Educação e o órgão federal de Educação, que corresponderia ao Ministério da Educação no Brasil (TEIXEIRA, 1928). No intuito de esclarecer a observação de Teixeira, destaca-se do texto a seguir, visando corroborar na interpretação anterior.

Em essência, a escola *platoon* é uma escola elementar que funciona simultaneamente em dois grupos,



sendo ministrado, em determinado tempo, ensino das materias fundamentaes do curso elementar e um delles, enquanto o outro se occupa com as materias especiaes. Para comprehendermos, porem, esse typo de escola que engenhosidade americana criou, é necessario determo-nos um instante no que se pode chamar a moderna evolução da escola primaria (TEIXEIRA, 1928, p.62).

Ao assumir a gestão no Distrito Federal (Rio de Janeiro), foi necessário fazer mudanças significativas no sistema educacional, já que trazia consigo uma nova filosofia de ensino e de trabalho. Redesenhar um novo sistema de ensino, numa grande cidade, com um sistema de ensino já em funcionamento é algo desafiador. Era necessário coordenar às possibilidades econômicas da pasta, com influências políticas, costumes e práticas já estabelecidos, ampliar o número de alunos atendidos, e numa versão qualitativa melhor do que o cenário anterior. Este foi o desafio de Teixeira durante sua gestão no Rio de Janeiro.

Parte das construções escolares integrava um sistema de ensino inovador, sendo que as crianças deveriam freqüentar as duas instituições regularmente no caso das tipologias Nuclear e *Playground*. Em um turno receberiam o ensino propriamente dito (um ensino formal como já era ministrado anteriormente), em prédios escolares econômicos, porém adequados à função escolar, prédios construídos como escolas nucleares ou escolas-classe. No outro turno as crianças deveriam ser atendidas em um parque escolar aparelhado e desenvolvido, também denominado de escola *playground* ou escola-parque, onde receberia a "sua educação propriamente social, a educação física, a educação musical, a educação sanitária e a assistência alimentar (...) integrando-se em um todo equivalente ao das melhores escolas modernas do mundo" (Teixeira, 1935, p.199).

Deduz-se da contextualização anterior que a relação entre as duas tipologias de escolas – Nuclear e *Playground*, e da tipologia *Platoon*, em sistema único de atendimento sem depender de um parque escola (*Playground*), permitiria à criança uma educação integral, ainda na década de 1930. Percebe-se a presença do componente arte, não só na linguagem de desenho, mas também em outras expressões, dentre elas a música, a expressão corporal e os trabalhos manuais; como também a presença da educação física nos programas escolares vigentes à época.

Em relação à tipologia *Platoon*, discordo do comum entendimento de autores que a apresentam como sendo a base conceitual da Escola Parque. No meu entendimento esta tipologia é o gérmen do Centro Integrado de Educação Pública (CIEP) e seus outros tantos exemplos: Centro Integrado de Atenção à Criança e ao Adolescente (CIAC), Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC), Centro Educacional Unificado (CEU). Este raciocínio está baseado na localização geográfica única das atividades e do edifício escolar.

Na tipologia *Platoon*, tem-se numa única localidade a implementação da educação integral com ambientes educacionais comuns e especiais, auditório/teatro, quadras, salas de artes dentre outros itens do contexto escolar. Em contraponto, um Centro Educacional Elementar ou o conjunto Escola Parque x Escola Classe, por si só já conta com no mínimo cinco localizações geográficas distintas, ou seja, são cinco instituições escolares distintas, sendo a proximidades deste conceito muito mais próximas da relação estabelecida entre as tipologias Nuclear e *Playground* do Rio de Janeiro na década de 1930.

Mas é sem dúvida que o Sistema Educacional *Platoon* da cidade de Detroit, conhecido por Anísio Teixeira na década de 1920, é a base de toda esta inovação que aconteceu no Rio de Janeiro, isso é verdade e concordo com este raciocínio. Mas há que ter clareza sobre a diferença do uso em dois contextos diferentes: o primeiro é relativo ao Sistema Educacional implementado na cidade de Detroit, o segundo é a denominação de uma tipologia escolar, de um edifício escolar, implementada na cidade do Rio de Janeiro na década de 1930. Tendo essa informação clara, tudo fica compreensível.

Dando continuidade às realizações anisianas, Teixeira planejou a instalação de oito Centros Educacionais em Salvador, mas somente um foi construído (ÉBOLI, 1983). O custo e a implementação de uma estrutura deste porte em uma região urbana já ocupada causava grande transtorno. Implantar mudanças em um sistema de ensino já existente, com edifícios escolares já construídos e propostas inovadoras é um desafio que nem todos querem aceitar.

Entretanto, em relação à Brasília a história foi diferente. A cidade estava sendo construída, podia-se instalar o sistema de ensino planejado, sem ter que desapropriar terreno, adaptar planejamento à realidade existente. Tudo era novo e possível, cenário ideal para uma experiência inovadora. Mas para o cenário educacional das cidades já existentes, com suas escolas, grupos escolares, ginásios, todos já construídos e em funcionamento, inseridos na organicidade urbana, para estes edifícios e instituições surgiu uma solução anisiana, os chamados Pavilhões de Artes Industriais.

No Quadro 6, será apresentada uma listagem com algumas das tipologias de edifícios escolares idealizadas por Anísio Teixeira na década de 1930, quando a frente da Educação no então Distrito Federal.

Quadro 5 – Tipologias de edifícios escolares construídos por Anísio Teixeira na década de 1930 no Rio de Janeiro. Fonte: (DÓREA, 2003) adaptado	
Mínimo	Com duas salas de aula, uma sala de ateliê e oficina, destinava-se a regiões de reduzida população escolar.
Nuclear	Dispunha de 12 salas de aula, além sanitários e locais apropriados para administração, secretaria e biblioteca de professores. Possuía somente salas de aula comuns, pois funcionariam em complementação com as atividades sociais, oferecidas em outro turno em outro prédio, os parques escolares ou escolas do tipo <i>Playground</i> .
<i>Platoon</i> 12 salas	Dispunha de 12 salas de aula, sendo seis salas de aula comuns e seis salas especiais, destinadas à: leitura e literatura, ciências sociais, desenho e artes industriais, auditório, música e recreação, jogos, ciências, além de sanitários e locais apropriados para administração, secretaria e biblioteca de professores.
<i>Platoon</i> 16 salas	Dispunha de 16 salas de aula, sendo 12 salas de aula comuns e quatro salas especiais, destinadas à: leitura e literatura, ciências sociais, desenho e artes industriais, auditório, música e recreação, jogos, ciências, além de sanitários e locais apropriados para administração, secretaria e biblioteca de professores.
<i>Platoon</i> 25 salas	Dispunha de 25 salas de aula, sendo 12 salas de aula comuns e 12 salas especiais, destinadas à: leitura e literatura, ciências sociais, desenho e artes industriais, auditório, música e recreação, jogos, ciências, além de sanitários e locais apropriados para administração, secretaria e biblioteca de professores, possuía também um amplo ginásio.



No Quadro 7, será apresentada uma listagem com todas as escolas construídas na década de 1930, quando Anísio Teixeira estava a frente da Educação no então Distrito Federal. Enéas Silva é o responsável pelo departamento de construções escolares a época. O quadro está organizado por tipologia de escolas, e as mesmas são apresentadas primeiro pelo seu nome, em negrito, seguido da sua localização na cidade do Rio de Janeiro, entre parênteses.

Quadro 6 – Lista de escolas construídas segundo a tipologia proposta por Anísio Teixeira na década de 1930 no Rio de Janeiro.

Fonte: adaptação de (DÓREA, 2003) (XAVIER & HIRSCHFELD, 2006)

Mínimo 3 salas	Estácio de Sá (Urca), Humberto de Campos (Mangureira)
Especial 6 salas	Machado de Assis (Santa Teresa)
<i>Playground</i>	Dom Aquino Corrêa (Copacabana)
Nuclear 8 salas	Portugal (São Cristóvão)
Nuclear 12 salas	Ceará (Inhaúma), Chile (Olaria), Cócio Barcellos (Copacabana), Escola Estadual Infante Dom Henrique (antiga General Trompowsky – Leme), Honduras (Jacarepaguá), Nicarágua (Realengo), Pará (Sapé), Paraguai (Marechal Hermes), Paraná (Casadura), Pernambuco (Maria da Graça), Santa Catarina (Santa Teresa), Venezuela (Campo Grande)
<i>Platoon</i> 12 salas	Bahia (Bonsucesso), Mato Grosso (Irajá), México (Botafogo), Paraíba (Anchieta), Pedro Ernesto (Gávea)
<i>Platoon</i> 16 salas	Escola Técnica Estadual Visconde de Mauá (Marechal Hermes), São Paulo (Brás de Pina)
<i>Platoon</i> 25 salas	Argentina (Vila Isabel), Getúlio Vargas (Bangu), Rio Grande do Sul (Engenho de Dentro)

O novo sistema de ensino, então implementado por Teixeira, estava alinhado a proposta de remodelação urbanística de Alfred Agache (PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL & AGACHE, 1930), visava atingir de maneira eqüitativa os diferentes bairros

do Rio de Janeiro. As construções visavam atender as regiões de acordo com a concentração populacional. Nas regiões com menor população, seriam edificadas escolas da tipologia Mínima, com capacidade para 240 alunos, e para as mais populosas, de acordo com a demanda, seguiram a seguinte configuração: escolas da tipologia Nuclear para 1.000 alunos - até 12 classes. As escolas de tipologia *Platoon* visavam atender aos seguintes quantitativos: 2.000 alunos - 25 classes; 1.300 alunos - 16 classes; 1.000 alunos - 12 classes. No quadro anterior há informação de uma escola da tipologia *Playground* que será discutido a seguir.

Escola Playground

A Praça Cardeal Arcoverde é a mais antiga de Copacabana. Inicialmente foi denominada Martin Afonso, posteriormente passou a chamar-se Sacopenapã, o mesmo que Copacabana em linguajar indígena. Somente em 1917 a praça passou a ter o nome atual, em homenagem a Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, primeiro Arcebispo do Rio de Janeiro. Situada em um terreno doado a municipalidade em 1874, somente foi urbanizada em 1935, na gestão do prefeito Pedro Ernesto. Neste terreno foi construída a Escola Municipal (EM) Dom Aquino Corrêa, um exemplar da tipologia *Playground*, das construções anisianas. Esta construção foi tão vanguardista que até tornou-se matéria publicada na Revista da Directoria de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal, em janeiro de 1936, assinada pelo seu mentor, o arquiteto Enéas Silva (SILVA, 1936).

O edifício da EM Dom Aquino Corrêa conta com “o uso de formas cilíndricas, terraços e aberturas circulares, faz referência às torres de comando, às escotilhas e aos *decks* de um navio: fascinação da época pelas máquinas” (Ferreira et All, 1998, p.25). A escola encontra-se catalogada no Guia das Escolas de Anísio Teixeira no Rio de Janeiro (XAVIER & HIRSCHFELD, 2006).

Esta escola deveria ter seu funcionamento em parceria com as escolas da tipologia nuclear, edificadas nas proximidades, para em conjunto e de forma complementar, ofertar uma educação integral

à comunidade escolar atendida. Entretanto, de todas as escolas da tipologia *playground*, este é o único exemplar edificado. E não foram encontrados registros sobre suas atividades à época. Assim, não é possível afirmar se houve ou não a implantação efetiva do projeto complementar, como houve nas escolas da tipologia *platoon*.

Com o passar dos anos, mudanças são aplicadas na gestão educacional municipal, dentre elas, a ocupação de parte do prédio desta escola por todo o acervo do Museu da Cidade, em 1942. O local, antes situado o museu, no bairro da Gávea, havia sido ocupado pela Prefeitura Municipal, por isso da transferência. Parte do acervo do Museu foi para o auditório/teatro desta escola. Após a saída do museu, das dependências da EM Dom Aquino, o espaço foi desmembrado e passou a ser gerido pela Secretaria de Cultura Municipal, dando origem ao que é conhecido hoje como o Teatro Gláucio Gil. Em visita ao local, foi possível perceber que todas as comunicações entre o teatro e a escola foram fechadas, possuindo agora, somente as acessos externos ao edifício do teatro. Pela vista externa é possível perceber que trata-se de uma única edificação, na origem do prédio.

Outra perda que a EM Dom Aquino Corrêa sofreu, foi o desmembramento de parte do terreno/prédio para o então inaugurado Colégio Estadual Senador Alencastro Guimarães, em 1969. Durante muitos anos as duas escolas dividiram parte das instalações, dentre elas a quadra de esportes e o refeitório. Atualmente encontram-se completamente isoladas uma da outra. Nenhuma das duas escolas possuem informações referentes à história do primeiro edifício escolar ali erigido, tampouco a proposta inovadora que desembocaria na Escola Parque de Salvador.

Enquanto na EM Dom Aquino Corrêa são ofertadas aulas dos anos iniciais do ensino fundamental, na Escola Municipal Senador Alencastro Guimarães oferta aulas dos anos finais do ensino fundamental. A última perda espacial da escola EM Dom Aquino Corrêa ocorreu com a construção da estação do metrô. Esta construção acarretou uma perda de área destinada à escola, reduzindo-a praticamente à área construída. Enfim, na praça Cardeal Arcoverde de Copacabana hoje funcionam duas escolas, um teatro e uma estação de metrô.



Pavilhões de Artes Industriais

Consultando o acervo da hemeroteca da Fundação Casa de José Américo, no bairro do Cabo Branco de João Pessoa, foram encontrados dados sobre dois pavilhões de artes industriais que seriam construídos no ano de 1960 na cidade de João Pessoa. Esta construção advinha do convênio assinado no ano de 1958 conforme notificou o jornal A União (1960a). Há uma publicação, sobre a assinatura de um convênio para os pavilhões de Artes Industriais e de um Centro Educacional, ambos assinados pelo Governo da Paraíba com o Ministério da Educação, noticiado no dia 19 de maio de 1960 (A União, 1960e, p.1, p7).

A informação na matéria quanto a um Centro Educacional não explicita se o mesmo faz referência ao que Anísio Teixeira conceitua como Centro de Educação Elementar (TEIXEIRA, 1962). Entretanto, faz relação direta ao relatório de Teixeira que provocou esta pesquisa. Sendo que o mesmo visava complementar o ensino já ofertado. Foi proposto então, por meio de convênios estabelecidos entre estados e municípios com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), a instalação de Cursos de Artes Industriais em instituições educacionais já existentes. O Inep possibilitou a construção dos Pavilhões, bem como a capacitação de professores para as aulas ministradas nestes ambientes.

A implantação dos Pavilhões de Artes Industriais em escolas já em funcionamento, como é o caso da Paraíba, visava adaptar a realidade educacional existente nas cidades à proposta de uma Educação Integral alinhada com o intuito de Teixeira. Assim, a estratégia de construir um Pavilhão de Artes é uma oportunidade de permitir ao aluno de uma escola tradicional, que pode ser comparada a uma Escola Classe, ter acesso a conhecimentos e práticas equivalentes aos alunos que freqüentam uma Escola Parque. Porém, esta adaptação dos então grupos escolares com as salas especiais em decorrência da construção dos pavilhões de artes industriais, mais se assemelha à tipologia *platoon*, ora implantada no Rio de Janeiro.

VISTA PARCIAL DO
SALÃO
(BONECAS REGIONAIS)



VISTA PARCIAL DO SALÃO



Entretanto, guardando as devidas proporções, pois o aluno não terá acesso a toda a infra-estrutura idealizada para um Centro Educacional Elementar, conforme pensado e implementado por Teixeira em Salvador e Brasília. Mas pelo menos a uma parte do que se idealizou para estas duas cidades. Portanto, era uma alternativa viável, tanto em custo, quanto em preservação e uso da infra-estrutura educacional pré-existente nas cidades. Há nesta postura um respeito às instituições já existentes e o sistema de ensino corrente nestes municípios.

Entende-se como respeitosa a adequação dos prédios escolares pré-existentes, mantendo sua arquitetura e funcionalidade, ampliando o conjunto arquitetônico com novas instalações funcionais para a prática educacional. Os recursos destinados à construção e implantação dos Pavilhões de Artes Industriais eram viabilizados por meio de convênios assinados entre o Governo Local (Municipal ou Estadual) e o Ministério da Educação/INEP. A diretoria de Ensino Complementar era responsável por este assunto, bem como a construção e implantação de bibliotecas. Biblioteca também é um dos itens presentes na descrição anisiana de Centro Educacional Elementar.

Seguindo o raciocínio anteriormente exposto, encontramos informação de construção de novas bibliotecas públicas nos bairros Torre e Roggers em João Pessoa e a contratação de profissionais que seriam capacitadas na cidade de Recife, possibilitando à inferência da atuação do Centro Regional de Pesquisa Educacional (CRPE) de Pernambuco, sendo uma das atividades desenvolvidas pelos CRPEs de capacitar profissionais da área de educação visando novas e boas práticas em diferentes frentes, uma delas o uso de bibliotecas e materiais didáticos (A UNIÃO, 1960b, p.3).

Infere-se da notícia que o projeto e os recursos destinados à estas bibliotecas eram provenientes do INEP, até mesmo pela relação de capacitação de profissionais da educação se dar no CRPE de Pernambuco, instituição vinculada ao INEP. Sobre os Pavilhões de Artes Industriais de João Pessoa, encontramos notícias de duas construções: Grupo Escolar Dom Adauto (A UNIÃO, 1960f) e Grupo Escolar Santa Júlia (A UNIÃO, 1960f).

O Pavilhão construído no Grupo Escolar Dom Aauto ministrava as seguintes oficinas: “Cerâmica, Fantoche, Estamparia, Tecelagem, Couro, Metal, Cestaria, Madeira e Cartonagem” (A UNIÃO, 1960g, p.3), o que se acredita que seja possivelmente as mesmas oficinas ofertadas no Pavilhão do Grupo Escolar Santa Júlia, já que há notificação da chegada de um forno para o Pavilhão Dom Aauto, e a reportagem ainda informa “ficou assim devidamente aparelhados dois pavilhões de oficinas de artes industriais em João Pessoa” (A UNIÃO, 1960f. p.01). Com a construção do Pavilhão, o intuito deste estabelecimento educacional era de se tornar modelo, segundo o Monsenhor José Trigueiro do Vale responsável pelo Grupo (A UNIÃO, 1960g, p.3).

A construção de Pavilhões de Artes Industriais fazia parte do Programa de Educação Complementar do Inep, que foi acordado com o governo estadual da Paraíba. Destacamos os a estratégia da construção dos Pavilhões de Artes Industriais como sendo uma estratégia experimental de instalar uma modalidade de ensino de artes que visava qualificar a educação ofertada, tentando alcançar uma educação integral.

Corroborando com esta informação, Jader de Medeiros Britto nos informa que Dumerval Trigueiro firmou convênios entre o INEP e os Estados brasileiros

para a construção e equipamento de oficinas de artes industriais, formação e treinamento de professores, bem como suplementação de seus salários para uma jornada de trabalho de dia integral. Cabia aos Estados escolherem as cidades e grupos escolares em que seriam instaladas as oficinas, procurando-se articular as atividades aí desenvolvidas com as de classe. (BRITTO, 1988 p.76)

Desta forma, no Estado da Paraíba, a destinação das construções dos Pavilhões de Artes Industriais era definida pela Secretaria de Estado de Educação, escolhendo quais os grupos escolares deveriam recebê-las, tanto na capital quanto no interior. Neste pavilhões eram desenvolvidas atividades com finalidades de ensino da arte industrial, trabalhos manuais, dentre outras, sendo muito próximo do que era então pensado para parte do cenário das Escolas Parque de Salvador e Brasília.

O Grupo Escolar Santa Júlia, citado no documento anterior, foi dividido em duas escolas distintas: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Padre Hildon Bandeira e Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Antônia Rangel de Farias. Em visita a Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Antônia Rangel - EEEFPAR, antigo Grupo Escolar Santa Júlia, que segundo a atual coordenadora pedagógica – Ângela Ribeiro, que estudou nesta escola entre os anos de 1961 a 1965, fez uso das dependências de artes industriais, desenvolvidas em duas salas distintas, em grupos de alunos separados por gênero. A atual sala que é utilizada para refeitório corresponde a antiga sala de tapeçaria e crochê, flores de papel, costura e tricô. Já o depósito de livros é a antiga sala de marcenaria, pintura, cerâmica e metal.

Segundo o relato de Ângela Ribeiro, as aulas eram em ambiente compartilhado, sendo que seis alunos eram o quantitativo aproximado por professor durante as aulas. Os materiais produzidos eram utilizados em exposição na escola e posteriormente eram devolvidos aos alunos, os quais podiam levar para as suas residências e fazer uso dos mesmos. Posteriormente as aulas foram transferidas para o pavilhão que foi construído no fundo da escola. Hoje a área do antigo Grupo Escolar Santa Júlia é dividida em duas outras escolas. O Grupo Escolar Santa Júlia possuía uma área para a casa do zelador, o que foi mantido mesmo com a separação da área edificada para as duas escolas resultantes, gerando assim, duas casas de zeladores, responsáveis respectivamente por cada uma das escolas.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Antônia Rangel de Farias ainda possui parte do prédio original, com algumas das salas onde ocorriam as aulas de trabalhos manuais. A Escola Estadual Padre Hildon Bandeira, possui em sua edificação parte das salas originais do antigo Grupo, funciona em regime de escola integral (no ano de 2016, quando ocorreu a visita *in loco*), possui na sua área edificada um pavilhão de artes industriais construído em 1960, fotografado e divulgado no jornal local. Hoje neste pavilhão funciona parcamente um auditório.

Nas conversas promovidas na Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Antônia Rangel de Farias, uma das



funcionárias, que foi aluna há época, relatou que ainda possui peças de crochê feitas nas aulas de artes manuais desta época e que ainda hoje faz crochê por ter tido aulas durante o ensino fundamental. Entretanto a escola não possui registros fotográficos ou mesmo materiais sobre as aulas ou técnicas utilizadas neste período. Mais uma vez, comprova-se que a memória se perde muito fácil ao longo dos anos, pois não há uma preocupação de manter nem mesmo os planos pedagógicos dos anos anteriores, ainda mais de décadas anteriores. Tal prática não se dá nem mesmo por parte das secretarias de educação que não possuíam registro se quer deste exemplo de ensino de arte que ocorreu na década de 1960 na Paraíba em específico, na cidade de João Pessoa, a capital.

Outro Pavilhão de Artes Industriais ficava no Centro Estadual de Ensino-Aprendizagem Sesquicentenário em João Pessoa. Foi realizada uma visita ao local, e em entrevista com a diretora e a secretária da escola, Sra. Aparecida, foi relatado que na escola eram ofertadas aulas de: artes industriais, comerciais (datilografia), educação para o lar (cozinha, crochê, costura), marcenaria (tábua de carne). As aulas eram ofertadas para alunos da 5ª a 8ª séries. Entretanto as aulas foram extintas em 1992 para a escola poder atender todas as séries do ensino fundamental. No Inep foram localizadas informações e registro visuais de trabalhos produzidos pelos Pavilhões do Rio de Janeiro.

Formação de Professores

As escolas criadas por Teixeira, por serem distintas do restante existente no país. Eram locais onde se implementavam estratégias inovadoras, tornando-as diferente e referenciais. Assim, algumas escolas tornaram-se escolas de demonstração e promoveram disseminação de práticas pedagógicas por meio de cursos de formação de professores. Novos conceitos e práticas educacionais foram vivenciados nestas instituições.

A formação de professores, por meio de bolsas que permitiam estes professores o deslocamento e permanência necessária em diferentes pontos do país e no exterior, foi uma



das mais marcantes ações de Teixeira na difusão de novas e boas práticas educacionais. Dentre as bases de capacitação, cita-se a Escola Guatemala³⁹⁴⁰, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e seus diversos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPEBa, CRPEPE, CRPEMG, CRPERS, dentre outros).

Estas bolsas de formação de professores ofertadas pelo Inep, eram em grande parte advindas do Fundo Nacional do Ensino Primário⁴¹ (FNEP). O FNEP, sob gestão do Inep, por meio de convênios estabelecia cooperação financeira, advinda da União, para os estados, destinada à melhoria e ampliação do sistema educacional brasileiro, em específico o ensino primário. Regulamentava que os estados se comprometiam a aplicar pelo menos 15% de sua renda proveniente de impostos na educação primária no ano de 1944, elevando este índice até 1949 a 20%⁴². Em contrapartida, a União prestaria assistência técnica aos estados para organização do sistema educacional elementar.

Este fundo foi composto de recursos advindos de doação do convênio estabelecido entre Brasil e Estados Unidos da América denominado Usaid, como também da taxação sobre o consumo de bebidas alcoólicas, e posteriormente também de recursos advindos do Salário-Educação. A destinação deste Fundo seguia a seguinte divisão: 5% para bolsas de estudo para formação de professores e formação continuada, 25% para educação primária de adolescentes e adultos, 70% para construções escolares (PAIVA, 1987).

39 A experiência da Escola Guatemala é muito importante para a educação brasileira e por vezes, alguns autores até mesmo interpretam como paralelismo ou análoga à Escola Parque, o que para mim não procede, mas compreendo uma proximidade no experimentalismo e a oportunidade vivências inovadoras nestas duas instituições educacionais. Para saber mais sobre a Escola Guatemala, indica-se a leitura do texto Educação como reconstituição e reorganização da experiência: Guatemala, a escola-laboratório do Inep (1955-1964) de Yolanda Lima e Miriam Waidenfeld (LOBO & CHAVES, 2006).

40 A título de ilustrar a importância da Escola Guatemala, evidencia-se sua influência na integração entre teoria e prática relativa aos cursos de formação de educadores (normalistas) e a sua disseminação de conhecimentos e saberes às diferentes regiões brasileiras, como no caso do estado de Goiás e seu Instituto de Educação, que pode ser conferido em depoimentos do professor Basileu Toledo França. Mais informações consulte BRZEZINSKI (2006a; 2006b), FRANÇA (1961).

41 O FNEP foi criado pelo Decreto Federal Nº. 4 958 em 14 de novembro de 1942, e posteriormente regulamentado pelo Decreto Nº. 19 513 em 25 de agosto de 1945.

42 Os percentuais de investimento eram de 10% em 1944, elevando para 15% em 1949 para os municípios em convênios estabelecidos com seu estado.



Assim, a partir de ações do Inep foram promovidas formações de professores nas dependências do Inep tanto no Rio de Janeiro como nos seus "braços regionais" como os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais e demais instituições por eles apoiadas, como é exemplo o Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Professores dos mais diversos estados receberam incentivo para tais capacitações. As ações do Inep tem sido objeto de diversos relatos de pesquisas. Como exemplo, transcreve-se a seguir informações sobre o Plano de Reformulação da Educação Primária e Normal do Rio Grande do Norte:

Havia estabelecido que os professores e técnicos beneficiados com bolsas de estudo do Inep e salário integral para participação em cursos de especialização, aperfeiçoamento ou mesmo estágio em estabelecimentos de ensino modelos, tipo Escola Guatemala do Rio de Janeiro e Escola Carneiro Ribeiro ou Escola-Parque de Salvador, ficavam obrigados a prestar cinco anos de serviço ao magistério do Rio Grande do Norte, dentre outras atribuições, participando das equipes docentes das "Semanas Pedagógicas" e dos "Ciclos de Técnicas Pedagógicas" organizados pela SEC-RN" (ARAÚJO, 2006 p.277).

Nas informações anteriormente citadas, percebe-se a regulamentação estabelecida no estado do Rio Grande do Norte acerca da conduta dos professores bolsistas, bem como de seu papel multiplicador das informações e formações apreendidas durante o período de bolsa. Assim, denota-se que o objetivo era possibilitar uma formação em movimento crescente espiral nos diversos sistemas educacionais influenciados pelo Inep.

Ainda sobre capacitações⁴³, deseja-se citar duas informações para não delongar sobre o assunto. A primeira delas visa demonstrar como foi abrangente a diversidade de estados atendidos por centros de formação de professores, evidenciando o atendimento do CRPERS a estados não só limítrofes, mas de diferentes regiões brasileiras, sendo "Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Paraná, Santa Catarina" (BASTOS et al, 2006 p.15), num total de 102 professores bolsistas. Além de ter enviado entre

⁴³ Nos anexos do capítulo de livro escrito por Maria Helena Câmara Bastos, Claudemir de Quadros e Rosimar Serena Siqueira Esquinsani é possível encontrar a relação de pesquisas e estudos realizados pelo CRPE/RS (1956-1974) (Anexo I) e a relação de cursos de aperfeiçoamento de professores (1956-1974) (anexo 2) (BASTOS et al, 2006).



1955 e 1958, professores para capacitações em diferentes lugares, como Rio de Janeiro, CECR de Salvador, São Paulo e no exterior.

A segunda informação, apresenta uma lista dos nomes das capacitações de bolsistas, executadas na Bahia sob gestão do CRPEBa, da qual pode-se imaginar o conteúdo proposto. Elas são: "Linguagem; Recreação e Jogos; Estágio de Aperfeiçoamento de Artes Industriais para Professores da 'Escola-parque'; Estágio de Preparação para a Escola de Demonstração; e, Estágio de Aperfeiçoamento de Professores de Jardim de Infância" (Almeida & Feitas, 2006 p.202).

Teixeira, tanto nas duas gestões baianas⁴⁴, quanto na gestão carioca empreendeu uma efetiva força tarefa quanto a construção de edifícios escolares. Tem-se a estimativa de que durante a segunda gestão de Anísio Teixeira na Bahia, foram construídas aproximadamente "1.435 salas de aula em 995 localidades, correspondendo a 1.013 escolas" (OLIVEIRA, 1988, p. 39). FREITAS & NASCIMENTO promovem um rico resgate de informações relacionadas a parte das bolsas de capacitação ofertadas pelo Inep durante a década de 1950 e 1960, com foco específico no estado de Sergipe, dos 33 bolsistas, compreendidos entre professores e gerentes de ensino da rede pública.

Estes autores, recuperam o depoimento de várias personagens, dentre elas, Gilda Vasconcelos Gama da Silva, que informa acerca de sua atuação em um Jardim de Infância, e sua permanência, juntamente com mais duas colegas professoras. A permanência de um ano no Rio de Janeiro correspondeu a uma capacitação para a implantação de uma Escola Parque no Estado de Sergipe. Escola esta que não chegou a ser implantada, segundo os autores. Dentre os locais referenciados para treinamento e capacitação dos bolsistas, destacam-se a Escola Experimental Guatemala, no Rio de Janeiro, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, a Escola Experimental do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco (FREITAS & NASCIMENTO, 2006 p.213-214).

A dissertação de mestrado de Renata Souza (SILVA, 2010), faz referências tanto às formações de professores em Salvador

⁴⁴ Em Almeida & Feitas (2006) é possível informar-se melhor sobre a reconstrução educacional que aconteceu na Bahia durante a segunda gestão anisiana.

quanto em Belo Horizonte, além de reportar as capacitações que aconteceram em Brasília, por profissionais advindos destas localidades. Baseada em entrevistas disponíveis no acervo do Museu da Educação do Distrito Federal, de onde transcreve: "(...) começava a ir para Belo Horizonte fazer curso. (...) três meses de Pabae", fala relativa a professores atuantes em Brasília. Percebe-se assim que a formação de professores, tão caro a Teixeira, foi disseminada e aplicada em todas as instâncias do Inep, principalmente nas Escolas Parque, visando a qualidade do ensino em nível nacional.

Centro Educacional Elementar

Anísio Teixeira, ainda em sua gestão no Rio de Janeiro na década de 1930, inicia o raciocínio de como estruturar um sistema de ensino, idealizando um Centro Educacional composto de pelos menos duas tipologias escolares distintas, somente nominando uma delas como *parque escolar* conforme é possível perceber em sua fala,

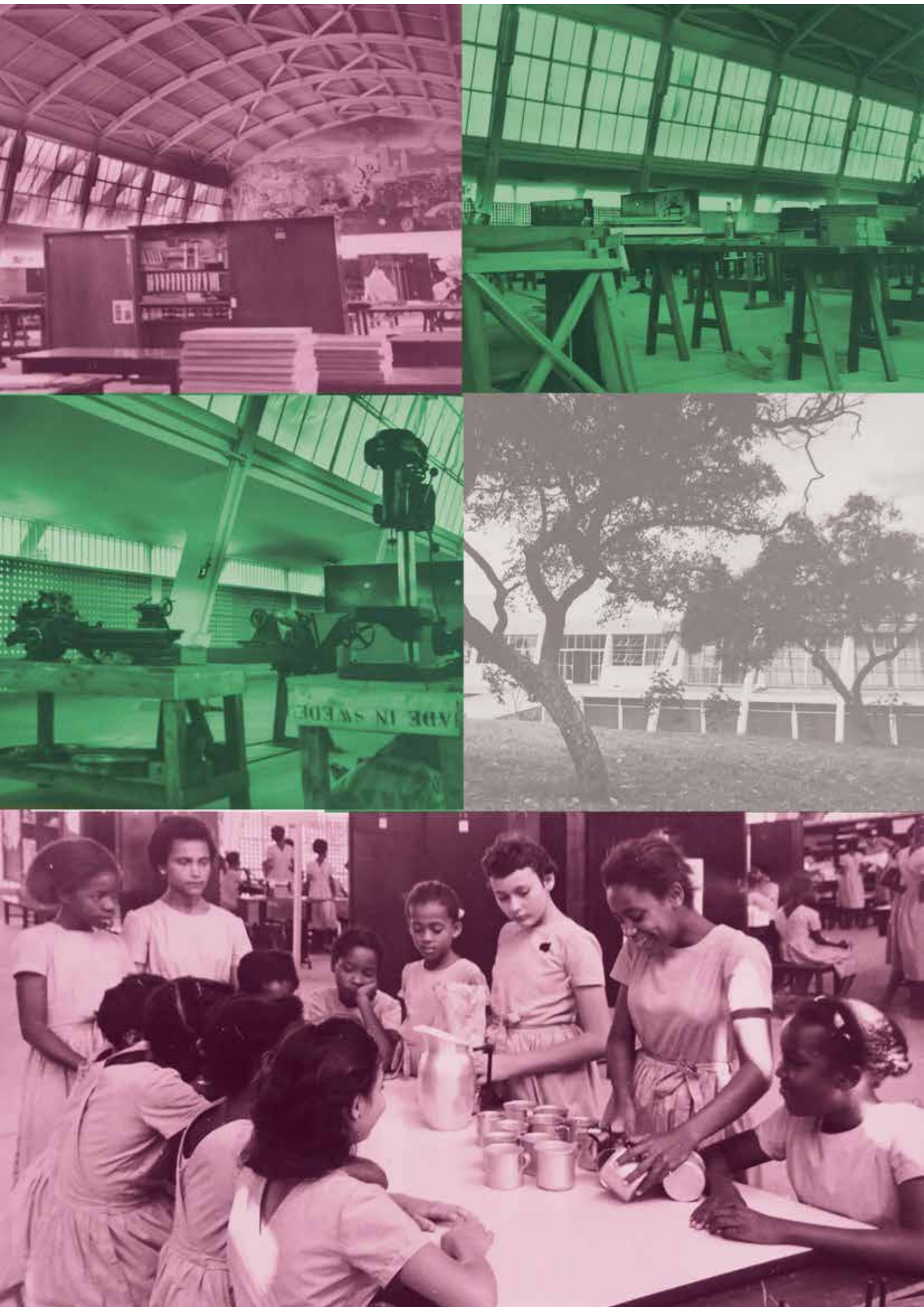
(...) no primeiro turno, a criança receberá, em prédio adequado e econômico, o ensino propriamente dito; no segundo, receberá, em um parque escolar aparelhado e desenvolvido, a sua educação propriamente social, a educação física, a educação musical, a educação sanitária e a assistência alimentar (TEIXEIRA, 1935, p. 199).

Este parque escolar citado por Anísio Teixeira faz referência à tipologia Playground, abordada anteriormente, que possivelmente, segundo Hélio Duarte, "o primeiro planejamento de prédios escolares que, em obediência aos preceitos de uma orientação educacional, se fazia no Brasil" (DUARTE, 1973, p. 11). Já na Bahia durante a década de 1940, em sua segunda gestão a frente da educação estadual, Teixeira propõe a construção de Centros Educacionais na cidade de Salvador, voltados à educação primária, além de outras construções.

Constituirá o primeiro ginásio da cidade, com instalações que irão permitir o ensino médio em todos os tipos e categorias, desde o geral ao técnico industrial. Anexa, será construída uma escola primária, que dará início ao segundo centro educacional da Capital. Quando estiver todo construído ficará ligado ao conjunto do Teatro Castro Alves (TEIXEIRA, 1949, p. 17).

O ginásio supracitado referencia o conhecido Colégio da Bahia, localizado no bairro Garcia em Salvador/BA, que também é um marco na história educacional da cidade, tão importante quanto o Centro Educacional Carneiro Ribeiro e suas Escolas Classe e Escola Parque. Este ginásio foi composto de cinco pavilhões: pavilhão administrativo (biblioteca, sala de leitura, depósito de livros, biblioteca infantil, sala de estar, varandas e sanitários, secretaria, diretoria, arquivos diversos; sala dos professores, assistência aos estudantes como consultórios de dentista e médico), pavilhão da escola classe, auditório com aproximadamente 320 lugares e duas salas de música,





pavilhão de laboratórios (com 28 salas/laboratórios: história natural, física, química, escritório, mecanografia, estenografia, datilografia, história da civilização, geografia, dentre outras), pavilhão de oficinas (artes industriais, ateliês de costura, oficinas de mecânica e de eletricidade, trabalhos em madeira, oficinas de desenho figurado e modelagem, oficina de desenho de máquinas, dentre outras) (ANDRADE JUNIOR, 2012).

Nessa gestão, Teixeira implementa mudanças não só na capital como no interior. Tudo isso é feito com base em estudos e levantamentos de informações, uma prática iniciada ainda em sua primeira gestão baiana no final da década de 1920. Em relação as necessidades educacionais da capital baiana em relação ao interior tornam-se mais claras a nós ao acessarmos sua fala, a seguir transcrita.

Aí deparamos com a cidade já construída, sem áreas previstas para as construções escolares necessárias, e, como no interior, com todo um sistema escolar por edificar. Além disto, o sistema de 'turnos' (no mesmo prédio, funcionam duas escolas, uma pela manhã e outra à tarde) havia criado uma escola de tempo parcial, com um período demasiado reduzido para se fazer a educação elementar da criança. (...) A falta de áreas suficientemente amplas para grupos escolares completos e o hábito do professor só trabalhar um turno; isto é, quatro horas, levou-nos a imaginar um sistema especial de escolas, em que fôssem localizadas as funções do ensino propriamente dito em um prédio e em outro ou grupo de outros os de educação física, artística, social e pré-vocacional. Nasceu daí o prédio escolar que designamos de escola-classe, composto tão somente de salas de aula e dependências para o professor, e o prédio escolar, que designamos de 'escola-parque', compreendendo salas de música, dança, teatro, clubes (educação artística e social), salas de desenho e artes industriais (educação pré-vocacional), ginásio de educação física e mais dormitórios, biblioteca, restaurante e serviços gerais (TEIXEIRA, 1950, p. 11-12).

É neste texto de Anísio que se compreende a proposta de conjuntos escolares para a educação primária de Salvador, concebendo assim o conceito de Centros de Educação Elementar ou também denominados de Centros Populares de Educação. Cada Centro poderia chegar a atender 4.000 mil alunos e seria composto de cinco instituições: quatro Escolas Classe e uma Escola Parque, que trabalhariam em sistema de complementaridade (TEIXEIRA, 1950).



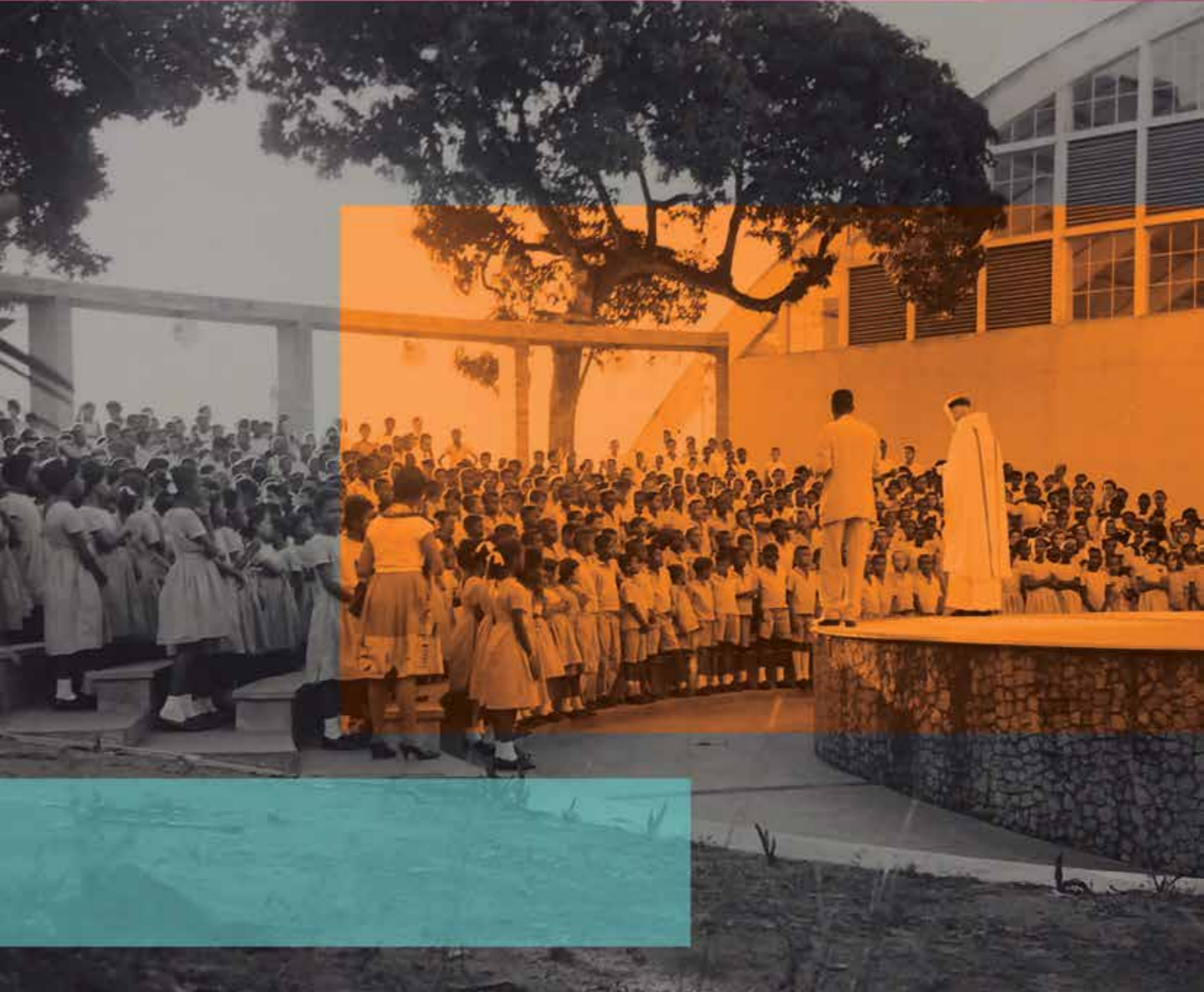
Cada Escola Classe atenderia aproximadamente 1.000 alunos, sendo 500 alunos por turno, divididos em 12 salas de aula. A Escola Parque, por sua vez, atenderia a aproximadamente 4.000 alunos, sendo 2.000 alunos por turno provenientes das Escolas Classe que os atenderia em turno contrário. Este sistema de atendimento possibilitaria a permanência da criança nas escolas públicas por oito horas/relógio diárias, sendo a metade em cada uma das tipologias escolares, além de ofertar ao aluno todas as refeições diárias (TEIXEIRA, 1959).

Segundo a proposta de Teixeira, as Escolas Classe não deveriam distar mais que 500 metros da Escola Parque. Entretanto, na única implementação deste conceito ocorrida no estado da Bahia, na cidade de Salvador, denominada Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR), esta premissa não foi cumprida. As Escolas Classe pertencentes ao CECR alcançam até 1.200 metros de distância da respectiva Escola Parque.

À Escola Classe ficaria a incumbência dos componentes curriculares voltados ao que Anísio Teixeira compreendia como Educação Formal, ou seja, os componentes curriculares como língua portuguesa, matemática, ciências e história. Enquanto à Escola Parque caberia a educação socializadora composta dos componentes curriculares: educação física e arte. Sendo clara a necessidade da relação complementar entre estas instituições escolares para a efetiva educação integral do aluno e alcance do propósito desse Centro Educacional Elementar.

As Escolas Parque Conhecidas

A partir do conceito de Centro Educacional Elementar, tem-se conhecimento até então de duas implantações do mesmo, uma em Salvador e outra em Brasília, por meio do Plano de Construções Escolares para Brasília. Entretanto, estas são as então conhecidas referências sobre Escolas Parque. Por este motivo o título *As Escolas Parque Conhecidas*. Aqui serão expostas estas experiências, e posteriormente, os dados sobre as duas outras escolas não conhecidas, até então.



Centro Educacional Carneiro Ribeiro

O Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR) foi a única implementação baiana do conceito anisiano de Centro Educacional Elementar, inaugurado em 21 de setembro de 1950, com a presença do então governador Octávio Mangabeiras e do ilustríssimo Anísio Teixeira. A quantidade de Centros planejados para Salvador variou entre sete e dez⁴⁵, mas somente um foi efetivamente construído.

Estes Centros estavam dispostos nos 19 subcentros urbanos que faziam parte do então estudo promovido pelo Escritório do Plano Urbanístico da Cidade de Salvador (EPUCS), sob direção do arquiteto Diógenes Rebouças, que fará o projeto do CECR (ANDRADE JUNIOR, 2012). Este Centro será instalado no bairro da Liberdade, composto por comunidades provenientes de ocupações, como a do Corta-Braço, Pau Miúdo, Caixa d'Água por exemplo.

Os que vêem hoje esta parte da cidade, em que se acha localizado o Centro, dificilmente podem imaginar o que era o local em 1947. A região era o centro de uma das chamadas "invasões", denominação com que, na Bahia, se designavam as formações precipitadas e abruptas do que se chamam no Rio as favelas. Sabemos que essas formações constituem concentração de população pobre, deslocada e em condições penosas de vida. O governador Otávio Mangabeira resolvera desapropriar as terras e dar aos 'invasores' condições para construir seus barracos e suas casas. Que melhor área se poderia escolher para aí se implantar uma experiência de educação primária, que revelasse aos seus habitantes a importância da educação para a solução de seus problemas de vida e pobreza? Logo se aprovou a idéia e foram reservadas as áreas para as escolas (TEIXEIRA, 1967).

O CECR teve algumas partes inauguradas em 1950: as Escolas Classe I, II e III e parte da Escola Parque, uma vez que o Pavilhão do Setor Artístico só foi entregue em 1963 e a Escola

⁴⁵ Alguns autores se referem a oito Centros, outros a nove, outros a sete... Este número depende da fonte que o autor está utilizando. Os que utilizam sete ou oito, provavelmente encontram estes números na fala: "30 'escolas-classes', para mil alunos cada uma em dois turnos, e 7 ou 8 parques escolares para 4.000 alunos cada um, também em dois turnos" (TEIXEIRA, 1948, p. 14). Entretanto, há autores que optam por utilizar o quantitativo de sete Centros a partir da contagem dos locais propostos para instalação destes Centros, discriminados em relatório enviado ao então governador, os quais seriam localizados nos bairros: Liberdade, Itapagipe, Santo Antônio, Brotas, Garcia, Barra, Rio Vermelho (TEIXEIRA, 1949, p. 17). O número nove pode ser interpretado a partir do discurso de inauguração das escolas do CECR: "O [...] que hoje inauguramos [...] será um centro apenas para 4.000 das 40.000 crianças que teremos, no mínimo, de abrigar nas escolas públicas desta nossa cidade. Deveremos possuir, e já não só êste, como mais 9 centros iguais a este" (TEIXEIRA, 1959).



Classe IV somente foi inaugurada em 1964. Porém, o pavilhão de residências que funcionaria em regime de internato, destinado a crianças órfãs ou abandonadas, nunca foi erigido, mesmo estando no planejamento de Teixeira (ÉBOLI, 1969). Este Centro traz em si algumas soluções a partir da análise das metas e métodos de Caudill (1954, p.50-51) conforme o Quadro 3 visa ilustrar.

Quadro 7 – algumas metas e métodos educacionais traduzidos para termos de arquitetura

Fonte: Caudill, 1954 (p.50-51) – adaptado

Acentuação da compreensão social e do espírito de cooperação	Escolas projetadas de modo a favorecer reuniões e atividades coletivas (pátios, auditórios e amplas salas para reuniões)
Desenvolvimento das tendências criadoras das crianças, não esquecendo que os cursos podem ser modificados e aperfeiçoados	Salas de aula com facilidades para que as crianças possam ter atividades variadas (dança, música, pintura, etc.), também realizadas nas próprias salas que deverão ser flexíveis e com estruturas que poderão ser econômica e praticamente reformadas para atenderem aos novos programas educacionais.
Cuidado permanente com a saúde e o conforto das crianças, bem como com o aproveitamento das horas de recreação	Salas de aula confortáveis, bem iluminadas e ventiladas, criando ambientes coloridos e estimulantes; pátios e áreas para atividades em grupo e para passatempos individuais.
Desenvolvimento de métodos eficientes de raciocínio e previsão do uso dos mais modernos recursos didáticos	Arquitetura que induza ao hábito de pensar e dinamize o ensino, com salas de aula que permitam o uso fácil e eficiente de aparelhos áudio-visuais, etc.
Atendimento aos horários fixos de aula, prevendo também outras atividades, didáticas ou não, que podem ocorrer dentro ou fora dos horários escolares	Zonas de atividades convenientemente distribuídas para evitar que as áreas de estudo sejam perturbadas.
Consideração da criança como indivíduo	Gabinetes para assistência individual à criança e salas para orientação educacional e psicológica

Cada Escola Classe deste Centro possui 12 salas de aula e previam o atendimento de 1.000 alunos cada uma, sendo 500 alunos por turno. Todos estes alunos seriam atendidos pela Escola



Parque no contraturno. As três primeiras ECs construídas distavam entre 800 metros a 1.200 metros da Escola Parque. O uso do espaço educacional por parte da comunidade em horários de não atendimento da educação formal está presente nos pressupostos anisianos. O CECR promoveu atividades de dança, teatro e artes industriais, além de encontros comunitários. Este comportamento também está presente nas Escolas Parque de Brasília, algumas em maior grau que outras, mas em todas elas já houve em algum momento a presença da comunidade em atividades extra-curriculares.

A biblioteca da Escola Parque é composta por diversas salas de estudo e outros ambientes destinados à formação do hábito de leitura por parte dos alunos, dos professores e da comunidade geral. Objetivo que pretendia ser alcançado por meio de atividades como: estudo livre ou dirigido; leitura; pesquisa; hora do conto; jornal mural; teatro de sombras e fantoches. Ocorriam exposições não só dos trabalhos artísticos, ou seja, de música, teatro, dança, como também dos trabalhos do pavilhão de artes industriais. Nestas situações, como em outras, era possível encontrar demonstrações ou apresentações desportivas organizadas pela equipe do pavilhão recreativo. Um dos principais papéis desempenhados pelo CECR era a formação de público sensível às artes e ao esporte, ou seja, formação de platéia.

Importante salientar que o ensino não tinha como ênfase determinado trabalho ou técnica, mas sim a finalidade de possibilitar a experiência de desenvolver um produto a partir de uma técnica, ou seja, o desenvolvimento do aluno quanto a competências e habilidades relacionadas a vivência escolhida. As atividades desenvolvidas no CECR eram setorizadas, sendo o Pavilhão de Trabalho ou Pavilhão de Artes Industriais destinado às artes aplicadas, artes plásticas e artes industriais. Neste ambiente os alunos desenvolviam atividades como: artefatos de couro, de metal, de madeira; cartonagem; cestaria; alfaiataria; corte e costura; bordados diversos; confecção de bonecas e bichos; tapeçaria e tecelagem; encadernação e recuperação de livros; modelagem; cerâmica; dentre outras oficinas.

O componente curricular Educação Física tinha suas atividades desempenhadas no setor recreativo que era composto de:



campo gramado; campo de areia; pavilhão de ginástica ou ginásio coberto multifuncional com vestiários compostos de banheiros com ducha, além de outros ambientes e salas. As aulas de teatro, música e dança ocorriam no setor artístico. Entre as instalações, que na época da inauguração contavam com o mais moderno e atual quanto a equipamento de luz e som, encontram-se: teatro com aproximadamente cinco mil lugares e palco semicircular giratório de grandes proporções; teatro de arena ao ar livre.

Dentre as atividades de teatro oferecidas, destaca-se: pesquisa e preparo de peças teatrais; cenografia; figurino (em parceria com as atividades do Pavilhão de Artes Industriais); prática vocal; composição de cena – improvisação; canto; capoeira; samba de roda; samba; dança popular; dança contemporânea; aulas práticas e teóricas de música e manuseio de instrumentos musicais diversos (violão, flauta, pandeiro...); percepção rítmica; composição musical.

Também eram ofertadas atividades voltadas à formação social do aluno visando uma educação cidadã e exercício efetivo da cidadania. Estas atividades aconteciam no setor de socialização onde eram desenvolvidos: o funcionamento de banco infantil, jornal, rádio, grêmio estudantil e comércio em geral (MARTINS, 2006). Após a morte de Anísio Teixeira, seu legado passou a sofrer depredação e conseqüentemente foi sendo abandonado e descaracterizado.

Nos edifícios componentes do CECR, tanto ECs como EP há presença de obras de arte na arquitetura dos memos, como por exemplo os murais do pavilhão de trabalho ou pavilhão de artes industriais da Escola Parque, que utilizam a técnica de têmpera sobre madeira e possuem 20 metros por 8,2 metros de extensão. Esta escola ainda conta com uma pintura a óleo sobre madeira de Maria Célia Mendonça, um mural de têmpera sobre compensado de Carlos Mangano e afrescos de Jenner Augusto. Todas as obras foram encomendas de Anísio Teixeira a artistas baianos que refletiam os ecos do modernismo naquela regionalidade.

O CECR teve suas atividades interrompidas por aproximadamente cinco anos, sendo reinaugurado em 2002, a partir de uma parceria e forte atuação da Fundação Anísio Teixeira



juntamente com a Secretaria de Estado de Educação da Bahia, tendo destaque a presença marcante de Babi Teixeira. Porém o atendimento aos alunos da comunidade escolar deu-se de forma facultativa e não mais complementar e diretamente relacionado ao universo da Escola Classe, onde conceitos/notas e faltas eram repassados da Escola Parque para o histórico escolar do aluno na sua respectiva Escola Classe.

Após a reinauguração do CECR outras modalidades de oficinas, além das já existentes, como: atividades artísticas e desportivas em diversas modalidades, passaram a ser ofertadas oficinas de: informática; idiomas; saúde e cuidado pessoal; produção de material voltado à área de comunicação – comunicação e artes; preparação para a vida e para o trabalho, dentre outras (Martins, 2006).

PROFESSORES PARA BRASÍLIA

AVISO DA INSPETORIA DO ENSINO

A Inspeção Seccional do Ensino Secundário de João Pessoa avisa a todos os interessados que estejam profissionalmente bem qualificados, que a Comissão Coordenadora do Sistema Educacional de Brasília está empenhada em selecionar uma equipe de professores de formação moral criteriosa e de conhecimentos vastos, a fim de criar na nova capital um quadro de educadores modernos e conscientes de suas responsabilidades.

Todas as vantagens são oferecidas aos candidatos aproveitados dentro de rigorosa seleção que será feita pelo Ministério da Educação e Cultura.

A remuneração prevista para o ensino médio é de quarenta mil cruzeiros mensais por tempo integral de oito horas de trabalho diário. Para o ensino primário o mesmo critério será adotado, variando a remuneração entre 15 e 25 mil cruzeiros. Além disto o candidato terá o transporte seu e sua família, aluguel de casa a preço acessível, ajuda para instalação em Brasília e ensino primário e secundário gratuitos para seus filhos.

Melhores informações para o preenchimento de questionários exigidos poderão ser procuradas na sede desta Inspeção à Rua Duque de Caxias 570 — 3o. andar.

TRABANDO CONTRA O CON-

RIO, 16 — A fim de iniciar o combate em todo o país, será constituída, na próxima segunda-feira, uma comissão inter-ministerial. Durante as investigações, as Forças Armadas participarão ativamente. O Ministro da Fazenda submeterá, segunda-feira, à consideração do Presidente da República, o decreto respectivo. (Asp)

FESTA DE SÃO SEBASTIÃO EM BAYEUX

No município de Bayeux, iniciou-se desde ontem o novenário de São Sebastião, que se prolongará até o dia 24 deste mês, quando será instalada solenemente a paróquia daquela cidade, criada recentemente.

Para as festividades foi organizado o seguinte programa:

Dia 20 — Procissão às 16 hs.

— Missa e Comunhão geral às 18 hs. e às 20 hs. O drama

Escolas Parque para Brasília

O Plano educacional da nova capital

O acervo já existente no Museu da Educação do Distrito Federal é considerável e me foi de grande valia em consultas *in loco*, entretanto é possível conhecer parte de sua estrutura disponibilizada em texto por Eva Waisros (PEREIRA, 2015). Dentre os documentos escritos e audiovisuais é possível encontrar referências ao Plano de Construções Escolares de Brasília, em especial para esta pesquisa, dados das Escolas Classe e Escolas Parque. Chama a atenção os vídeos produzidos pela professora Maria Coeli, dentre eles o vídeo "Anísio Teixeira e a prática da escola Parque 210-211 Sul" produzido em 1999, também disponível no sítio do referido museu (MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, 2017).

Muitos autores já abordaram sobre o Plano de Construções Escolares de Brasília, ou Plano Educacional de Brasília, concebido por uma equipe encabeçada por Anísio Teixeira, então convidado por Ernesto Silva para tal feito. Dentre os diversos pesquisadores que relatam sobre o tema, escolhi referenciar a professora doutora Maria Paula de Almeida por seus escritos tanto na dissertação de mestrado (Vasconcelos, 2011), quanto na tese de doutorado (TAUNAY, 2015) referente à história da educação no Distrito Federal. Maria Paula resgata referências às primeiras escolas do Distrito Federal, como também as memórias de ex-alunos e professores que ali atuaram, além de estar inserida na pesquisa, trazendo a tona suas memórias, o que tanto dialoga com a presente tese.

Do plano concebido para servir de modelo ao país, destaca-se a presença do conceito de Centro Educacional anisiano, adequado ao plano urbanístico da cidade, com a maestria e generosidade de Lúcio Costa. Há que se explicar que a localização destinada às então escolas secundárias, já presente no planejamento de Costa, foram destinadas às Escolas Parque, visando atender ao planejamento de Teixeira. Assim, as escolas secundárias foram transferidas para a parte externa ao longo das asas sul e norte do Plano Piloto.

R INSTALOU CURSO
RA FUNCIONÁRIOS

A proximidade ao poder, influenciou diretamente as atividades desempenhadas em Brasília, se por um lado a possibilidade de aporte financeiro e tecnológico era considerável, visando a estratégia de se ter um modelo a ser exibido ao povo brasileiro e à comunidade internacional, era também esta proximidade que provocou o grande cerceamento de liberdade de expressão e até de ir e vir durante os anos nebulosos da ditadura militar, provocando a contra-ação de alguns movimentos artísticos, intelectuais e educacionais existiram durante este período, como por exemplo a demissão em massa de professores da Universidade de Brasília.

Entretanto, nos primórdios desta cidade a educação tinha a atenção até do presidente do Brasil, para ilustrar isto, Eva Waisros relata sobre o discurso que Juscelino Kubitschek fez na inauguração da Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (CASEB), tendo até o seu discurso transcrito no maior jornal de circulação local, o Correio Braziliense (PEREIRA, 2015). A CASEB foi criada pelo Decreto nº 47.4727 de 22 de novembro de 1959, e era composta por um representante da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) e seis representantes do Ministério da Educação e Cultura⁴⁶ (MEC), e tinha como missão implementar o Plano de Construções Escolares de Brasília, assinado por Anísio Teixeira.

Após a seleção do Projeto para a construção do Plano Piloto de Brasília, que ocorreu em 1957, iniciaram as obras e por lá chegaram pessoas das mais distantes e distintas localidades brasileiras. A educação se fez necessária e aos poucos presente nos acampamentos dos então denominados “candangos”. A cidade que fora “planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual” (COSTA, 1957), teve como complementação de seu projeto estrutural, enquanto ambiente que visava a cidadania, a preparação de um sistema educacional inovador e possivelmente modelar.

⁴⁶ Este Ministério teve ao longo de sua história alguns nomes diferentes, devido ao acúmulo de pastas. No período relatado neste parágrafo, sua denominação era Ministério da Educação e Cultura, o que perdurou até o ano de 1985 com a criação do Ministério da Cultura (MinC), mas a sigla MEC não modificou, mantendo-se a mesma até os dias atuais (2017).

Seguindo a proposta de Juscelino Kubitschek de ofertar ao país uma capital arrojada quanto arquitetura, urbanismo e educação, Anísio Teixeira fora convidado, por intermédio de Ernesto Silva, um dos diretores da Novacap, a compor e presidir uma equipe para planejar o sistema educacional de Brasília. O Plano Educacional de Brasília propôs uma formação integral ao cidadão, iniciando com a educação infantil, perpassando a educação básica e o ensino médio, alcançando o ensino superior, e disponibilizando aos interessados a pós-graduação, ou seja, do jardim de infância à universidade.

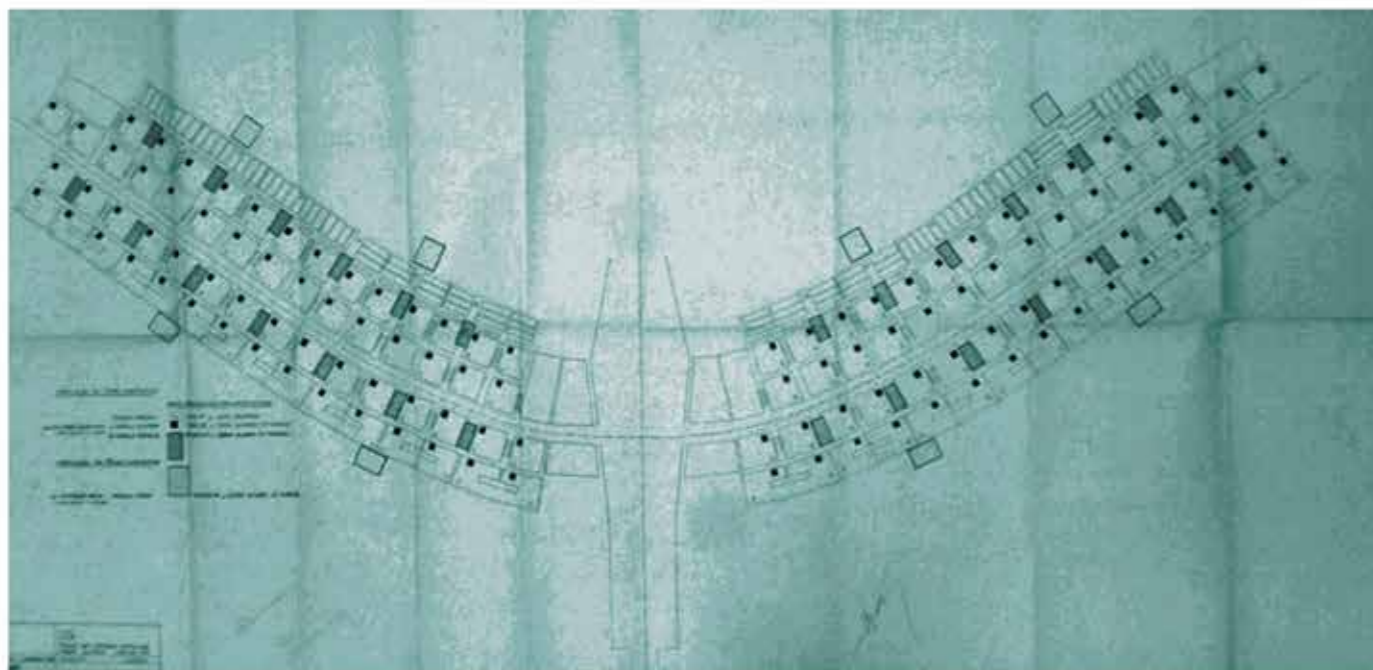
Ernesto Silva, um dos diretores da Novacap intermediou a negociação entre os escritórios de Anísio Teixeira e Lúcio Costa, possibilitando a construção do Plano Educacional de Brasília. O Presidente Juscelino Kubitschek havia solicitado a Anísio Teixeira, que estava então à frente do Inep, para assumir o planejamento educacional para a nova capital. Assim, Teixeira não só prepara um plano para a educação básica, mas planeja a educação para o cidadão, desde o jardim de infância até a pós-graduação, identificada na Universidade de Brasília⁴⁷ (SILVA, 2006).

[...] quantas vezes fomos ao gabinete de Anísio Teixeira e de lá, ao de Lúcio Costa! Quanta troca de idéias, quanto idealismo, quanto entusiasmo! Do cérebro de Anísio e da pena de Lúcio, íamos localizando no mapa de Brasília os jardins de infância, as escolas-classe, as escolas-parque, os centros de educação média (SILVA, 2006, p. 228).

Como é possível depreender da anterior transcrição, Silva foi primordial na articulação entre os dois gênios presentes no planejamento da nova capital, uma vez que Lúcio Costa já havia pensado na distribuição das unidades escolares na unidade de vizinhança, entretanto a partir de negociações com Anísio Teixeira, a área destinada a instituição escolar que hoje compreendemos como relativa aos anos finais do ensino fundamental e ao ensino médio, fora planejada para ser localizada na região das entrequadradas da unidade de vizinhança.

Todavia, o planejamento educacional proposto por Teixeira compreendia uma nova instituição educacional, que ocupou esta

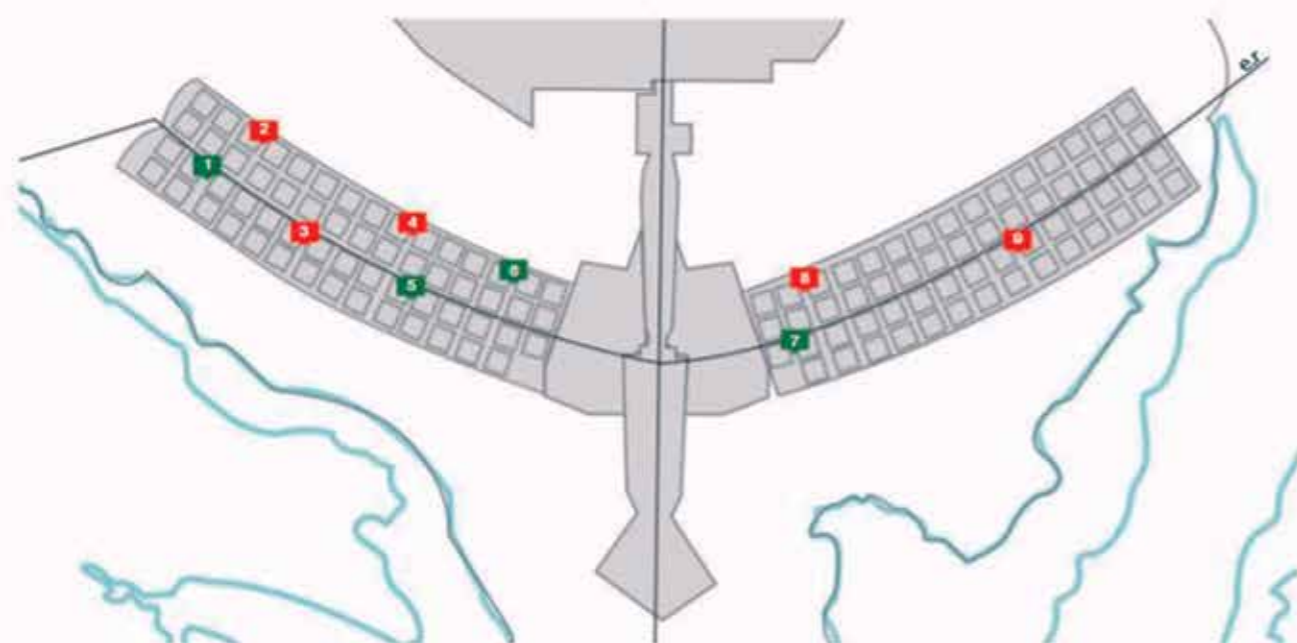
⁴⁷ No primeiro momento Teixeira havia proposto que a Universidade de Brasília estaria focada principalmente em cursos de pós-graduação ao invés de cursos de graduação. Entretanto, a universidade implementou seus cursos de graduação de forma diferenciada com tronco comum e posterior especialização/habilitação específica. Vide RIBEIRO (1963; 1995).



região no planejamento urbanístico de Costa. O que decorreu com o rebatimento da instituição escolar, ora ocupando a entrequadra para áreas geograficamente localizadas às margens das unidades de vizinhança, ou seja, acima da avenida W3 e abaixo da avenida L2. Assim, percebe-se a construção do diálogo existente entre as duas grandes mentes planejadoras. Teixeira tinha o intuito de “abrir oportunidades para a capital do país oferecer à nação um conjunto de escolas que constituísse exemplo e demonstração para o sistema educacional brasileiro” (TEIXEIRA, 1994 p.165).

Claro que tudo isso aconteceu entre os anos de 1957 e 1958, pois a construção das unidades escolares brasilienses se iniciou logo neste período também. Vale ressaltar que nem só de prédios escolares é feito um sistema educacional. A equipe de Teixeira continuou seu trabalho voltado às demais questões sobre escola, equipamentos e mobiliários, matrículas, currículo, formação de professores, dentre outras. Mais do que escolas, o interesse de Teixeira era ofertar Centros Educacionais dos diferentes níveis escolares: Centro de Educação Elementar, Médio e Universitário. Assim, o Centro de Educação Elementar fora distribuído num dos itens estruturais do plano urbanístico de Lúcio Costa, a unidade de vizinhança.

Ernesto Silva informa em seu livro que o Planejamento compreendia as diversas regiões administrativas de Brasília, para além do Plano Piloto da cidade, tendo em vista os mesmos critérios anisianos de ofertar uma educação de qualidade, gratuita e democrática. Entretanto as coisas não aconteceram da forma esperada, que planejava a construção de uma Escola Classe e um Jardim de Infância a cada grupo populacional de três mil habitantes e no conjunto de quatro destas construções, uma Escola Parque. A descontinuidade do planejamento anisiano contemplou todas as regiões administrativas, tendo ocorrido algumas complementações pontuais, mas isto está relacionado diretamente a políticas públicas de governos e não de estado, o que é um problema há tempos no país.



Localização das Escolas Parque segundo a proposta de 1974

- | | | | |
|---------------|---------------|-----------------|---------------------------|
| 1 214/215 Sul | 4 308 Sul | 7 202/203 Norte | ● Escolas construídas |
| 2 313/314 Sul | 5 206/207 Sul | 8 303/304 Norte | ● Escolas não construídas |
| 3 210/211 Sul | 6 303/304 Sul | 9 210/211 Norte | |

O Plano trazia em si, premissas da unidade de vizinhança, que são corroboradas na fala de Ernesto Silva, em relação ao Plano Educacional de Brasília e seu primeiro objetivo:

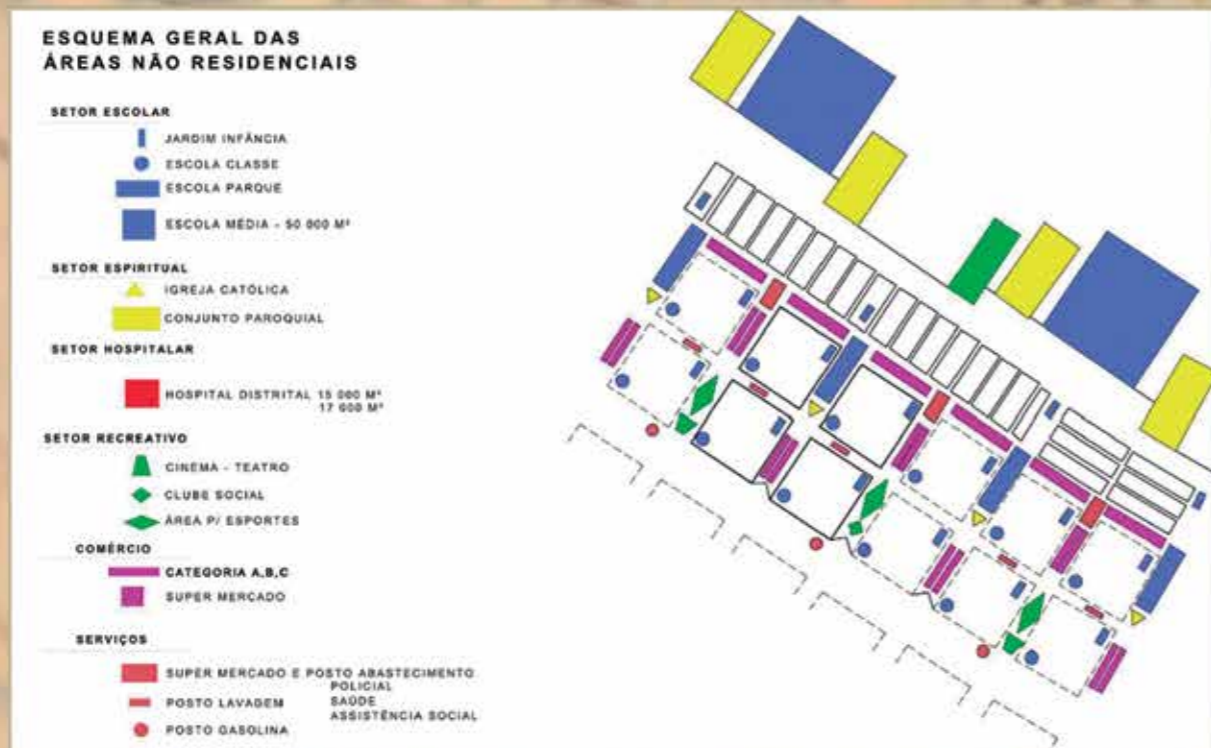
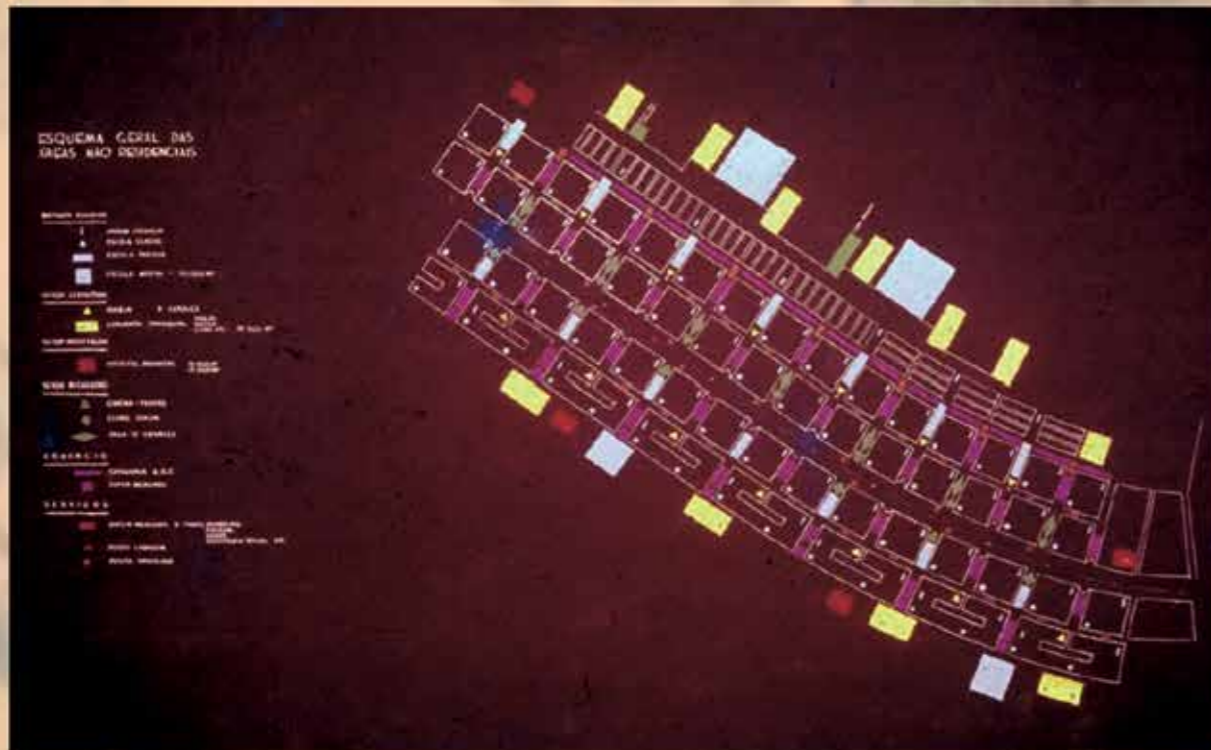
a) Distribuir eqüitativa e eqüidistantemente as escolas no Plano-Piloto e Cidades-Satélites, de modo que a criança percorresse o menor trajeto possível para atingir a escola, sem interferência com o tráfego de veículos, para comodidade e tranqüilidade de pais e alunos (SILVA, 2006 p.241).

Nesse Plano (TEIXEIRA, 1961) foi previsto um sistema educacional amplo que contempla desde o jardim de infância à educação superior e pós-graduação. Os Centros de Educação Elementar⁴⁸ seriam compostos por Jardim de Infância, Escolas Classe e Escolas Parque, sendo distribuídas estas edificações nas áreas especificadas do plano urbanístico de Lúcio Costa. Sendo que às Escolas Parque de Brasília competiria

essencialmente oferecer ao educando a oportunidade de encontrar e desenvolver a nível de 1º Grau, as próprias tendências naturais construtivas, treinar capacidades básicas, perceber melhor o mundo exterior e organizar e expressar o mundo interior, formando atitudes fundamentais para o atingimento dos níveis aspirados de crescimento intelectual, físico e cultural (DISTRITO FEDERAL, 1974, p.27).

O que é complementado, segundo o Regimento Escolar da SEEDF no Capítulo I, Artigo 3º, inciso IV, que a Escola Parque é "destinada a oferecer atividades que complementem o currículo desenvolvido em Escolas Classe" (DISTRITO FEDERAL, 2006), estando vinculadas à Regional de Ensino de sua localidade. As Escolas Parque visam atender prioritariamente alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental de instituições definidas pela Regional de Ensino. Essa tipologia escolar tem como objetivo propiciar ao público atendido, acesso e conhecimento em Arte e Educação Física, além de possibilitar o desenvolvimento de habilidades e competências nestas disciplinas (DISTRITO FEDERAL, 2009).

48 Para maiores informações e detalhes acerca do que é destinada cada instituição e sua composição vide TEIXEIRA (1961).



Quadro 8 – Centro de Educação Elementar – Plano Educacional de Brasília
 Fonte: Cleber Cardoso Xavier, 2017

	Quantidade de prédios por Unidade de vizinhança	Quantidade de salas por prédio	Quantidade de alunos por turma	Quantidade de turnos atendidos	Total de alunos
Jardim de Infância	4	4	20	2	160
Escola Classe	4	8	30	2	480
Escola Parque	1	---	---	2	2000

Desde a década de 1960 é perceptível a descaracterização do projeto anisiano quanto ao acesso e atendimento dos alunos nas Escolas Parque. Em relação ao atendimento este passa a extrapolar a circunscrição da unidade de vizinhança e amplia geograficamente, visando atender mais escolas em regime de atendimento no mesmo turno que o da Escola Classe, uma vez que a quantidade de Escolas Parque existente não corresponde ao montante ora planejado (DISTRITO FEDERAL, 2000).

A relação de complementaridade entre as instituições Escola Classe e Escola Parque proposta pelo conceito Centro Educacional Elementar acontece por meio da divisão dos componentes curriculares a cada uma delas incumbido. Entretanto as premissas propostas por documentos oficiais como as Diretrizes de Avaliação Educacional (DISTRITO FEDERAL, 2016a), é ainda nos dias atuais objetivo a ser alcançado, uma vez que os alunos atendidos são os mesmos pelas duas instituições. Dentre estes objetivos destaca-se: a consideração conjunta nos Projetos Político-Pedagógico (PPP) das duas escolas no mínimo quanto a avaliação, quiçá de outros pontos relevantes, quanto conteúdo, interdisciplinaridade, conselhos de classe, currículo.

Sobre avaliação, é previsto que a Escola Parque subsidie a Escola Classe atendida com “relatório individual Registro de Avaliação – RAv (anos iniciais) ou Registro Formativo de Avaliação – RFA (anos finais e ensino médio), quando forem solicitados pela escola de origem” (DISTRITO FEDERAL, 2016^a p.28) por meio de “registros pontuais, ancorados no Currículo em Movimento da SEEDF (2014) e, sobretudo, que sejam encorajadores para que o estudante se sinta motivado para continuar” (ibdem p.29).

Foram previstas 28 Escolas Parque no Plano Piloto da cidade, sendo 14 escolas em cada asa. Entretanto, tem-se no Plano Piloto de Brasília a construção de Escolas Parque ao longo de seus primeiros 32 anos, de forma espaçada e descontinuada, totalizando cinco escolas construídas. Após 50 anos da inauguração de Brasília, ocorreram duas inaugurações de Escolas Parque fora do Plano Piloto da cidade, o que totalizou sete Escolas Parque no Distrito Federal.

Desta forma, para compreender esta tipologia educacional no Distrito Federal é necessário analisar contextualizadamente cada momento desta história. Os parâmetros não podem ser os mesmos para uma escola que teve seu edifício planejado para suas atividades e uma outra que funciona em um imóvel residencial alugado. Ou comparar uma escola que foi planejada para atender de maneira complementar a outras quatro escolas, com uma escola que atende público espontâneo da comunidade escolar devidamente matriculados na rede pública, mas não de forma complementar e formal.

O atual documento sobre o currículo implementado pela SEEDF traz em seus dizeres explicativos sobre Escola Parque a referência direta à professora Dra. Eva Waisros Pereira e sua produção intelectual, assim referenciada:

“As informações sobre as escolas-parque tiveram como fonte principal a pesquisa “Educação Básica Pública no Distrito Federal: Origens de um Projeto Inovador - 1956/1964”, financiada pela FAP-DF, desenvolvida na Faculdade de Educação da UnB, sob a coordenação da Professora Eva Waisros Pereira. Recomenda-se a leitura dos trabalhos da referida pesquisa para maior aprofundamento sobre as escolas-parque e o próprio Plano Educacional de Brasília” (DISTRITO FEDERAL, 2013 p.23).

Em 2016 segundo dados da SEEDF “O trabalho desenvolvido nas Escolas Parque pode integrar ou não o ensino regular” (DISTRITO FEDERAL, 2016b). Comprovadamente, desde o início do ano de 2017, todas as cinco Escolas Parque do Plano Piloto de Brasília estão funcionando em regime de educação integral, atendendo alunos provenientes de escolas definidas pela Regional de Ensino, de acordo com a capacidade de atendimento de cada escola. Assim, não importa a distância da escola de origem, mas sim o quantitativo de alunos a serem atendidos. Quase na maioria dos casos, são atendidas escolas distantes da Escola Parque, por tal motivo os alunos são transferidos por meio de transporte escolar ofertado pela SEEDF.

Serão apresentadas a seguir as Escolas Parque do Distrito Federal, visando informar ao leitor um perfil sobre estas escolas. Mas de antemão informa-se que a forma de atendimento mudou⁴⁹ ao longo dos anos e dos governos, como também são observadas as mudanças no sistema de ensino, bem como na quantidade de anos de ensino. Se hoje possuímos nove anos no ensino fundamental, lembremos que até a década de 1960 era bem menos, bem como a organização destes anos em ensino primário, secundário, passando a ser composta a Educação Básica de ensino fundamental e médio.

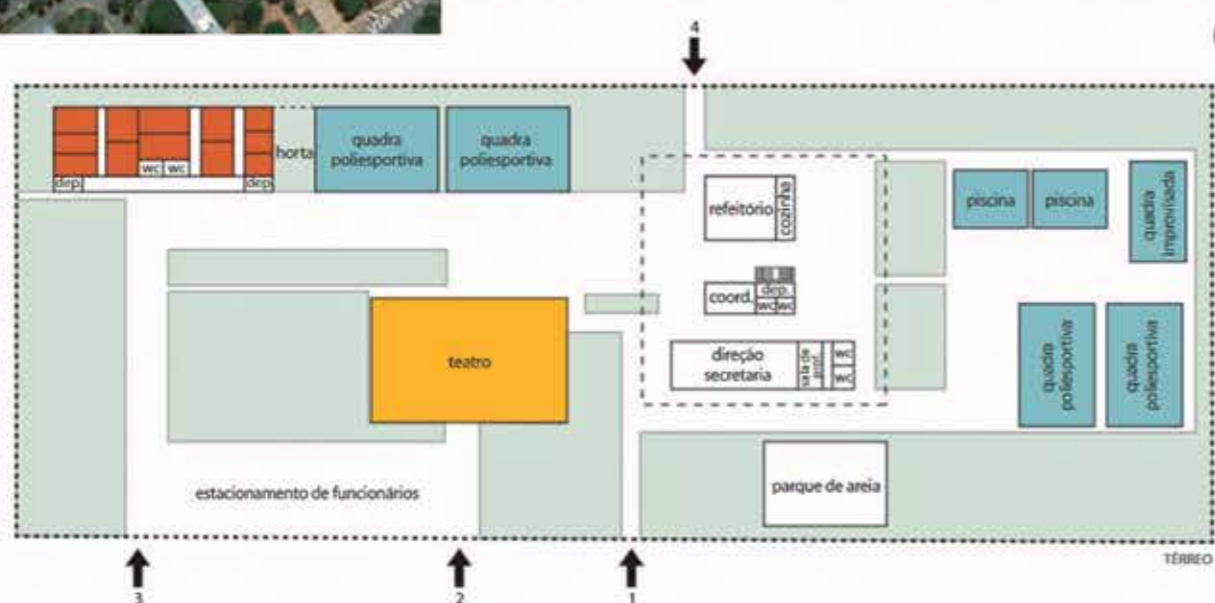
⁴⁹ Um dos formatos de atendimento das Escolas Parque de Brasília é descrito na Orientação Pedagógica da SEEDF (DISTRITO FEDERAL, 2002), da qual parte do texto é aqui transcrito: “- da 1ª à 4ª série, no mesmo turno em que freqüentam a escola tributária, em um dia letivo de 5 ‘horas-relógio’; - da 5ª à 8ª série, em turno contrário ao que freqüentam na escola tributária, em dois dias semanais, atendendo à carga horária estabelecida em legislação específica; e da 5ª à 8ª série, no horário noturno, os que, comprovadamente estejam impossibilitados de freqüentarem a escola no diurno” (DISTRITO FEDERAL, 2002, p.14).

Centro Educacional Elementar N. 01 e a primeira Escola Parque de Brasília

O primeiro Centro Educacional Elementar construído em Brasília está localizado na unidade de vizinhança composta pelas superquadras da asa sul: SQS 107, SQS 108, SQS 307, SQS 308. Entretanto, este Centro Educacional nunca foi completo, pois, como anteriormente foi informado nesta tese, cada superquadra contaria com a edificação de uma Escola Classe (EC) e um Jardim de Infância, e no conjunto das quatro haveria uma Escola Parque. Entretanto das quatro superquadras citadas anteriormente, a SQS 307 nunca teve suas unidades escolares construídas. Este centro então foi composto das escolas: EC 107 Sul, EC 108 Sul, EC 308 Sul e Escola Escola Parque (EP) da entrequadra sul (EQS) 307/308, comumente conhecida como EP 308 Sul, por ser o lado em que se localiza o portão de entrada desta escola e de seu teatro, tão importante para a cidade.

A EP 308 Sul, desde seus primeiros anos de funcionamento atendeu a EC 106 Sul, pois a EC 107 Sul nunca foi construída. Essa Escola Parque conta com duas datas de inauguração. A primeira delas nos é informada por Eva Waisros e Lúcia Maria que esta escola foi entregue à comunidade brasiliense em 21 de abril de 1960, o mesmo dia da inauguração da cidade, entretanto só teve início seu ano período letivo no dia 16 de maio do mesmo ano (PEREIRA & ROCHA, 2011a). A segunda é datada em 20 de novembro de 1960 (MARTINS, 2006), que até o presente ano é quando se comemora o aniversário da escola, ou seja, sua inauguração efetiva, sendo data de evento presente até no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola.

Parte dos professores que atuaram no primeiro momento desta escola, receberam formação prévia no Centro Educacional Carneiro Ribeiro de Salvador. Esta formação tinha ênfase nas atividades desempenhadas na Escola Parque, visando prepará-los para as atividades diferenciadas que existiriam no novo modelo educacional, então instalado na nova capital. Parte da história dessa escola está registrada em imagens disponíveis no acervo da própria instituição e também no acervo histórico na sede do Inep,



- 1 entrada principal
- 2 entrada do teatro
- 3 entrada de funcionários
- 4 entrada desativada
- artes visuais
- artes cênicas
- educação física
- música

em Brasília. É lá que se encontra um álbum de fotografias e também de documentos, datado de 1962, o qual foi preparado pela primeira diretora da escola, Stella dos Cherubins Guimarães.

Como esta é uma escola do início da cidade, foi construída ainda sob forte influência do pioneirismo de Brasília. Assim, em relação ao edifício escolar pode-se informar: é um projeto assinado por José de Souza Reis⁵⁰, que era membro da equipe de Oscar Niemeyer; é composto de três edifícios: pavilhão de salas, teatro e pavilhão de artes industriais; está localizada na região que recebeu os primeiros prédios da asa sul.

A própria composição arquitetônica da escola dialoga diretamente com o entorno. Seja pela disposição dos blocos, afastados um do outro com área livre e verde entre os mesmos, seja pela presença dos elementos construtivos que despertam o sentimento de pertencimento e de identidade, como o cobogó, os pilotis, as grandes janelas como nos edifícios que a circundam, seja pela presença da flora tanto dentro quanto no entorno. No início não havia cercas que separassem a escola das superquadras, mas esta realidade hoje é diferente, com a presença de cercas gradeadas, pintadas na cor verde, visando reduzir o impacto deste elemento de segurança e de segregação.

O pavilhão de artes industriais, último elemento a ser construído nesta escola, funcionava como um grande pavilhão, onde vários grupos de professores, acompanhados por seus alunos, promoviam os serões de aprendizagem de diversas linguagens artísticas, como cerâmica, tecelagem, pintura, modelagem, dentre outras. Sua grande bancada de mármore percorre até os dias atuais toda a extensão lateral do prédio, disponibilizando pontos de água para as aulas de artes ali planejadas para existir. O prédio possibilita uma comunicação com o ambiente externo por grandes janelas acima da bancada de mármore e pelos cobogós no extremo oposto desta parede. Hoje em dia, o grande pavilhão não mais existe, foi dividido e compartimentalizado, dando origem a diferentes salas de aula. Lá ainda estão presentes os fornos de outrora, para queima das obras.

⁵⁰ Este arquiteto atuou em Salvador no Escritório do Plano Urbanístico da Cidade de Salvador (EPUCS) juntamente com Diógenes Rebouças que planejou o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, o qual possui a única Escola Parque de Salvador.



No primeiro ano atendeu em média 270 alunos provenientes das EC 108 Sul e EC 308 Sul (DISTRITO FEDERAL, 1974), abaixo do que era esperado, aproximadamente 1.000 alunos. Entretanto, a cidade ainda estava em construção, não havia todas as escolas para o atendimento efetivo. Tendo ultrapassado a marca de mil alunos nos anos posteriores, uma vez que passou a atender os alunos das ECs no mesmo turno, uma vez por semana, concentrando as vezes até nove escolas atendidas.

Em abril de 2016 aconteceu nesta escola o evento "Grande Encontro dos Educadores das Escolas de Origem", que promoveu a divulgação da rotina da Escola Parque 308 Sul para todos os professores das Escolas Classe atendidas. Foram aproximadamente 250 professores participando, fortalecendo laços e compreendendo melhor o ambiente que seus alunos passavam um dia de cada semana letiva.

Por meio de oficinas de arte e de educação física, foi promovida uma verdadeira imersão. Esta é a Escola Parque que mais se preocupa em por em prática os preceitos anisianos, uma vez que busca o planejamento conjunto entre EP e EC, a interdisciplinaridade não só entre os pares do "quarteto" da EP, mas também com os professores das escolas de origem, as tributárias ou ECs atendidas.

Mas há que se informar que no ano de 2017 o formato de atendimento foi modificado pela Regional de Ensino do Plano Piloto e Cruzeiro, a qual a está subordinada. Assim, a partir deste ano, esta escola, como todas as outras Escolas Parque do Plano Piloto passaram a atender alunos em regime de educação integral em tempo integral. As escolas atendidas nem sempre são as mais próximas, mas uma lista de escolas definida pela Regional de Ensino. Muita confusão acontecer no início do ano de 2017 por este motivo. A Associação de Arte Educadores do Distrito Federal, juntamente com pais e professores e formadores de opinião movimentaram-se em prol do formato de atendimento anterior, até movendo uma ação judicial, mas a proposta da Regional de Ensino venceu esta batalha. O ano de 2017 deverá ser avaliado ao seu final, para que possamos saber qual o resultado desta experiência. Assim, que venham as



cenar dos próximos capítulos, mas esta tese já estará finalizada. Surge aí a oportunidade de toda pesquisa, continuar!

Destaque desta escola em relação às outras quatro EPs do Plano Piloto:

- é a escola que melhor e mais uso faz do laboratório de informática, sendo ali desenvolvido um projeto de arte tecnologia de grande valor educacional;

- possui a maior integração entre EP e ECs atendidas, promovendo ações de estreitamento de relações e planejamento entre professores de ambas as instituições;

- é a escola onde o uso do edifício escolar por parte da comunidade é maior, tanto durante a semana, quanto nos finais de semana, sendo o seu grande diferencial o teatro, que é uma referência na história cultural e formação da identidade brasileira, até hoje em uso e sede da defesa desta tese no mês de dezembro de 2017;

- desde 2004, é a única Escola Parque tombada e registrada como patrimônio do Governo do Distrito Federal;

- esta é atualmente a única Escola Parque que possui um projeto íntegro, contínuo, premiado e efetivo de educação patrimonial que extrapola o perímetro urbano e faz uso da unidade de vizinhança e das superquadras como ambiente escolar. Os elementos do cotidiano compõem o projeto denominado "PRESERVARTEPATRIMÔNIO", gestado pela professora Maria da Glória Bomfim Yung e desenvolvido em cordial e participativa parceria com demais professores lotados nesta escola;

- há aulas de ginástica artística e dança, com rotina específica e distinta do atendimento comum da escola.

O Teatro da Escola Parque 308 Sul foi e ainda é de grande importância para Brasília. Nos primeiros cinco anos da Nova Capital ele era o único auditório da cidade, utilizado pelas equipes do governo local para reuniões, como também pela comunidade onde ocorriam apresentações cinematográficas e de teatro, concertos e shows (SILVA, 2006). Entre 1960 e 1990 o Teatro foi um dos espaços de



ESCOLA PARQUE

Artes Industriais

Aluno: _____

Série: _____ Técnica

- | | |
|---|----------------------|
| 1 - Possui coordenação motora e visual. | Sim - às vezes |
| 2 - Possui gosto pelos trabalhos manuais | Sim - às vezes |
| 3 - Possui senso de economia. | Sim - às vezes |
| 4 - Aceita o trabalho em grupo: | Sim - às vezes |
| 5 - Assume e desempenha responsabilidades individuais | Sim - às vezes - não |
| 6 - Possui sentimento de solidariedade, respeito e respeito aos outros: | Sim - às vezes |
| 7 - É assíduo e pontual às atividades: | Sim - às vezes |

TRABALHOS REALIZADOS:

Depósito no Banco (referente a mão de obra de seus trabalhos): _____

OBSERVAÇÕES: _____



cultura mais utilizado na cidade, tendo influenciado na construção da identidade do brasileiro.

Neste local multifuncional, funcionaram cine clubes, serviu de útero para grupos de teatro e atores, possibilitou apresentações como: Gal Costa – show Índia, em setembro/1973; espetáculo Trate-me Leão com o grupo Astrubal trouxe o trombone, em março/78; Paulo Autran e Natália Timberg em A morte de um caixeiro viajante, em abril/78, show com Clementina de Jesus e Nelson Cavaquinho em Maio/78; Projeto Pixinguinha, com abertura de Nana Caymmi e Ivan Lins, em agosto/1978; dentre outros cantores, como: Cartola, Vander Lee, Paulinho da Viola (CB, 2014).

Em 2003 ocorreu em Brasília, no Teatro da Escola Parque 308 Sul, o Fórum “Escolas-Parque: Patrimônio da Educação Brasileira”, que contou com a participação da filha de Anísio Teixeira Anna Christina Teixeira Monteiro de Barros, mais conhecida como Babi Teixeira⁵¹, além de professores advindos das Escolas Parque de Salvador e de Brasília. O evento iniciou o processo de solicitação de reconhecimento como patrimônio cultural as Escolas Parque.

No âmbito regional, ou seja, do Governo do Distrito Federal, foi reconhecido como Bens Culturais, por meio do Decreto nº 11.234, em 02 de setembro de 1988 a Escola-Classe da SQS 308, tombada com o título de Patrimônio Cultural Imaterial do Distrito Federal. Na mesma superquadra, houve o tombamento da Escola-Parque da 308 Sul em 04 de agosto de 2004 por meio do Decreto Nº 224.861, com o título de Patrimônio Cultural Material do Distrito Federal. Ainda foi inscrito no Livro de Registro I – Saberes, com o título de Patrimônio Cultural Imaterial do Distrito Federal, o Ideário Pedagógico de Anísio Teixeira, por meio do Decreto Nº 28.093, de 4 de julho de 2007. Estes títulos conquistados são fruto de reivindicações da Associação de Arte Educadores do Distrito Federal (ASAEDF) (IPHAN, 2015).

Alice Fátima Martins contextualiza as ações e movimentações da ASAEDF acerca do tombamento das Escolas Parque de Brasília, além de informar como era o atendimento das Escolas Parque de Brasília, relatando:

⁵¹ Babi Teixeira, filha de Anísio Teixeira, é uma das defensoras do ideário anisiano, tendo empreendido ao longo de sua existência diversas ações em prol da conservação da memória do educador.

É notória a alegria com que, em geral, alunos da rede pública de Brasília vão, uma vez por semana, a uma das 'escolas-parque', participar das oficinas das diversas linguagens artísticas, de jogos, recreação e modalidades desportivas, podendo freqüentar, também, a biblioteca e participar de tantas outras atividades indubitavelmente enriquecedoras para sua formação. O encantamento com que ex-alunos relatam suas experiências nas 'escolas-parque' é tocante, particularmente aqueles que, no início dos anos 60, freqüentavam diariamente a primeira 'escola-parque' de Brasília, localizada na EQS 307/308 (MARTINS, 2006).

Com a descontinuidade do plano educacional para Brasil, a não construção das demais Escolas Parque, provocou um grande número de matrículas na única escola existente desta tipologia, acarretando assim a mudança da sistemática de atendimento ao aluno. Esta escola que antes atendia diariamente o aluno no contraturno da Escola Classe, passou a atendê-lo em oficinas específicas, quando não no mesmo turno de atendimento da Escola Classe, uma vez por semana. Acarretando assim o aumento do quantitativo de Escolas Classe atendidas, descaracterizando o projeto educacional anisiano.

No início dos anos 70, em cumprimento ao propugnado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 5.692/71, foi atribuída à 'escola-parque' a oferta das disciplinas Educação Física, Educação Artística, Educação Religiosa e Programas de Saúde, que passaram a fazer parte do núcleo de estudos obrigatórios do Ensino Fundamental, além das Artes Industriais, Técnicas Integradas do Lar e Técnicas de Serviço, disciplinas da parte diversificada do currículo (GDF, s.d.). A programação das atividades deveria ter em vista, a integração da área de Comunicação e Expressão às áreas de Educação Artística, Educação Física, centro cívico, dentre outras (MARTINS, 2006 p.154)

É a partir desta mudança que são criados os diversos clubes, com enfoque no interesse espontâneo dos alunos como forma educacional complementar possível. Foram ofertados clubes de línguas, do livro, de cientistas e inventores, fotografia e cinema, de música, de esportes e danças, de teatro dentre outros.

Ainda abordando sobre documentações e experiências na Escola Parque 308 Sul, a dança é um elemento presente na história desta escola. Seja nas oficinas, aulas ou nos eventos e nas apresentações ocorridas ao longo das décadas, há bastante registro desta linguagem artística no acervo iconográfico da escola. Em relação a dança e sua presença nesta escola a dissertação de mestrado de Larissa Mota (ROCHA, 2016) é ricamente detalhada

e não só recupera, como atualiza informações acerca do assunto, demonstrando que

independente da forma com que a dança na Escola Parque foi produzida/desenvolvida, seja ela no espaço de Educação Física, de Música ou de Artes, em momentos livres e/ou em outros, por ser ela carregada de significações, tornou-se uma excelente forma de interpretar as relações culturais e sociais existentes no grupo que aponta o recorte histórico (ROCHA, 2016, p.131).

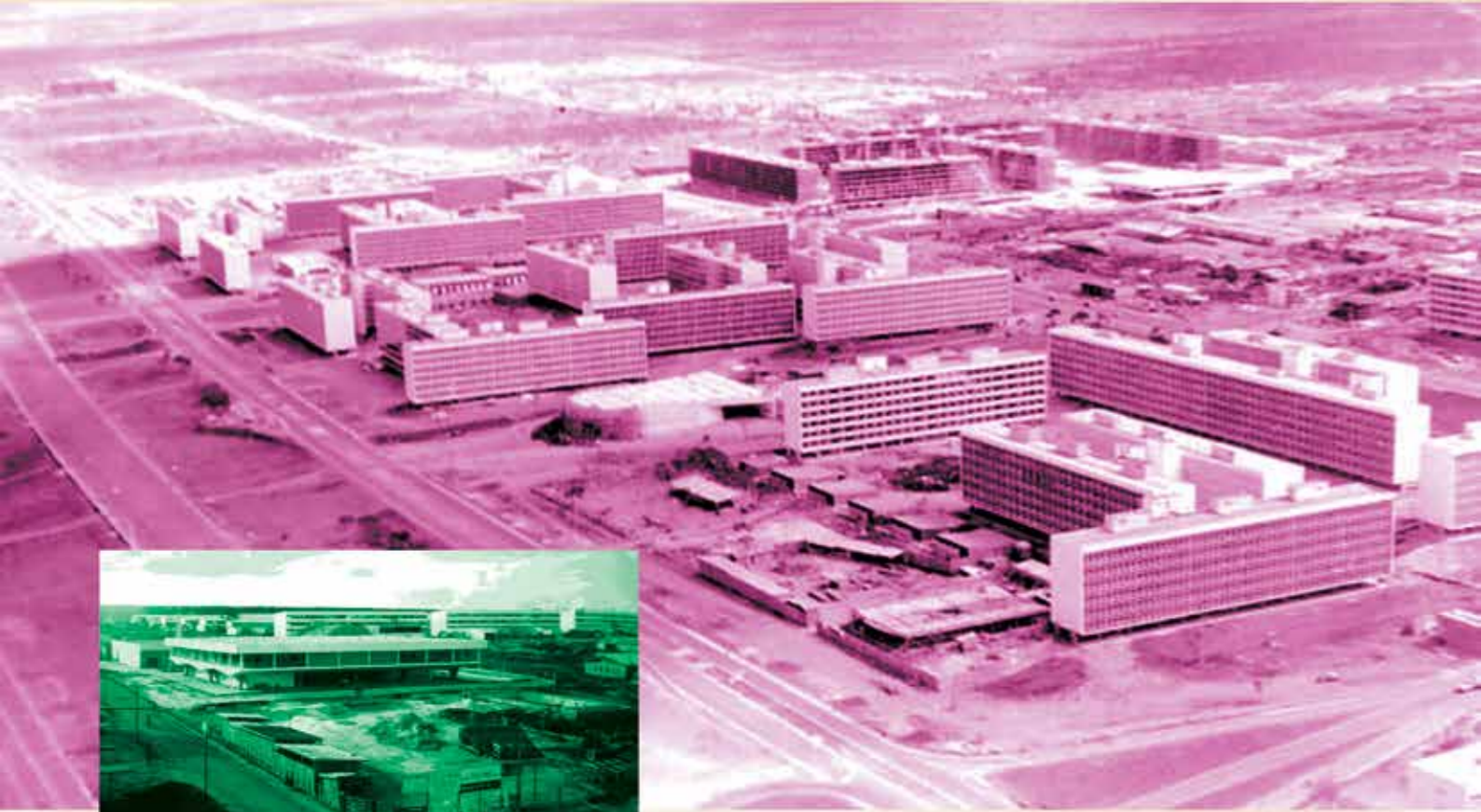
A continuidade da implementação do Plano de Construções Escolares de Brasília tem continuidade após quase duas décadas da inauguração da cidade, num contexto de ditadura militar, descontinuidade do pensamento anisiano e influenciado por uma visão precária da educação e um tanto "tecnicista".

As Escolas Parque criadas no período da ditadura brasileira

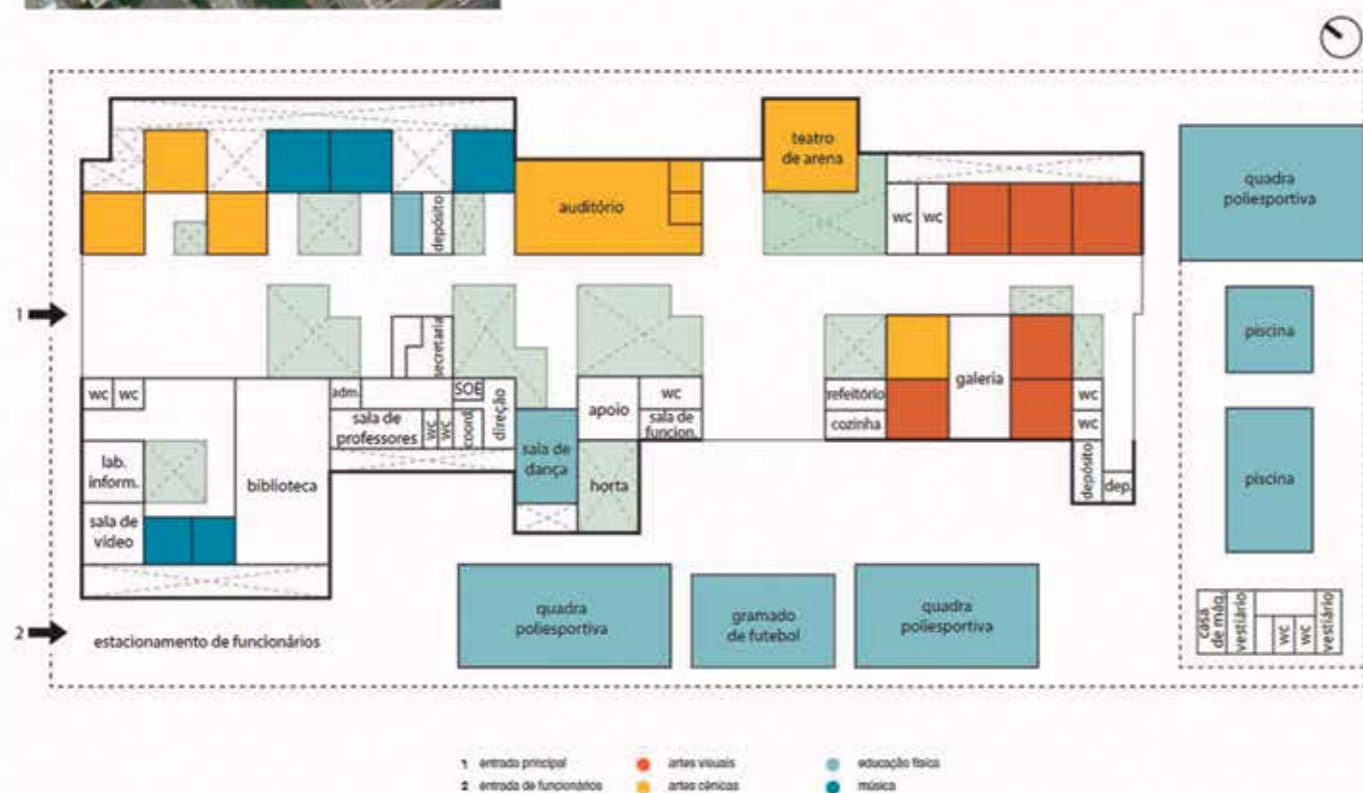
Escola Escola Parque 313/314 Sul e Escola Parque 303/304 Norte

Após a criação da primeira Escola Parque de Brasília e a inauguração da cidade, o ritmo de construções escolares desta tipologia – Parque – estancou. Somente em 1974 o Governo do Distrito Federal reativou a proposta de construção desta tipologia escolar, quando planejou a construção de oito novas Escolas Parque. Este planejamento (DISTRITO FEDERAL, 1974) foi denominado "A Escola Parque em Brasília", onde apontava as entrequadras que receberiam as novas unidades escolares: 303/304 Sul, 206/207 Sul, 210/211 Sul, 214/215 Sul, 313/314 Sul, e 202/203 Norte, 303/304 Norte, 210/211 Norte.

Entretanto, somente duas destas escolas foram construídas: a Escola Escola Parque 313/314 Sul e a Escola Parque 303/304 Norte. Ambas contaram com projeto arquitetônico de Raul Frederico José Spinza Molinas e Ewandro Magalhães Freitas e foram inauguradas em 1977. Entretanto, dando continuidade às construções, o Governo







do Distrito Federal construiu a Escola Parque 210/211 Norte, inaugurada em 1980, com projeto arquitetônico de Raul Frederico José Spinza Molinas, agora solitário nesta incumbência. Portanto, estas são as Escolas Parques que foram construídas no período da ditadura militar brasileira.

Sobre as duas escolas construídas em 1977, percebe-se que o projeto é idêntico, sendo a topografia do terreno onde foram instaladas, muito distintas, causando um estranhamento quanto a percepção inicial de cada uma das escolas, quando comparadas, já que a EP 303/304 Norte está semienterrada quanto ao nível da entrada principal, sendo possível ao transeunte que caminha na área frontal desta escola, visualizar a estrutura do telhado da mesma. Esta escola sofre com alagamentos em períodos de chuva, devido a sua relação ao declive do solo onde está instalada.

As alterações ocorridas ao longo dos anos, em ambas as escolas também é um diferencial, pois produziu uma nova configuração espacial nestas escolas. Destaca-se a área destinada à biblioteca em cada uma das escolas. O espaço destinado à biblioteca, ora composto de uma grande área e de possibilidades, foi completamente alterado em ambas as escolas, gerando um considerável número de salas de aula e outros ambientes, como salas de aulas, laboratório de informática, sala de vídeo, horta, e o ambiente dedicado à biblioteca ficou reduzido a uma pequena parte do que era no final dos anos 1970. A redução também é evidente quanto ao acervo existente neste ambiente.

O atendimento também sofreu mudanças ao longo dos anos de acordo com as estratégias de matrículas e interesses governamentais. Se num ano foram atendidos alunos provenientes dos primeiros anos do ensino fundamental no mesmo turno, no ano seguinte o atendimento pode ter sido de alunos dos anos iniciais e também finais do ensino fundamental, onde os últimos freqüentavam a escola duas vezes em horário de contraturno, enquanto os primeiros no mesmo turno que a Escola Classe. Além dos anos que foram atendidos alunos em regime de educação integral, como também estão sendo atendidos em 2017, provenientes das mais diferentes escolas geridas pela Regional de Ensino.



- 1 entrada principal
- 2 entrada de funcionários
- 3 entrada desativada
- áreas visuais
- áreas cênicas
- educação física
- música

Estas três escolas construídas no período da ditadura militar não trazem em seus edifícios elementos de diálogo direto com a cidade, como acontece com a EP 308 Sul. Elas não estão estruturadas sobre pilotis, não utilizam cobogós, não possuem uma comunicação direta com o exterior. Apesar de possuírem grandes portas envidraçadas que possibilitariam o contato visual com o ambiente externo, estas escolas possuem um fechamento em formato de muro ou parede que contorna toda a área principal da instituição. Percebe-se neste fechamento uma característica de segurança, mas também de clausura. Além dos muros, está presente uma grade também pintada de verde, que circunda a área destinada à escola. A presença da flora ainda é perceptível, mas principalmente no envoltório da escola, não na área interna.

A cobertura em formato semicircular é um ponto marcante no projeto arquitetônico destas três escolas, mesmo que a EP 303/304 Norte tenha instalado um forro, é possível perceber o formato da cobertura ao avistar o telhado. A organização espacial dos ambientes de ensino é distribuída nas laterais ao longo de um corredor central, geralmente agrupadas por linguagem ou componente curricular. Destas três escolas, nenhuma delas desenvolve aulas nas piscinas há muitos anos, sendo este ambiente por vezes ressignificado e reutilizado, mediante reformas advindas da direção da escola. Os consultórios odontológicos e médicos, construídos à época da inauguração, foram também ressignificados e hoje nestes ambientes são desenvolvidas outras atividades.

Este corredor interno que dá acesso a toda a estrutura da escola, forma em alguns momentos um grande pátio coberto, onde é possível desenvolver as atividades de entrada e saída dos alunos, bem como atividades do componente curricular educação física, em dias chuvosos ou muito ensolarados, uma vez que nestas escolas não há quadras cobertas. Ainda há um conjunto de salas agrupadas para a direção da escola, teatro de arena e auditório/teatro multifuncional. Entretanto, todas as dependências da escola estão inseridas em um único edifício, o que dialoga com a escola Playground, abordada no início desta tese.

Em relação à comunidade atendida pela Escola Parque 303/304 Norte, destaca-se a presença do espaço lúdico da Escola Classe 304 Norte, existente desde 2006. Assinado pelo arquiteto Fabiano José Arcadio Sobreira do escritório MGS, o projeto ressignifica uma área do pátio frontal da escola, em um ambiente de lazer de valor estético elevado e chamativo, composto de formas geométricas lúdicas compreendidas como possíveis brinquedos, feitas com alvenaria, concreto, barras de aço e pintura acrílica.

Inspirado no matemático húngaro Zoltan Paul Dienes e seus blocos lógicos, compostos por peças geométricas coloridas, o projeto dialoga diretamente com às pesquisas de Jean Piaget ao afirmar que “o raciocínio abstrato é reforçado através do contato físico, que ocorre quando a criança pega, observa e identifica os atributos das formas geométricas, suas cores e dimensões” (DELAQUA, 2017 p.1). Sendo a intenção do escritório MGS arquitetura transpor estes conceitos para a arquitetura proposta, estimulando assim

“as crianças a criarem seus próprios jogos e brincadeiras. Ao invés de brinquedos comerciais, como gangorras e balanços, o novo espaço propõe planos, blocos vazios, passagens, barras, rampas, cheios e vazios, combinados com cores e formas geométricas (ibidem).

Portanto esta intervenção ocorrida na EC 304 Norte dialoga diretamente com a proposta presente na Escola Parque, uma vez que esta EP atende os alunos provenientes dessa EC.

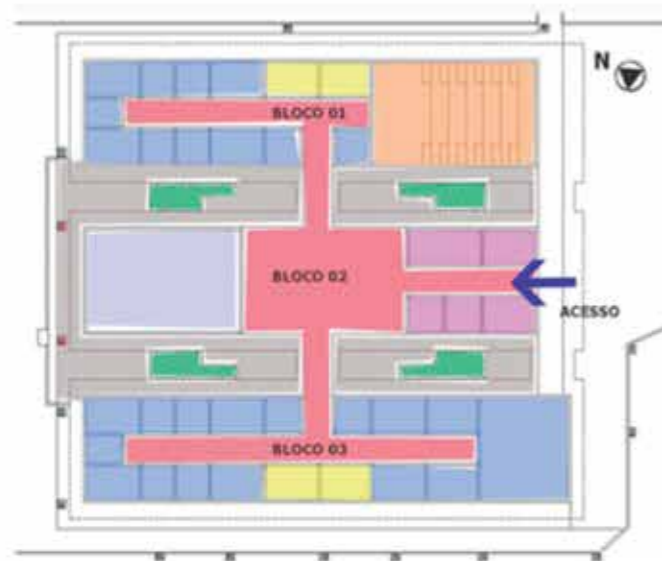
Escola Parque 210/211 Norte

Escola Parque 210/211 Norte, inaugurada em 1980, com projeto arquitetônico de Raul Frederico José Spinzi Molinas, que dialoga diretamente com a arquitetura das duas Escolas Parque inauguradas anteriormente: EP 313/314 Sul e EP 303/304 Norte. A principal diferença é a posição do auditório/teatro multifuncional e o teatro de arena, que nesta escola estão mais próximos do acesso principal à escola. Nas anteriores, estas dependências estão localizadas nos acessos secundários, ou laterais, diretamente ligados à área residencial, seguindo a proposta presente na Escola Parque 308 Sul.

Também vale destacar que o laboratório de informática nesta escola não ocupa a área destinada à biblioteca e sim uma sala de aula comum, resguardadas as alterações ocorridas ao longo dos tempos, dentre elas o fechamento de portas de acesso, que também foram transformadas em janelas. É forte a presença de impermeabilização do solo nesta escola, onde áreas destinadas ao contato com o verde e a flora, foram cimentadas numa proposta de higiene e controle do espaço educacional em detrimento da absorção da chuva pelo solo e manutenção do projeto original.

A área destinada às artes visuais referencia diretamente o Pavilhão de Artes Industriais presente na Escola Parque 308 Sul, sendo uma grande área com divisões envidraçadas, para atividades agrupadas por tema e professor. Evidencia-se que este ambiente atualmente encontra-se recompartimentalizado por meio de divisórias para adequação aos desejos docentes, sendo comum o desejo do professor de “possuir” o seu próprio lugar de trabalho, a “sua” sala de aula. O uso do pronome possessivo é bem comum no ambiente escolar.

A quantidade de quadras esportivas é menor que nas outras Escolas Parques, entretanto há um maior número de ambientes fechados dentro da estrutura edificada, destinados ao componente educação física. Nos últimos dez anos esta escola tem desempenhado projetos pedagógicos relevantes, que contaram com fomento financeiro e impacto na comunidade escolar, e sua marca registrada é uma revoada de pipas que acontece uma vez ao ano, celebrando um dos cartões postais da cidade que é o lindo céu brasiliense, já cantado e contado por tantos artistas.



Um posto de saúde que virou escola

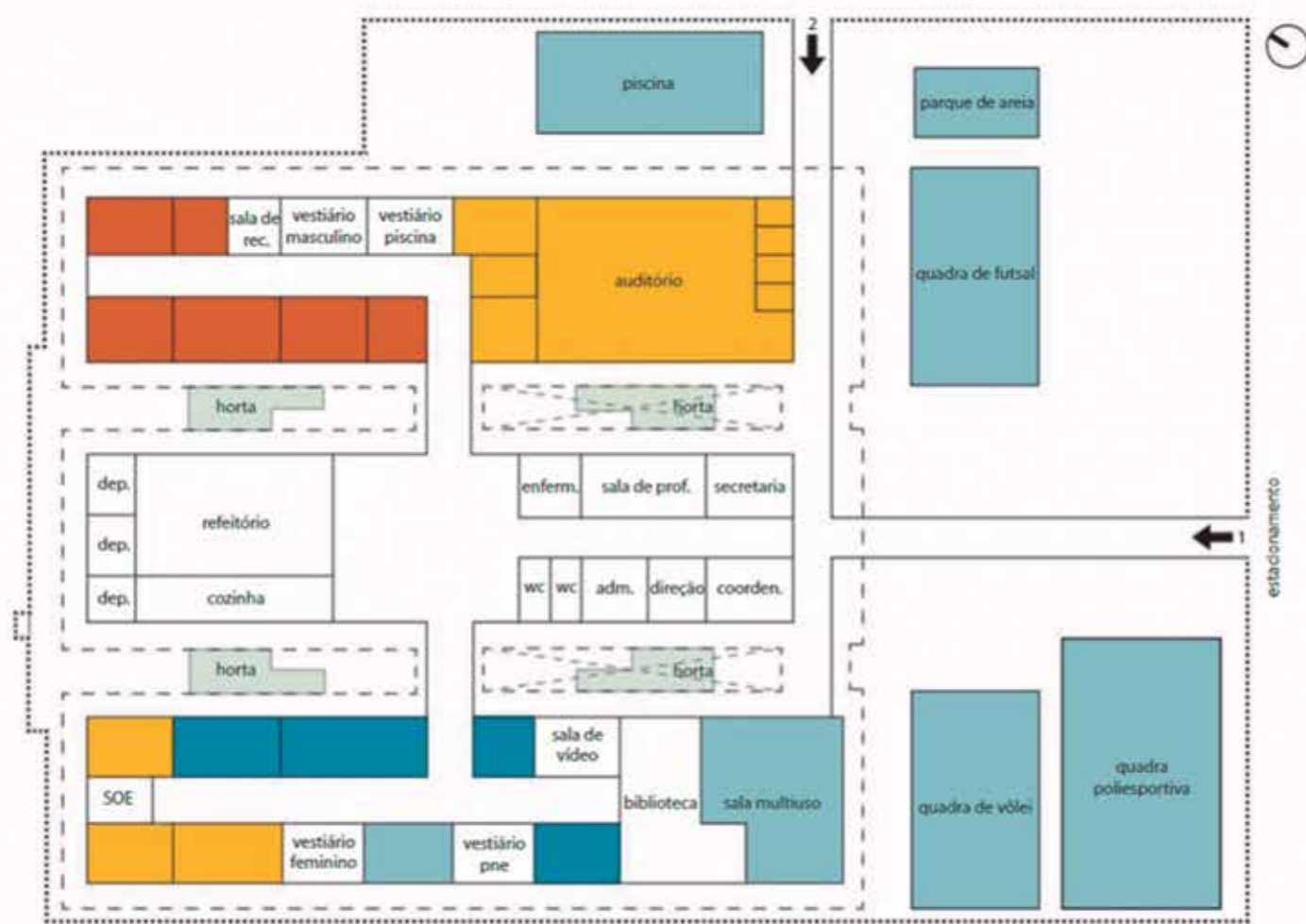
Escola Parque 210/211 Sul

A quinta Escola Parque de Brasília foi Inaugurada em 20 de novembro de 1992, denominada Escola Parque 210/211 Sul, com projeto de Maria Madalena Nogueira Israel, arquiteta da Fundação Educacional do Distrito Federal. Mas o edifício onde esta instituição funciona não foi projetado para o cotidiano escolar, ele foi projetado como um Posto de Saúde. Antes da inauguração, a comunidade local se mobilizou em prol da construção de uma escola e não de um posto de saúde. Portanto, o prédio original foi adaptado para o universo educacional.

Entretanto, até hoje traz as marcas da construção original, tendo ocorrido somente as adequações mínimas para o desempenho das atividades educacionais. Visitando a escola é possível conferir salas voltadas procedimentos simples de saúde, mas com requisitos óbvios, como revestimento em azulejo do chão ao teto, depósitos internos para almoxarifado imediato, além de a área destinada às salas de aula não seguirem os parâmetros comuns, utilizados para edifícios escolares.

Porém, a escola foi inaugurada e até o presente momento está em funcionamento. Ao longo dos anos e das gestões, foram ocorrendo outras adaptações que visaram à qualidade do trabalho desenvolvido e a contínua adequação do prédio ao modelo das outras quatro Escolas Parque, como por exemplo a construção de uma piscina, que foi inaugurada em 4 de outubro de 1997 e ainda funciona até os dias atuais. O auditório/teatro também sofreu alterações, tendo os seus dois banheiros da região da coxa transformados em camarins, mas ainda mantido seu revestimento em azulejos do chão ao teto. Este é o menor auditório, das cinco escolas, com capacidade para 165 pessoas.

Uma das últimas alterações do espaço foi a construção de cobertura com toldo desde a entrada do portão da escola até



- 1 entrada principal
- 2 entrada desativada
- artes visuais
- artes cênicas
- educação física
- música

a área coberta, visando proteger do sol e da chuva a comunidade escolar, além do reposicionamento de uma das três quadras para esta adequação. As grades receberam a aplicação de uma cobertura de metal, dificultando assim a visibilidade das atividades desempenhadas no perímetro escolar. Esta é a única escola que possui este tipo de isolamento visual, que não acontece se quer nas três escolas que possuem os muros de fechamento do prédio principal, explicitadas anteriormente.

Por ser a menor escola desta tipologia em funcionamento, no ano de 2017 esta escola está atendendo cerca de 200 alunos por turno, em regime de educação integral. Da prática educacional desempenhada neste ano, destaca-se a comunicação por meio das agendas dos alunos, diariamente são lidas e por vezes adicionados bilhetes, tarefa executada por parte dos educadores sociais.

Escolas Parque fora do Plano Piloto

Em 2014 foram criadas duas Escolas Parque em Brasília⁵², situadas fora do Plano Piloto da cidade. A primeira, Escola Parque Anísio Teixeira (EPAT), foi criada na região administrativa da Ceilândia⁵³ – RA IX. A segunda na região administrativa de Brazlândia – RA IV, denominada Escola Parque da Natureza de Brazlândia (EPNBRAZ). Nenhuma destas escolas contou com a edificação de um prédio escolar com as devidas preocupações para suas atividades. Tampouco, as especificidades de uma sala de aula voltada para o ensino de arte.

Em Ceilândia, a Escola Parque Anísio Teixeira está abrigada no prédio que ora funcionou a instituição SESI, o qual possui uma estrutura escolar, mas não uma estrutura escolar pensada e planejada para ser uma Escola Parque. Como o prédio já conta com alguns anos

52 Luciana de Maya possui um artigo que aborda estas escolas e suas formas de atendimento em seus primeiros anos de existência. Para maiores informações vide RICARDO, 2015.

53 Para compreender melhor, não só Ceilândia, mas Brasília e o Distrito Federal, participei do curso "Brasília como espaço de apropriação: memória, identidade e sustentabilidade", disponibilizado na oferta de 2016 pela EAPE/SEEDF/GDF. Para mais informações favor consultar a dissertação de mestrado de Tony Marcelo (OLIVEIRA, 2007) que aborda sobre a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) e a erradicação da Vila IAPI nas proximidades do Hospital Juscelino Kubstchek de Oliveira, onde hoje funciona o Museu Vivo da Memória Candanga.

de construção e uso, foram feitas reformas e adaptações voltadas à ocupação e funcionamento da nova Escola Parque. Entretanto, há de se confirmar que a estrutura física disponibilizada para a prática desportiva e ensino de educação física é o grande diferencial desta escola, contando com salas possíveis para o ensino da dança e um amplo ginásio multifuncional coberto. O que difere das demais Escolas Parque do Distrito Federal, onde todas as quadras e áreas voltadas à prática desportiva e ensino da educação física se dão a céu aberto, com exceção das aulas/oficinas de ginástica rítmica e dança.

Localizada numa região que já era habitada mesmo antes do surgimento do Plano Piloto de Brasília, a Escola Parque da Natureza de Brazlândia traz em sua identidade a preocupação ecológica e da educação em prol do cuidado com a natureza. Por estar localizada em uma das áreas que participa do cinturão verde brasiliense, respondendo por aproximadamente 15% da produção distrital. A escola funciona em um terreno que compreende um acesso a uma nascente e uma flora diversificada, dentre os exemplares ali existentes, há nativas do cerrado e árvores frutíferas. A seguir detalha-se um pouco mais sobre cada uma dessas escolas, entretanto não posso deixar de documentar a contradição existente entre os documentos oficiais da SEEDF quanto a existência destas escolas, pois no censo de 2014 (DISTRITO FEDERAL, 2017a) não consta a existências destas últimas, existindo apenas referência às cinco escolas desta tipologia no Plano Piloto da cidade.

Escola Parque Anísio Teixeira – Ceilândia

Em 2014 foram criadas duas Escolas Parque em Brasília, situadas fora do Plano Piloto da cidade. A primeira, Escola Parque Anísio Teixeira (EPAT) em Ceilândia – Região Administrativa (RA) IX, foi criada em publicação do Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) do dia 04/08/2014. Diferentemente das demais Escolas Parques existentes no Distrito Federal, a EPAT não funciona em regime de complementaridade com Escolas Classe, o que é comumente

descrito em Brasília como Escolas Tributárias, ou seja, Escolas Classe atendidas por uma Escola Parque.

A EPAT disponibiliza oficinas⁵⁴ diversas a estudantes da rede pública do sistema de ensino distrital, com o único requisito que é estar matriculado/cursando entre o 6º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio. O aluno tem direito de participar de três oficinas, sendo até duas de educação física. As oficinas ofertadas em 2º/2017 são: Educação Física – atletismo, basquete, esporte na areia (vôlei e futebol), fitness, futsal, ginástica rítmica para meninas, boxe, jiu jitsu, tênis de mesa, tênis de quadra, vôlei, xadrez; Artes – teatro, dança contemporânea, artes visuais, música (violão, violino, teclado, guitarra, instrumento de sopro, canto).

As oficinas compostas de carga horária dupla, aproximadamente 80 minutos, acontecem em grupos de três oficinas agrupadas em um único turno – matutino ou vespertino, uma vez que a escola não funciona no período noturno. O aluno, após adentrar a escola, não pode se ausentar antes do término do turno.

Quadro 9 – Quantitativo de alunos atendidos por semestre na Escola Parque Anísio Teixeira de Ceilândia.			
Fonte: EPAT / Cleber Cardoso Xavier, 2017.			
Ano	Semestre	Quantitativo de alunos atendidos	Média anual de alunos atendidos
2014	2º	936	936
2015	1º	1.126	1.230
	2º	1.333	
2016	1º	2.230	1.936
	2º	1.641	
2017	1º	1.983	1.890
	2º	1.796	

No quadro anterior são apresentados os números de alunos atendidos na EPAT. Percebe-se que a média não alcança 2.000 alunos, o que contrasta com a informação prestada pela Secretaria de Estado de Educação sobre a EPAT: “com sua inauguração em 2014, cerca de 1.200 estudantes passaram a ser atendidos. Ações estão sendo

54 Para maiores informações vide RICARDO, 2015.

empreendidas para que, em 2015, seis mil estudantes passem a ser atendidos em diversas atividades artísticas e desportivas” (DISTRITO FEDERAL, 2017b p.24). O que ainda fica mais dispare ao perceber a informação constante na Tabela 6 da mesma página onde informa, como resultado final do atendimento do ano de 2014, o montante de 1.600 alunos atendidos nesta escola.

TABELA 6
ESTUDANTES ATENDIDOS NAS ESCOLAS PARQUE DO DISTRITO FEDERAL

CRE	2011	2012	2013	2014
CRE/PPC	10.148	9.557	12.564	11.537
CRE/CEI	00	00	00	1.600
TOTAL	10.148	9.557	12.564	13.137

FONTE: GDF/SEDF/SUBEB/CEINT

Fonte: (DISTRITO FEDERAL, 2017b p.24)

Esta escola foi criada com o intuito de ofertar à população local parte dos serviços prestados na região do Plano Piloto de Brasília, como, por exemplo, as aulas ofertadas pelo Centro de Educação Profissional Escola de Música de Brasília (CEP-EMB). Entretanto, mesmo com o prefixo de Escola Parque esta escola não desempenha, como foi demonstrada, uma relação de complementaridade com outras escolas, como o faz as demais Escolas Parque do Plano Piloto de Brasília, tampouco oferta cursos à comunidade como o faz o CEP-BEM. Assim, a denominação desta escola, por si só já causa um estranhamento no que se pode esperar de sua funcionalidade e prestação de serviço.

Todavia, existe um viés socializante presente nesta escola, como também está presente na proposta anisiana de Escola Parque, que é a disponibilização de componentes curriculares como educação física e arte que não estavam presentes nas escolas, em seus respectivos contextos históricos. O fator complicador aqui é que o aluno já possui acesso a estes componentes na sua escola de origem e somente frequenta esta Escola Parque se for de seu interesse, não sendo uma oferta de educação formal regular.

Outro fator diferencial é o número de oficinas por linguagem e/ou modalidade. Percebe-se que somente há uma oficina de artes

visuais, teatro e dança no rol das ofertas do componente arte, enquanto são seis diferentes oficinas na linguagem música. Enfim, o interesse principal neste momento é disponibilizar ao leitor a existência desta escola e minimamente descrevê-la, não sendo o foco principal desta pesquisa. Esta é uma escola que atende sob demanda de público espontâneo que cumpre seu pré-requisito de matrícula, é gratuita e pública.

Escola Parque da Natureza de Brazlândia

Brazlândia é tida como a Região administrativa (RA IV) mais distante do Plano Piloto de Brasília. Na publicação do DODF de 09/09/2014 foi criada a Escola Parque da Natureza de Brazlândia (EPNBRAZ), localizada a aproximadamente 60 quilômetros de distância da primeira Escola Parque de Brasília, a Escola Parque 307/308 Sul. A EPNBRAZ ao contrário de todas as outras Escolas Parque brasileiras funciona em um imóvel alugado (BEZERRA, 2015), não edificado para funcionar uma escola, ou seja, é uma casa residencial onde funciona uma escola.

O imóvel passou por algumas adaptações⁵⁵, como a instalação de telas de proteção, mas a acessibilidade ainda é comprometida, uma vez que a secretaria da escola funciona no primeiro andar e o acesso só é possível por escada. Um dos pontos que podem ser denominados informalmente como “elefante branco” deste imóvel para o funcionamento de uma escola, é a banheira de hidromassagem existente em um dos quartos que foi resignificado para funcionar uma das áreas necessárias à escola.

Entretanto, focando noutros pontos e deixando de lado a questão do imóvel, que remete a realidade vivida por Anísio Teixeira nos idos de 1930 quando empreendeu inovações acerca dos edifícios escolares no Rio de Janeiro, passemos aos pontos descritivos dessa instituição. A escola foi criada no segundo semestre do ano de 2014 e já entrou em funcionamento no mesmo ano, de uma forma que posso considerar vivencial, ocorrendo a permanência do aluno

⁵⁵ O artigo de Luciana de Maya aborda estas adaptações e as práticas desempenhadas nesta escola nos seus primeiros anos, para mais informações vide RICARDO (2015).

durante um turno na escola, visando apresentar as possibilidades da mesma, ou seja, um “*day use*”. Seu quadro docente foi composto em sua maioria, de professores efetivos recém-concursados. Além de professores efetivos, é considerável o número de educadores sociais presentes na escola até o ano de 2017.

A escola vivencia desde sua criação um processo de experimentações organizacionais e pedagógicas, tanto em relação ao público atendido quanto a forma de atendimento, sempre levando em consideração as premissas do Currículo em Movimento da SEEDF. Já atuou em complementaridade com Escolas Classe no mesmo turno e em turno contrário, visando promover educação integral em tempo integral⁵⁶. Já atendeu demanda espontânea da comunidade, durante o ano de 2015.

Percebe-se nesta escola um interesse em se aproximar ao modelo de atendimento proposto para as demais Escolas Parque do Plano Piloto de Brasília, não levando-se em consideração a questão da unidade de vizinhança, mas a relação de complementaridade existente entre as instituições Escola Classe e Escola Parque, presente no conceito de Centro Educacional Elementar anisiano. Onde é proporcionada uma educação integral ao aluno a partir da vivência e relação destas duas tipologias escolares. No Quadro a seguir é possível conhecer alguns dados sobre a EPNBRAZ.

⁵⁶ Entretanto na pesquisa de BEZERRA (2015), é possível compreender uma inconsistência na estrutura desta proposta de tempo integral e permanência no ambiente da Escola Parque, a partir da transcrição: “Pra gente não faz diferença ser um programa a ou b, existe uma triagem e seleção das escolas, pela Secretaria, para parceria com a escola Parque, mas não foi em cima de projeto específico, se é de sete ou dez horas (...). Eles ficam duas horas conosco” (p.72).

Quadro 11 – Quantidade de escolas e alunos atendidos por ano pela Escola Parque da Natureza de Brazlândia (EPNB). Fonte: EPNB / Cleber Cardoso Xavier, 2017		
Ano	Quantidade de escolas atendidas	Quantidade de alunos atendidos
2014		3.000
2015	14 (CEI 02, Cenebraz, EC 01, EC 05, EC 08, EC Torre, EC Almécegas, CEF 02, Caic, EC Bucanhão, EC Incra 06, EC Incra 07, EC 01 Incra 08, CED 02 Irmã Regina)	1.500 sendo parte dos alunos comunidade e parte dos alunos ensino integral
2016	10 (CEF 03, EC Incra 07, CEF Vendinha, EC Incra 06, EC Incra 07, EC 01 Incra 08, EC torre, EC Chapadinha, CEF 02, EC Almécegas, EC 03)	1.200 alunos, sendo 561 do ensino integral
2017	7 (CEF 02, CEF 03, EC 03, CED 02 Irmã Regina, EC Incra 06, EC Incra 07, EC 01 Incra 08)	1.300

Por último, gostaria de documentar a preocupação quanto a realidade do ensino de arte e movimento na regional de Brazlândia, onde parte dos alunos são atendidos na Escola Parque da Natureza de Brazlândia, por professores licenciados, ou seja, especialistas em suas áreas de atuação, acompanhados por educadores sociais. Entretanto há nesta mesma regional, atendimento de alunos da rede pública, em regime de ensino integral, que permanecem todo o horário do contra turno somente com educadores sociais, tendo como único profissional licenciado e efetivamente servidor da SEEDF o coordenador da instituição. Refiro-me ao Pólo de Arte e Cultura de Brazlândia, onde coletei informações e imagens pessoalmente no ano de 2017.

Segundo o coordenador, ali atuam 15 educadores sociais que ministram duas aulas/oficinas por turno. O Pólo está em funcionamento desde o ano de 2016, foram atendidos mais de aproximadamente 1.030 alunos do 2º ao 5º anos do ensino fundamental, durante os períodos matutino e vespertino. Os alunos são provenientes da rede pública do sistema de ensino. Mesmo sendo um atendimento do regime de ensino integral as refeições ofertadas são simples (lanche pronto como biscoito e suco), pois o Pólo não conta com uma estrutura de cozinha e refeitório.

O atendimento é diferenciado para as escolas do campo e as escolas urbanas, sendo a carga horária de 2h e 4h respectivamente, uma vez por semana. No turno noturno é atendida a comunidade, com outro coordenador responsável. As escolas atendidas por este Pólo em 2017 são: EC Torre, EC Incra 06, EC Incra 07, EC 03, EC 07, EC 09, Caic, CEF 02, EC Chapadinha, CED Irmã Regina.



A busca por outras Escolas Parque

As escolas informadas anteriormente já são conhecidas e estão em pleno funcionamento. Entretanto, esta pesquisa está baseada na busca por informações sobre escolas que até então não eram mencionadas além de uma única vez, em um relatório oficial de 1960. A partir desta referência deu-se a investigação presente documentada. A seguir serão expostos os dados coletados sobre duas construções: Escola Parque de Campina Grande e Escola Parque de Belo Horizonte.

Escola Parque de Campina Grande

A solicitação de que fosse investigada a construção de uma Escola Parque em Campina Grande, foi um dos apontamentos nas considerações finais da dissertação de mestrado que defendi no ano de 2013. A informação foi encontrada no livro sobre os 70 anos do INEP (MENDONÇA, 2008, p.96). Assim, iniciamos as investigações *in loco*, no ano de 2015, na cidade de Campina Grande/PB. Até o momento foram efetuadas 03 visitas à cidade, as quais também foram desdobradas em visitas à cidade de João Pessoa, por ser a capital do estado, e possibilidade de lá existir diferentes documentos das possíveis fontes existentes na cidade de Campina Grande.

Campina Grande está situada longe do litoral, no agreste paraibano, entre o sertão e a zona da mata. O arraial que deu origem ao município data do final do século XVII. Muito rica culturalmente, a região conta com alguns museus, sítios arqueológicos, pólo de arte e cultura popular. Cientificamente a cidade também tem sua importância, ocupando um lugar de destaque no ranking do CNPQ quanto ao número de doutores a cada 100 mil habitantes, e por possuir um grande número de universidades e faculdades, além de ser um pólo de pesquisas e tecnologias. A cidade já ocupou o



Figura 9: Vistas internas do Arquivo Público Municipal (edifício da antiga cadeia da cidade), Campina Grande/PB. Acervo pessoal, 2015.



primeiro lugar no número de pós doutores por habitantes no ano de 2008 (UFCG, 2008).

O prédio da cadeia, ora construído no largo da Matriz na década de 1810, é hoje o Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande e serve também como sede do arquivo público municipal. É neste prédio que ficou preso Frei Caneca durante seu itinerário à cidade do Recife onde foi julgado pela participação na Confederação do Equador. Foi neste edifício que foi encontrada a maior contribuição de informações a respeito da Escola Parque de Campina Grande, o que mais a frente será apresentada. Na década de 1960 a cidade completou 100 anos de emancipação do município, época que foi um marco para a cidade. É neste período que foram intensificados os aportes de recursos do INEP destinados à Campina Grande.

Dumerval Trigueiro

Portanto, um ponto referencial a ser considerado quando encontramos uma cidade interiorana dentre somente capitais estaduais listadas para construções de Escolas Parque do INEP, há necessidade de verificarmos que o fator “político” é um diferencial na tomada de decisões. Não desmerecendo a importância e relevância desta cidade, porém a presença de Dumerval Trigueiro na equipe próxima a Anísio Teixeira, bem como os relatos que foram encontrados nos documentos pesquisados, corroboram para esta observação.

Em 1960 (A UNIÃO, 1960c, p.3), enquanto atuava como Supervisor do Ensino Complementar no INEP, Dumerval Trigueiro esteve em João Pessoa executando três palestras. Visando contextualizar o leitor, informamos que **Dumerval Bartolomeu Trigueiro** Mendes é filho de família paraibana, tendo somente nascido por venturas do destino na cidade de Cuiabá, devido à carreira profissional de seu pai. Cresceu em Campina Grande, e desempenhou diferentes atividades na área educacional, dentre elas: Secretário Municipal de Campina Grande, Diretor do Departamento de Educação do Estado da Paraíba, Supervisor da CAPES. A partir do momento que mantém sua proximidade com Anísio Teixeira, algumas ações desenvolvidas

REALIZAÇÕES DO INEP EXPANDEM A RÊDE ESCOLAR DA PARAÍBA

FALA A "A UNIAO" O PROF. DURMEVAL TRIGUEIRO SUPERVISOR DO ENSINO COMPLEMENTAR DAQUELE INSTITUTO

"FALANDO A "A UNIAO", ONTEM O PROFESSOR DURMEVAL TRIGUEIRO MENDES QUE ORA SE ENCONTRA NESTA CIDADE, DECLAROU:

"A minha vinda ao Nordeste ligou-se aos preparativos do XIV Congresso Nacional de Educação a realizar-se em julho, em São Paulo, sob os auspícios da Associação Brasileira de Educação com a colaboração do INEP e do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Essa grande reunião nacional de educadores obedecerá a um estilo original, primando pela objetividade dos estudos e a preocupação de eficácia. Cada Estado elaborará dois documentos: um contendo o levantamento de suas necessidades, de ordem quantitativa e qualitativa; e o outro, um programa educacional para o próximo quinquênio. Esses documentos abrangerão os ensinos primário, médio e superior. A segunda etapa dos trabalhos preparatórios será a realização de reuniões regionais em que se cotejarão os problemas dos vários Estados da mesma região, e sobre estes se fará um relatório geral. Finalmente, em julho, teremos pela fusão dos documentos regionais, a síntese dos problemas educacionais do país, apresentado com inteira objetividade e um plano de política educacional para o próximo quinquênio. Dada a

meu obstinado interesse pela Paraíba, realizando pelo meu Estado o que está ao meu alcance. Tenho do mudado apenas de front não descontinuí os meus esforços que não são menores hoje, como Supervisor do Ensino Complementar do INEP, Ministério da Educação, do que durante os cinco anos de minha gestão como Secretário da Educação e Reitor da Universidade da Paraíba. Não faço discriminação política e partidária e minha isenção tem sido compensada pela honrosa confiança com que pessoas de todas as cores partidárias têm procurado o meu modesto intermédio, naquele Ministério. Posso dizer, com certa alegria, que um terço do meu tempo é consagrado a assuntos da Paraíba, aos problemas de expansão de sua rede escolar, a interesses do Estado e dos seus Municípios, de seus Colégios e Escolas, das pessoas ligadas ao ensino

no, Alegria-me realmente, o fato de ter sempre oportunidade de servir a meu Estado e de esta declaração eu a faço sem qualquer interesse ou vaidade pessoal. Com efeito nem procuro nem aceitar nenhuma compensação política, ou outra qualquer por esforços realizados com a única preocupação de servir. Nos dois anos em que me encontro à frente do Ensino Complementar, foram construídas e equipadas cinco oficinas de artes industriais em João Pessoa, Campina Grande (duas), Patos e Guarabira e destinados auxílios financeiros aos cursos profissionais de Areia e Plancó. Fora do Ensino Complementar, empenhei-me junto ao meu grande amigo e ilustre brasileiro, Prof. Anísio Teixeira, para que fossem concedidos outros recursos à Paraíba destinados à construção de grupos escolares (particularmente em Campina Grande) e a outras formas de cooperação".

"Temos a promessa do Ministro Clovis Salgado e do Diretor do INEP de um grande auxílio para a construção do Instituto de Educação de Campina Grande. Essa obra aliás integrará um importante Centro Educacional contendo instituições escolares que vão desde ao Jardim de Infância aos Cursos de Formação de Professores. Será, provavelmente, um investimento de 50 milhões de cruzeiros — o maior decerto, já operado na Paraíba, nesse campo — para dotar aquela cidade que é uma verdadeira encruzilhada do Nordeste com um estabelecimento modelar, capaz de exercer influência sobre todo o interior da região. Se o Recife é um Centro Regional, o processo migratório que é polariza é diferente do de Campina Grande onde se verifica o fluxo espontâneo e consistente das populações sertanejas e interioranas de todos os Estados Nordesteiros".

Figura 10: Entrevista de Dumerval Trigueiro, João Pessoa/PB. Acervo pessoal, 2015.

pelo INEP passam a ter em seu escopo de implementações como destino a Paraíba e em especial o município de Campina Grande. Corroborando com este argumento, utilizamos o depoimento de Trigueiro publicado no Jornal A União (A UNIÃO, 1960d, p.8) que transcrevemos abaixo.

A minha vinda ao Nordeste liga-se aos preparativos do XIV Congresso Nacional de Educação a realizar-se em julho em São Paulo, sob os auspícios da Associação Brasileira de Educação com a colaboração do INEP e do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Essa grande reunião nacional de educadores obedecerá a um estilo original, primando pela objetividade dos estudos e a preocupação de eficácia. Cada estado elaborará dois documentos: um contendo o levantamento de suas necessidades, de ordem qualitativa e quantitativa; e o outro, um programa educacional para o próximo quinquênio. Esses documentos abrangerão os ensinos primário, médio e superior. A segunda etapa dos trabalhos preparatórios será a realização de reuniões regionais em que se cotejarão os problemas dos vários Estados da mesma região, e sobre estes se fará um relatório geral. Finalmente em julho, teremos, pela fusão dos documentos regionais, a síntese dos problemas educacionais do país, apresentado com inteira objetividade, e um plano de política educacional para o próximo quinquênio. Dada a autoridade da Associação promotora do Congresso — autoridade a que devem várias conquistas do nosso sistema educacional, inclusive a incorporação à Legislação do ensino e mesmo a textos constitucionais de algumas de suas reivindicações — será apresentado esse relatório como subsídio à plataforma do Governo que se instalará no próximo ano. Fui convidado pela Associação Brasileira de Educação para participar desse encontro de educação em São Paulo e para coordenar a elaboração do documento da Paraíba e participar da elaboração de um estudo sobre a educação, no Nordeste. Ambos os trabalhos vêm-se realizando em estreita cooperação com as autoridades estaduais, particularmente os Secretários de Educação dos Estados e com equipes de educadores e especialistas. No Recife o Centro Regional de Pesquisas Educacionais, dirigido pelo professor Gilberto Freire está encarregado de promover a reunião regional do Nordeste e coordenar as suas atividades; na Paraíba, além do Secretário de Educação e do Diretor do Departamento de Educação Dr. Antônio Botto e Pe. José Galvão, formaremos uma equipe integrada pelos Professores Milton Ferreira de Paiva, José Rafael de Menezes, José Pedro nicodemos, Daura Santiago Rangel, Afonso Pereira, Conceição de Freitas, Wilma Cardoso, Waldo Lima do Valle e Dr. Joaquim Ferreira Filho, além de vários outros professores universitários. Um dos tópicos mais importantes do relatório será o que se refere à formação de quadros: o estudo das relações entre o desenvolvimento da Paraíba e a formação daquelas pessoas para incumbir-se das tarefas determinadas por esse processo de expansão de sua

economia e de transformação de suas estruturas. Existe uma lamentável distância entre o nosso desenvolvimento, e o ensino de nossas escolas e as várias outras formas institucionais de formação de quadros. Cabe-nos precisá-lo e sugerir soluções. /// Realizações na Paraíba /// Desde que me transferi para o Rio, nem um só dia interrompi o meu obstinado interesse pela Paraíba, realizando pelo meu Estado o que está ao meu alcance. Tendo mudado apenas de front não descontinuí os meus esforços que não são menores hoje, como Supervisor do Ensino Complementar do INEP/Ministério da Educação do que durante os cinco anos de minha gestão como Secretário da Educação e Reitor da Universidade da Paraíba. Não faço discriminação política e partidária, e minha isenção tem sido compensada pela honrosa confiança com que pessoas de todas as cores partidárias têm procurado o meu modesto intermédio naquele Ministério. Posso dizer com certa alegria que um terço do meu tempo é consagrado a assuntos da Paraíba, aos problemas de expansão de sua rede escolar, a interesses do Estado e dos seus Municípios, de seus Colégios e Escolas, das pessoas ligadas ao ensino. Alegro-me realmente o fato de ter sempre oportunidade de servir a meu Estado e esta declaração eu a faço sem qualquer interesse ou vaidade pessoal. Com efeito, nem procuro nem aceitaria nenhuma compensação política, ou outra qualquer por esforços realizados com a única preocupação de servir. Nos dois anos em que me encontro à frente do Ensino Complementar foram construídas e equipadas cinco oficinas de artes industriais em João Pessoa, Campina Grande (duas), Patos e Guarabira e destinados auxílios financeiros aos cursos profissionais de Areia e Piancó. Fora do Ensino Complementar, empenhei-me junto ao meu grande amigo e ilustre brasileiro, Prof. Anísio Teixeira, para que fossem concedidos outros recursos à Paraíba destinados à construção de grupos escolares (particularmente em Campina Grande) e a outras formas de cooperação. Temos a promessa do Ministro Clovis Salgado e do Diretor do INEP de um grande auxílio para a construção do Instituto de Educação de Campina Grande. Essa obra, aliás, integrará um magnífico Centro Educacional contendo instituições escolares que vão desde ao Jardim de Infância aos Cursos de Formação de Professores. Será, provavelmente, um investimento de 50 milhões de cruzeiros – o maior, decerto, já operado na Paraíba nesse campo – para dotar aquela cidade, que é uma verdadeira encruzilhada do Nordeste com um estabelecimento modelar, capaz de exercer influência sobre todo o interior da região. Se o Recife é um Centro Regional, o processo migratório que êle polariza é diferente ao de Campina Grande onde se verifica o fluxo espontâneo e constante das populações sertanejas e interioranas de todos os Estados Nordesteiros.

Da fala de Trigueiro podem-se retirar alguns pontos que serão comentados. O primeiro deles é sobre a atuação política e funcional deste senhor na destinação de recursos do Inep ao estado

da Paraíba. Como também um dos pontos fortes para a presença de Campina Grande no *roll* das cidades escolhidas para receber a construção de uma Escola Parque, ao afirmar que “um terço do meu tempo é consagrado a assuntos da Paraíba, aos problemas de expansão de sua rede escolar” (A UNIÃO, 1960d, p.8).

O segundo ponto é sobre a sua atuação no Ensino Complementar do INEP, o qual proporcionou a construção dos Pavilhões de Artes Industriais em algumas cidades da Paraíba. Estes pavilhões eram destinados a ensino da Arte e assim dialogavam com o conceito de Escola Parque, quanto a sua estratégia de atendimento do alunado por meio de oficinas e formação cidadã, permitindo ao aluno o contato com a arte e conhecimentos que poderiam ser utilizados em sua formação profissional, ou pelo menos em sua formação mais integral dos conhecimentos até então disponibilizados na rede pública de ensino.

Quando Trigueiro se refere às cinco unidades construídas nas cidades paraibanas, sendo duas na cidade de Campina Grande, informamos que não era o foco de nossa pesquisa abordar tais construções, mas pela proximidade do assunto com o escopo da pesquisa, relatamos os dados coletados e traçamos relações entre os mesmos. Portanto, destacamos a informação sobre exposições de trabalhos manuais promovida na cidade de Campina Grande no ano de 1960 (A UNIÃO, 1960b, p.3) que contou com a presença do Secretário Estadual de Educação. As professoras que promoveram a exposição participaram de uma especialização do INEP (Rio de Janeiro) e atuavam nos pavilhões de artes industriais. Entretanto não encontramos nos documentos pesquisados, informações referentes a estes pavilhões de artes industriais em Campina Grande e sim em João Pessoa, o que vamos apresentar logo à frente visando não quebrar a seqüência lógica de raciocínio a partir da citação apresentada.

O terceiro ponto a ser explorado da fala de Trigueiro, anteriormente transcrita, é relativo à ampliação da rede escolar em Campina Grande, atuando também no seguimento do Jardim de Infância. Esta informação é corroborada pelo depoimento colhido da

professora Dra. Isolda Günther, professora do curso de Psicologia da Universidade de Brasília que relatou:

minha mãe era professora na cidade de Campina Grande. Naquela época, por volta do final da década de 1950, ela foi convocada a fazer um treinamento no Rio de Janeiro com o professor Anísio Teixeira e sua equipe. Quando voltou, auxiliou na implementação de um Parque Infantil em Campina Grande, uma espécie de Jardim de Infância, uma escola diferenciada, que não existia até aquele momento nenhuma igual na cidade. Este parque infantil ficava próximo ao hospital da cidade. Lá eram desenvolvidos trabalhos manuais, dentre eles eram desenvolvidas aulas de pintura. (XAVIER, 2015).

A partir destas duas fontes: Trigueiro e Günther, partiu-se em busca de alguma informação sobre esta escola – Parque Infantil ou Jardim de Infância – e se a mesma compunha a estrutura informada do Centro Educacional ou da Escola Parque campinense. Segundo Günther, a descrição geográfica do Parque infantil era próximo ao hospital universitário, no bairro São José. Esta informação é confirmada por meio do artigo de Hezrom Vieira e Jéssica Camêlo (LIMA & LIMA, 2014) que nos informam que existiu o Parque, ora denominado Parque Infantil Coelho Lisboa, onde funcionava uma creche e escola do curso primário. Encontramos a edificação onde funcionou o Parque. Os autores Lima & Lima em seu artigo relatam as alterações ocorridas ao longo das décadas no bairro campinense, sendo também possível compreender as alterações visíveis no edifício escolar.

O prédio escolar que ora abrigou o Parque Infantil, sofreu diversas reformas e modificações ao longo das décadas, mas ainda está edificado e funcional. Os muros estão mais altos e há outras dependências edificadas. A área destinada a prática esportiva e lúdica, como parque infantil já não mais existe. Conversando com a vizinhança, escutamos relatos que corroboram com o depoimento de Gunther. Entretanto não encontramos documentos comprobatórios de tais relatos. A seguir informamos a localização desta edificação escolar, visando corroborar a possíveis pesquisas posteriores sobre a história deste centro de educação infantil, tão importante para o primeiro contato do aluno com as áreas de conhecimento e principalmente para a prática artística e expressão humana, que foi

trabalhada há época de maneira lúdica e inédita na cidade, segundo nos foi relatado.

A região triangular formada pelo encontro das ruas Dom Pedro I, Dr. Chateaubriand e Carlos Chagas, compreende o espaço que hora funcionou o Parque Infantil. As coordenadas de geolocalização são: 7°13'35.8"S e 35°53'32.6"W. Na imagem ao lado podemos comprovar a localização e algumas imagens registradas no local, quando o visitamos.

O quarto ponto a ser explorado da fala de Dumerval Trigueiro é a informação de promessa do Ministro da Educação de construir na cidade de Campina Grande um Centro Educacional modelar, assim constituído – “Centro Educacional contendo instituições escolares que vão desde ao Jardim de Infância aos Cursos de Formação de Professores ... um investimento de 50 milhões de cruzeiros” (A UNIÃO, 1960d, p.8). O número de informações coletadas nos acervos em João Pessoa, reforçam o acerto na estratégia adotada de não focar a pesquisa somente aos arquivos da cidade destino da Escola Parque.

A cidade de Campina Grande conta em sua história com um momento de destaque neste período da pesquisa, não só com os aportes financeiros destinados à educação, como também à urbanização da cidade. O Plano de urbanização do açude velho foi elaborado pelos escritórios Burle Marx do Rio de Janeiro e premiado com medalha de ouro na capital da república e teve como co-autor Wit Olaf Prochinick (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1960b, p.3).

No final da década de 1950 e início da década de 1960 foram assinados convênios entre o Estado da Paraíba e o INEP para construção e implantação de instituições de ensino nas cidades deste Estado. Em Campina Grande foram visitados as seguintes instituições: Arquivo Público Municipal; Edifício do Parque Infantil Coelho Lisboa; Biblioteca Átila de Almeida; Escola Municipal de Ensino Fundamental Anísio Teixeira; Museu Histórico e Geográfico; Secretaria Municipal de Planejamento; Secretaria Municipal de Cultura; Teatro Municipal Severino Cabral.

Na biblioteca de obras raras Átila Almeida, situada na Universidade Estadual da Paraíba em Campina Grande, encontramos



uma informação veiculada no dia 19 de janeiro de 1960, no Diário da Borborema, sobre a construções escolares em Campina Grande. Transcrevemos a matéria a fim de discutí-la.

Amir Gaudêncio ao Diário: Campina Grande terá muito em breve o seu artesanato – Centro de educação primária e complementar – Restabelecido o convênio como Instituto do Cinema educativo – Grupos Escolares em Convênio com o INEP – Prestígio do Prefeito Severino Cabral no Rio – Outras reivindicações vitoriosas. – Regressou do Rio de Janeiro ontem, o sr. Almir Gaudêncio, secretário de educação e cultura deste município e figura largamente conhecida em nossos meios políticos e sociais. – O sr. Almir Gaudêncio, como foi noticiado, esteve na capital da república a trato de interesses da pasta que dirige, tendo viajado em companhia do prefeito Severino Cabral. – Ouvido pela nossa reportagem, o jovem titular da diretoria de educação desta comuna, disse: “sem dúvida que considero vitoriosa a minha viagem à capital da república. Graças ao prestígio do prefeito Severino Cabral nas altas esferas federais, assim, como do grande interesse, boa vontade e desprendimento do professor Dumerval Trigueiro, um autêntico representante da Paraíba no Ministério da Educação e Cultura, pude concretizar e encaminhar diversas reivindicações ligadas à Diretoria que dirijo: 1 – um Centro de Educação Primária e Complementar, com 10 oficinas de arte, orçado em quatro milhões de cruzeiros, a ser iniciado e concluído este ano. O referido Centro terá como objetivo primordial a iniciação dos jovens campinenses no artesanato, 2 – O Centro Brasileiro de Pesquisas Edu – (continua na 4ª página) – letra E (...) P.4 – E – cacionais irá estruturar adequadamente os serviços educacionais da municipalidade, 3 – O INEP (Instituto Nacional de Ensino Primário) construirá, através de convênios com o município, quatro grupos escolares no quadriênio do Prefeito Severino Cabral. Essas unidades escolares terão oito salas de aula, isto é, quatro salas a mais do que hoje foram construídas, 4 – Restabelecido o convênio com o Instituto Nacional do Cinema, que há muito vinha funcionando com irregularidade. Não poderia deixar de ressaltar quando me refiro ao INC, ao espírito público que encontrei na pessoa de seu diretor, o dr. Pedro Gouveia.” (...) Antes de concluir a sua entrevista, mais uma vez, o sr. Almir Gaudêncio fez questão de frizar que as reivindicações foram concretizadas graças a intervenção do prof. Dumerval Trigueiro (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1960a p.8).

O Diretor de Educação e Cultura de Campina Grande, Amir Gaudêncio, em sua fala, reforça a importância da presença de Dumerval Trigueiro no INEP para as demandas de educacionais de Campina Grande. Reporta a construção, ainda no ano de 1960, de um Centro de Educação Primária e Complementar que proporcionará 10 oficinas de arte, com objetivo de iniciar o alunado ao artesanato, ou

seja, trabalhos manuais. Esta informação corrobora a interpretação de que este seja o Centro que, de maneira diferenciada, é interpretado como sendo uma Escola Parque em Campina Grande, já que logo a frente em sua fala, Gaudêncio informa que serão construídos quatro grupos com oito salas cada um. Aqui também se percebe a relação do grupo escolar como sendo uma possível Escola Classe. Traçamos então a relação 1 Centro x 4 grupos como uma nova nomenclatura da relação 1 Escola Parque x 4 Escolas Classe.

Outro ponto a ser considerado, é o valor orçado para a construção do Centro de Educação – Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros). Este valor é menor que 10% do valor informado por Trigueiro em sua fala ao jornal A União em 19 de abril de 1960. Assim, apontamos uma hipótese: O Centro referido por Trigueiro corresponde a um Centro Regional de Pesquisas Educacionais e o Centro referido por Gaudêncio é uma Escola Parque. Esta hipótese é corroborada pela fala de que os serviços educacionais em Campina Grande serão estruturados pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, mesma relação implementada quanto ao Centro Educacional Carneiro Ribeiro (Escola Parque) em Salvador. Por último ressaltamos a presença dos convênios assinados entre o INEP e municípios e estados para desenvolvimento de ações, como a presença do Instituto Nacional do Cinema Educativo. Cronologicamente, este é o dado mais antigo que encontramos sobre a construção de um Centro Educacional ou Escola Parque em Campina Grande.

Dentre os materiais consultados no Arquivo Público Municipal de Campina Grande, a principal fonte de dados foi o Semanário Oficial que se encontra encadernado em livros de capa dura, organizado cronologicamente e possui quase todos os semanários publicados a época, pois constatamos a falta do exemplar de número 305. Assim, foi possível constatar relatos e leis que citam a construção do Centro Modelo de Educação de Base, que abrange o conceito de Centro de Educação Elementar e se aproxima do conceito de Centro Regional de Pesquisas Educacionais, tendo como objetivo atender ao sistema municipal de educação como também servir como centro de formação de professores e aperfeiçoamento do magistério. Esta última premissa está alinhada ao pensamento anisiano expresso em

seu discurso de posse no Inep, quando anuncia o desejo de que o Inep se torne “o centro de inspirações do magistério nacional para a formação daquela consciência educacional comum que, mais do que qualquer outra força, deverá dirigir e orientar a escola brasileira” (TEIXEIRA, 1952, p. 9).

As referências encontradas nos acervos de Campina Grande, quanto à construção desse Centro, foram encontradas no Semanário Oficial, que funciona como um Diário Oficial do Município. O primeiro dado foi encontrado no semanário de número 216, do dia 28 de maio de 1960, e consistia numa solicitação à Câmara de Vereadores para autorização de abertura de crédito no montante de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para aquisição de compra de terreno a ser doado para o Ministério da Educação e Cultura para construção do Centro Modelo de Educação de Base⁵⁷. Transcrevemos alguns trechos deste documento para tecer considerações.

Junto ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, conseguiu o Prefeito, através do ilustre campinense dr. Dumerval Trigueiro, digno auxiliar do Professor Anísio Teixeira, a construção em Campina Grande de um Centro Modelo de Educação de Base, destinado à educação da Juventude e à formação e especialização do Magistério Primário. (...) Em entendimento com as Autoridades Federais do Ensino a Chefia do Executivo Municipal obteve o valioso apoio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos para o fim de ser construído em Campina Grande importante estabelecimento de ensino, de graus Elementar e Médio, visando à Educação da Juventude à formação e especialização do Magistério Primário. /// Com o objetivo de dar andamento às providências para a concretização dos entendimentos realizados, veio a esta cidade o Professor Dumerval Trigueiro, Diretor da Divisão do Ensino Complementar do Ministério da Educação e Cultura, credenciado para a escolha do terreno, onde será edificado o referido estabelecimento, e a exposição de todas as suas finalidades culturais, fato que ocorreu em abril p. passado. /// Trata-se na verdade de um Centro Modelo de Educação de Base, cujo projeto prevê, em sua estruturação, uma Escola de Professores, Jardim de Infância, uma Escola de Aplicação e Internato para Estágio de Professores provenientes de outros municípios, representando o primeiro estabelecimento edificado no Nordeste e o quinto no Brasil, com um custo total estimado em Cr\$ 50.000.000,00. ///

⁵⁷ Outras fontes foram consultadas, visando encontrar dados diferenciados ou que corroborassem com os já encontrados. A biblioteca de obras raras Átila de Almeida, localizada nas dependências da Universidade Estadual da Paraíba, em Campina Grande, possui uma coleção de jornais, dentre eles o Diário da Borborema. Na edição de 29/05/1960, encontramos um relato sobre “mensagem do prefeito à Câmara P/ - abertura de crédito de 2 milhões de cruzeiros para aquisição de terreno. Mensagem enviada em 27/05/1960” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1960c p.4).

SEMANÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE — ESTADO DA PARAÍBA
Administração do Prefeito Severino Cabral

ANO IV

Campina Grande, 28 de Maio de 1960

Num. 216

Centro Modelo de Educação de Base uma Conquista do Governo Cabral

Mensagem à Câmara solicitando autorização para abertura do crédito de Cr\$ 2.000.000,00 para compra do terreno — O primeiro estabelecimento do gênero, no Nordeste—Será construído pelo INEP — Funcionamento da Faculdade de Ciências Econômicas —

Entre os principais problemas do Município, um existe ao qual tem dedicado particular atenção o Prefeito Severino Cabral, promovendo ações no sentido do seu melhoramento na área municipal.

Reportamo-nos ao problema da educação, que tem merecido tratamento especial, por parte do Chefe do Executivo, preocupado em dotar Campina Grande de uma rede de estabelecimentos de ensino dos diversos graus, à altura do progresso da cidade e das solicitações do nível cultural de seu povo.

Como é sabido, o Prefeito Severino Cabral, há poucos dias, entrou em entendimento com a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT), para o fim de encaminhar, em colaboração com a Diretoria daquela Entidade, o processo de Fiscalização, Prévias e Reconhecimento Oficial pelo Ministério da Educação e Cultura, da "Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande", criada pela Lei Municipal n. 521, de 1.º de julho de 1955, estudando e propondo as medidas necessárias ao mais breve funcionamento da referida Escola Superior, em regime de administração e manutenção sob a responsabilidade da FUNDACT e em cooperação com o Governo do Município.

CENTRO MODELO DE EDUCAÇÃO DE BASE

Junto ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, conseguiu o Prefeito, através do Ilustre representante do Dornival Tri-

gueiro, digno auxiliar do Professor Anísio Teixeira, a construção em Campina Grande de um Centro Modelo de Educação de Base, destinado à educação da Juventude e à formação e especialização do Magistério Primário.

Em data de 27 do corrente, o chefe da edilidade encaminhou à Câmara de Vereadores, solicitando sua aprovação, a Mensagem e Projeto de Lei que vão abaixo publicados, solicitando abertura de crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para aquisição do terreno onde será edificado o referido estabelecimento de ensino.

MESSAGEM

Foi a seguinte a mensagem encaminhada à Câmara pelo Prefeito Severino Cabral:

Em 27 de Maio de 1960
Sr. Presidente:

Em entendimentos com as Autoridades Federais do Ensino a Chefe do Executivo Municipal obteve o valioso apoio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos para o fim de ser construído em Campina Grande importante estabelecimento de ensino, de graus Elementar e Médio, visando à Educação da Juventude à formação e especialização do Magistério Primário.

Com o objetivo de dar andamento às providências para a concretização dos entendimentos realizados, vejo a esta cidade o Professor Dornival Trigueiro, Diretor da Divisão do Ensino Complementar do Ministério da Educação e Cultura, credenciado para a escolha do terreno, onde

será edificado o referido estabelecimento, e a exposição de todas as suas finalidades culturais, fato que ocorreu em abril p. passado.

Trata-se, na verdade, de um Centro Modelo de Educação de Base, cujo projeto prevê, em sua estruturação, uma Escola de Professores, Jardim de Infância, uma Escola de Aplicação e Internato para Estágio de Professores provenientes de outros municípios, representando o primeiro estabelecimento edificado no Nordeste e o quinto no Brasil, com um custo total estimado em Cr\$ 50.000.000,00.

Esclareço, outrossim, que da importância mencionada no item já se encontram liberados, no Ministério de Educação e Cultura, Cr\$ 20.000.000,00, para aplicação no início das obras, dependente, entretanto, da doação do terreno até o mês de junho deste ano, colaboração a que terá de se obrigar a Municipalidade a fim de que aquela iniciativa seja concretizada.

Na certeza da aprovação desta Colenda Câmara ao Projeto de Lei que acompanha esta Mensagem, visando aos fins acima expostos, antecipa a V. Excia. e aos demais Senhores Vereadores os meus melhores agradecimentos.

SEVERINO CABRAL — Prefeito.

PROJETO DE LEI N.

Autoriza abertura de crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para aquisição de terreno destinado à construção do Centro Modelo de Educação de Base de Campina Grande.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, faz saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte

LEI

Art. 1. — Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir crédito especial até a importância de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinado à aquisição de terreno para a construção do Centro Modelo de Educação de Base de Campina Grande.

Art. 2. — O terreno adquirido de acordo com a presente LEI será doado ao Ministério de Educação e Cultura, através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, responsável pela construção do Centro Modelo a que se refere o art. anterior, ficando o Prefeito igualmente autorizado a promover a doação do referido terreno.

Art. 3. — Se dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da escritura de doação, o Centro Modelo de Educação de Base, não tiver a sua construção projetada e iniciada nesta cidade, o terreno de que trata esta Lei reverterá, automaticamente, ao Patrimônio Municipal.

Art. 4. — Revogada as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campina Grande, em 27 de maio de 1960.

SEVERINO CABRAL — Prefeito.

Esclareço, outrossim, que da importância mencionada no item já se encontram liberados, no Ministério de Educação e Cultura, Cr\$ 20.000.000,00, para aplicação no início das obras, dependente, entretanto, da doação do terreno até o mês de junho deste ano, colaboração a que terá de se obrigar a Municipalidade a fim de que aquela iniciativa seja concretizada. (...) LEI /// Art. 1 - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir crédito especial até a importância de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinado à aquisição de terreno para a construção do Centro Modelo de Educação de Base de Campina Grande. /// Art. 2 - O terreno adquirido de acordo com a presente LEI será doado ao Ministério de Educação e Cultura, através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, responsável pela construção do Centro Modelo a que se refere o art. anterior, ficando o Prefeito igualmente autorizado a promover a doação do referido terreno. /// Art. 3 - Se dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da escritura de doação, o Centro Modelo de Educação de Base, não tiver a sua construção projetada e iniciada nesta cidade, o terreno de que trata esta Lei reverterá, automaticamente, ao Patrimônio Municipal (CAMPINA GRANDE, 1960a, p. 1).

O empenho do prefeito Severino Cabral "em dotar Campina Grande de uma rede de estabelecimentos de ensino dos diversos graus" (CAMPINA GRANDE, 1960a, p.1) denota a diversidade de estabelecimentos que serão construídos na cidade, e provavelmente com aportes do INEP. Vale lembrar o que expusemos anteriormente - sobre os dois Pavilhões de Artes e a Exposição de Trabalhos Manuais noticiados no Jornal A União em João Pessoa, o que acreditamos já fazem parte desta dotação proposta para Campina Grande (A UNIÃO, 1960b, p.3).

A destinação do Centro era "à educação da Juventude e à formação e especialização do Magistério Primário", tratando-se de "uma Escola de Professores, Jardim de Infância, uma Escola de Aplicação e Internato para Estágio de Professores provenientes de outros municípios" (CAMPINA GRANDE, 1960a, p. 1), sendo esta descrição muito próxima da encontrada na Escola Parque de Belo Horizonte que será a frente exposta.

A informação de que Dumerval Trigueiro esteve na cidade no mês de abril de 1960 (CAMPINA GRANDE, 1960e, p. 3) e escolheu a área a ser desapropriada para a construção, corrobora quanto ao fator político empenhado no aporte dos recursos, bem como a ativa atuação do INEP na implantação deste Centro. Bem como a necessidade de iniciar as obras rapidamente, tanto pela volatilidade

Figura 11: Notícia sobre a construção de um Centro Educacional em Campina Grande - Semanário Oficial, Campina Grande/PB. Acervo pessoal, 2015.

Figura 12: Notícia sobre Exposição de trabalhos manuais provenientes dos Pavilhões de Artes Industriais em Campina Grande, João Pessoa/PB. Fonte: A União (1960), reprodução do autor, 2016.

Trabalhos Manuais: Exposição Inaugurada em Campina Grande

O secretário da Educação e Cultura, professor Pedro Nicodemos, empreendeu uma viagem ontem a Campina Grande, onde desenvolveu intensa atividade. Inaugurou a Exposição de Trabalhos Manuais, executada pelas professoras que fizeram, recentemente, um Curso de Especialização no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Essas profes-

soras foram contratadas para ministrar as aulas nas Oficinas de Artes Industriais, que compreendem uma rede de estabelecimentos na Capital e em várias cidades do interior.

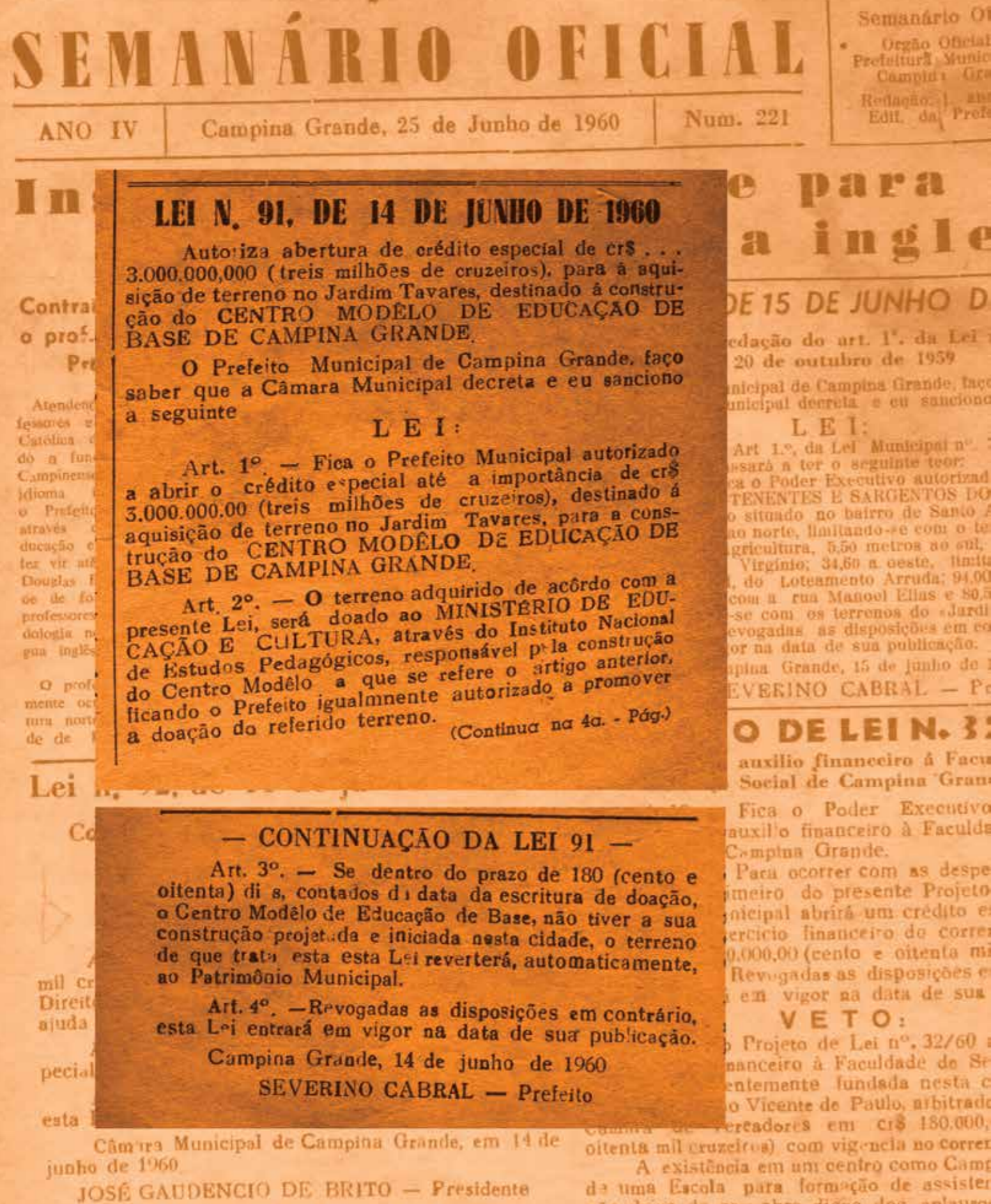
A exposição foi instalada nas salas da Escola Técnica de Comércio Municipal, e vem sendo muito visitada.

O secretário Pedro Nicodem

os visitou ainda, nessa sua viagem a Campina Grande vários estabelecimentos de ensino, tomando contato com as suas diretorias, e inteirando-se de seus problemas, a fim de adotar as providências devidas para o seu funcionamento.

Em companhia do titular da pasta da Educação, viajou o professor Raul Córdula,

Figura 13: Lei Nº 91 de 14 de junho de 1960 - Semanário Oficial de Campina Grande/PB. Acervo pessoal, 2015.



Em agosto do mesmo ano é publicado o Decreto de Nº 37, de 25 de julho de 1960, que versa sobre a desapropriação para utilidade pública e dá outras providências quanto a um terreno do bairro Jardim Tavares na cidade de Campina Grande, que será doado ao INEP, destinado à construção de um Centro Educacional. A área do terreno está assim localizada:

confontrando-se ao norte numa extensão de 131 metros com a Avenida Marechal Floriano, ao sul com o prolongamento da Rua 11 de Junho, numa extensão de 242 metros, no leste com a Avenida Tavares Cavalcanti, numa extensão de 272 metros e a oeste com o prolongamento da Rua Lindolfo Montenegro numa extensão de 282 metros (CAMPINA GRANDE, 1960d, p. 3).

A partir dos dados transcritos, investigamos juntamente com a equipe da Secretaria Municipal de Planejamento de Campina Grande – Seplam, sobre a localização informada no Decreto de Nº 37, de 25 de julho de 1960. Foram dias de investigação nesta Secretaria com o objetivo de encontrar a localização das coordenadas do terreno desapropriado. Partindo dos nomes das ruas e do bairro, consultamos a documentação de geolocalização atualizada, retroagindo nos arquivos até as cartografias da década de 1940. Algumas das ruas citadas foram encontradas, e mesmo com o apoio e presteza da equipe da Seplam, não conseguimos delimitar a área destinada à construção do Centro. Ao longo da história de uma cidade, muitas ruas tem seus nomes modificados, conforme podemos perceber ao longo das edições do Semanário Oficial (CAMPINA GRANDE, 1962c, p.2).

Um possível perímetro traçado a partir das coordenadas transcritas compreende a área onde acontece a grande feira da cidade, uma região de importância histórica quanto a economia, arquitetura, cultura e sociedade deste município. Entretanto, não há nenhum relato de construção de um Centro Educacional nesta área, tampouco identificamos alguma construção próxima ao que se espera de um Centro, visitando todos os lotes dos quarteirões que compreendem o possível perímetro traçado juntamente com a equipe da Seplam.

Uma última referência a construção do Centro Modelo de Educação de Base é feita no Requerimento Nº 401/61 da Câmara

Decreto n. 33, de 18 de julho de 1960**Abre crédito especial de cr\$ 500.000,00 e dá outras providências**

O Prefeito Municipal de Campina Grande, usando de suas atribuições e, de acordo com a Lei n.º 108 de 14 de julho de 1960,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aberto o crédito especial de cr\$ (500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), de conformidade com a Lei n.º 108 de 14 de julho de 1960, destinado à complementação da verba já autorizada para a compra de um terreno a ser doado ao INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, para construção do CENTRO MODELO DE EDUCAÇÃO DE BASE.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário, Campina Grande, 18 de julho de 1960

SEVERINO CABRAL — Prefeito

Decreto N. 36, de 23 de julho de 1960

Considera extranumerários as professoras e demais funcionários contratados desta Prefeitura.

O Prefeito Municipal de Campina Grande, usando das suas atribuições e de acordo com o que dispõe a Lei n.º 301, de 9 de julho de 1952,

DECRETA:

Art. 1.º — São considerados extranumerários, com direitos a todas as vantagens atribuídas a essa categoria de servidores, todas as professoras e demais funcionários contratados, desta Prefeitura.

Art. 2.º — Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande, 23 de julho de 1960

SEVERINO CABRAL — Prefeito

Decreto N. 34, de 18 de julho de 1960

Reverte ao Patrimônio Municipal terreno doado de acordo com a Lei n.º 22 de maio de 1957, ao Serviço de Agricultura.

Figura 14: Decreto**Nº 33 de 18 de julho****de 1960, e Nº 37 de****25 de julho de 1960 -****Semanário Oficial de****Campina Grande/PB.****Acervo pessoal, 2015.**

de Campina Grande, em 22 de maio de 1957, para o uso do Serviço de Agricultura.

Art. 1.º — O terreno medindo 10 mil novecentos e dezesseis metros quadrados de propriedade da Prefeitura, situado em Lagôa Seca, é revertido ao Patrimônio Municipal nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 4, de 1957.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário, Campina Grande, 18 de julho de 1960

SEVERINO CABRAL

Decreto N. 35, de 23 de julho de 1960

Desapropria de terreno para utilidade pública e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Campina Grande, usando de suas atribuições que lhe são conferidas nos artigos 2 e 5 da Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública para efeito de desapropriação uma área de terreno localizada no «Jardim Tavares», desta cidade, confrontando-se ao norte numa extensão de 131 metros com a Avenida Marechal Floriano; ao sul com o prolongamento da Rua 11 de Junho, numa extensão de 242 metros; ao leste com a Avenida Tavares Cavalcanti, numa extensão de 272 metros e a oeste com o prolongamento da Rua Lindolfo Montenegro numa extensão de 282 metros.

Art. 2.º — O terreno mencionado no artigo anterior será doado pela Prefeitura ao Ministério de Educação e Cultura através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, para construção de um Centro Educacional.

Art. 3.º — Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande, 23 de julho de 1960

SEVERINO CABRAL — Prefeito

Decreto n. 37, de 25 de julho de 1960**Desapropria para utilidade pública e dá outras providências**

O Prefeito Municipal de Campina Grande, usando das atribuições que lhe são conferidas nos artigos 2 e 5 da Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública para efeito de desapropriação uma área de terreno localizada no «Jardim Tavares», desta cidade, confrontando-se ao norte numa extensão de 131 metros com a Avenida Marechal Floriano; ao sul com o prolongamento da Rua 11 de Junho, numa extensão de 242 metros; ao leste com a Avenida Tavares Cavalcanti, numa extensão de 272 metros e a oeste com o prolongamento da Rua Lindolfo Montenegro numa extensão de 282 metros.

Art. 2.º — O terreno mencionado no artigo anterior será doado pela Prefeitura ao Ministério de Educação e Cultura através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, para construção de um Centro Educacional.

Art. 3.º — Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande, 25 de julho de 1960

SEVERINO CABRAL — Prefeito

dos Vereadores de Campina Grande, de autoria do vereador Aldino Gaudêncio de Brito, que solicita congratulações ao Diretor do Inep, Dumerval Trigueiro "pela brilhante atuação junto ao presidente Jânio Quadros no sentido de que fosse aprovada a construção do CENTRO MODELO DE EDUCAÇÃO DE BASE" (CAMPINA GRANDE, 1962, p. 1-4).

Porém, a partir de informações coletadas no Semanário Oficial quanto a construção de um teatro municipal neste mesmo período, que contava com uma área destinada a uma escola de artes, despertou-nos a atenção. O recurso proveniente do Ministério da Educação e Cultura poderia ser utilizado tanto para uma rubrica quanto para outra, por se tratar de um agrupamento de áreas no mesmo Ministério.

Assim, traçou-se a hipótese de ter sido redirecionado o recurso da construção do Centro para uma outra obra, mas mantendo minimamente o mesmo fim, a emancipação da cidadania por meio da educação e da cultura. Bem como foram encontradas informações sobre uma Escola de Artes, a futura instalação de faculdades: Faculdade de Arquitetura e Faculdade de Belas Artes; e a possível federalização das escolas, tudo isso ocorreu próxima às datas relacionadas às informações do Centro Educacional que comporia diversos níveis de formação, conforme já informado.

Teatro Municipal Severino Cabral

Quando Dumerval Trigueiro esteve em Campina Grande, no mês de abril de 1960, explicitou que sua intenção era de escolher o terreno para construção do Centro e "a exposição de todas as suas finalidades culturais" (CAMPINA GRANDE, 1960a, p. 1), compreendendo a cultura por um viés educacional e de formação cidadã.

No Semanário Oficial, Nº 310 de 28 de abril de 1962 (CAMPINA GRANDE, 1962b p.1-3), encontra-se o edital de concorrência pública para Construção do Teatro Municipal de Campina Grande. O edifício do Teatro está dividido em cinco pavimentos e

SEMANÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE - ESTADO DA PARAÍBA
Administração do Prefeito Severino Cabral

ANO V

Campina Grande, 21 de Outubro de 1961

Num. 284

Lei n. 95, de 10 de outubro de 1961

Autoriza o Prefeito Municipal a organizar a Faculdade de Arquitetura e Belas Artes de Campina Grande e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Campina Grande, faz saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º.—Fica o Prefeito Municipal autorizado a organizar e fazer funcionar, dentro da legislação federal respeitante, a Faculdade de Arquitetura e Belas Artes de Campina Grande.

Art. 2º.—Para o cumprimento do disposto no art. 1º desta Lei, o Executivo Municipal fica igualmente autorizado a criar tantos cargos de professor padrão K-7 quantos forem exigidos pela legislação federal para a regência das cadeiras constantes dos cursos de Arquitetura e Belas Artes, da Faculdade a ser organizada.

Parágrafo único.—O pessoal administrativo será admitido como extranumerário mensalista ou transferido dos quadros do pessoal da Prefeitura para prestar serviços na Faculdade.

Art. 3º.—Dentro de 90 (noventa) dias contados da data desta Lei, o Prefeito Municipal designará uma Comissão, sob a presidência do Diretor de Educação e Cultura do Município, composta de um representante

(Continua na 4ª. página)

TUBRO DE 1961

obrado do Centenário e dá
elias

ocado em primeiro lugar, obrigando-se a divulgar
obrado vencedor.

8º.—Será aberto o crédito de Cr\$ 50.000,00
(mil cruzeiros) para ocorrer com as despesas
neste nos exercícios financeiros de 1962/63.

9º.—Esta Lei entrará em vigor na data de
sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campina Grande, 10 de outubro de 1961

SEVERINO CABRAL—Prefeito

Lei n. 95, de 10 de outubro de 1961

O Prefeito Municipal a organizar a
Faculdade de Arquitetura e Belas Artes de Campina Grande e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Campina Grande, faz saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte

L E I

Lei n. 95, de 10 de outubro de 1961

Conclusão da 1ª. pag.

de cada uma das seguintes entidades: Escola Politécnica e Faculdade de Ciências Econômicas, de Campina Grande, integrantes da Universidade da Paraíba, Sociedade Campinense Pró-Arte, Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica e Escola de Artes de Campina Grande, a qual terá por objetivo apresentar o planejamento da Faculdade de Arquitetura e Belas Artes de Campina Grande e pleitear o seu reconhecimento junto ao Ministério de Educação e Cultura, devendo os seus serviços serem considerados de alta relevância.

Art. 4º.—Par. ocorrer às despesas com a execução da presente Lei, poderá o Executivo abrir o crédito especial de até a importância de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros).

Art. 5º.—Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande, 10 de outubro de 1961

SEVERINO CABRAL—Prefeito

Lei n. 94, de 10 de outubro de 1961

Dispõe sobre exclusão de feriados e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Campina Grande, faz saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º.—Fica excluído dos feriados municipais estabelecidos por Lei, o dia 6 de janeiro.

Art. 2º.—Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande, 10 de outubro de 1961

SEVERINO CABRAL—Prefeito

conta com uma área destinada a sua administração, um mineteatro com 80 lugares, uma galeria de artes, um ambiente de circulação que por vezes foi utilizado como espaço de miniexposições de artes visuais, e estrutura de camarins diversos (individual e coletivo), salas de ensaio, vestiário, copas, sanitários, alojamentos e espaços destinados às apresentações propriamente ditos, como palco, coxia e fosso, dentre outros. Ao longo dos andares (primeiro ao quarto) são encontradas amplas salas que já foram utilizadas como camarins coletivos ou salas de aulas/multiuso/ensaio. A partir da década de 1990 foi criada uma escola de dança que atende a estudantes da rede pública municipal de ensino. Durante uma das estadas em Campina Grande, conseguiu-se articular um encontro com o arquiteto Geraldino Duda, um dos responsáveis pelo projeto e construção do Teatro.

Outra informação sobre cursos de arte possíveis, utilizando a estrutura do Teatro está presente na Lei Nº 54 de 6 de novembro de 1963 - Lei Orgânica do Sistema Municipal de Teatro de Campina Grande, cujo §5º do artigo 6º, versa sobre o setor de Cursos do Sistema Municipal de Teatro, informando que "ao setor de Cursos compete a manutenção dos seguintes Cursos: a) Curso de Arte Dramática; b) Curso de Coreografia; c) Curso de Canto Lírico e Coral; d) Curso de Cenografia; e) Curso Musical" (CAMPINA GRANDE, 1963a, p.4). Enfim, a informação de que o teatro possui em sua edificação a estrutura de uma escola é reforçada pela carta que Newton Rique, prefeito de Campina Grande (30/11/1963 a 15/06/1964) enviou ao Ministro de Estado de Educação e Cultura, Júlio Furquim Sambaquy. Neste documento Rique informa "tal teatro, além do auditório, possui, em anexo, prédio especial para as escolas e cursos de arte e música" (RIQUE, 1964 p.1).

Agora vamos apresentar outros dados que foram encontrados durante a investigação. No Semanário de 23 de novembro de 1963 foi publicado o Decreto de Nº 21 de 21 de novembro de 1963 que versa sobre os novos estatutos da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT) que tem por finalidade, descrito em seu artigo 2º, itens "3) Promover ou auxiliar a criação de novos institutos de grau superior e de instituições complementares; 4) Promover ou auxiliar o intercâmbio

SEMANÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE — ESTADO DA PARAIBA
Administração do Prefeito Severino Cabral

ANO VII

Campina Grande, 23 de Novembro de 1963

Num. 362

Decreto 21, de 21 de Novembro de 1963

Aprova os novos Estatutos da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, no uso das atribuições que a Lei lhe confere,

ser parte integrante deste Decreto, revogadas as disposições em contrário.

Campina Grande, 21 de novembro de 1963.

RESOLVE: Aprovar os novos «Estatutos da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica», que passam a

SEVERINO CABRAL—Prefeito

Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica

ESTATUTOS

TÍTULO I

Da Fundação e seus Fins

Art. 1º. — A Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica, instituída pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, por escritura pública de 8 de fevereiro de 1958 lavrada em notas do Tabelião do 3º Cartório da Comarca de Campina Grande, em cumprimento da Lei nº. 48, de 28 de dezembro de 1957, de iniciativa do Prefeito Elpidio de Almeida, é pessoa jurídica de direito privado, de caráter científico e educativo, tem sede e foro na cidade de Campina Grande, Paraíba e reger-se-á pelos presentes Estatutos.

Art. 2º. — A Fundação tem por fim:

1) Coordenar, estimular e assistir a pesquisas e trabalho científico e tecnológico em todos os seus ramos, concorrendo para o desenvolvimento econômico e social da Paraíba e do Nordeste, por todos os meios ao seu alcance;

2) Auxiliar a manutenção e o desenvolvimento de institutos de grau superior.

3) Promover ou auxiliar a criação de novos institutos de grau superior e de instituições complementares.

4) Promover ou auxiliar o intercâmbio de professores e alunos e conceder bolsas de estudos;

5) Promover a realização, divulgação de trabalhos de interesse regional de pesquisadores por ela contratados ou recomendados;

6) Articular-se com o Ministério da Educação e Cultura e quaisquer órgãos, entidades ou pessoas, mediante convênios ou contratos de prestação de serviços, visando a consecução dos fins acima especificados.

Art. 3º. — O prazo de duração da Fundação é indeterminado.

TÍTULO II

Dos órgãos e suas finalidades

Art. 4º. — São órgãos da Fundação:

- Conselho Diretor
- Conselho Administrativo
- Presidente

CAPÍTULO I

Do Conselho Diretor

Art. 5º. — O Conselho Diretor, órgão soberano de deliberação, é composto de quinze membros, nomeados pelo Prefeito Municipal.

(Continua na 2ª. página)

de professores e alunos e conceder bolsas de estudos” (CAMPINA GRANDE, 1963b, p.1).

A articulação para a criação da Faculdade de Arquitetura e da Faculdade de Belas Artes é demonstrada na Lei Nº 95, de 10 de outubro de 1961, que autoriza ao prefeito tomar providências para montar comissão para estruturar solicitação de abertura da Faculdade de Arquitetura e Belas Artes de Campina Grande, junto ao Ministério da Educação e Cultura, com possibilidade de abertura de crédito no valor de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), contando com membros de várias entidades, dentre elas: Sociedade Campinense Pró-Arte, Escola de Artes e Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica. Em tempo informamos que já existia na cidade de Campina Grande a Faculdade de Ciências Econômicas e a Escola de Artes, ambas fundadas e em funcionamento anterior a década de 1960 (CAMPINA GRANDE, 1961, p. 1,4), bem como dois Pavilhões de Artes Industriais que possuíam suas exposições de trabalhos, divulgadas nos jornais do estado.

Argumenta-se que:

- uma Escola Parque é uma escola que possui toda uma estrutura voltada para o ensino da arte, além de possuir em sua estrutura espaços voltados para a prática e convivência em grupo, como auditórios/teatro e/ou teatro de arena, além das salas de aula e outros espaços (biblioteca, galeria, etc);

- o Teatro Municipal Severino Cabral, ora apresentado, possui uma estrutura planejada para uma escola de arte;

- assim, há a inversão dos projetos, mantendo a possibilidade da rubrica dos recursos, uma vez que são advindos do Ministério da Educação e Cultura e não somente do Ministério da Educação como nos dias atuais. A rubrica dos recursos tinha uma amplitude maior, sendo assim, no meu entendimento, o Teatro Municipal Severino Cabral a construção efetiva resultante dos recursos disponibilizados pelo Inep ao município de Campina Grande visando a construção da Escola Parque.

Figura 16: Semanário Oficial de Campina Grande/PB. Acervo pessoal, 2015.



Escola Parque de Belo Horizonte

Minas Gerais sempre foi, desde o princípio, um estado relevante na história brasileira. Primeiramente teve destaque quanto à exploração de ouro e pedras preciosas ainda no período colonial, depois foi considerável sua participação política, durante a dobradinha com o estado de São Paulo, na chamada política do “café com leite”. Quanto a sua relevância na área educacional brasileira, ressaltamos que nos anos 1950, Minas Gerais era tida como referência quanto a metodologia e técnicas de ensino. Há relatos de que na equipe da secretaria de educação do estado, havia três professoras que foram enviadas aos Estados Unidos para se especializarem em metodologias de ensino, como também o autor de livros sobre didática, o renomado Luiz Alves de Matos, autor muito utilizado nas escolas normais brasileiras.

Para esta pesquisa, Minas Gerais tornou-se um dos destinos de investigação a partir da informação constante no livro sobre os 70 anos do Inep, onde as autoras Ana Waleska Mendonça e Libânia Xavier nos informam que já se afirmava iniciada a construção da “Escola-Parque de Belo Horizonte” (MENDONÇA, 2008 p.96), tendo como modelo a Escola-Parque da Bahia. Por não haver mais nenhuma referência a este assunto nas demais publicações do Inep, foi então decidido que seria feita uma investigação *in loco* para averiguar a situação desta Escola Parque de Belo Horizonte, se foi construída? Quando? Como foi sua atuação? Ainda existe? Como está?

Assim, iniciamos uma pesquisa nos arquivos existentes na cidade de Belo Horizonte, sendo o primeiro ponto de investigação o Arquivo Público Mineiro em 2014, onde foi encontrada a primeira informação sobre esta Escola. Foram feitas algumas viagens à esta cidade, visando consultar as fontes primárias. Por meio de diálogos fraternos com funcionários de diferentes repartições públicas, aos poucos desvelaram-se possíveis caminhos para encontrar dados e informações a respeito da tal “Escola-Parque de Belo Horizonte”, até ser encontrado o arquivo mais completo a respeito desta questão: a Biblioteca do Magistra, antigo Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais (CRPEMG). O Magistra é uma Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de



Figura 17: Vistas frontais do edifício remanescente do Instituto João Pinheiro, Belo Horizonte/MG.
Fonte: Acervo pessoal, 2015.



Minas Gerais; atende a educadores, gestores e demais profissionais da Secretaria Estadual de Educação (SEE) de Minas Gerais. Está em funcionamento desde janeiro de 2011.

Até o presente momento, Belo Horizonte foi contemplada com três visitas, das quais é possível comprovar a existência de uma escola, ainda existente, nominada em tempos remotos de Escola Parque de Belo Horizonte ou Escola Parque da Gameleira, por ser o bairro onde está localizada. Os dados comprovam a existência da escola, entretanto não foi completamente construída, mesmo que exista a informação do Inep de que seguiria o modelo da Escola Parque de Salvador, a escola existente em Belo Horizonte não possui todos os elementos presentes no referencial proposto, tanto arquitetônico, quanto educacional. O histórico e existência desta escola, assim nominada: Escola Parque, é desconhecido dos órgãos educacionais gestores, isto foi vivenciado por mim, dentre tantos encontros e visitas, entrevistas e conversas em diferentes seções e repartições das esferas municipal e estadual da área educacional. Na direção da Metropolitana B, consegui alguns dados que me levaram à EE Leon Renault e à estrutura do Magistra.

Dentre as instituições visitadas e que serviram de base para esta pesquisa, destacamos: Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – Metropolitana B, Fundação João Pinheiro, Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, Biblioteca Pública Luiz de Bessa – Hemeroteca Digital e Coleções Especiais, Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Biblioteca da Universidade Federal de Minas Gerais, MAGISTRA – Casa do Professor, Imprensa Oficial do Governo de Minas Gerais, Museu da Escola de Minas Gerais.

A construção da Escola Parque de Belo Horizonte fazia parte do Programa de Educação Complementar do Inep, que foi acordado com o governo estadual de Minas Gerais, sendo referente a construções escolares (escolas-parque, centros de demonstração e pavilhões de artes industriais) e à formação de pessoal (pelos estágios realizados nas cidades do Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP e Salvador/BA).

Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE MG)

O **Instituto João Pinheiro** (IJP) foi fundado em 1909, em Belo Horizonte. Teve a sua frente Leon Renault desde sua fundação até 1934. O IJP era uma instituição de proteção à infância e preparação para o trabalho agrícola sob o regime de internato. No IJP somente eram aceitas crianças entre 8 e 12 anos, sem antecedentes criminais. Fazia parte do sistema de proteção à criança e adolescente em Minas Gerais, havendo uma proximidade com a proposta francesa de Escola Nova, a *École des Roches* fundada em 1899. Atendia a “menores de rua”, geralmente pobres (negros, órfãos e abandonados), visava à formação do “cidadão republicano”, onde os menores eram educados para o trabalho e para o exercício da cidadania e o convívio social (FARIA FILHO, 2001). Na imagem podemos visualizar um exemplar dos pavilhões que eram denominados por nomes de republicanos ilustres. É o último exemplar dos prédios que compunham a instituição e que ainda está em uso, com outras finalidades, sendo que os demais foram todos derrubados. Para esta mesma localidade foi transferido o **Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais** (CRPEMG), que inicialmente funcionava nas dependências do Instituto de Educação de Minas Gerais (IEMG).

O CRPEMG foi criado em 1955 pelo Decreto Federal nº 38.460, de 28/12/1955, sendo um órgão da administração direta do MEC, com o objetivo de realizar pesquisas educacionais, produção de materiais de ensino, capacitação do pessoal da educação: gestores, orientadores e professores. Porém só inicia realmente suas atividades em agosto de 1956, com a nomeação de seu primeiro diretor, e contou com uma solenidade de instalação no IEMG no dia 04 de fevereiro de 1957 com a presença de Anísio Teixeira, seu idealizador, então diretor do INEP.

Em 1957, o CRPEMG incorporou atividades do Pabae e passou a ser gestado pelo Dr. Abgar Renault. Ao longo dos anos, o CRPEMG passou por diferentes denominações e alterações de vinculação, sendo que a partir de 1965 foi vinculado à Divisão de Aperfeiçoamento de Professores (DAP), é nesta data que inicia a sua mudança para o bairro da Gameleira, onde então funcionava o IJP. Entre 1956 e 1972 passa a ser vinculado ao Departamento

de Ensino Fundamental (DEF) do MEC e também a ser denominado Centro de Recursos Humanos João Pinheiro (CRHJP). Em 1983 passa a integrar a estrutura da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) e assume a denominação de **Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro** (IRHJP) (CASTRO, 1989). Assim, o IRHJP visava capacitar profissionais do Sistema Público de Educação para “formular, implementar e avaliar políticas de Capacitação de Recursos Humanos para a Educação” (FAE/ IRHJP, 1989 p.11). Uma provável fonte de conhecimento e técnicas educacionais no período das décadas de 1950 e 1960 vieram do Centro Regional de Educação Fundamental para a América Latina (CREFAL) mantido e administrado pela UNESCO (UNESCO, 1965).

Situado no bairro da Gameleira, região oeste de Belo Horizonte, o campus do Instituto possuía aproximadamente 105 mil m². Na sua área arborizada e contando com diferentes edificações, dentre eles uma biblioteca, com acesso disponibilizado a quem desejasse, contava com um acervo de mais de 40.000 volumes; um setor de Artes que produzia material audiovisual; um alojamento para profissionais da educação que participavam de capacitações e seminários ali realizados, vindos de outras cidades ou unidades federativas. Foi na versão atual desta biblioteca que estão armazenados os materiais relativos à memória dos convênios, programas, materiais didáticos, currículos e dados da Escola-Laboratório ou Escola Parque Leon Renault.

Entretanto, os funcionários deste departamento encontram-se empenhados na organização do material que restou ao longo dos anos, já que muita coisa se perdeu ou foi descartada, de acordo com as políticas adotadas com o passar das décadas. As caixas 42 e 43 foram as mais significativas para esta pesquisa. Aproveitamos para documentar o caminho das pedras, visando colaborar com futuros pesquisadores, já que gentileza gera gentileza e assim espera-se que mais pesquisa seja feita com base nestas fontes.

Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (Pabae)

Durante o governo Juscelino Kubitschek (1956) foram firmados alguns convênios, dentre eles o destacamos o Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (Pabae), resultante de um convênio de cooperação entre Brasil e Estados Unidos. Esta iniciativa possibilitou a introdução de novos elementos para se pensar o fazer pedagógico no Brasil. O Pabae⁵⁸ foi um dos convênios, firmado durante a gestão de Clovis Salgado no Ministério da Educação e Cultura. Foi viabilizado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), e integrava a proposta de assistência dos Estados Unidos aos países em desenvolvimento, sendo este o quarto ponto (IV) político de Harry Truman, então presidente daquele país. Assim, o Pabae também foi conhecido como Programa Ponto IV. No início da década de 1960 o Programa passa a ser coordenado pela Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development - Usaid) (VEIGA, 2007).

O Pabae é implantado num contexto brasileiro de altos índices de repetência e evasão escolar. Também era elevado o quantitativo de professores leigos. Então, seu principal objetivo foi a qualificação do professor primário, por meio de capacitações e acesso a material didático, produzido pelo próprio programa, como por exemplo livros e cartilhas. Logo a frente apresentaremos as obras que mais consideramos, dentre os títulos encontrados. Estes livros eram distribuídos para todo o país. Entretanto, o Programa foi iniciado em Belo Horizonte nas dependências do CRPEMG, quando ainda estava lotado no Instituto de Educação, na época Abgar Renault era o secretário estadual de educação.

“É preciso destacar que em Belo Horizonte o programa encontrou resistências tanto por parte de setores mais nacionalistas e ligados à Igreja Católica como por estudantes (universitários e secundaristas) que denunciavam a americanização da educação. Também enfrentou hostilidades de professores do Instituto de Educação e do Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE), que sentiam o projeto como uma intromissão em seu trabalho, mas também devido a alguns privilégios

⁵⁸ Para aprofundar o conhecimento acerca deste programa, indica-se a leitura de PAIVA & PAIXÃO (2002).

Figura 18: Vistas externas do Magistra - edifício administrativo e edifício da biblioteca. Vista interna da biblioteca, Belo Horizonte/MG.

Fonte: Acervo pessoal, 2015.



Figura 20: Vista externa do Pavilhão de Hospedagem, do refeitório e da cozinha industrial do CRPEMG ou atual Magistra, Belo Horizonte/MG. Fonte: Acervo pessoal, 2015.

O Pabae teve seus desdobramentos e há relatos como o de Ivonilde Morrone, que foi diretora da Escola Classe 308 Sul, em Brasília, participou dos cursos do Pabae, o que foi proposto e executado na Escola Parque de Belo Horizonte, também chamado de Ponto IV, onde foi capacitada e posteriormente implantou em Brasília o Método Mara e Fábio de alfabetização (HENRIQUES; PEREIRA & SOUZA, 2007, p.64). Morrone ainda relata ainda que foi para os Estados Unidos em 1962 e voltou em 63 com uma visão muito mais instigada a conhecer o aluno a ser alfabetizado (p.66) sendo esta também uma das oportunidades proporcionadas pelo Pabae.

As capacitações realizadas tanto por meio do Pabae como outras, aconteciam nas dependências do CRPEMG, fazendo uso de toda a sua estrutura, tanto arquitetônica quanto pedagógica, intercalando em suas edificações as atividades dos professores atendidos. Ali foram capacitados tanto professores do estado de Minas Gerais quanto de outras unidades federativas, fazendo uso geralmente da então nominada Escola-Laboratório ou Escola Parque de Belo Horizonte, o GE Leon Renault. Nas imagens podemos conferir dois documentos que exemplificam a programação de uma capacitação de professores de diferentes municípios de Minas Gerais. Tais professores ficavam hospedados e faziam suas refeições nas dependências do Pavilhão Residencial, participavam de capacitações, palestras e reuniões no Pavilhão de Cursos, desenvolviam atividades educacionais práticas nas dependências da Escola-Laboratório Leon Renault.

O Pavilhão Residencial possui mais de 6.000 m² de área construída e tem capacidade de acomodação para 300 pessoas, em seus 58 apartamentos mobiliados, cozinha industrial e refeitório com autonomia para atender 300 pessoas simultaneamente. Ainda possui 81 sanitários, lavanderia industrial, dois frigoríficos e uma portaria central. Seu pleno funcionamento se deu a partir de 1971, atingindo sua plena ocupação e uso. A partir da década de 1970 hospedou profissionais da educação de todo o país.

A duração das capacitações variava de acordo com os objetivos propostos. Ainda hoje parte da estrutura ainda está em funcionamento, mas não desempenha o mesmo serviço e na



Figura 21: Vistas da Escola Estadual Leon Renault (aérea, ginásio, campo gramado), Belo Horizonte/MG. Fonte: Acervo pessoal, 2015.



quantidade que ocorria nas décadas de 1960 a 1980. Entretanto ainda há metas a serem alcançadas, tanto com o Plano Estadual de Educação (PEE) quanto ao Plano Nacional de Educação (PNE), dentre elas a quantidade de vagas ofertadas e atendidas em regime de tempo integral.

Escola Estadual Leon Renault

O IRHJP proporcionou experimentos em seu laboratório de currículo e cooperação técnica às entidades federadas. Destacase que ao laboratório de currículo estava vinculada uma Escola-Laboratório: Escola Estadual Leon Renault, conforme podemos ver na imagem. Esta Escola-Laboratório voltada ao 1º grau ou ensino fundamental, ocupava o **edifício E** do Instituto, com uma área de aproximadamente 20.000m², “com salas de aula, laboratórios, bibliotecas, cantinas e ambientes especializados diversos”, conforme visualizamos na imagem ao lado.

Ainda faz parte da estrutura da Escola-Laboratório: piscinas, quadras de esporte, um ginásio coberto e pista de atletismo, além de áreas destinadas à horticultura e jardinagem. Vale a pena lembrar que o IRHJP ocupa a mesma área antes destinada ao que foi o IJP, anteriormente detalhado, assim há edificações de cronologias diferentes, sendo a Escola-Laboratório uma construção mais moderna.

Suas salas de aula são amplas, e com elementos arquitetônicos diferenciados. Além do espaço destinado ao momento de aprendizagem, há em cada sala de aula dois banheiros, um espaço destinado ao armazenamento de material didático utilizado nas aulas e uma pequena biblioteca. Entretanto as salas de aula atualmente são utilizadas para aulas dos componentes trabalhados nas Escolas Classe de Salvador e Brasília. Investigando os documentos encontrados na biblioteca do Magistra, onde estão atualmente mantidos e armazenados grande parte dos documentos históricos do CRPEMG, Pabae, dentre outros programas e convênios, encontramos indícios de porque desta diferença arquitetônica e também de destinação de ensino ou prática de ensino.

Significado: CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS JOÃO PINHEIRO

Portaria nº 51, de 15 de fevereiro de 1966

Conteúdo

- Altera a denominação de Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais para Centro Regional de Pesquisas Educacionais João Pinheiro.

Considerações

- Influência de João Pinheiro na evolução educacional mineira, sob cujo governo se realizou a 1ª grande reforma de ensino normal e primário do Estado de Minas Gerais.
- O nome do estadista foi dado após sua morte, a uma de suas iniciativas de amparo à infância abandonada, funcionando no local, onde se instalou o CRPEJP.

Local de Funcionamento

- Área doada ao Governo Federal pelo Governo de Minas Gerais.
- Av. Amazonas 5855 Gameleira, onde foram construídas instalações próprias, mediante emprego de recursos do MEC.

Doação do Terreno

- Lei 4.172 de 12 de maio de 1966 - Israel Pinheiro.

Construções previstas

- além dos edifícios para a administração, para os órgãos de pesquisas e para os de documentação pedagógica, os destinados a jardim da infância e curso pré-primário;
- escola de demonstração (escola parque), escola de treinamento, aperfeiçoamento e preparação de professores pré-primários e normais;
- internato para 300 professores e enfermaria;
- capela, biblioteca, auditório, oficinas gráficas e outros.

A Escola-Laboratório prevista para Belo Horizonte, previa não só a construção de uma escola de primeiro grau nos moldes de uma Escola Classe, como também uma Escola Parque, como veremos nas imagens a seguir. Entretanto parte do projeto não foi finalizado corretamente, não sendo construídas as salas destinadas ao ensino de Arte e Laboratórios diversos. Mesmo mantendo o nome de Escola Parque, a escola Leon Renault é mais próxima da estrutura formal de uma Escola Classe que de uma Escola Parque, nos moldes das Escolas Parque implementadas nas cidades de Salvador e Brasília, mesmo levando-se em consideração às dependências escolares e a destinação das mesmas.

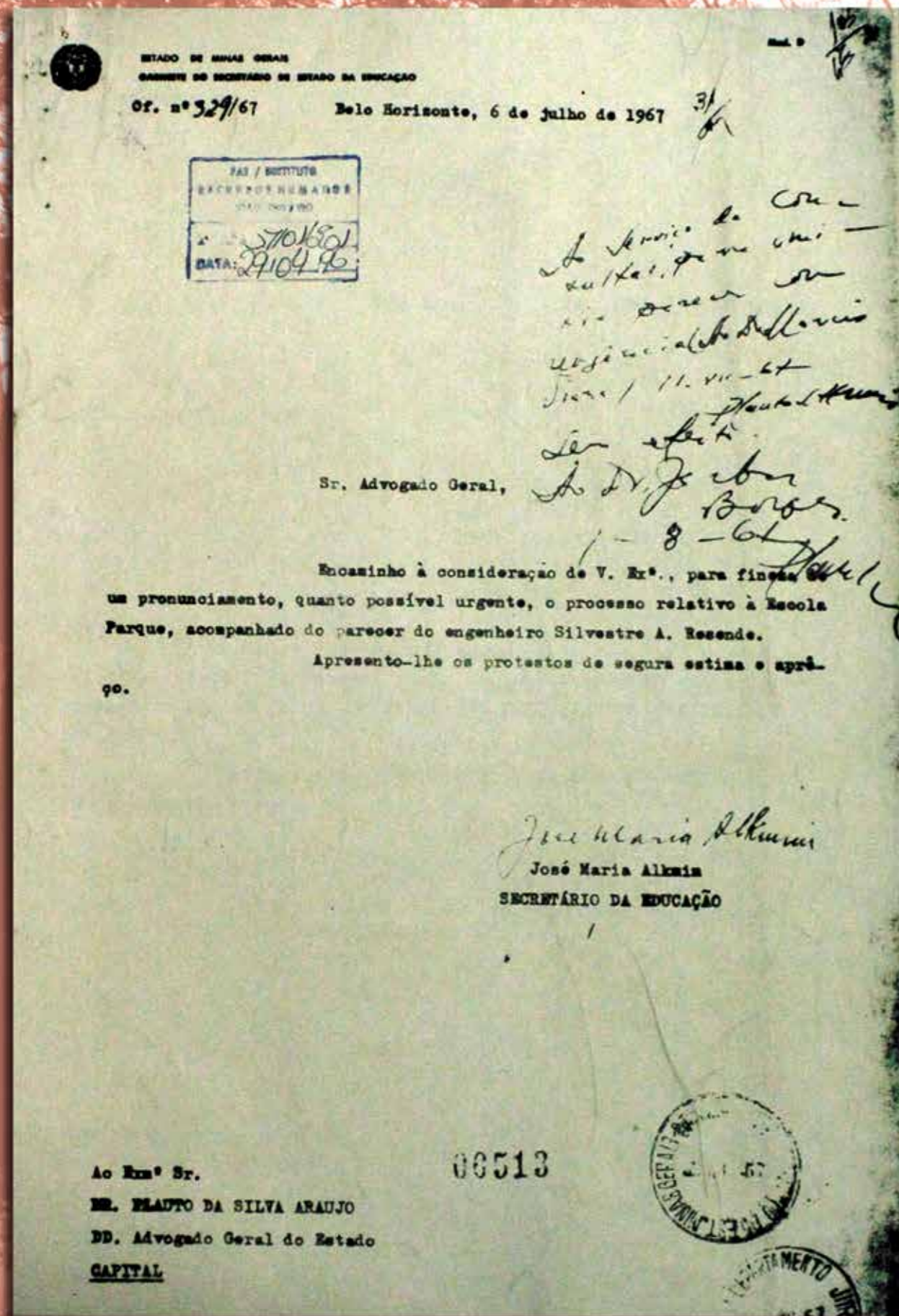
A seguir apresentamos uma seqüência de documentos, encontrados nos arquivos do antigo CRPEMG que abordam o tema Escola Parque de Belo Horizonte. Cremos que é relevante apresentar tais documentos dentro da tese, no corpo do texto e não em um anexo⁶⁰, levando-os ao conhecimento público, uma vez que os mesmos nunca foram exibidos e por trazerem a tona o tema da pesquisa, bem como a sua importância quanto a análise futura dos dados ora exibidos. Primeiramente discorreremos sobre cada um dos documentos e em seguida os apresentamos em página cheia, dando o necessário destaque à informação e dados neles contidos.

Assim iniciamos com um documento datado de 22 de abril de 1965, emitido pelo então Secretário de Educação do Estado de Minas Gerais - Aureliano Chaves, endereçado ao Diretor do CRPEMG - Abgar Renault, solicitando o repasse dos recursos do INEP à Secretaria de Estado, destinados à construção da Escola Parque de Belo Horizonte, conforme cláusula do convênio estabelecido entre as partes. Consta ainda deste documento o parecer de "à Secretaria Executiva / atendido nesta data", do qual denota-se que recursos foram liberados e então iniciada a construção do edifício acima citado.

Em seguida temos um documento datado de 1º de julho de 1965, também emitido pelo então Secretário de Educação do Estado de Minas Gerais - Aureliano Chaves, endereçado ao Diretor do CRPEMG - Abgar Renault, solicitando a entrega do montante

Figura 22: Documento que comprova a previsão de construção da Escola Parque, Belo Horizonte/MG.
Fonte: Acervo pessoal, 2015.

⁶⁰ Sendo esta pesquisa baseada em investigações em arquivos e visa esclarecer sobre informações das Escolas Parque ainda desconhecidas do público geral.



de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) à empresa responsável pelos serviços de construção da Escola Parque da Gameleira, já iniciada. Percebemos aqui uma renominação do objeto – Escola Parque de Belo Horizonte para Escola Parque da Gameleira, entretanto, trata-se do mesmo objeto, somente identificado no segundo documento de acordo com a sua localização geográfica no bairro da Gameleira na cidade de Belo Horizonte.

Em seguida destacamos o documento datado em 14 de dezembro de 1965, emitido pelo diretor do CRPEMG e endereçado ao Diretor Carlos Pasquale do INEP, solicitando recursos financeiros para execução de obras no CRPEMG, dentre elas, destacamos as “Salas de artes e Laboratório” onde estava sendo construída a Escola Parque.

O próximo documento a ser apresentado é datado em 06 de julho de 1967, emitido pelo então secretário de educação – José Maria Alkmim, endereçado ao advogado geral do estado – Plauto da Silva Araújo, solicitando um pronunciamento sobre o processo de construção da Escola Parque, tendo em anexo o parecer do engenheiro Silvestre A. Resende. Este documento está datado, praticamente dois anos após o anterior. Em agosto de 1967 é devolvido ao secretário de educação a resposta do supracitado advogado. O parecer do engenheiro informava que as obras estavam paralisadas por falta de repasse dos recursos financeiros. Apresentamos as demais páginas do documento visando completar a informação. Em seguida são apresentados alguns outros documentos que corroboram na discussão quanto aos recursos e a paralisação das obras da Escola Parque de Belo Horizonte.

Dando um salto cronológico, há um documento relativo ao material comprado e destinado às atividades da Escola Parque de Belo Horizonte, que se encontravam armazenados e sem utilização. O documento solicita a transferência do material e uso nas dependências de formação de profissionais da área de educação, ações estas desempenhadas também no CRPEMG, e outros que seguem sugestão de venda ou doação.

Ainda há um documento sobre a solicitação de cancelamento de contrato, devido a paralisação das obras da Escola Parque. O

Figura 23: Documento que comprova a problemática da construção da Escola Parque, Belo Horizonte/MG. Fonte: Acervo pessoal, 2015.

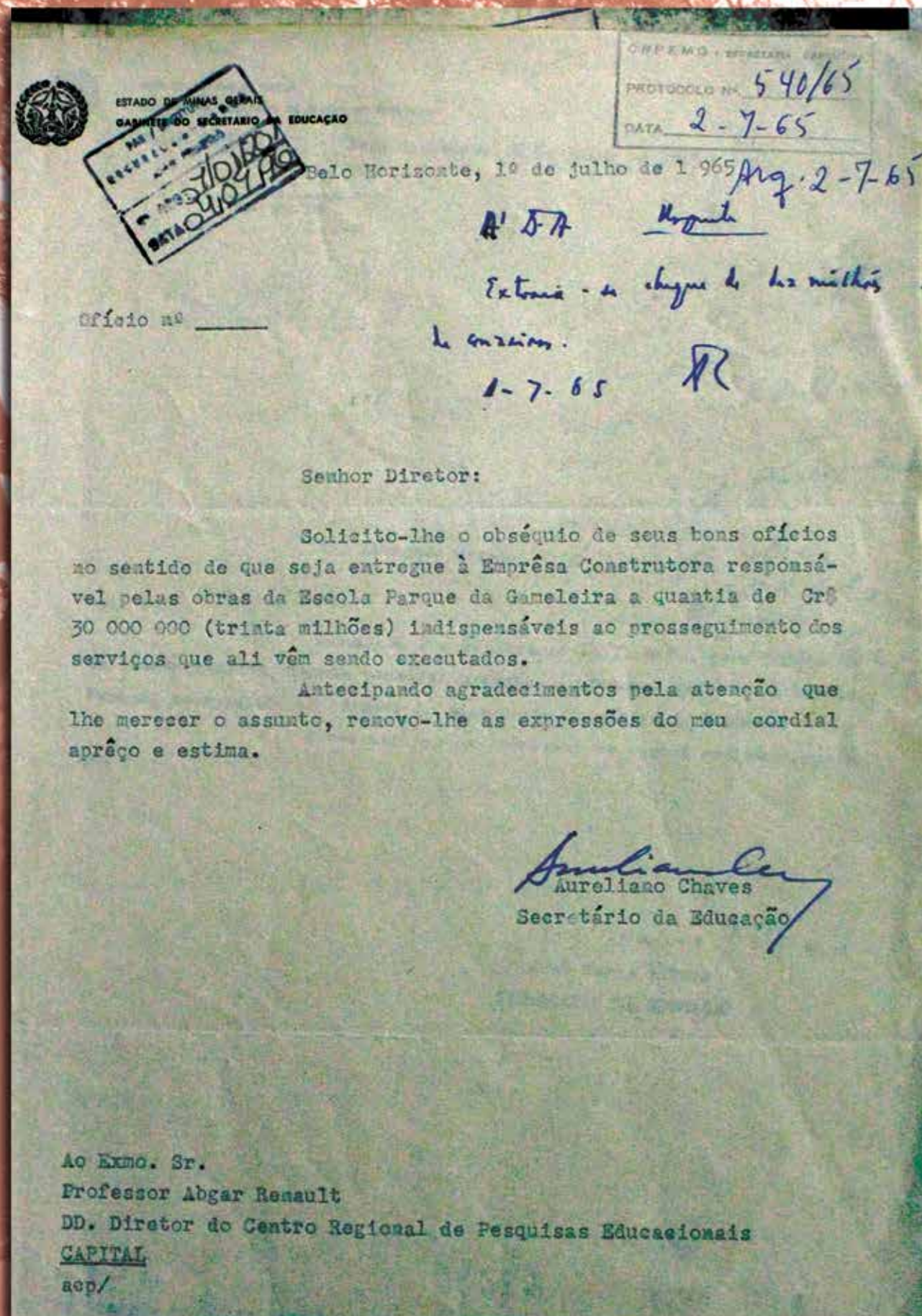


Figura 24: Documento sobre solicitação de verba pública para a construção da Escola Parque, Belo Horizonte/MG. Fonte: Acervo pessoal, 2015.

mesmo não é datado, tampouco conta com destinatário e remetente formal. Deduz-se pela imagem que é um rascunho de um documento a ser reelaborado e enviado. Entretanto, como faz parte do arquivo pesquisado, crê-se que seja relevante sua divulgação e uso nesta pesquisa. A seguir, apresentamos os documentos supracitados.

A relevância da cronologia apresentada nos documentos nos possibilita analisar que as datas são todas posteriores a aposentadoria de Anísio Teixeira. Ou seja, o idealizador do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, bem como da Escola Parque já não mais estava na gestão do INEP, órgão que desde o início financiou e executou os conceitos e ideais anisianos. Cremos que há relação com a saída de Anísio Teixeira do INEP e a falta de recursos para a conclusão da construção da Escola Parque de Belo Horizonte.

Publicações do CRPEMG/Pabaee

Dentre as contribuições efetivas para o sistema educacional brasileiro, já percebemos pelo depoimento de Morrone e documentos apresentados em relação à formação de professores e capacitação de profissionais da área da educação. Entretanto não podemos deixar de ressaltar alguns dados que encontramos, relativos a publicações produzidas e divulgadas aos sistemas de ensino estaduais e municipais, possibilitando assim acesso aos profissionais da educação uma bibliografia para consulta e aplicação. Não entramos no mérito da qualidade do material, mas sim na oportunidade de ter acesso à informação e métodos educacionais, ressalto isso por ter vindo de uma cidade do interior de Goiás e ter vivenciado de perto a falta de acesso a tecnologias, metodologias e material didático tanto para o professor quanto para o aluno.

No relatório "30 anos de educação – Pesquisas, publicações, capacitação de recursos humanos, acompanhamento e avaliação de programas" (MEC/FAE/IRHJP, 1986), encontramos uma listagem de referências bibliográficas produzidas no CRPEMG por meio do Pabaee. Por ser uma lista considerável, destacamos os dados que acreditamos relevantes e que possibilitam uma análise voltada ao objetivo de nossa pesquisa.

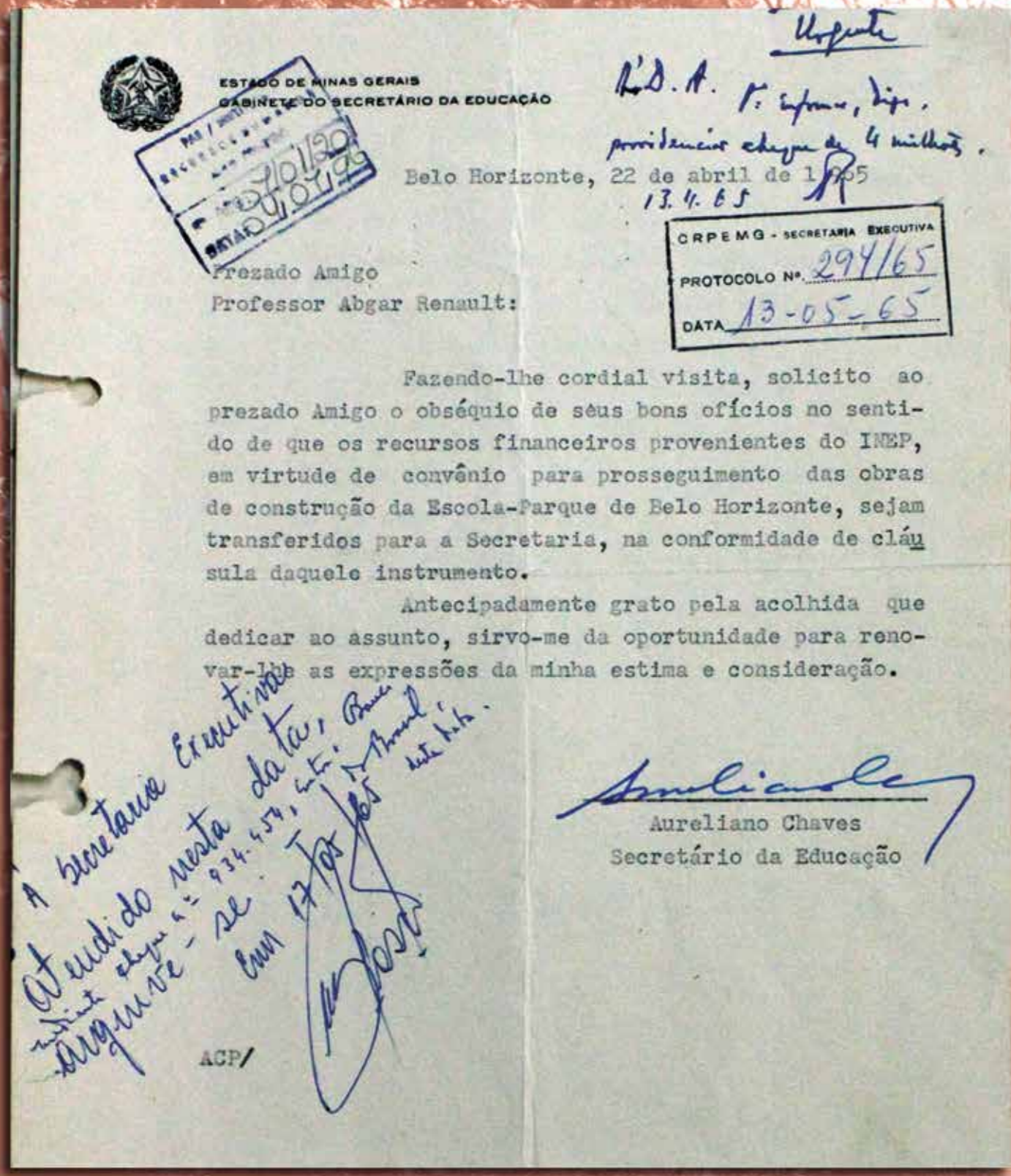


Figura 24: Documento sobre solicitação de verba pública para a construção da Escola Parque, Belo Horizonte/MG. Fonte: Acervo pessoal, 2015.

O item Nº 014⁶¹ é nitidamente uma evolução do item Nº 008⁶², sendo uma publicação em ano posterior, revisada e com um número maior de páginas, demonstrando assim a evolução e amadurecimento do material, sendo um reflexo do amadurecimento da equipe. Esta mesma observação é possível nos itens de Nº 052⁶³ e Nº 023⁶⁴, como também entre os itens Nº 024⁶⁵ e o Nº 016⁶⁶. Quanto a influência de John Dewey na educação brasileira e na prática escolar, visando uma formação integral do cidadão destacamos os itens: Nº 029⁶⁷, Nº 032⁶⁸, Nº 009⁶⁹, Nº 015⁷⁰, Nº 049⁷¹, Nº 053⁷².

Sobre o ensino de arte, levando-se em consideração o ensino do desenho e da geometria como sendo um início de caminho para o ensino das artes até meados do século XX, destacamos o item Nº 020⁷³. E sobre a Arte Educação e currículo, listamos as publicações Nº 104⁷⁴, Nº 106⁷⁵. Nos dias atuais encontramos uma preocupação necessária sobre a felicidade, o bem-estar da criança tanto dentro quanto fora do ambiente escolar, assim pensando, verificamos a importância da publicação ainda na década de 1960 do item Nº 090⁷⁶, focado no esclarecimento aos pais quanto a relevância da

- 61 Nº 014 – HORTMANN, Nelson. A influência das cores. Belo Horizonte, Pabae, 1959. 41p.
- 62 Nº 008 – HORTMANN, Nelson. A influência das cores: composição das cores; cores complementares e análogas; pesquisa sobre as cores na escola. Belo Horizonte, Pabae, 1958. 14p.
- 63 Nº 052 – ABI-SÁBER, Nazira Féres. Jardim da infância: programa para crianças de 05 e 06 anos. Belo Horizonte, Pabae, 1963. 371p.
- 64 Nº 023 – ABI-SÁBER, Nazira Féres. Jardim da infância: tentativa de programa para crianças de 5 e 6 anos. Belo Horizonte, Pabae, 1960. 303p.
- 65 Nº 024 – Aprender a ouvir e ouvir para aprender. Belo Horizonte, Pabae, 1960. 38p.
- 66 Nº 016 – KEITHAHN, Luella. Aprender a ouvir e ouvir para aprender. Belo Horizonte, Pabae, 1959. 28p.
- 67 Nº 029 – NARDELLI, Terezinha. Vamos experimentar: algumas sugestões para se conduzir experimentações na escola elementar. Belo Horizonte, Pabae, 1960. 34p.
- 68 Nº 032 – ABI-SÁBER, Nazira Féres. Música e movimento na escola: coletânea. Belo Horizonte, Pabae, 1961. 228p.
- 69 Nº 009 – PEIXOTO, Maria Onolita. Por que e como agrupar as crianças nas classes de escola elementar. Belo Horizonte, Pabae, 1958. 42p.
- 70 Nº 015 – Importância pedagógica de ouvir bem. Belo Horizonte, Pabae, 1959. 51p.
- 71 Nº 049 – FERRARA, Maria Amorim. Como brincam as crianças mineiras: pesquisa folclórica. Belo Horizonte, CRPE-MG, 1962. 161p.
- 72 Nº 053 – ABI-SÁBER, Nazira Féres. O que é o jardim da infância. Belo Horizonte, Pabae, 1963. 138p.
- 73 Nº 020 – SANTOS, Jair et alii. A geometria na escola elementar. Belo Horizonte, Pabae, 1959. 21p.
- 74 Nº 104 – ARTE-EDUCAÇÃO. Belo Horizonte, CRHJP/DEF, 1973. 17p. (III Encontro de Coordenadores Estaduais de Currículo, Belo Horizonte, 26/30-11/1973)
- 75 Nº 106 – CENTRO DE RECURSOS HUMANOS JOÃO PINHEIRO. Currículo de ensino de 1º grau: análise descritiva das propostas curriculares das Unidades Federadas. Belo Horizonte, CRHJP/DEF, 1973. 105p.
- 76 Nº 090 – LOWENFELD, Victor. Uma palavra aos pais sobre a felicidade dos filhos. Belo Horizonte, CRPEJP/DAP – Serviço de Arte Infantil, 1967. 20p.

Prot. nº 00513



34

Belo Horizonte, de agosto de 1 967

Of. nº 524

Senhor Secretário,

Tenho o prazer de devolver a V. Ex^{sa}, com o parecer nº 4334, d'este Departamento Jurídico, o processo em que é interessada a ESCOLA PARQUE DO CENTRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS "JOÃO PINHEIRO".

Reitero a V. Ex^{sa} protestos de elevada estima e distinta consideração.

Flauto Silva Araújo
Flauto Silva Araújo
Advogado Geral do Estado

Exm^o Sr.
Dr. José Maria Alkimim
DD. Secretário da Educação
CAPITAL

/ra

FAE / INSTITUTO SECRETARIA GERAL JOÃO PINHEIRO
Nº 108: 70/201
DATA: 29/04/71

Ofício nº 199/71

Belo Horizonte, 13 de agosto de 1971

Senhor Diretor:

Acham-se, em depósito, no Centro Regional de Pesquisas Educacionais João Pinheiro, os materiais relacionados em anexo, adquiridos pelo INEP e destinados à Escola Parque, atividade que não se desenvolveu no CRPE João Pinheiro.

Os referidos materiais, adquiridos em 1964, não chegaram a ser utilizados e, com o passar do tempo, estão se tornando obsoletos e até mesmo se deteriorando.

Tratando-se de materiais que podem, parte deles, ser de utilidade em cursos de aprendizagem para formação de mão de obra qualificada, acredito que a sua venda, transferência ou mesmo doação a outro órgão do Ministério, seria destinação lógica. Junto à relação patrimonial discriminativa acham-se duas outras relações onde se encontram, especificados, os materiais que podem ser de utilidade para o Centro e aqueles que sugiro serem vendidos ou doados.

Na expectativa de um pronunciamento de Vossa Excelência sobre o assunto, valho-me do ensejo para reiterar-lhe os meus protestos de elevado apreço.

Francisca Alba Teixeira
Francisca Alba Teixeira
Diretora em Exercício, do CRPE
João Pinheiro

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Walter de Toledo Piza
DD. Diretor do
Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
RIO DE JANEIRO - GB



35
8/1

Procedência — Secretaria da Educação
Interessado — Escola Parque do Centro de Pesquisas Educacionais "João Pi-
re"
N.º 1334
Data 14-agosto-1 967
Assunto

Um contratante não pode rescin-
dir contrato sem reembolsar ao outro
os gastos que fez por força do ins-
trumento rescindido.

PARECER

1 - Em 25 de agosto de 1 960, a Secretaria de
Educação, como proprietária, firmou contrato de administração
de obra (locação de serviço) com a firma Comercial Acrópole
Construtora Limitada, como administradora, o qual tinha por
objeto a construção de um prédio a ser levantado em nome da
proprietária e destinado a uma Escola - Parque, no bairro da
Gameleira, nesta Capital.

2 - Segundo consta do ofício dirigido, em 16
de janeiro de 1 967, pelo Dr. Silvestre A. Resende, Engenhei-
ro do Estado, ao Senhor Chefe do Gabinete do Secretário da
Educação, as obras contratadas foram paralizadas "por falta de
numerário posto à disposição desta Secretaria pelo Instituto
Nacional de Estudos Pedagógicos", órgão financiador da cons-
trução - vide o ofício 1.251, de 11 de outubro de 1.966, di-
rigido ao Dr. Gerson Brito Mello Bosen, Secretário de Educa-
ção, pelo Dr. Carlos Corrêa Mascara, Diretor do INEP.

3 - A cláusula NONA do contrato está assim re-
digida:

"Os serviços serão executados

35
8/1

tro dos limites do numerário posto à
disposição da Proprietária pelo Minis-
tério da Educação e Cultura".

E, reza ainda o mesmo contrato:

" Cláusula Décima Segunda.

Se os serviços forem paralizados pe-
la Proprietária, salvo o caso previsto na
Cláusula NONA, pagará ela a multa de
Cr\$2.000 (dois mil cruzeiros) por dia.
Incidirá em pena igual a Administradora,
se paralizar os serviços sem autorização
de Proprietária salvo motivo relevante, a
juízo destas".

DÉCIMA TERCEIRA CLÁUSULA - A infração de
qualquer das cláusulas deste CONTRATO, da-
rá motivo à sua rescisão, incorrendo o
infrator na multa de Cr\$500.000 (quinhem-
tos mil cruzeiros).

(O grifo é nosso).

Combinando-se o disposto nas três cláusulas contra-
tuais citadas, verifica-se que a paralização da obra por falta de
pagamento, não importa em infração que dê motivo à rescisão e à
aplicação das multas estipuladas, de Cr\$2.000 diários e de
Cr\$500.000 . É o que se depreende do contrato.

A CLÁUSULA NONA e DÉCIMA SEGUNDA, ressalvam, expres-
samente, tal hipótese, excluindo-a da aplicação de multa.

4 - De outro lado, o cancelamento do contrato com
a Administradora (Comercial Acrópole Limitada) e a transferência
da execução do término das obras para a CARRPE, importe em sua

ção pura e simples, o que, evidentemente, gera o direito a multa de Cr\$500.000 (quinhentos mil cruzeiros) pela referida Administradora. Ocorre, no entanto, que esta não a pleiteia, mas, para rescisão amigável de contrato, deseja receber a quantia de Cr\$8.000.000 (oito milhões de cruzeiros), a título de "ressarcimento de gastos antecipados, por imperativo contratual, e cujo reembolso ser-nos-ia efetuado até o término integral da obra contratada, através da aplicação da taxa única de 16,8% - vide o ofício de 25 de novembro de 1966, firmado pela contratante Comercial Acropole Construtora Limitada.

Se, realmente, tais gastos eram necessários à execução da obra e estão previstos no contrato, como alega a Administradora e nos parece procedente, tem ela direito ao reembolso dos mesmos, já que a obra não foi paralizada por sua culpa, mas devido à "falta de numerário posto à disposição desta Secretaria pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos" - vide o citado relatório do Dr. Silvestre A. Resende, engenheiro fiscal da obra.

5 - Esses gastos devem ser fixados em vistoria da obra, a ser feita pelo seu engenheiro fiscal, Dr. Silvestre A. Resende, ou por outro, que porventura o esteja substituindo.

6 - Se a obra apresentar defeitos, que possam ser atribuídos à sua má execução, o custo do reparo dos mesmos deverá ser imputado à Administradora no acerto final e, conseqüentemente, deduzido do "quantum" a lhe ser reembolsado. É o que caberá, também, ao engenheiro fiscal apreciar na vistoria sugerida.

Assim concluímos porque um contratante não pode rescindir contrato sem reembolsar ao outro os gastos que fez por força do instrumento rescindo.

7 - Esclarecemos, finalmente, que não houve apenas mera paralisação temporária da obra, mas rescisão contratual.

8 - É o nosso parecer, s. m. j., que submetemos à elevada apreciação do Senhor Doutor Advogado Geral.

Belo Horizonte, 7 de agosto de 1967.

Jarbas Machado Borges
Jarbas Machado Borges
Advogado Consultor

Vista. Data venia, não concordo com parecer, na parte em que reconhece à contratante o direito de receber a importância de NCr\$8.000,00 (oito mil cruzeiros novos), a título de gastos antecipados. O instrumento de contrato, que é de administração, não dá ensejo a essa interpretação. A responsabilidade do Estado se limita ao pagamento do contratado. A taxa de administração é de 16,8% (dezesseis e oito décimos por cento). A rescisão do contrato é-lhe inerente, com o pagamento da cláusula penal, estimada em 500 cruzeiros novos. A paralisação das obras podia se fazer, também, nos termos contratuais e nas hipóteses previstas. Cumpre, ainda, observar que a vistoria da CARRFE verificou que os serviços não foram executados a contento.

10.08.67

Helio Caetano da Fonseca
Helio Caetano da Fonseca
pelo Chefe do SCJ

Em face dos fundamentos do parecer do Sr. Helio Caetano da Fonseca e do disposto nas cláusulas contratuais, deite de subscorver a parecer do Sr. Jarbas Machado Borges.

C Ó P I A

Procedência - Secretaria da Educação
Interessado - Escola Parque do Centro de Pesquisas Educativas
João Pinheiro

nº 4334

Data : 14 Agosto de 1967

Ementa

Um contratante não pode rescindir contrato sem reembolsar ao outro os gastos que fez por força de instrumento rescindido.

P A R E C E R

1 - Em 25 de agosto de 1960, a Secretaria da Educação, como proprietária, firmou contrato de administração de obra (locação de serviço) com a firma Comercial Acrópole Construtora Limitada, como administradora, o qual tinha por objeto a construção de um prédio a ser levantado em nome da proprietária e destinado a uma Escola-Parque, no bairro da Gameleira, nesta Capital.

2 - Segundo consta do ofício dirigido, em 16 de janeiro de 1967, pelo Dr. Silvestre A. Resende, Engenheiro do Estado ao Senhor Chefe do Gabinete do Secretário da Educação, as obras contratadas foram paralisadas "por falta de numerário posto à disposição desta Secretaria pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos", órgão financiador da construção - vide o ofício 1.251, de 11 de outubro de 1966, dirigido ao Dr. Gerson Brito Mello Besson, Secretário de Educação, pelo Dr. Carlos Corrêa Mascaro, Diretor do INEP.

3 - A cláusula NONA do contrato está assim redigida:

"Os serviços serão executados dentro dos limites do numerário posto à disposição da Proprietária pelo Ministério da Educação e Cultura".

E, reza ainda o mesmo contrato.

"Cláusula Décima Segunda.

Se os serviços forem paralisados pela proprietária, salvo o caso previsto na Cláusula NONA, pagará ela a multa de Cr\$2.000 (dois mil cruzeiros) por dia.

Incidirá em pena igual a Administradora, se paralisar os serviços sem autorização da Proprietária salvo motivo rela-

vante, a juízo destas".

Décima Terceira Cláusula - A infração de qualquer das cláusulas deste contrato, dará motivo à sua rescisão, incorrendo o infrator na multa de Cr\$500.000 (quinhentos mil cruzeiros).
(O grifo é nosso).

Combinando-se o disposto nas três cláusulas contratuais citadas, verifica-se que a paralisação de obra por falta de pagamento, não importa em infração que dê motivo à rescisão e à aplicação das multas estipuladas, de Cr\$2.000 diários e de Cr\$500.000. É o que se depreende do contrato.

A Cláusula Nona e Décima Segunda, ressalvam, expressamente, tal hipótese, excluindo-a da aplicação de multa.

4 - De outro lado, o cancelamento do contrato com a Administradora (Comercial Acrópole Limitada) e a transferência da execução do término das obras para a CARRPE, importa em sua rescisão pura e simples, o que evidentemente, gera o direito a multa de Cr\$500.000 (quinhentos mil cruzeiros) pela referida Administradora. Ocorre, no entanto, que esta não pleiteia, mas para rescisão amigável de contrato, deseja receber a quantia de Cr\$8.000.000 (oito milhões de cruzeiros), a título de "ressarcimento de gastos antecipados, por imperativo contratual, e cujo reembolso ser-nos-ia efetuado até o término integral da obra contratada, através da aplicação da taxa única de 16,8% - vide o ofício de 25 de novembro de 1966, firmado pela contratante Comercial Acrópole Construtora Limitada.

Se realmente, tais gastos eram necessários à execução da obra e estão previstos no contrato, como alega a Administradora e nos parece procedente, tem ela direito ao reembolso dos mesmos, já que a obra não foi paralisada por sua culpa, mas devido à "falta de numerário posto à disposição desta Secretaria pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos" - vide o citado relatório do Dr. Silvestre A. Resende, engenheiro fiscal da obra.

5 - Esses gastos devem ser fixados em vistoria da obra, a ser feita pelo seu engenheiro fiscal, Dr. Silvestre A. Resende, ou por outro que porventura o esteja substituindo.

6 - Se a obra apresentar defeitos, que possam ser atribuídos à sua má execução, o custo do reparo dos mesmos deverá ser imputado à Administradora no acerto final e, conseqüentemente, deduzido do "quantum" a lhe ser reembolsado. É o que caberá, também, ao engenheiro fiscal apreciar na vistoria sugerida.

Assim concluímos porque um contratante não pode rescindir contrato sem reembolsar ao outro os gastos que fez por força de instrumento rescindido.

7 - Esclarecemos, finalmente, que não houve apenas mera paralisação temporária da obra, mas rescisão contratual.

8 - É o nosso parecer, S. M. J., que submetemos à elevada apreciação do Senhor Doutor Advogado Geral.

Belo Horizonte, 7 de agosto de 1967

Ass. Jarbas Machado Borges
Advogado Consultor

Visto. Data venia, não concordo com parecer, na parte em que reconhece à contratante o direito de receber a importância de R\$8.000,00 (oito mil cruzeiros novos), a título de gastos antecipados. O instrumento de contrato, que é de administração, não dá ensejo a essa interpretação.

A responsabilidade do Estado se limita ao pagamento do contratado. A taxa de administração é de 16,8% (dezesseis e oito décimos por cento). A rescisão do contrato é-lhe inerente, com o pagamento da cláusula penal, estimada em 500 cruzeiros novos. A paralisação das obras podia se fazer, também, nos termos contratuais e nas hipóteses previstas. Cumpre, ainda, observar que a vistoria da CARPE verificou que os serviços não foram executados a contento.

10.08.67

Ass. Hélio Caetano da Fonseca
pelo Chefe do S.C.J.

Em face dos fundamentos do parecer do Dr. Hélio Caetano da Fonseca do disposto nas cláusulas contratuais deixo de subscrever o parecer do Dr. Jarbas Machado Borges, concordando, assim, com aquele pronunciamento.

Ass. Plínio Silva(illegível)

Aprovo o parecer do Dr. Advogado Geral do Estado.

24.8.1967

Ass. J.A. Alkmim

Confere com o original
Marlene Fiala
19.10.67

vante, a juízo destas".

Décima Terceira Cláusula - A infração de qualquer das cláusulas deste contrato, dará motivo à sua rescisão, incorrendo o infrator na multa de Cr\$500.000 (quinhentos mil cruzeiros).

(O grifo é nosso).

Combinando-se o disposto nas três cláusulas contratuais citadas, verifica-se que a paralisação de obra por falta de pagamento, não importa em infração que dê motivo à rescisão e à aplicação das multas estipuladas, de Cr\$2.000 diários e de Cr\$500.000. É o que se depreende do contrato.

A Cláusula Nona e Décima Segunda, ressalvam, expressamente, tal hipótese, excluindo-a da aplicação de multa.

4 - De outro lado, o cancelamento do contrato com a Administradora (Comercial Acrópole Limitada) e a transferência da execução do término das obras para a CARPE, importa em sua rescisão pura e simples, o que evidentemente, gera o direito a multa de Cr\$500.000 (quinhentos mil cruzeiros) pela referida Administradora. Ocorre, no entanto, que esta não pleiteia, mas para rescisão amigável de contrato, deseja receber a quantia de Cr\$8.000.000 (oito milhões de cruzeiros), a título de "ressarcimento de gastos antecipados, por imperativo contratual, e cujo reembolso ser-nos-ia efetuado até o término integral da obra contratada, através da aplicação da taxa única de 16,8% - vide o ofício de 25 de novembro de 1966, firmado pela contratante Comercial Acrópole Construtora Limitada.

Se realmente, tais gastos eram necessários à execução da obra e estão previstos no contrato, como alega a Administradora e nos parece procedente, tem ela direito ao reembolso dos mesmos, já que a obra não foi paralisada por sua culpa, mas devido à "falta de numerário posto à disposição desta Secretaria pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos" - vide o citado relatório do Dr. Silvestre A. Resende, engenheiro fiscal da obra.

5 - Esses gastos devem ser fixados em vistoria da obra, a ser feita pelo seu engenheiro fiscal, Dr. Silvestre A. Resende, ou por outro que porventura o esteja substituindo.

6 - Se a obra apresentar defeitos, que possam ser atribuídos à sua má execução, o custo do reparo dos mesmos deverá ser imputado à Administradora no acerto final e, conseqüentemente, deduzido do "quantum" a lhe ser reembolsado. É o que caberá, também, ao engenheiro fiscal apreciar na vistoria sugerida. Assim concluímos porque um contratante não pode rescindir contrato sem reembolsar ao outro os gastos que fez por força do instrumento rescindido.

7 - Esclarecemos, finalmente, que não houve apenas mera paralisação temporária da obra, mas rescisão contratual.

8 - É o nosso parecer, s. m. j., que submetemos à elevada apreciação do Senhor Doutor Advogado Geral.

Belo Horizonte, 7 de agosto de 1967

Ass. Jarbas Machado Borges
Advogado Consultor

Visto. Data venia, não concordo com parecer, na parte em que reconhece à contratante o direito de receber a importância de R\$8.000,00 (oito mil cruzeiros novos), a título de gastos antecipados. O instrumento de contrato, que é de administração, não dá ensejo a essa interpretação.

A responsabilidade do Estado se limita ao pagamento do contratado. A taxa de administração é de 16,8% (dezesseis e oito décimos por cento). A rescisão do contrato é-lhe inerente, com o pagamento da cláusula penal, estimada em 500 cruzeiros novos. A paralisação das obras podia se fazer, também, nos termos contratuais e nas hipóteses previstas. Cumpre, ainda, observar que a vistoria da CARRPE verificou que os serviços não foram executados a contento.

10.08.67

Ass. Hélio Caetano da Fonseca
pelo Chefe do S.C.J.

Em face dos fundamentos do parecer do Dr. Hélio Caetano da Fonseca do disposto nas cláusulas contratuais deixo de subscrever o parecer do Dr. Jarbas Machado Borges, concordando, assim, com aquele pronunciamento.

Ass. Plínio Silva(ilegível)

Aprovo o parecer do Dr. Advogado Geral do Estado.

24.8.1967

Ass. J.A. Alkmim

*Compare com o original
Hortensia Freire
17.10.67*

felicidade dos filhos, sendo esta uma publicação do Serviço de Arte Infantil.

Em relação às salas de aula da Escola Leon Renault, podemos informar que a escola é composta basicamente por duas edificações. A primeira data da década de 1960 e atualmente é utilizada para os anos finais do ensino fundamental (EF) (6º ao 9º ano) como também a gestão da escola (diretoria, supervisão e coordenação). As salas de aula deste prédio são comuns, retangulares, com ventilação cruzada, ficam situadas no único piso do edifício, o térreo.

O prédio mais novo é composto de dois pavimentos, e no primeiro andar promove as aulas dos primeiros anos do EF, sendo o acesso possível tanto por escadas quanto por elevador, visando atender a portadores de necessidades especiais. As salas de aula são tem o formato diferenciado, não sendo simplesmente o formato retangular, como também possuem ventilação cruzada. Ao observar estes ambientes inferimos que foram desenhadas para atividades de arte. Cada sala de aula possui: dois banheiros, duas áreas de armazenamento, um tablado ou estrutura em nível elevado, dando o aspecto de um mini palco.

Este ambiente escolar possibilita desempenho adequado para o ensino de teatro, música e artes visuais, sendo o espaço de armazenamento muito próximo do existente nas salas de aula da Escola Parque 313/314 Sul, principalmente nas salas voltadas para o ensino da música. Tais espaços são utilizados principalmente para o armazenamento dos instrumentos e materiais musicais. As salas do edifício mais novo da Escola Leon Renault também possui pontos de água, o que é um diferencial no ensino das artes visuais, que por vezes necessita de água para a limpeza de pincéis e diluição de tinta.

O tablado ou mini palco, conta com um desnível elevado contado em quatro degraus, de aproximadamente 50 centímetros acima do piso comum. Tal altura possibilita exercícios de corpo e presença de palco, sendo elementos presentes no ensino do teatro ou artes cênicas. Entretanto estas salas de aula não são utilizadas para o ensino exclusivo das artes, mas como salas de aula dos anos



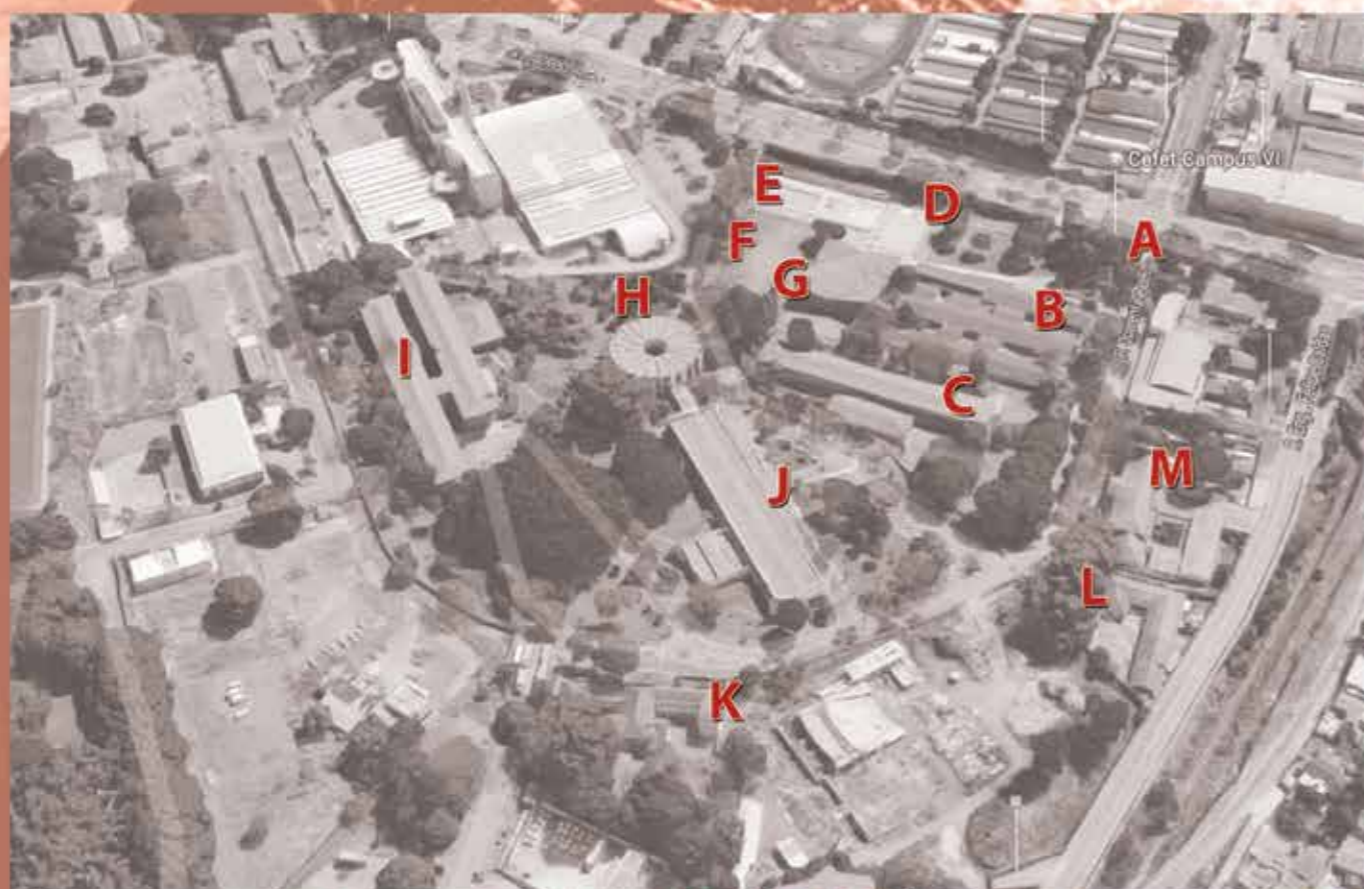
iniciais do EF, aproximando muito mais do ambiente proposto a uma Escola Classe do que a uma Escola Parque.

No espaço que separa os dois prédios (antigo do mais novo) da escola Leon Renault, existe uma área pavimentada multifuncional, até mesmo utilizada para pequena prática desportiva, como o jogo de queimada; e um parque de diversões; além de um corredor coberto com toldo, que possibilita o traslado das crianças, em segurança do sol e da chuva. Ainda existem nesta escola um grande ginásio coberto, multifuncional. No dia de nossa última visita, comprovamos a apresentação dos alunos na abertura dos jogos olímpicos da escola, com apresentação de ginástica, fanfarra, grupos representando delegações de alguns países, com alunos devidamente caracterizados. Sendo esta uma atividade desenvolvida em sala de aula e finalizada nesta congratulação de toda a escola reunida.

Além do parque infantil entre os dois prédios, a escola conta ainda com um campo de grama, duas piscinas ainda em condições de uso, uma quadra poliesportiva que se encontra em reforma durante o período da nossa última visita (set/2016), sem condições de uso. As piscinas são divididas em: uma piscina com formato próximo ao de piscina semi-olímpica com raias; uma piscina infantil em formato quadrangular voltado. Não foi encontrada a pista de atletismo citada em uma descrição de construção, nos documentos visualizados ao longo da investigação.







Descrição Situacional

- A – Entrada para o E.E. Leon Renault, Magistra, Umei e Cefet VI.
- B – E.E. Leon Renault – Pavilhão de salas de aula – antigo.
- C – E.E. Leon Renault – Pavilhão de salas de aula novo.
- D – E.E. Leon Renault – Quadra de esportes – interdita.
- E – E.E. Leon Renault – Piscinas.
- F – E.E. Leon Renault – Campo de grama.
- G – E.E. Leon Renault – Ginásio.
- H – Magistra – Pavilhão gerencial.
- I – Magistra – Pavilhão residencial.
- J – Magistra – biblioteca (arquivo CRPEMG/Pabae), museu do professor, salas de capacitação.
- K – último pavilhão existente do IJP.
- L – Umei.
- M – Cefet campus VI.

Considerações finais

Visando responder de forma efetiva os objetivos propostos no início desta tese, expõe-se alguns apontamentos. Esta pesquisa possibilitou conhecer e compartilhar os dados recuperados nos arquivos brasileiros visitados. A inexistência de informações publicadas no meio acadêmico sobre as Escolas Parque de Campina Grande e de Belo Horizonte, permitia a consideração de que as mesmas não haviam existido, quiçá pensar que nestas cidades haveria de ter sido construída uma escola desta tipologia.

Agora, após os dados exibidos, é possível deduzir que a Escola Parque de Campina Grande corresponde ao Teatro Municipal Severino Cabral, tanto pela possibilidade de uso do recurso financeiro advindo do Inep/MEC, quanto pela existência da escola de arte a ele agregada fisicamente e proximidade das construções e recursos utilizados.

Quanto à Escola Estadual Leon Renault em Belo Horizonte traz traços de uma arquitetura vanguardista e em seus documentos fica clara a sua nomenclatura: Escola Parque de Belo Horizonte, como foi demonstrado nas páginas anteriores. Entretanto, esta escola, como tipologia Escola Parque não vingou.

Após as mudanças governamentais, dentre elas a aposentadoria de Anísio Teixeira e a presença de um governo ditatorial no Brasil, o projeto foi estancado e posteriormente desativado, não sendo possível a sobrevivência do que se havia planejado para esta escola. Porém, foi edificada sob conceitos previstos no planejamento, tanto arquitetonicamente quanto pedagogicamente, e atualmente funciona como uma escola comum, em uma estrutura diferenciada sem o devido planejado de todo o seu potencial enquanto escola.

No edifício novo desta escola há salas de aula diferenciadas dos ambientes escolares comuns, até mesmo das salas do edifício velho da mesma escola. As novas salas possuem áreas diferenciadas e voltadas para uma prática pedagógica vanguardista, de acordo com o pensamento e as propostas existentes no período em que

juntamente a esta escola funcionava o Pabae e o centro de formação de professores, mantido em grande parte pelo Inep.

As salas de aula possuem um tablado ligeiramente elevado, em relação ao piso da área comum da sala de aula. Este tablado visa a prática da apresentação, do exibir-se, do mostrar-se ao público, ao outro, possibilitando ao alunado uma experiência artística não só no campo do teatro, como também nas aulas de música. Tal experiência é gatilho de desenvolvimento de autoconfiança e amadurecimento. Sendo o público composto somente de colegas de turma, a timidez é trabalhada, bem como a postura, as relações interpessoais, e também a formação de platéia.

Se um aluno está no tablado, o outro encontra-se na área destinada ao espectador. Assim, o respeito e a admiração, a compreensão e a empatia são valores trabalhados nesta dinâmica possível no microcosmo da sala de aula. A formação do apreço à oportunidade de escutar o outro, de conhecer o trabalho do outro, de aprender com o outro, são motes desta experiência possível.

Ainda há nestas salas de aula os nichos edificadas para o armazenamento do material próprio deste ambiente, como por exemplo, livros, materiais de artes visuais, instrumentos musicais, figurino e até mesmo os portfólios possíveis de cada aluno e também os materiais do professor. Funcionam como dois escaninhos, seguros e de fácil acesso.

Sobre a Escola Playground existente no Rio de Janeiro, percebe-se ali não só o germen da tipologia Escola Parque, como também na sua relação com a Escola Classe, sendo o início do conceito de Centro Educacional Elementar, idealizado por Teixeira e implantado na cidade de Salvador e Brasília. Todavia, a tipologia Playground já trazia em si, devido às salas especiais, o germen também do Pavilhão de Artes Industriais.

Pavilhões estes que possibilitaram a disseminação de práticas pedagógicas diferenciadas e formações de professores em nível nacional, tanto construindo um novo fazer pedagógico nas liguagens artísticas, como também gerando demanda por um profissional distinto do até então existente. Com o ambiente escolar proposto pelos Pavilhões de Artes Industriais, têm-se uma

expansão do arcabouço pedagógico, até então de responsabilidade das normalistas na maioria das escolas existentes no Brasil.

Percebe-se assim, que as iniciativas de Anísio Teixeira, ao longo de sua atuação profissional, promoveram alterações no cenário educacional brasileiro tão profundas, a ponto de forjar a necessidade de uma nova categoria dentro da classe de professores: os arte educadores.

Visando ilustrar tal impacto, cita-se a formação de Ana Mae Barbosa, um ícone da arte educação brasileira que é, por sua formação inicial, bacharel em direito, numa época em que não havia a devida formação aos interessados pelo ensino efetivo da arte, mas que aos poucos, adentrou o universo educacional, tornou-se um expoente desta categoria.

Há que se pontuar que existiam os cursos de formação para artistas e não para arte educadores. A ação anisiana tem grande impacto na formação pedagógica desta área. Muitos dos profissionais atuantes na sala de aula da rede pública, advinham de carreiras distantes da educação, mas que ali vislumbravam uma oportunidade de trabalho e remuneração.

Enfim, esta pesquisa se encerra aqui com um ponto, mas não um ponto final. Um ponto de termino de sentença que possibilita a construção de novos parágrafos. Há muito que pode ser compreendido como possíveis desdobramentos destes apontamentos e dados desvelados. O fato de ter ocorrido um recorte quanto ao relato de Teixeira quanto às Escolas Parques que seriam construídas, por exemplo, aponta possíveis investigações futuras, bem como um maior aprofundamento nos documentos existentes nos acervos, ora consultados.

Destas possibilidades, aponta-se a riqueza de documentos existentes no arquivo da biblioteca do Magistra/MG em Belo Horizonte, na mesma área onde foi edificada a Escola Parque de Belo Horizonte. A possibilidade de pesquisa acerca do material didático produzido nas décadas de 1950 a 1970 é rico e vasto. Portanto, que venham novos textos, discussões e aprendizados. Espero realmente ter contribuído. Obrigado.



Referências

- A UNIÃO. Jornal de circulação. João Pessoa. 17 de Janeiro de 1960a.
- _____. Jornal de circulação. João Pessoa. 29 de Janeiro de 1960b.
- _____. Jornal de circulação. João Pessoa. 19 de Abril de 1960c.
- _____. Jornal de circulação. João Pessoa. 20 de Abril de 1960d.
- _____. Jornal de circulação. João Pessoa. 19 de Maio de 1960e.
- _____. Jornal de circulação. João Pessoa. 18 de junho de 1960f.
- _____. Jornal de circulação. João Pessoa. 02 de Julho de 1960g.
- ABREU, Ivanir Reis Neves. *Convênio Escolar: utopia construída*. Dissertação de mestrado. FAU/USP. 2007.
- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. IPLANRIO. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1988.
- ABREU, Mauricio de Almeida; VAZ, Lilian. *Sobre as origens da favela*. Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR, 1991.
- ANDRADE, Erika Natacha Fernandes de; CUNHA, Marcus Vinicius da. A música na pedagogia poética e retórica de John Dewey. In: *Anais do SEFIM*. Revista V.02 p387-389. Porto Alegre. 2016.
- ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. *Arquitetura moderna na Bahia, 1947-1951: uma história a contrapelo*. Doutorado (tese) – Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2012.
- ANDREOTTI, Azilde Lina. *A Administração Escolar Na Era Vargas E No Nacional desenvolvimentismo (1930 - 1964)*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.102-123, ago. 2006.
- ALMEIDA, Jose Ricardo Pires de. *História da instrução pública no Brasil: 1500-1889*. São Paulo, INEP. 1989.
- ALMEIDA, Stela Borges de; FEITAS, Joseania Miranda. Programa de Reconstrução Educacional na Bahia: Anísio Teixeira (1952-1964). In ARAÚJO, Marta Maria de; BRZEZINSKI, Iria. (Org). Anísio Teixeira na Direção do Inep: Programa para a Reconstrução da Nação Brasileira (1952-1964). Brasília. 2006.
- ARAÚJO, Marta Maria de. Uma ousada reforma educacional do governo Dinarte Mariz no Rio Grande do Norte (1956-1961) e o apoio institucional de Anísio Teixeira como diretor do Inep. In ARAÚJO, Marta Maria de; BRZEZINSKI, Iria. (Org). Anísio Teixeira na Direção do Inep: Programa para a Reconstrução da Nação Brasileira (1952-1964). Brasília. 2006.
- ARTIGAS, João Batista Vilanova. *Sobre escolas...* Acrópole, São Paulo, n.377, p.10-43, setembro. 1970.
- AZEVEDO, Fernando de. *A Escola Nova e a Reforma*. Boletim de Educação Pública 1, p.15-17, jan. mar. 1930.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BARBOSA, Rui. *Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública*. Obras completas. Vol. X, tomo I ao IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde. 1947.
- _____. *O desenho e a arte industrial*. Rio de Janeiro. 1949.
- BARBOSA, Ana Mae. *Teoria e Prática da Educação Artística*. São Paulo. 1975.
- _____. *John Dewey e o ensino de arte no Brasil*. São Paulo. 2002.
- _____. *O ensino da arte e do design quando se chamava desenho: reforma* Fernando de Azevedo. In *Educação em foco*. (revista) Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 19-52, jul./out. 2013.
- BARRETT, Peter; DAVIES, Fay; ZHANG, Yufan; BARRETT, Lucinda. *The impact of classroom design on pupils' learning: Final results of a holistic, multi-level analysis*. *Building and Environment*, v. 89, p. 118-133. 2015.
- BARROS, Rubem. A educação integral versus o puxadinho. In: *Revista Educação*. Ano 11, Nº 128, p.28-45. 2007.
- BASTOS, Maria Alice Junqueira. A escola-parque: ou o sonho de uma educação completa (em edifícios modernos). revista au, são paulo, novembro 2010. Disponível em < <http://au.pini.com.br/arquiteturaurbanismo/178/a-escola-parque-ou-o-sonho-de-uma-educacao-completa-em-122877-1.aspx>> acesso em 25/08/15
- BASTOS, Maria Helena Câmara; QUADROS, Claudemir de; ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. Luzes e sombras de um projeto: o Programa de reconstrução educacional de Anísio Teixeira no Rio Grande do Sul (1952-1964). In ARAÚJO, Marta Maria de; BRZEZINSKI, Iria. (Org). Anísio Teixeira na Direção do Inep: Programa para a Reconstrução da Nação Brasileira (1952-1964). Brasília. 2006.
- BEZERRA, Murillo Alencar. *Avaliação de um projeto sócio-educacional: a educação integral entre o plano e a realidade*. Dissertação de mestrado. Universidade Católica de Brasília. Brasília. 2015.
- BIELINSKI, Alba Carneiro. *Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro: dos pressupostos aos reflexos de sua criação - de 1856 a 1900*. Rio de Janeiro: dissertação de Mestrado em Artes Visuais da EBA-UFRJ. 2003.
- BOLETIM DE EDUCAÇÃO PÚBLICA. *Cruzada pela Escola Nova*. 1 (1): 142-144, jan. mar. 1930.
- BORGES, Abílio César Pereira. *Geometria Popular*. Ed. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1959.
- BRASIL. MEC. *Relatório Quinquenal do Ministério da Educação e Cultura (1956-1960)*. Brasília, 1960.
- _____. *DECRETO-LEI Nº 4.244, DE 9 DE ABRIL DE 1942*. disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html> acessado em 08/05/2017.
- _____. *LEI Nº 11.274, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2006*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11274.htm acessado em 12/05/2017.
- _____. *Portal do Governo Federal sobre Economia e Emprego*. 2012. <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/04/inflacao> acessado em 30/06/2015.
- _____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. 1971. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-norma-pl.html> acessado em 12/09/2017.

BRITTO, Jader de Medeiros. Presença de Dumerval no INEP. In: *Universidade Federal da Paraíba*. Concepção do educador e da universidade. João Pessoa. 1988.

BRZEZINSKI, Iria. Instituto de Educação de Goiás (1937-1972): o movimento instituinte-instituído. VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação (anais). Uberlândia. 2006a.

BRZEZINSKI, Iria. Anísio Teixeira e o Instituto de Educação de Goiás: Política educacional? Formação de profissionais da educação? Construção escolar? In ARAÚJO, Marta Maria de; BRZEZINSKI, Iria. (Org). Anísio Teixeira na Direção do Inep: Programa para a Reconstrução da Nação Brasileira (1952-1964). Brasília. 2006b.

BUFFA, Ester. *Arquitetura e Educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893 – 1971*. EduFSCAR, Inep. 2002.

CAMPINA GRANDE. Semanário Oficial da Prefeitura Municipal de Campina Grande. Ano IV, Número 216, p. 1-4, 28 de maio de 1960. 1960a.

_____. *Semanário Oficial da Prefeitura Municipal de Campina Grande*. Ano IV, Número 221, p. 1-4, 25 de junho de 1960. 1960b.

_____. *Semanário Oficial da Prefeitura Municipal de Campina Grande*. Ano IV, Número 225, p. 1-8, 6 de agosto de 1960. 1960c.

_____. *Semanário Oficial da Prefeitura Municipal de Campina Grande*. Ano IV, Número 226, p. 1-4, 13 de agosto de 1960. 1960d.

_____. *Semanário Oficial da Prefeitura Municipal de Campina Grande*. Ano IV, Número 241, p. 1-4, 3 de dezembro de 1960. 1960e.

_____. *Semanário Oficial da Prefeitura Municipal de Campina Grande*. Ano V, Número 284, p. 1-4, 21 de outubro de 1961.

_____. *Semanário Oficial da Prefeitura Municipal de Campina Grande*. Ano VI, Número XXX, p. 1-4, 24 de fevereiro de 1962a.

_____. *Semanário Oficial da Prefeitura Municipal de Campina Grande*. Ano VI, Número 308, p. 1-4, 14 de abril de 1962b.

_____. *Semanário Oficial da Prefeitura Municipal de Campina Grande*. Ano VI, Número 310, p. 1-4, 28 de abril de 1962c.

_____. *Semanário Oficial da Prefeitura Municipal de Campina Grande*. Ano VI, Número 332, p. 1-4, 6 de outubro de 1962d.

_____. *Semanário Oficial da Prefeitura Municipal de Campina Grande*. Ano VII, Número 359, p. 1-4, 9 de novembro de 1963a.

_____. *Semanário Oficial da Prefeitura Municipal de Campina Grande*. Ano VII, Número 362, p. 1-4, 23 de novembro de 1963b.

CAMPOS, Maria Dolores Coni. Depoimento. In: *Educação pela Arte*. MIRANDA, Orlando (org.). Rio de Janeiro. 2011.

CARDOSO, Silmara de Fátima. Viajar é inventar o futuro: narrativas de formação e o ideário educacional brasileiro nos diários e relatório de Anísio Teixeira em viagem à Europa e aos Estados Unidos (1925-1927). Tese de doutorado, USP. 2011.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Anísio Teixeira: itinerários. In: Seminário "Um olhar sobre Anísio", Mesa redonda Política Educacional, Rio de Janeiro, UFRJ/CFCH/PACC, Fundação Anísio Teixeira, 1999.

CASASSANTA, Mário. Centro Regional de Pesquisas Educacionais (Discurso). In: *Revista do Ensino*. Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, Ano XXVII, Nº 207, p.4-14. Belo Horizonte. 1957.

CASTRO, Jane Margareth de. Trajetória Institucional – Uma Cronologia. In FAE/IRHJP. Política de Capacitação dos profissionais da educação. Fundação de Assistência ao Estudante/Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro – Departamento Técnico-Pedagógico. Divisão de Produção de Materiais e Publicações. Belo Horizonte. 1989.

CASTRO, Carlos Dunham Maciel Siaines de. O espaço da escola na cidade: CIEP e arquitetura pública escolar. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de Brasília, Brasília. 2009.

CATELLI, Rosana Elisa. Dos "naturais" ao documentário: o cinema educativo e a educação do cinema entre os anos 1920 1930. (tese) Universidade Estadual de Campinas. 2007.

CAUDILL, William W. Toward Better School design. F. W. Dodge Corporation, New York, 1954.

CB. Correio Braziliense. Onde tudo aconteceu. Eu Estudante. Brasília. 2014. Disponível em http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/cultura/2014/06/03/Cultura_Interna,430650/onde-tudo-aconteceu.shtml acesso em 08/04/2016.

CHAHIN, Samira Bueno. CIDADE, ESCOLA E URBANISMO: o programa escola-parque de Anísio Teixeira. In XIV Seminário de História da Cidade de do Urbanismo. Universidade de São Paulo. 2016.

CIEP. Conferência Interestadual de Ensino Primário. Anais. Rio de Janeiro. O Norte, 1922.

COSTA, Lúcio. IPHAN. Relatório do Plano Piloto de Brasília. In Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do Iphan no Distrito Federal. Relatório do Plano Piloto de Brasília. Brasília. 2014.

DELAQUA, Victor. Arte e Arquitetura: Espaço Lúdico - Escola Classe 304 / MGS. ArchDaily Brasil. 2012. Disponível em <https://www.archdaily.com.br/75688/arte-e-arquitetura-espaco-ludico-escola-classe-304-mgs> Acessado 28/agosto/2017.

DEPHA – Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal. Tombamento de bem patrimonial: escola-parque 3037/308 sul. Brasília, 2004. Processo n. 0150-000002/2004. 151 p.

DEWEY, John. Democracia e educação: introdução à filosofia da educação. 3. ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, xi, 416 p. (Atualidades Pedagógicas ; v. 21). 1959.

_____. Individuality and experience. In: DEWEY, J. John Dewey on education. Chicago: The University of Chicago, 1964.

_____. Vida e Educação. Ministério da Educação e cultura. Ed. Melhoramentos. Tradução e Estudo Preliminar por Anísio S. Teixeira. Rio de Janeiro, 1978.

ÉBOLI, Terezinha. *Uma experiência de educação integral*: Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Rio de Janeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, 1983.

FAE/IRHJP. *Política de Capacitação dos profissionais da educação*. Fundação de Assistência ao Estudante/Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro – Departamento Técnico-Pedagógico. Divisão de Produção de Materiais e Publicações. Belo Horizonte. 1989.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *República, trabalho e educação*: a experiência do Instituto João Pinheiro 1909/1934. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco. 2001.

_____. *Educação Pública*: a invenção do presente. Belo Horizonte, Mazza Edições. 2012.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VAGO, Tarcísio Mauro. Entre Relógios e Tradições: Elementos para uma história do processo de escolarização em Minas Gerais. In: *Brasil 500 anos*: tópicos em História da Educação. VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. (organizadoras) São Paulo. 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. *Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil*. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago, Nº 14. 2000.

FERRAZ, Maria Heloísa Correa de Toledo; FUSARI, Maria Felisminda de Resende e. *Metodologia do ensino de arte*. São Paulo, Cortez, 1993.

FERREIRA, Avany de Francisco; CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; MELLO, Mirela Geiger de. Organizadoras. *Arquitetura escolar paulista*: restauro. São Paulo. 1998.

FERREIRA, Marcílio Mendes; GOROVITZ, Mateus. A invenção da superquadra: o conceito de Unidade de Vizinhança em Brasília. Brasília: Iphan, 2007.

FRANÇA, Basileu Toledo. Estudos de educação. Goiânia. 1961.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Anísio Teixeira e as construções escolares como estratégia para a difusão de modelos pedagógicos. In ARAÚJO, Marta Maria de; BRZEZINSKI, Iria. (Org). Anísio Teixeira na Direção do Inep: Programa para a Reconstrução da Nação Brasileira (1952-1964). Brasília. 2006.

FREYRE, Gilberto. *Arte, ciência e trópico*. INL, São Paulo, 1980.

GALLION, Arthur Banta; EISNER, Simon. *The urban pattern*: city planning and design. New York. 1950.

GIBBERD, Frederick. *Town Design*. Londres, 1953.

GUTTON, André. *Conversations sur l'architecture*. V.IIIB. Paris. 1959.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto; TANURI, Leonor Maria. A educação básica no Brasil: dos primórdios até a primeira Lei de diretrizes e Bases. In: *Estrutura e funcionamento da educação básica*. MEMESES, João Gualberto; MARTELLI, Anita Favaro. (org). São Paulo. 1998.

HILLMANN, Arthur. *Organização da comunidade e planejamento*. Tradução - Marília D. Carneiro e Marina T. Menezes. Rio de Janeiro, 1956.

HENRIQUES, Cinira Maria Nóbrega; PEREIRA, Ewa Waisros; SOUZA, Franciso Heitor de Magalhães. *Seminário Educação no Distrito Federal*: memória dos professores, dos estudantes e dos gestores pioneiros. Anais. Brasília. 2007.

INSTITUTO DE ARTE TEAR. *Conferência de Ana Mae Barbosa*. Org Denise Mendonça. Memorial Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ncm1e9F3u1c>, visualizado em 26 de novembro de 2015.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do Iphan no Distrito Federal. Relatório do Plano Piloto de Brasília. Brasília. 2014.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do Iphan no Distrito Federal. *Superquadra de Brasília*: preservando um lugar de viver. Brasília. 2015.

JANNIBELLI, Emilia D'Anniballe. *A Musicalização na escola*. Estado da Guanabara. 1971.

KIM, Lina; WESELY, Michael. *Arquivo Brasília*. São Paulo. 2010.

KOWALTOWSKI, Dóris Catharine Cornélie Knatz. *Arquitetura escolar*: o projeto do ambiente de ensino. São Paulo. 2011.

LAMBERT, Levindo. Um discurso cheio de ensinamentos (Discurso). In: *Revista do Ensino*. Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, Ano XXVII, Nº 207, p.4-14. Belo Horizonte. 1957.

LASSANCE, Adalberto. Brasília DF: imperativos institucionais. Brasília. 2002.

LIMA, Hezrom Vieira Costa; LIMA, Jéssica Camêlo de. Fragmentos da história do São José: uma (re)construção a partir dos conceitos de memória, lugar e identidade. In: *Revista Angelus Novus*. USP, Ano V, n. 7, p. 89-104. 2014.

LIMA, Juliana Valença Fiuza. Aprendendo com arquitetura: o programa "Escola-Parque". Ensaio Teórico. Faculdade de Arquitetura da Universidade de Brasília. Brasília. 2011.

LIMA, Mayumi Watanabe Souza. Estado e movimentos populares na construção do Prédio Escolar: confronto ou colaboração? In: *Arquitetura e Educação*. São Paulo. 1995.

LIRA, Marina Azevedo. A escola parque 303/304 sul. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Arquitetura. Universidade de Brasília. Brasília. 2016.

LOBO, Yolanda Lima; CHAVES, Miriam Waidenfeld. Educação como reconstituição e reorganização da experiência: Guatemala, a escola-laboratório do Inep (1955-1964). In ARAÚJO, Marta Maria de; BRZEZINSKI, Iria. (Org). Anísio Teixeira na Direção do Inep: Programa para a Reconstrução da Nação Brasileira (1952-1964). Brasília. 2006.

LOUREIRO, Claudia. *Classe, controle, encontro*: o espaço escolar. Tese de doutorado Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2000.

LOUREIRO, Claudia; AMORIM, Luiz. *Por uma arquitetura social*: a influência de Richard Neutra em prédios escolares no Brasil. Vitruvius - ano 02, jan. 2002.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström Lourenço. *Tendências da Educação Brasileira*. São Paulo. 1938¹.

_____. Prefácio In: *Vida e Educação*. DEWEY, John. Ministério da Educação e cultura. Ed. Melhoramentos. Tradução e Estudo Preliminar por Anísio S. Teixeira. Rio de Janeiro, 1978.

MALDONADO, Tomás. Design industrial. Lisboa. 2015.

MARQUES, Mário Osório. Escrever é preciso: o princípio da pesquisa. Universidade de Ijuí. Ijuí. 1998.

MARTINS, Alice Fátima. Escolas-Parque: legado do educador Anísio Teixeira, patrimônio da educação brasileira. In ARAÚJO, Marta Maria de; BRZEZINSKI, Iria. (Org). Anísio Teixeira na Direção do Inep: Programa para a Reconstrução da Nação Brasileira (1952-1964). Brasília. 2006.

MASCARENHAS, Giselle Moll. O Comércio local de Brasília: projeto e configuração da rua da igreja. 2013. 165 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MATOS, Aníbal. Ensino artístico profissional. In: *Belas-Artes*. Coletânea de artigos publicados em jornais, entre 1908 e 1923. Minas Gerais - Imprensa Oficial. 1923.

MEC/FAE/IRHJP. *30 anos de educação* – Pesquisas, publicações, capacitação de recursos humanos, acompanhamento e avaliação de programas. Relatório de ações: 1956 – 1986. Belo Horizonte. 1986.

MELO, Cristiane Silva; MACHADO, Maria Cristina Gomes. José Ricardo Pires de Almeida e a instrução primária no Império Brasileiro (1822-1889): um estudo sobre a obra "História da Instrução Pública no Brasil (1889)". In: *VII Congresso Brasileiro de história da educação* - circuitos e fronteiras história da educação no Brasil. Cuiabá. 2013.

MELLO, Suzy de. *Escolas Elementares*. Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (tese de doutorado). Belo Horizonte. 1970.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos. Reconstrução da escola e formação do magistério nacional: as políticas do Inep/CBPE durante a gestão de Anísio Teixeira (1952-1964). In: *Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos 1950/1960*. MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos; XAVIER, Libânia Nacif. INEP (Coleção Inep 70 anos ; 1). Brasília. 2008.

_____. Prefácio. In: PEREIRA, Eva Waisros (Org.). *Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa [1956-1964]*. Brasília. 2011.

_____. Prefácio. In: *Anísio Teixeira e a cultura: subsídios para o conhecimento da atuação de Anísio Teixeira no campo da cultura*. ROCHA, João Augusto de Lima. Salvador. 2014.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos; XAVIER, Libânia Nacif. *Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos 1950/1960*. INEP (Coleção Inep 70 anos ; 1). Brasília. 2008.

MILITÃO, Silvio César Nunes. *O processo de municipalização do ensino no Estado de São Paulo*: uma análise do seu desenvolvimento na Região de Governo de

¹ Nota do autor: O ano de publicação é estimado, em informações existentes no livro nas páginas 45 e 156, nesta última o autor finaliza a conclusão datando em Julho de 1938. Há uma versão reeditada pelo MEC e disponível em formato de arquivo pdf, de domínio público, que pode ser encontrada no endereço: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/198>

Marília. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp-Marília. 2007.

MONTESSORI, Maria. *A criança*. São Paulo: Círculo do Livro. 1988.

MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Sítio digital com parte do acervo do Museu da Educação do Distrito Federal. <http://www.museudaeducacao.com.br>. Brasília. 2017.

MUSEU DE ARTE DO RIO. Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas. Entre 26 de agosto de 2014 a 11 de janeiro de 2015. Rio de Janeiro. 2014.

NASCIMENTO, Mario Fernando Petrilli do. *Arquitetura para a educação: a contribuição do espaço para a formação do estudante*. (dissertação de mestrado) USP. 2012.

NEUTRA, Richard Joseph. *Arquitetura social em países de clima quente / Architecture of social concern in regions of mild climate*. São Paulo. 1948.

NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira*. Recife. 2010.

O GLOBO. *A escola nova e a reforma do ensino: uma série de conferências organizadas pela Diretoria Geral de Instrução Municipal*. Rio de Janeiro, 17 de abril 1928.

O JORNAL. *Uma exposição de desenhos dos escolares japoneses na Escola Deodoro*. Rio de Janeiro. 13 junho de 1928.

OLIVEIRA, Beatriz Santos de. *A modernidade oficial: a arquitetura das escolas públicas do Distrito Federal (1928-0940)*. Dissertação de mestrado. FAU/USP. 1991.

OLIVEIRA, Hildérico Pinheiro. A ação conjunta de Anísio Teixeira e do Inep na Bahia. Cadernos IAT. v. 1, n. 1, Salvador: Instituto de Estudos e Pesquisas em Educação Anísio Teixeira. 1988.

OLIVEIRA, Raimundo Sobreiro Góes de. *A Crise do Ensino*: Brasília. Brasília. 1980.

OLIVEIRA, Simone Santos de. *Visualidades no componente curricular arte da rede pública de ensino do Distrito Federal: uma análise comparada dos currículos de 2000, 2009 e 2011 - ensino fundamental - anos finais*. Dissertação de Mestrado UnB. Brasília. 2014.

OLIVEIRA, Simone Santos de; XAVIER, Cleber Cardoso. *Brasília x5: 50 anos de artes visuais em Brasília*. Brasília. 2011.

ORAZEM, Roberta Bacellar. Arte e educação: uma estratégia jesuítica para a catequização dos índios no Brasil colonial. In: *Revista Digital Art&*. Ano IV - Número 05 - Abril de 2006. 2006.

PAIVA, Vanilda Pereira. Educação popular e educação de adultos. São Paulo. 1987.

PAIVA, Edil Vasconcellos de; PAIXÃO, Lea Pinheiro. Pabae (1956-1964): a americanização do ensino elementar no Brasil? Niterói: EdUFF, 2002.

PEREIRA, Alessandro Guimarães. *Arquitetura Escolar: notas comparativas sobre projetos em São Paulo e Brasília*. Dissertação de mestrado. UnB. 2007.

PEREIRA, Eva Waisros. (Org.). *Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa [1956-1964]*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2011.

_____. Fontes documentais para a história da educação de Brasília. III Encontro de história da educação da região centro-oeste (anais). Catalão. 2015.

PEREIRA, Eva Waisros; ROCHA, Lúcia Maria da Franca. Anísio Teixeira e o plano educacional de Brasília. In: *Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa [1956-1964]*. PEREIRA, Eva Waisros (Org.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

PEREIRA, Eva Waisros; ROCHA, Lúcia Maria da Franca. Escola Parque de Brasília: uma experiência de educação integral. In: *Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa [1956-1964]*. PEREIRA, Eva Waisros (Org.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011a.

PERPÉTUO, Thiago Pereira. Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília. Dissertação de mestrado. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro. 2015.

PERRY, Clarence Arthur. Neighbourhood and community planning. In: *Regional Plan of New York and its Environs*. Regional Survey. V. VII. New York. 1929.

PIRES DE ALMEIDA, José Ricardo. *L' Instruction Publique au Brésil - Histoire - Legislation*. Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional). 1889.

PMPS. Prefeitura Municipal de São Paulo. *Código de Posturas de São Paulo*. 1886. Disponível em https://archive.org/stream/CodigoDePosturasDoMunicipioDeSaoPaulo1886/cod_post_1886#page/n9/mode/2up acesso 17/12/2016.

PMRJ. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. *Mini Sítio com o Guia de Escolas de Anísio Teixeira*. Rio de Janeiro. (digital) s/d. http://www0.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas_anisio/nav_anisio.htm acessado em 24/08/2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo. 1983.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL; AGACHE, Donat Alfred. *Cidade do Rio de Janeiro: Extensão-Remodelação-Embelezamento*. Paris: Foyer Brésilien, 1930.

RIBEIRO, Darcy. *A universidade de Brasília na Comissão da Educação e Cultura da Câmara dos Deputados*. Brasília. 1963.

_____. Carta': falas, reflexões, memórias. Informe de distribuição restrita do Senador Darcy Ribeiro. Nº 14 Senado Federal. Brasília. 1995.

RICARDO. Luciana de Maya. Do ideário pedagógico de Anísio Teixeira para Brasília às Escolas Parque contemporâneas. III Encontro de história da educação da região centro-oeste (anais). Catalão. 2015.

RIQUE, Newton. *Carta ao Ministro de Estado da Educação e Cultura*. 25 de fevereiro de 1964.

ROCHA, João Augusto de Lima. *Anísio Teixeira e a cultura: subsídios para o conhecimento da atuação de Anísio Teixeira no campo da cultura*. Editora Universidade de Brasília. Salvador, EdUFBA, 2014.

ROCHA, Laryssa Mota Guimarães. Uma história da dança em escolas de Brasília: memórias da Escola-Parque do período de 1960 a 1974. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília. Brasília. 2016.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis. 1987.

ROTH, Alfred. *The New School*. Zurich. 1957.

SÃO PAULO. *Código de Educação do Estado de São Paulo*. 1934. <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-5884-21.04.1933.html> acessado em 14/09/2015.

SAUNDERS, Robert. Selections from historical writings on art education. In: *Concepts in art and education*. London. 1970.

SAVIANI, Demerval. *A história da escola pública no Brasil*. Revista de Ciências da Educação, Lorena. Ano 05, nº 08, junho. 2003.

_____. *O Legado educacional do Século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. O legado educacional do "breve século XIX" brasileiro. In: *O legado educacional do século XIX*. SAVIANI, Dermeval et al. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SCHÜLTZ, Zenaide Cardoso; ACIOLI, Luís. Construção e Equipamentos de Escolas. In: *INEP*. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/Ministério da Educação. V.1. Rio de Janeiro. 1967.

SCHÜTZ-FOERSTE, Gerda Margit. *Arte-Educação: pressupostos teóricos metodológicos na obra de Ana Mae Barbosa*. Dissertação de Mestrado UFG. Goiânia. 1996.

SENE, José Eustáquio de. A sociedade do conhecimento e as reformas educacionais. In: *Diez años de cambios en el mundo, en la geografía y en las ciencias sociales, 1999-2008*. X Coloquio Internacional de Geocrítica. Barcelona. 2008.

_____. *As reformas educacionais após a abertura política no Brasil e na Espanha: uma análise crítica do Ensino Médio e da Geografia*. Tese (doutorado em Geografia). São Paulo. 2009.

SILVA, Ernesto. Plano Educacional. In: SILVA, Ernesto. História de Brasília. 2a ed. Brasília: Senado Federal, 1985. p.235-252.

SILVA, Ernesto. *História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade*. Brasília. 2006.

SILVA, Marta do Nascimento. *A favela como expressão de conflitos no espaço urbano do Rio de Janeiro: o exemplo da zonal sul carioca*. Rio de Janeiro. (dissertação de mestrado PUC). 2010.

SILVA, Nonato. A criação de Brasília. In: *Brasília*. Edição especial de ARQUITETURA E ENGENHARIA, jul-Ago. Belo horizonte. 1960.

SILVA, Renata Souza. Os professores pioneiros do Distrito Federal: história e memória da profissão docente. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília. Brasília. 2010.

TARALLI, Cibele Haddad. *Demandas Sociais e escola pública*. Anais: Seminário internacional NUTAU 2004, Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade. Anais. FAU/USP. São Paulo. 2004.

TAUNAY, Maria Paula Vasconcelos. Paisagens da memória: museu da educação do Distrito Federal. Tese (Doutorado em Educação)—Universidade de Brasília. Brasília. 2015.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. *Anotações relativas às escolas européias quando de sua viagem de estudos*. Europa. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro. Entre 1924-1927, provável 1925. Disponível em http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=AT_prodInte&pasta=AT%20pi%20Teixeira,%20A.%201924/1927.00.00 acessado em 21/05/2017.

_____. *Aspectos americanos da educação*: relatório apresentado ao Governo do Estado da Bahia pelo diretor geral de instrução, comissionado em estudo na América do Norte. Typographia De São Francisco, 1928.

_____. *Educação pública*: administração e desenvolvimento. Relatório d(1935)o diretor-geral do Departamento de Educação do Distrito Federal. Dezembro de 1934. Rio de Janeiro: Off. Gráfica do Departamento de Educação. 1935.

_____. Secretaria de Educação e Saúde. In: BAHIA. Mensagem apresentada pelo Dr. Octavio Mangabeira, governador do Estado da Bahia, à Assembléia Legislativa, por ocasião da abertura dos trabalhos de sua reunião ordinária, em 7 de abril de 1949. [Salvador,] Bahia: Imprensa Oficial, 1949. p. 01-81.

_____. Secretaria de Educação e Saúde. In: BAHIA. Mensagem apresentada pelo Dr. Octavio Mangabeira, governador do Estado da Bahia, à Assembléia Legislativa, por ocasião da abertura dos trabalhos de sua reunião ordinária, em 7 de abril de 1950. [Salvador,] Bahia: Imprensa Oficial, 1950. p. 01-106.

_____. *Um presságio de progresso*. Habitat. São Paulo, v.4, n.2. 1951.

_____. *ARQUIVO PESSOAL ANÍSIO TEIXEIRA*. Rio de Janeiro, FGV, CPDOC. ATt 1952.06.04, filme 11, fot. 0634-0639, p. 9. 1952.

_____. *Ciência e arte de educar*. Educação e Ciências Sociais. v.2, n.5, ago. 1957.

_____. *Centro Educacional Carneiro Ribeiro*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.31, n.73, jan./mar. 1959.

_____. Apresentação da edição brasileira de KANDEL, In: *Uma nova era em educação* (estudo comparativo). KANDEL, K. L. Tradução Clotilde da Silva Costa. Editora Fundo de cultura S. A. Rio de Janeiro. 1960.

_____. *Plano de construções escolares de Brasília*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.35, n.81, jan./mar. 1961. disponível em <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/plano3.html>.

_____. *Uma experiência de educação primária integral no Brasil*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.38, n.87, jul./set. 1962.

USP. Universidade Estadual de São Paulo. *Arquivo Fernando de Azevedo*. Instituto de Estudos Brasileiros. 2000.

VARELA, Noemia. A formação do arte-educador no Brasil, In: *História da Arte-educação*: a experiência de Brasília. BARBOSA, Ana Mae. São Paulo: Max limonad, 1986.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Resenha*: Fernando de Azevedo: educação e transformação, de Maria Luíza Penna. Revista da Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 20, n.1/2, p. 202-204. 1994.

_____. *Na batalha da educação*: correspondência entre Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo (1929-1971). Bragança Paulista: EDUSF (Cartas de Anísio

Teixeira a Fernando de Azevedo em 20/04/1940; 15/02/1960; 18/01/ 1971; 4/02/1971). 2000.

Vasconcelos, Maria Paula de Almeida. *Sonho, memória e educação: a construção do brasileiro*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília. Brasília. 2001.

VIÑAO FRAGO, Antônio; ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro. 2001. 152 p.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação*. São Paulo, editora Ática. 2007.

UFCG. *Pólo tecnológico coloca a Paraíba no mapa da inovação*. Matéria da Univerisdade Federal de Campina Grande. 2008. http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=8190 acessado em 20/06/2015.

UNESCO. *Educação Comunitária*: Princípios e práticas colhidos na experiência através do mundo. Anuário da Sociedade Nacional para o Estado da Educação. Tradução de Leonel Vallandro. Porto Alegre. 1965.

WIGGERS, Ingrid Dittrich. *EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR EM BRASÍLIA, NA DÉCADA DE 1960*. Movimento, v. 17, p. 137-157. Porto Alegre. 2011.

XAVIER, Cleber Cardoso Xavier. *Escolas Parque de Brasília*: uso do laboratório de informática pelos professores de arte. Dissertação de Mestrado. Brasília. 2013.

XAVIER, Cleber Cardoso Xavier. *Entrevista - Isolda de Araújo Günther*: o sistema educacional em Campina Grande nas décadas de 1950 a 1960, histórias de minha mãe. Não publicado. 2015.

XAVIER, Libânia Nacif; HIRSCHFELD, Mariza Werneck. *Guia das Escolas de Anísio Teixeira*. Rio de Janeiro. 2006.

YUNG, Maria da Glória Bomfim; SILVA, Rosana Gonçalves da. *PRESERVARTEPATRIMÔNIO*: ações pedagógicas em educação patrimonial. XXVII Congresso Nacional da Federação de Arte/Educadores do Brasil (anais). Campo Grande, 2017.

Referências Consultadas

ARAÚJO, Marta Maria de; BRZEZINSKI, Iria. (Org). Anísio Teixeira na Direção do Inep: Programa para a Reconstrução da Nação Brasileira (1952-1964). Brasília. 2006.

BARBOSA, Rui. *Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública*. Obras completas. Vol. X, tomo I ao IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

_____. *Discursos parlamentares*. Centenário do Marquês de Pombal. O desenho e a arte industrial. Obras completas. Vol. IX, tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1948.

BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo. Passo Fundo. 1999.

BEZERRA, Veronica Gurgel. Os professores de instrumentos e suas ações nas escolas parque de Brasília: uma pesquisa descritiva. Dissertação (Mestrado em Música)—Universidade de Brasília. Brasília. 2014.

CAMPOS, José Carlos Peixoto de. Arquitetura Escolar: edificação de prédios escolares no Rio de Janeiro. V Congresso Brasileiro de História da Educação - O ensino e a pesquisa em história da educação (anais). Aracaju. 2008.

CHAMON, Carla Simone. Escolas de artes e ofícios mecânicos em Minas Gerais em fins do império. Cadernos de História da Educação (revista), v.13 n.2. Uberlândia. 2014.

COSTA, Lúcio. *Sobre arquitetura*. Vol.1. Porto Alegre: Centro dos estudantes Universitários de Arquitetura. 1962.

Distrito Federal. Secretaria de Estado de Educação. Currículo da Educação Básica das escolas públicas do Distrito Federal: Ensino Fundamental – 5ª à 8ª série. Brasília: GDF/Secretaria de Estado de Educação, 2000.

_____. Currículo da Educação Básica das escolas públicas do Distrito Federal: ensino fundamental – 1ª à 4ª série. Brasília: GDF/Secretaria de Estado de Educação, 2002.

DEWEY, John. *Democracia e educação*: introdução à filosofia da educação. 3. ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1959.

DÓREA, Célia Rosângela Dantas. A arquitetura escolar como objeto de pesquisa em História da Educação. Educar em Revista. N. 49, p. 161-181, julho/setembro, 2013. Editora UFPR. Curitiba. 2013.

DOSSIÊ DA ESCOLA PARQUE 307/308. MEMO Nº 008/2003-DePHA/SC. BSB, 04 de dezembro de 2003. BORIO, Pedro Henrique Lopes, Secretário de Estado de Cultura. 28 p.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Educação pública: a invenção do presente. Belo Horizonte: Mazza, 2012.

FONSECA, Celso Suckow da. História do ensino industrial no Brasil. 2 vols. Rio de Janeiro. 1961.

GARCIA, Patrícia Melasso. Pedagogias Invisíveis do Espaço Escolar. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. 2016.

GONÇALVES, Júlio C. Resenha; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *República, trabalho e educação*: a experiência do Instituto João Pinheiro 1909/1934. Bragança Paulista. 2001.

INEP. *Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos*/Ministério da Educação. V.1. Rio de Janeiro. 1967.

Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística. Edição Temática em Comunicação, Arquitetura e Design. Vol. 6 nº 2 – novembro, São Paulo: Centro Universitário Senac. São Paulo. 2016. Disponível em <http://www.sp.senac.br/blogs/divulgacaocientifica/wp-content/uploads/2017/06/v6n2.pdf> acesso em 16/07/2017.

IPHAN. Patrimônio imaterial: o registro do patrimônio imaterial Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan, 2002. (Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial).

KUBITSCHKE, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Brasília : Senado Federal, 2000.

LEITÃO, Francisco das Chagas. Do risco à cidade: as plantas urbanísticas de Brasília, 1957-1964. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília. Brasília. 2003.

_____. (Org.) Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro. Brasília. 2009.

LEME, Deborah Raquel Rosin Delphino de Moraes. Conceituação e desenvolvimento da Escola Parque em Brasília, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo: de 1931 a 2013. Dissertação de mestrado, Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo. 2013.

MARQUES, Olívia Augusta Benevides. Pequenos enredos nas Escolas Parque de Brasília: o que contam as crianças sobre a aula de música. Dissertação (Mestrado em Música)—Universidade de Brasília. Brasília. 2016.

OLIVEIRA, Tony Marcelo Gomes. A erradicação da Vila IAPI: marcas do processo de formação do espaço urbano de Brasília. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília. Brasília. 2007.

PEREIRA, Eva Waisros; CARVALHO, Pedro Mesquita de. Resistência, contradições e impasses na concretização do plano de Anísio Teixeira. In: PEREIRA, Eva Waisros. (Org.). Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa [1956-1964]. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2011.

PEREIRA, Eva Waisros; ROCHA, Lúcia Maria da Franca. Escola Normal de Brasília: a formação de professores na perspectiva da modernidade. In: ARAÚJO, José Carlos Souza Araújo; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. (Orgs). As escolas normais do Brasil: do império a república. Campinas: Alínea: 2008a.

_____; ROCHA, Lúcia Maria da Franca. Anísio Teixeira e o plano de educação de Brasília. In: Por uma política de formação do magistério nacional: o INEP/MEC dos anos 1950/1960, 2008b.

_____. Anísio Teixeira e o plano educacional de Brasília. In: PEREIRA, Eva Waisros. (Org.). Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa [1956-1964]. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2011.

PEREIRA, Eva Waisros. Educação pública do Distrito Federal: resgate, preservação e difusão da memória revivem Anísio Teixeira. *Participação*, Revista do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília, Ano 12, nº 22, Brasília. 2012.

RICARDO, Luciana de Maya. A educação em diálogo com a cultura: da experiência de educação do Museu Vivo da Memória Candanga a uma proposta educativa para o Museu da Educação do DF. Tese (Doutorado em Educação)—Universidade de Brasília. Brasília. 2017.

ROCHA, Laryssa Mota Guimarães. Uma história da dança em escolas de Brasília: memórias da escola-parque do período de 1960 a 1974. 2016. 158 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação Física)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

ROCHA, Lúcia Maria da Franca; ANTONIAZZI, Maria Regina Filgueiras. Anísio Teixeira: educação integral e formação para o trabalho. PEREIRA, Eva Waisros. (Org.). *Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa [1956-1964]*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2011.

SAMPAIO, Antonio Heliódoro Lima. *Formas urbanas: cidade-real & cidade-ideal* : contribuição ao estudo urbanístico de Salvador . Salvador: Quarteto, 1999.

SANTOS, Soraya Vieira. A ampliação do tempo escolar em propostas de educação pública integral. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 2009.

SOUZA, Edilson de. Um plano educacional para um novo tempo: Anísio Teixeira e as escolas classe/escola parque de Brasília. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*. v.3, n2, pp.39-52. Vitória. 2015.

_____. Os sinais da educação integral (1960). *Educação UFSM*. v. 1, p. 27/10. Santa Maria. 2016.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. *Educacao progressiva: uma introdução à philosophia da educação*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1933.

_____. A Construção de Prédios Escolares na Bahia entre 1947 e 1950. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952.

_____. *Educacao e o mundo moderno*. 2. ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1977.

_____. *Educação é um direito*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

TEIXEIRA, Anísio Spínola; ROCHA E SILVA, Mauricio. *Diálogo sobre a lógica do conhecimento*. São Paulo, SP: Edart, 1968.

Referências das Figuras

ARCH DAILY. Clássicos da Arquitetura: Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho) / Affonso Eduardo Reidy. 2011. disponível em <http://www.archdaily.com.br/br/01-12832/classicos-da-arquitetura-conjunto-residencial-prefeito-mendes-de-moraes-pedregulho-affonso-eduardo-reidy> e acessado em 20/05/2017.

CABECEIRAS. A Catequese. Imagem de jesuítas no Brasil. Disponível em http://www.cabeceiraspiaui.com.br/image/fotospelosite/catequese_a.jpg , acessado em 20/05/2017.

ENTREVISTAS BRASIL. Alunos de uma escola francesa, no início do século XX. 24/7/2012. 2012. disponível em <http://entrevistasbrasil.blogspot.com.br/2012/07/alunos-de-uma-escola-francesa-no-inicio.html> acessado em 13/07/2016.

FENSKE, Elfi Kürten. Templo Cultural Delfos. Disponível em <http://www.elfikurten.com.br/2011/02/anisio-texeira-o-inventor-da-escola.html>. acessado em 03/05/2017.

MONUMENTOS DO RIO. Painel de Portinari. Disponível <http://www.monumentosdorio.com.br/br/esculturas/005/005.htm> e acessado em 20/05/2017.

MOSAICOS DO BRASIL. Burle Marx, o mosaicista da pedra e da pastilha. Disponível em <http://mosaicodobrasil.tripod.com/id83.html> e acessado em 20/05/2017.

POVOS INDÍGENAS. Rituais da Cura entre os indígenas do Brasil no século XVIII. Disponível em http://img.socioambiental.org/d/260843-1/noroeste_18.jpg acessado em 25/05/2017.

Lista de Figuras

Figura 1: O ensino nas Missões jesuítas no Brasil.	38
Figura 2: Comparação entre tendências de crescimento da população brasileira e matrículas gerais em todos os níveis escolares – 1932 a 1940.	40
Figura 3: Alguns dos livros consultados na BCE/UnB.	44
Figura 4: De cima para baixo, temos a vista da maquete, e uma vista aérea da escola de Richard Neutra construída em Lemoore – Califórnia, 1965.	52
Figura 5: No sentido anti-horário: Vista aérea da escola do conjunto residencial Prefeito Mendes de Moraes ou Pedregulho, bairro São Cristóvão/Rio de Janeiro; Mural de Cândido Portinari; Mural de Burle Marx	54
Figura 6: Planta baixa da escola Crow Island School, em Winnetka – Illinois.	56
Figura 7: Relação do edifício escolar com outros edifícios da comunidade	58
Figura 8: vista interna da Escola Estadual Senador Alencastro Guimarães, Rio de Janeiro/RJ.	94
Figura 9: Vistas internas do Arquivo Público Municipal (edifício da antiga cadeia da cidade), Campina Grande/PB.	102
Figura 10: Entrevista de Dumerval Trigueiro, João Pessoa/PB.	104
Figura 11: Notícia sobre a construção de um Centro Educacional em Campina Grande - Semanário Oficial, Campina Grande/PB.	114
Figura 12: Vistas internas do Arquivo Público Municipal (edifício da antiga cadeia da cidade), Campina Grande/PB.	116
Figura 13: Lei Nº 91 de 14 de junho de 1960 - Semanário Oficial de Campina Grande/PB.	118
Figura 14: Decreto Nº 33 de 18 de julho de 1960, e Nº 37 de 25 de julho de 1960 - Semanário Oficial de Campina Grande/PB.	120
Figura 15: Lei Nº 95 de 10 de outubro de 1961 - Semanário Oficial de Campina Grande/PB.	122
Figura 16: Semanário Oficial de Campina Grande/PB.	124
Figura 17: Vistas frontais do edifício remanescente do Instituto João Pinheiro, Belo Horizonte/MG.	134
Figura 18: Vistas externas do Magistra - edifício administrativo e edifício da biblioteca. Vista interna da biblioteca, Belo Horizonte/MG.	138
Figura 19: Documento sobre estágio de professoras nas dependências do CRPEMG. Referência à hospedagem e refeição das professoras no ambiente de hotelaria do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG.	140
Figura 20: Vista externa do Pavilhão de Hospedagem, do refeitório e da cozinha industrial do CRPEMG ou atual Magistra, Belo Horizonte/MG.	142

Lista de Imagens

Figura	página
Casa do Baile (detalhe), Belo Horizonte/MG. Cleber Cardoso Xavier, 2015.	1
Composição com imagem invertida da Casa do Baile (detalhe), Belo Horizonte/MG. Cleber Cardoso Xavier, 2015.	2
Casa do Baile (detalhe), Belo Horizonte/MG. Cleber Cardoso Xavier, 2015.	3
Imagem digitalizada da ata de defesa de doutorado. Cleber Cardoso Xavier, 2017.	5
Imagem de um grupo de alunos com o professor, no início do século XX, Somme, França. Entrevista Brasil, 2012.	6
Céu de Salvador/BA. Registro durante vôo entre Brasília/DF e Salvador/BA. Cleber Cardoso Xavier, 2015.	7
Praia do Forte, Mata de São João/BA. Cleber Cardoso Xavier, 2015.	8
Corcovado e Cristo Redentor registrado a partir da janela lateral do banheiro do CPDOC/FGV, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ. Cleber Cardoso Xavier, 2015.	10
Composição imagética com registros da defesa de doutorado. Brasília/DF. Cleber Cardoso Xavier, 2017.	12, 14, 16
Registro da obra "aprendizagem". Brasília/DF. Cleber Cardoso Xavier, 2017.	20
Vista do mar, Salvador/BA. Cleber Cardoso Xavier, 2015.	22, 23
Pegadas, Praia do Buracão, Salvador/BA. Cleber Cardoso Xavier, 2015.	24
Pegadas lavadas na areia. Praia do Forte, Mata de São João/BA. Cleber Cardoso Xavier, 2015.	26
Composição fotográfica "doutorando", conjunto de selfies durante o curso de doutorado. Brasília/DF. Cleber Cardoso Xavier, 2015.	28
Registro do processo de pesquisa na Reserva Técnica da Biblioteca Central da UFBA (detalhe) - livro de Anísio Teixeira. Salvador/BA. Cleber Cardoso Xavier, 2015.	32
Composição fotográfica com registros fotográficos do acervo do INEP/Brasília/DF. Cleber Cardoso Xavier, 2017.	36
Registro de momento da pesquisa no acervo do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/RJ. Cleber Cardoso Xavier, 2015.	40
Composição fotográfica com obras de arte presentes na Escola Parque do Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Salvador/BA. Cleber Cardoso Xavier, 2015.	44
Vista do pelourinho. Salvador/BA. Acervo pessoal, 2015.	52
Composição fotográfica a partir de imagens que referenciam o ensino jesuítico. Brasília/DF. Cleber Cardoso Xavier, 2015.	54
Imagem digitalizada que traz a comparação entre tendências de crescimento da população brasileira e matrículas gerais em todos os níveis escolares – 1932 a 1940. Fonte: LOURENÇO FILHO (1938 p.45).	56
Registro de momento da pesquisa: livros pesquisados. Brasília/DF. Cleber Cardoso Xavier, 2016.	60

Registro do cotidiano da região do Pelourinho, durante visita de pesquisa ao Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia (Ipac). Salvador/BA. Cleber Cardoso Xavier, 2016.	64	Composição fotográfica a partir de originais do acervo do Inep/Brasília/DF sobre a exposição de trabalhos do curso de artes industriais do Inep que ocorreu em 1959 no Rio de Janeiro/RJ. Montagem de Cleber Cardoso Xavier, 2017.	124
Registro de grafite nas ruas de Salvador, próximo ao Largo de Santo Antônio. Salvador/BA. Cleber Cardoso Xavier, 2016.	66	Composição fotográfica a partir de originais do acervo do Inep/Brasília/DF sobre a exposição de trabalhos do curso de artes industriais do Inep que ocorreu em 1959 no Rio de Janeiro/RJ. Montagem de Cleber Cardoso Xavier, 2017.	126
Detalhe do livro de geometria de Abílio César Pereira Borges. Rio de Janeiro/RJ, 1959.	70	Montagem fotográfica a partir de registro de visita de Anísio Teixeira ao pavilhão de trabalhos manuais da Escola Parque do Centro Educacional Carneiro Ribeiro (Salvador/BA) existente no acervo do Inep/Brasília/DF. Cleber Cardoso Xavier, 2017.	130
Composição fotográfica com imagens da maquete e vista aérea da escola projetada por Richard Neutra e construída em Lemoore – Califórnia, 1965. Fonte: NEUTRA SCHOOL (2016) e Collectors Weelky (2017). Montagem fotográfica de Cleber Cardoso Xavier, 2016.	80	Composição fotográfica a partir de originais do acervo do Inep/Brasília/DF sobre formação de professores no Centro Educacional Carneiro Ribeiro na cidade de Salvador/BA. Montagem de Cleber Cardoso Xavier, 2017.	132
Composição fotográfica com imagens (no sentido anti-horário): Vista aérea da escola do conjunto residencial Prefeito Mendes de Moraes ou Pedregulho, bairro São Cristóvão/Rio de Janeiro; Mural de Cândido Portinari; Mural de Burle Marx Fonte: ARCH DAILY (2011), MONUMENTOS DO RIO (2017), MOSAICOS DO BRASIL (2017). Montagem fotográfica Cleber Cardoso Xavier, 2017.	82	Composição fotográfica a partir de originais do acervo do Inep/Brasília/DF sobre formação de professores no Centro Educacional Carneiro Ribeiro na cidade de Salvador/BA. Montagem de Cleber Cardoso Xavier, 2017.	134
Detalhes do interior da Escola Classe 316 Sul que traz em suas paredes azulejos do artista Athos Bulcão. Brasília/DF. Cleber Cardoso Xavier, 2017.	84	Composição fotográfica a partir de originais do acervo do Inep/Brasília/DF sobre formação de professores e atendimento de alunos na Escola Parque do Centro Educacional Carneiro Ribeiro na cidade de Salvador/BA. Montagem de Cleber Cardoso Xavier, 2017.	138
Detalhes da fachada da Escola Classe 407 Norte que traz azulejos do artista Athos Bulcão. Brasília/DF. Cleber Cardoso Xavier, 2017.	86	Composição fotográfica a partir de originais do acervo do Inep/Brasília/DF sobre atendimento de alunos e as instalações da Escola Parque do Centro Educacional Carneiro Ribeiro na cidade de Salvador/BA. Montagem de Cleber Cardoso Xavier, 2017.	140
Planta baixa da escola Crow Island School, em Winnetka – Illinois. Fonte: Great Buildings (2017). Montagem fotográfica, Cleber Cardoso Xavier, 2017.	88	Registro do cotidiano da cidade de Salvador/BA durante a pesquisa de doutorado. Cleber Cardoso Xavier, 2015.	142
Imagem digitalizada sobre a relação do edifício escolar com outros edifícios da comunidade. Fonte: MELLO, 1970, p.117.	90	Composição fotográfica a partir de originais do acervo do Inep/Brasília/DF sobre evento que aconteceu na Escola Parque do Centro Educacional Carneiro Ribeiro na cidade de Salvador/BA. Montagem de Cleber Cardoso Xavier, 2017.	144
Registro do cotidiano de Salvador/BA durante a pesquisa de doutorado. Cleber Cardoso Xavier, 2016.	94	Composição fotográfica a partir de originais do acervo do Inep/Brasília/DF sobre atendimento de alunos e as instalações da Escola Parque do Centro Educacional Carneiro Ribeiro na cidade de Salvador/BA. Montagem de Cleber Cardoso Xavier, 2017.	146
Composição imagética com desenhos de Lúcio Costa para o Plano Piloto de Brasília e a unidade de vizinhança (de cima para baixo) e o esquema de Juliana Valença Fiuza Lima (2011) sobre o Centro Educacional idealizado por Anísio Teixeira para a unidade de vizinhança. Montagem fotográfica, Cleber Cardoso Xavier, 2017.	98	Composição fotográfica a partir de originais do acervo do Inep/Brasília/DF sobre atendimento de alunos na Escola Parque do Centro Educacional Carneiro Ribeiro na cidade de Salvador/BA. Montagem de Cleber Cardoso Xavier, 2017.	148
Montagem fotográfica a partir de registro de visita de Anísio Teixeira ao pavilhão de trabalhos manuais da Escola Parque do Centro Educacional Carneiro Ribeiro (Salvador/BA) existente no acervo do Inep/Brasília/DF. Cleber Cardoso Xavier, 2017.	104	Composição fotográfica a partir de originais do acervo do Inep/Brasília/DF sobre atendimento de alunos na Escola Parque do Centro Educacional Carneiro Ribeiro na cidade de Salvador/BA. Montagem de Cleber Cardoso Xavier, 2017.	150
Montagem fotográfica a partir de registros contendo a presença de Anísio Teixeira no pavilhão de trabalhos manuais da Escola Parque do Centro Educacional Carneiro Ribeiro (Salvador/BA) existente no acervo do Inep/Brasília/DF. Cleber Cardoso Xavier, 2017.	108	Composição fotográfica a partir de originais do acervo do Inep/Brasília/DF sobre atendimento de alunos na Escola Parque do Centro Educacional Carneiro Ribeiro na cidade de Salvador/BA. Montagem de Cleber Cardoso Xavier, 2017.	152
Montagem fotográfica a partir de registros contendo a presença de Anísio Teixeira dentre outras personalidades no pavilhão de trabalhos manuais da Escola Parque do Centro Educacional Carneiro Ribeiro (Salvador/BA) existentes no acervo do Inep/Brasília/DF. Cleber Cardoso Xavier, 2017.	112	Composição fotográfica a partir de originais do acervo do Inep/Brasília/DF sobre atendimento de alunos na Escola Classe II do Centro Educacional Carneiro Ribeiro na cidade de Salvador/BA. Montagem de Cleber Cardoso Xavier, 2017.	153
Montagem fotográfica a partir de registros sobre o Centro Educacional Carneiro Ribeiro (Salvador/BA) existentes no acervo do Inep/Brasília/DF. Cleber Cardoso Xavier, 2017.	116		
Detalhe do interior da Escola Estadual Alencastro Guimarães. Rio de Janeiro/RJ. Cleber Cardoso Xavier, 2015.	120		

Composição fotográfica a partir de matéria de jornal de 1960 sobre chamada de professores para Brasília. Montagem de Cleber Cardoso Xavier, 2016.	154	Semanário Oficial de Campina Grande/PB. Acervo pessoal, 2015.	220
Composição imagética a partir de esquemas de Juliana Valença Fiuza Lima (2011) que exibem a destinação das Escolas Parque no projeto urbanístico de Lúcio Costa para o Plano Piloto de Brasília e as Escolas Parque construídas e as não construídas no mesmo Plano Piloto. Montagem de Cleber Cardoso Xavier, 2017.	158	Vista do fundos do Magistra, Belo Horizonte/MG. Acervo pessoal, 2016.	222
Composição imagética a partir de esquemas de Juliana Valença Fiuza Lima (2011) que exibem o esquema geral das áreas não residenciais da asa sul do Plano Piloto de Brasília, onde aparecem as Escolas Parque planejadas. Montagem de Cleber Cardoso Xavier, 2017.	160	Vistas frontais do edifício remanescente do Instituto João Pinheiro, Belo Horizonte/MG. Fonte: Acervo pessoal, 2015.	224
Composição imagética a partir de esquemas de Juliana Valença Fiuza Lima (2011) que exibem informações sobre a Escola Parque 307/308 Sul. Montagem de Cleber Cardoso Xavier, 2017.	166	Vistas externas do Magistra - edifício administrativo e edifício da biblioteca. Vista interna da biblioteca, Belo Horizonte/MG. Fonte: Acervo pessoal, 2015.	228
Composição fotográfica a partir de registros de 1962 da Escola Parque 307/308 Sul existentes no acervo do Inep/Brasília/DF. Cleber Cardoso Xavier, 2017.	168, 170, 172, 178, 179	Documento sobre estágio de professoras nas dependências do CRPEMG. Referência à hospedagem e refeição das professoras no ambiente de hotelaria do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG. Fonte: CRPEMG (1971), reprodução do autor, 2016.	230
Composição fotográfica a partir de registros do cotidiano brasileiro entre as décadas de 1960 e 1980 existentes nos acervos: Inep/Brasília/DF, Arquivo Público/DF, CPDOC/FGV/RJ. Cleber Cardoso Xavier, 2017.	176, 177	Vista externa do Pavilhão de Hospedagem, do refeitório e da cozinha industrial do CRPEMG ou atual Magistra, Belo Horizonte/MG. Fonte: Acervo pessoal, 2015.	232
Composição imagética a partir de esquemas de Juliana Valença Fiuza Lima (2011) que exibem informações sobre a Escola Parque 313/314 Norte. Montagem de Cleber Cardoso Xavier, 2017.	180	Vistas da Escola Estadual Leon Renault (aérea, ginásio, campo gramado), Belo Horizonte/MG. Fonte: Acervo pessoal, 2015.	234
Composição imagética a partir de esquemas de Juliana Valença Fiuza Lima (2011) que exibem informações sobre a Escola Parque 303/304 Norte. Montagem de Cleber Cardoso Xavier, 2017.	182	Documento que comprova a previsão de construção da Escola Parque, Belo Horizonte/MG. Fonte: Acervo pessoal, 2015.	236
Composição imagética a partir de esquemas de Juliana Valença Fiuza Lima (2011) que exibem informações sobre a Escola Parque 210/211 Sul. Montagem de Cleber Cardoso Xavier, 2017.	186	Documento que comprova a problemática da construção da Escola Parque, Belo Horizonte/MG. Fonte: Acervo pessoal, 2015.	238
Vista do entardecer na ladeira do Hotel Globo, João Pessoa/PB. Acervo pessoal, 2015.	196	Documento sobre solicitação de verba pública para a construção da Escola Parque, Belo Horizonte/MG. Fonte: Acervo pessoal, 2015.	240
Vista interna do Arquivo Público Municipal, Campina Grande/PB. Acervo pessoal, 2015.	198	Composição fotográfica das dependências da Escola Estadual Leon Renault ou Escola Parque de Belo Horizonte. Cleber Cardoso Xavier, 2016.	256, 257, 258, 259
Entrevista de Dumerval Trigueiro, João Pessoa/PB. Cleber Cardoso Xavier, 2015.	200	Composição fotográfica para situação urbanística das dependências da Escola Estadual Leon Renault ou Escola Parque de Belo Horizonte e os edifícios do entorno. Cleber Cardoso Xavier, 2016.	260
Registro do casario da região central de João Pessoa. Cleber Cardoso Xavier, 2016.	206	Vista de altar em restaurante próximo a FGV, Rio de Janeiro/RJ. Acervo pessoal, 2015.	263
Notícia sobre a construção de um Centro Educacional em Campina Grande - Semanário Oficial, Campina Grande/PB. Acervo pessoal, 2015.	210	Igreja do Rosário (detalhe da grade externa), Salvador/BA. Acervo pessoal, 2015.	270
Notícia sobre Exposição de trabalhos manuais provenientes dos Pavilhões de Artes Industriais em Campina Grande, João Pessoa/PB. Fonte: A União (1960), reprodução do autor, 2016.	212	Vista interna de sala de aula da Escola Estadual Senador Alencastro Guimarães, Rio de Janeiro/RJ. Acervo pessoal, 2015.	294
Lei Nº 91 de 14 de junho de 1960 - Semanário Oficial de Campina Grande/PB. Acervo pessoal, 2015.	214		
Decreto Nº 33 de 18 de julho de 1960, e Nº 37 de 25 de julho de 1960 - Semanário Oficial de Campina Grande/PB. Acervo pessoal, 2015.	216		
Lei Nº 95 de 10 de outubro de 1961 - Semanário Oficial de Campina Grande/PB. Acervo pessoal, 2015.	218		

Lista de Quadros

Quadro 1 – Número de viagens e dias de permanência por municípios, organizado por unidade federativa brasileira Fonte: Cleber Cardoso Xavier, 2017.	43
Quadro 2 – Horário dos Grupos Escolares – adaptado do Regimento Interno de Grupos e Escolas Isoladas. Fonte: FARIA FILHO & VAGO (2001, p.124).	68
Quadro 3 – Aspectos dos edifícios escolares brasileiros do século XIX. Fonte: MELLO (1970, p.33).	93
Quadro 4 – Necessidades infantis básicas quanto a aspectos escolares. Fonte: Caudill, 1954 (p.31).	97
Quadro 5 – Tipologias de edifícios escolares construídos por Anísio Teixeira na década de 1930 no Rio de Janeiro. Fonte: (DÓREA, 2003) adaptado.	119
Quadro 6 – Lista de escolas construídas segundo a tipologia proposta por Anísio Teixeira na década de 1930 no Rio de Janeiro. Fonte: adaptação de (DÓREA, 2003) (XAVIER & HIRSCHFELD, 2006)	121
Quadro 7 – algumas metas e métodos educacionais traduzidos para termos de arquitetura. Fonte: Caudill, 1954 (p.50-51) – adaptado	147
Quadro 8 – Centro de Educação Elementar – Plano Educacional de Brasília. Fonte: Cleber Cardoso Xavier, 2017	163
Quadro 9 – Quantitativo de alunos atendidos por semestre na Escola Parque Anísio Teixeira de Ceilândia. Fonte: EPAT / Cleber Cardoso Xavier, 2017.	190
Quadro 10 – Estudantes atendidos nas Escolas Parque do Distrito Federal. Fonte: DISTRITO FEDERAL, 2017b p.24.	191
Quadro 11 – Quantidade de escolas e alunos atendidos por ano pela Escola Parque da Natureza de Brazlândia (EPNB). Fonte: EPNB / Cleber Cardoso Xavier, 2017	194

Lista de Siglas / Abreviaturas

Caic	Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente
Capes	Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior
CBPE	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
CECR	Centro Educacional Carneiro Ribeiro
Cefet	Centro Federal de Educação Tecnológica
Ceu	Centro Educacional Unificado
Ciac	Centro Integrado de Atenção à Criança e ao Adolescente
Ciep	Centro Integrado de Educação Pública
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRPE	Centros Regionais de Pesquisa Educacional
EC	Escola Classe
EEEEF	Escola Estadual de Ensino Fundamental
EEEEFM	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio
EM	Escola Municipal
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental-
EMEFM	Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio
EP	Escola Parque
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Fundact	Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LSE	Levantamento da Situação Escolar
MEC	Ministério da Educação
Pabae	Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar
PEE	Plano Estadual de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
UnB	Universidade de Brasília
Unesco	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
Usaid	United States Agency for International Development



Assim, porque és morno, e nem és frio nem quente,
vomitar-te-ei da minha boca.

João c13 v16